

AS CATEGORIAS E AS GEOGRAFIAS DO SÉCULO XXI



Ane Carine Meurer
Angelita Zimmermann
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo
Ivanio Folmer
Júlio César Suzuki
Rita de Cássia Marques Lima de Castro
[Organizadores]



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ISBN 978-65-87621-88-3

DOI 10.11606/9786587621883

As categorias e as Geografias do século XXI

Ane Carine Meurer

Angelita Zimmermann

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Ivanio Folmer

Júlio César Suzuki

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

[Organizadores]



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Torres Megiani

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof^ª. Dr^ª. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof^ª. Dr^ª. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição - CRB - 8/6409

C357 As categorias e as Geografias do século XXI [recurso eletrônico] /
Organização: Ane Carine Meurer ... [et al.]. -- São Paulo :
FFLCH/USP, 2021.
3.158 Kb ; PDF.

ISBN 978-65-87621-88-3

DOI 10.11606/9786587621883

1. Geografia. 2. Categorias. 3. Análise. I. Meurer, Ane Carine. II.
Zimmermann, Angelita. III. Araújo, Gilvan Charles Cerqueira de. IV.
Folmer, Ivanio. V. Suzuki, Júlio César. VI. Castro, Rita de Cássia
Marques Lima de.

CDD 910.01

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva
responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas
imagens utilizadas.



Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CIÊNCIA E RESISTÊNCIA: CATEGORIAS GEOGRÁFICAS E AS
RESPOSTAS AOS PROBLEMAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS **1**

Ane Carine Meurer

Angelita Zimmermann

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Ivanio Folmer

Júlio César Suzuki

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

CAPÍTULO 1

EL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO EN AMÉRICA LATINA: ALGUNAS
CONSIDERACIONES **15**

Amalia Inés Geraiges de Lemos

CAPÍTULO 2

PIERRE MONBEIG Y EL ORIGEN DE LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA....**56**

Júlio César Suzuki

CAPÍTULO 3

A RELEVÂNCIA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE MILTON SANTOS PARA
A GEOGRAFIA DO SÉCULO XXI **84**

Fábio César Alves da Cunha

CAPÍTULO 4

GEOGRAFIA E ESPAÇO: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM..... **123**

Dione Dutra Lihtnov

Lânderson Antória Barros

CAPÍTULO 5

O TERRITÓRIO NUMA PERSPECTIVA POPULAR..... **147**

Marcos Aurelio Saquet

CAPÍTULO 6

DOS TERRITÓRIOS (E TERRITORIALIDADES) NA GEOGRAFIA:
CONTEÚDOS BASILARES DA CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO **193**

Agripino Souza Coelho Neto

CAPÍTULO 7

O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL..... **225**

Helena Brum Neto

CAPÍTULO 8

O ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUAS CONEXÕES: PAISAGEM, LUGAR,
REGIÃO, TERRITÓRIO **269**

Eduardo Schiavone Cardoso

CAPÍTULO 9

O PUEBLO DOS RETRATOS: GEOGRAFIA E MÉMÓRIA PELO VIÉS DO
LUGAR **295**

Adilson Tadeu Basquerote

Eduardo Pimentel Menezes

CAPÍTULO 10

DO TERRITÓRIO GEOGRÁFICO AO ARQUEOLÓGICO (E VICE-VERSA)
NA REGIÃO MISSIONEIRA DA FRONTEIRA “BRASIL-ARGENTINA-
PARAGUAI”**322**

Amália Inés Geraiges Lemos

Rosalina Burgos

CAPÍTULO 11

A REGIÃO COMO LENTE PARA ANALISAR, PENSAR E TRANSFORMAR O
ESPAÇO.....**344**

Camilo Darsie

Afonso Cima

Bruno Cristiano dos Santos

CAPÍTULO 12

O GÊNERO E AS SEXUALIDADES COMO “AFLUENTES” DE UM RIO
CHAMADO GEOGRAFIA**364**

Carlos André Gayer Moreira

SOBRE OS ORGANIZADORES**394**

SOBRE OS AUTORES**398**

CIÊNCIA E RESISTÊNCIA: CATEGORIAS GEOGRÁFICAS E AS RESPOSTAS AOS PROBLEMAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

As categorias geográficas foram e são fundamentais para a análise e compreensão da estrutura e conjuntura social em cada período histórico vivenciado. Por isso, em um movimento dialógico e dialético, têm contribuído com as possíveis respostas aos fenômenos que envolvem as relações sociais e os contraditórios do modo de produção capitalista. Para tanto, existem diversas formas de análise inscritas no decurso da efetivação da ciência geográfica, tal como a conhecemos. Assim, perguntamos:

Em que medida as categorias geográficas possibilitam respostas aos problemas da sociedade contemporânea? Historicamente, a ciência eurocêntrica se tornou o único conhecimento entendido e construído como científico pelo capital (NUNES, 2010; SANTOS, 2018), destituindo as diversas outras dinâmicas de saberes e fazeres que produzem um conhecimento genuíno, ancestral, artesanal, tradicional, cosmopolita, entre os povos e seus espaços de vida, sejam do campo ou da cidade.

No movimento do sistema hegemônico, destacam-se os três elos que têm possibilitado a reprodução do capital e validado a construção da ciência a seu favor na sociedade moderna: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. (SANTOS, 2020).

Na Geografia, foram se constituindo as categorias de análise que estão em contínua mutação, cada qual construída por diversas correntes de pensamento, posições filosóficas, perspectivas teóricas, e dependem

dos diálogos e dinâmicas das pesquisas que se movimentam conforme o movimento histórico e do vivido, na dialética do prático-teórico-prático, objetivo-subjetivo, científico-estético, campo-cidade, passado-presente-porvir, natureza-sociedade, individual-coletivo, sociedade-natureza, envoltas nas relações sociopolíticas, econômicas, educacionais, culturais e humanas. Enfim, segue necessária uma construção geográfica com perspectivas epistêmico-filosóficas que façam uma crítica ao processo histórico e social em curso, desconstruindo as ideologias que normalizam as relações de poder em sociedade, as quais subjagam uma classe em detrimento de outra, um gênero em relação a outro, uma cultura inferior a outra.

Desse modo, a contínua produção de conceitos, articulados às tradicionais categorias geográficas, passa pela dialética entre a construção de uma ciência geográfica intelectual autônoma e um saber geográfico socialmente reconhecido como contributo à totalidade social em transformação (ALBUQUERQUE, 2010).

Os sujeitos sociais (homens e mulheres) são, por excelência, agentes transformadores do Espaço Geográfico. Entendemos que o espaço passa a existir a partir da relação/interação destes sujeitos com o meio em que vivem, inicialmente retirando elementos necessários à sobrevivência e, com isso, promovendo alterações nas características da natureza em processo, consubstanciadas às dinâmicas de transformações sociais.

Com o passar dos anos/décadas/séculos, a consolidação e ampliação das sociedades fez com que a relação com o espaço fosse do mesmo modo ampliado, extrapolando as escalas locais e

desencadeando alcances globais (SANTOS, 2014). Para melhor compreendermos as realidades, foi e é necessário observar o espaço com outros significados, em suas relações sociais de lutas, resistências, (re)existências, modos de vida, culturas, o todo social que envolve a ação dos sujeitos coletivos e as relações de poder materializadas na produção do território (RAFFESTIN, 1993).

Os processos de disputas sobre o espaço, no decorrer da história, impuseram divisões e determinaram delimitações geográficas, dando origem a municípios, estados e países, isto é, para além da fronteirização, o território torna-se objetivo e subjetivo (material e imaterial) a partir do uso e das tentativas de controle deste espaço em diversas proporções, e desse modo, passa a constituir-se multidimensional, multiterritorial e multiescalar (FERNANDES, 2008).

Com vistas às transformações que acontecem no espaço, a categoria de análise Paisagem também se destaca, pois está conectada às sensibilidades humanas, mas não somente, pode ser compreendida principalmente como processo e resultado das ações humanas. Pode ser percebida através de descrições feitas pelas falas dos homens e mulheres, pelas observações feitas in loco, pela representação de fotografias ou pinturas, pela memória, pelo tempo, dentre outras manifestações.

Lugar, enquanto categoria de análise, está associado à identidade e ao pertencimento dos indivíduos ou grupos em sociedade. Entendemos o lugar como parte do espaço, o qual é apropriado pela vida e por ações humanas cotidianas. Desse modo, lugar é onde se produz a vida humana em contínuo movimento. A categoria Lugar torna-

se fundamental por possibilitar a compreensão da complexidade do mundo a partir da prática e das vivências simbólicas, culturais, de produção e de reprodução que se estabelecem nas relações sociais. É a partir do lugar que os sujeitos conseguem estabelecer conexões com o espaço vivido, entender os fenômenos históricos e agir sobre a realidade social.

O autor nos leva a refletir sobre os conflitos que ocorrem entre o local e o global, já que neste encontro se debatem culturas, regras, interesses políticos, econômicos e educacionais. Assim, “o lugar não pode ser visto como passivo, mas como globalmente ativo, e nele a globalização não pode ser enxergada apenas como fábula” (SANTOS, 2014, p. 162). Por isso, adverte que “o lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência. No lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também, pelo que ele não é” (SANTOS, 2014, p. 163).

Com isso, o papel contundente dos geógrafos é o de fomentar o questionamento necessário sobre as várias formas possíveis e viáveis de vivermos o presente e irmos construindo outro futuro. Ver o lugar como possibilidade de construir uma história das ações de emancipação humana, social e ambiental. O conceito de Região é recorrentemente utilizado pelo senso comum para delimitar uma posição geográfica. Contudo, há uma complexidade no uso desta categoria, articulada aos desdobramentos ou correlatos conceituais (regionalização, diferenciação de áreas ou de governança/gestão pública, entre outros). Ao longo da história do pensamento geográfico, essa categoria passou por diferentes

paradigmas, mudanças conceituais e metodológicas, e mais atualmente, por concepções alinhadas à renovação do pensamento científico e social contemporâneo no processo de globalização. “A questão regional, na atualidade, apresenta distintas perspectivas de análise as quais podem ser evidenciadas mediante a transformações impostas pelo processo de globalização na organização do espaço” (BEZZI e BRUM NETO, 2009, p. 17).

Nesta perspectiva, as categorias de análise podem ser observadas e organizadas de formas diferentes, dependendo da abordagem, do paradigma, da corrente de pesquisa, dos processos que abrangem o econômico, o social, o cultural, o educacional, o socioambiental, e as relações que envolvem o modo de produção capitalista.

Este livro objetiva explicitar as categorias da geografia em suas historicidades frente aos desafios de análise e compreensão das realidades sociais; demonstrar a importância dos conceitos que estão articulados às categorias primeiras e que foram se constituindo ao longo da história, as quais têm ajudado a elucidar os fenômenos sociais; ampliar os contributos científicos por meio de pesquisas que possam elevar a emancipação humana nas relações socioculturais. Pretende ainda, dar visibilidade e reconhecimento epistemológico às experiências alternativas em Educação e Geografia, por meio das quais, os sujeitos sociais e coletivos têm se organizado no movimento de (re) existência nas lutas da contemporaneidade global.

Vivenciamos este momento de extrema crise sanitária, pela Covid-19¹, que tem explicitado e ampliado problemas e desigualdades sociais em todas as dimensões: econômicas, educacionais, sanitárias etc., processo que ressalta, sobretudo, a falta ou inexistência de políticas públicas efetivas ao enfrentamento das dificuldades dos sujeitos subalternizados em sua reprodução social, mais acentuadamente em países latino-americanos, como o Brasil.

O mundo sofre uma das maiores calamidades planetárias em uma realidade² contraditória de concentração de riqueza e extrema desigualdade social e, ao mesmo tempo, a destruição da vida do planeta em uma iminente catástrofe ecológica mundial. Para Santos (2020, p. 05), “a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita”. Ao discorrer sobre “a cruel pedagogia do vírus”, o autor coloca em xeque a continuidade da existência humana e do planeta e ressalta a exigência de mudanças drásticas no modo de viver no mundo, nesta estrutura e conjuntura capitalista, colonial e patriarcal.

É contundente e necessária, portanto, uma ação conjunta e contra-hegemônica, envolvendo cientistas, intelectuais orgânicos, gestores

¹ A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés” (OMS, 2021). Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso: 29 abr. 2021.

² Passado um ano e oito meses pandemia, e sua conseqüente crise sanitária que afeta especialmente as populações marginalizadas e invisibilizadas pelo capital, são computadas mais de 677.000 mortes pela Covid-19, no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Ver em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 06 de out. 2021.

públicos, governos e sujeitos sociais das mais variadas áreas, fazeres e profissões (GRAMSCI, 2011), com o propósito de responder às necessidades atuais em ações que possam assegurar, de imediato, a proteção à vida. É ainda oportuno, nos indagarmos sobre os potenciais conhecimentos que decorrem desta situação:

Como a Geografia pode e vem respondendo aos desafios do momento pandêmico? Quais as alternativas e lutas sociais colocadas neste percurso histórico-geográfico que se tornam dialógicas na (re)construção que possa vencer a morte, a partir deste projeto ultraliberal que tem ampliado as desigualdades sociais mundo afora?

Na tentativa de buscarmos possíveis respostas aos desafios decorrentes desta política global, como as formas de controle sociais e territoriais de subordinação, exploração, dominação e sujeição do século XXI, propomos uma reflexão geográfica, na qual se articulam conhecimentos interligados a outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, sob a ótica e contribuição dos autores e das autoras que se dispuseram às reflexões que seguem.

Após a discussão das cinco categorias é vez de apresentarmos pesquisas e contribuições teóricas entrelaçadas às primeiras e que, de modo geral, auxiliam na visualização e compreensão deste momento histórico, situando as contradições impostas pela crise estrutural e a construção de resistências políticas e organizativas, bem como uma crítica à reestruturação produtiva do capital e as implicações sobre as relações e fenômenos sociais de hoje.

Todavia, precisamos considerar que a organização planejada para esta publicação ocorrer em 2020, por conta dos acontecimentos

vivenciados pelo momento histórico, precisou de uma reestruturação prorrogando-a para 2021. Entretanto, destacamos que as/os autoras/es foram convidadas(os)³ diante da efetivação de suas significativas pesquisas, com a intenção de construirmos uma escrita que possa se constituir em uma referência na Geografia e para os estudos geográficos atuais.

Retomamos nossa questão inicial e podemos afirmar que, assim como as demais ciências, nem sempre a ciência geográfica foi/é ouvida e conseguiu/consegue dar respostas que resolvam os problemas sociais em evidência na sociedade do capital: fome, pobreza, violência, desemprego, doença, desnutrição, analfabetismo, destruição da biodiversidade planetária, envenenamento de alimentos e da água, genocídio, injustiça social. Contudo, a Geografia foi e é um canal potente de indagações, de resistência, de diálogo crítico e de construção de respostas alternativas e soluções possíveis, dando voz aos/às oprimidos/as, invisibilizados/as, escravizados/as, colonizados/as, trabalhadores/as, subjugados/as, dos/as destituídos/as de direitos e de dignidade.

Nesse sentido, a presente obra apresenta os artigos de forma contínua, sendo na primeira parte, agrupados os textos que discutem as cinco categorias de análise geográficas: Espaço, Território, Paisagem, Região e Lugar. As categorias serão abordadas no início considerando sua raiz epistemológica, sua evolução e sua contextualização na atualidade.

³ Um dos convidados foi o pesquisador Robson Olivino Paim (*in memoriam*), da Universidade Federal da Fronteira Sul. Registramos seu falecimento, ocorrido no mês de abril de 2021. Diante de toda a comunidade geográfica, fica nosso reconhecimento e respeito. Robson, presente!

Iniciamos as reflexões do livro com o capítulo *El pensamiento geográfico en América Latina: algunas consideraciones* de Amalia Inés Geraiges de Lemos, que nos apresenta um rico e detalhado panorama da teoria e método da geografia ao longo das últimas décadas no contexto latino-americano, a partir de produções e autores que tornaram possível essa configuração própria do pensar e fazer geografia na região.

Em seguida, em *Pierre Monbeig y el origen de la geografía brasileña*, Júlio César Suzuki apresenta diferentes reflexões e análises sobre a importância do filósofo francês no estabelecimento e desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro a partir de sua chegada no país na primeira metade do século XX com presença marcante histórica, metodológica e epistemológica na Geografia brasileira.

Em *A relevância do espaço geográfico de Milton Santos para a geografia do século XXI* o debate teórico das conceituações geográficas miltonianas é trabalhado por Fábio César Alves da Cunha. A contemporaneidade de tais reflexões formam o foco de desenvolvimento do autor em seu texto, elencando questões epistemológicas da obra de Milton Santo nessa proposta.

Dione Dutra Lihtnov e Lânderson Antória Barros nos apresentam o texto *Geografia e espaço: uma relação de origem* em que há uma proposição dialógico-conceitual, entre teoria e método sobre a espacialidade e demais conceitos e categorias geográficas aplicadas a diferentes possibilidades e perspectivas da geografia.

Em *O território numa perspectiva popular*, Marcos Aurelio Saquet estabelece pilares epistêmico-metodológicos de uma revisitação teórica

da categoria território. Por meio de uma rica revisão bibliográfica e diálogo entre a importância do território na ciência geográfica e demais temáticas próximas de questões geográficas, é possível percorrer contribuições ímpares para diferentes cenários e estudos nos quais o território se torna tanto imprescindível como uma categoria essencial ao pensamento geográfico.

No debate *Dos territórios (e territorialidades) na geografia: conteúdos basilares da construção de um conceito*, de Agripino Souza Coelho Neto, questões trabalhadas, por exemplo, por Rogerio Haesbaert, são acolhidas pelo autor em uma proposição de atualização e novas possibilidades epistemológicas entre as categorias território e territorialidades.

Em *O território na perspectiva multidimensional*, Helena Brum Neto articula diferentes frentes do pensar e fazer Geografia a partir do território como categoria-chave. A autora perfaz autores e obras fundamentais que estabelecem pontes possíveis de sua proposta de reflexão envolvendo a ideia e experiência do território nos estudos geográficos.

Em *O espaço geográfico e suas conexões: paisagem, lugar, região, território*, de Eduardo Schiavone Cardoso, é uma proposta de caminho categorial do pensar e fazer Geografia, por sua teoria e método, experiência e empiria. Correlações e complexidades, envolvendo a riqueza e diversidade epistemológica da geografia, são tecidas no decorrer das análises.

No debate de Adilson Tadeu Basquerote e Eduardo Pimentel Menezes, intitulado *O Pueblo Dos Retratos: geografia e memória pelo*

viés do lugar, há diferentes reflexões sobre identidade, história e território. Os temas tratados pelos autores são caros e necessários para que questões envolvendo novas frentes de problematização das realidades sociais possam articular-se teórica e metodologicamente nos estudos geográficos.

Do território geográfico ao arqueológico (e vice-versa) na região missioneira da fronteira “Brasil-Argentina-Paraguai” é o texto escrito por Amália Inés Geraiges Lemos e Rosalina Burgos. A estrutura tripartite do texto faz com que elementos geopolíticos, históricos e geográficos estejam alinhados ao longo das reflexões dos autores para que consigamos acompanhar a centralidade da categoria território nesse percurso do debate proposto.

Em *A região como lente para analisar, pensar e transformar o espaço*, de Camilo Darsie, Afonso Cima e Bruno Cristiano dos Santos, é a vez da categoria região tomar o papel central do debate apresentado pelos autores. Do recorte à análise, da diversidade das partes ao desafio da integração pela diferença e transformações da espacialidade, são algumas das questões encontradas no capítulo.

Em *O gênero e as sexualidades como “afluentes” de um rio chamado geografia*, de Carlos André Gayer Moreira há um desafio temático e teórico, atual e imprescindível para as reflexões teóricas e metodológicas da ciência geográfica. A complexidade de temas LGBTQIA+, de orientação sexual e sujeitos identificados com a teoria Queer são alguns dos elementos que o autor faz uso ao longo do seu capítulo.

Desejamos, por meio dessa obra promover um movimento circunscrito na retomada das categorias geográficas, conforme o próprio movimento da sociedade de classes, “aprender a ler o [e ser no] mundo” (FREIRE, 2005), o mundo das geografias do século XXI. Portanto, queremos evidenciar as categorias da geografia conectadas aos contextos sociais, estruturais e conjunturais, mostrando as variadas possibilidades de *conhecer* e de fazer ciência, a partir da história da Geografia e da Geografia histórica do século XXI. Deste modo, esperamos ampliar o arcabouço teórico contribuindo com a construção e sistematização dos conhecimentos que articulam as categorias e seus desdobramentos em respostas aos desafios postos pela contemporaneidade.

Ane Carine Meurer ⁴

Angelita Zimmermann ⁵

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo ⁶

⁴ Possui Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco (1987), Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1997) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2003). Atualmente é professor da Universidade Federal de Santa Maria, atuando como Diretora do Centro de Educação da UFSM. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Movimentos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Educação do Campo, Projeto Político-Pedagógico, e Formação de Professores. <https://orcid.org/0000-0001-7377-1963>

⁵ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/RS (2019). Realizou Doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES), Coimbra, Portugal (outubro de 2018 a abril de 2019 - Bolsista CAPES). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2014). Possui Especialização em Desenvolvimento Regional e Integração Econômica no Mercosul - UNIJUÍ (2001) e em Educação Matemática - UFSM (2010). Possui Licenciatura em Ciências - Habilitação Matemática - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande Do Sul - UNIJUÍ (1995). É Técnica em Assuntos Educacionais e, atualmente, está em atividade na Comissão de Avaliação Institucional - CAICE, no Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria. Atua na área de Educação, com ênfase em Educação do Campo, principalmente nos seguintes temas: Pedagogia da Alternância, Casa Familiar Rural e Juventude do Campo. <https://orcid.org/0000-0003-3327-8917>

⁶ Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2009), Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2016). Atualmente é professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e realiza estágio de pós-doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo. <https://orcid.org/0000-0003-4238-0139>

Ivanio Folmer ⁷

Júlio César Suzuki ⁸

Rita de Cássia Marques Lima de Castro ⁹

[Organizadores]

Referências

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. O lugar da Geografia nas ciências e a questão da permanente reconstrução dos conceitos geográficos. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 19, abr. 2010. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/14849/11419>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BEZZI, Meri Lourdes; BRUM NETO, Helena. A região cultural como categoria de análise da materialização da cultura no espaço gaúcho. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 17, jun. 2009. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/11862>>. Acesso em: 21 maio 2021.

⁷ Graduado pela Universidade Federal de Santa Maria no curso de geografia Licenciatura no ano de 2014. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGGEO/UFMS no ano de 2018. Doutorando em Geografia-PPGGEO/UFMS com previsão de término em 2022. Participante de diversos projetos de pesquisa e extensão, com as temáticas de Educação no campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade; Mortalidade Infantil; Catadores e Memória e Patrimônio Cultural. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. <https://orcid.org/0000-0002-7433-6434>

⁸ Graduado em Geografia (UFMT), em Letras (UFPR) e em Química (IFSP), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP) e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Professor Associado junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM/USP) da Universidade de São Paulo (USP). <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

⁹ Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração (Centro Universitário SENAC SP), com mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - Prolam / USP e professora de graduação (Programa PART) na FEA-USP. Pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos lotados na FEA-USP; no Grupo de Pesquisa Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina (Instituto de Psicologia-USP) e do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica (CESPE), onde atua como Presidente adjunta para o Brasil e como Chefe de Relações Internacionais. <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRAMSCI, Antônio. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NUNES, João Ariscado. O resgate da epistemologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 80, p. 45-70, mar. 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/693>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

EL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO EN AMÉRICA LATINA: ALGUNAS CONSIDERACIONES¹

Amalia Inés Geraiges de Lemos ²

Buscando su presencia en Latinoamérica

Aunque la Geografía nasce como espacio vivido con la cultura griega varios siglos antes de Cristo, nosotros iniciaremos este proceso con la institucionalización como conocimiento del pensamiento geográfico. A partir del reconocimiento histórico-territorial, el origen de la Geografía en tierras europeas, en los siglos XIX y XX para a fincar en nuestro subcontinente. En los siglos mencionados, Europa se encontraba en un contexto histórico-cultural que determinó los aportes necesarios para la formación de la mayoría de las Ciencias Sociales, entre ellas la Geografía. Se vivía bajo lo que se denominó como modernidad, una visión de mundo que la definimos siguiendo a Lander. Este sociólogo venezolano nos dice que se pueden considerar 4 dimensiones básicas en su conceptualización:

1.- “La visión universal de la historia asociada a la idea de progreso (a partir de la cual se construye la clasificación y jerarquía de los pueblos y continentes y las experiencias históricas).

¹ Este trabajo es parte de un presentado en la Mesa Redonda “Pensamiento Geográfico en América Latina” celebrada en el XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina, Lima, 8 al 12 de abril de 2013.

² Profesora Sênior no Departamento de Geografia – FFLCH/PROLAM – USP. E-mail: amain@usp.br.

2.- La “naturalización” tanto de las relaciones sociales como de la naturaleza humana de la sociedad liberal capitalista.

3.- La naturalización u ontologización de las múltiples separaciones propias de esa sociedad.

4.- La necesaria superioridad de los saberes que producen esa sociedad (ciencia) sobre otro saber” (LANDER, 2003, p. 22).

Immanuel Wallerstein (1996) afirma que las Ciencias Sociales se forman en un contexto espacio-temporal específico cuya cuna son cinco países liberales industriales: Inglaterra, Francia, Alemania, las Italias y, posteriormente, los Estados Unidos (durante la segunda mitad del siglo XIX). Las disciplinas se dividen y esta situación se prolonga hasta hoy.

En primer lugar, se produce la separación entre el pasado y el presente. La Historia se ocupará del pasado y el presente es una lucha entre todas las otras disciplinas. Wallerstein continúa afirmando que, a su vez, se establecen ámbitos diferenciados para lo social, lo político, lo económico. Cada uno de ellos es concebido como una región ontológica de la realidad histórico-social. De esa división de la realidad, se derivan la Sociología, la Ciencia Política, y la Economía con sus tradiciones, su objeto, su método, su inserción en los claustros universitarios. Para los demás campos ontológicos sobraba la Geografía, la Antropología y los Estudios Clásicos.

A partir de esa visión de mundo, los principios universales europeos buscaban interpretar las diferentes culturas, los distintos pueblos, desde aquellos concebidos como representativos de lo “primitivo” o lo tradicional hasta los que aparecían como significativos de moderno. La sociedad industrial liberal, ya

existente, sería la expresión más avanzada de ese proceso histórico definido como la sociedad moderna. Todos los otros pueblos y culturas diferentes tendrían que alcanzar esa situación o estarían destinados a desaparecer.

Como consecuencia de esa experiencia histórica europea, las formas de saber desarrolladas para la comprensión de esa sociedad moderna serían los paradigmas de un conocimiento verdadero, objetivo y universal. Ciertos conceptos y perspectivas (Estado, mercado, sociedad civil, clases, región, urbano, rural, etc.) se convirtieron en categorías universales y proposiciones normativas que definían la realidad de todos los pueblos del mundo.

Esos saberes, afirma Lander, “se convierten así en padrones a partir de los cuales se pueden analizar y detectar las carencias, los atrasos, los frenos e impactos perversos que dan como producto de lo primitivo o de lo tradicional en todas las otras sociedades” (2003, p. 23).

Desde esa forma de pensar y organizar la realidad europea se tiende a entender la totalidad del espacio y del tiempo de toda la humanidad, a partir de experiencias de una especificidad histórico-cultural como padrón de referencia, superior y universal.

Desde esos paradigmas dominantes, hay una reproducción de “verdades” que procuran ideológicamente transformar la naturaleza en un concepto indiscutible. Seguimos a Lander quien, citando Fernando Coronil en su libro “The Magical State”, presenta una serie de consecuencias resultantes de las interpretaciones que parten de la separación entre el espacio y la naturaleza y, que, históricamente forman parte de la caracterización de la sociedad

moderna. Las visiones de progreso histórico, posteriores a la Ilustración, afirman la prioridad del tiempo sobre el espacio y de la cultura sobre la naturaleza. En ese binomio la naturaleza está asociada al espacio y, como consecuencia, a la Geografía y ambas aparecen como metáforas una de la otra. Esta relación conllevó a la inclusión de Geografía Física en la formación del contenido básico de enseñanza. Posteriormente, en el inicio del siglo XX, emerge la Geografía Humana.

De esta forma historiadores y científicos sociales, usualmente presentan al espacio o a la Geografía como algo inerte donde tienen lugar los eventos históricos, y a la naturaleza como el material pasivo con el cual los humanos hacen su mundo. La separación de la Historia de la Geografía y el dominio del tiempo sobre el espacio tiene como efecto producir imágenes de las sociedades, separadas de su ambiente material, como si surgieran de la nada.

Como la historia depende de quien la cuenta, varios de los hechos que narraremos, sobre el pensamiento geográfico en nuestra América Latina, cargan un poco con nuestras experiencias y con nuestras emociones (LEMOS, 2009). Hasta este momento, segunda mitad de los años de 1970, tuvimos una Geografía positivista e historicista en la que el espacio era un palco y la sociedad sus actores. El sistema económico exigía de los geógrafos inventarios de tierras y de sus productos, incluyendo la población.

La Geografía, como todas las ciencias, sufrió fuertes crisis, sobre todo, en las décadas de 1960 y 1970. Crisis epistemológicas que llevaron a los geógrafos, a tener que pensar conceptos como los del espacio, su organización, el territorio, el medio, la región

entre otros, a través de sus presupuestos y discursos científicos. Las consecuencias fueron la necesidad de aprehender a repensar epistemológicamente toda su existencia.

Milton Santos en su libro “Por Una Geografía Nueva” (1978), fue el primero en decirnos que los geógrafos nunca se preocuparon en buscar la esencia de su objeto de estudio. Transcribo aquí su opinión: “...desde su fundación en lo que históricamente se llama geografía científica, hacia finales del siglo XIX, jamás nos fue posible construir un conjunto de proposiciones basadas en un sistema común y entrelazado por una lógica interna. Si la geografía no fue capaz de ultrapasar esta deficiencia, es porque estuvo siempre mucho más ocupada con una discusión narcisista en torno a la geografía como disciplina en lugar de preocuparse en la geografía como objeto. Siempre, y aún hoy, se discute mucho más sobre la **geografía** que sobre el **espacio**, que es el objeto de la ciencia geográfica” (SANTOS, 1978, p. 2. Los destacados corresponden al original).

Por otra parte, recuperar los conocimientos que se tienen del pensamiento geográfico latinoamericano desde su institucionalización en estas tierras, nos permite identificar si existe o no en estos momentos, una Geografía latinoamericana con su esencia y su existencia y con un conocimiento sistematizado, identificando cuáles fueron sus cimientos.

Según afirma Capel, “...la existencia de una comunidad científica especializada modela el pensamiento de sus integrantes y, con el tiempo, origina lo que se ha denominado “estilos de pensamiento”, que determinan la elección de los problemas

científicos, las preguntas que son hechas, guían las observaciones, establecen las reglas para trabajar y, aún más predeterminan el vocabulario que se ha de utilizar. Lo que en muchas disciplinas científicas se denominó como punto de vista, tal vez no sea más que una aplicación del estilo propio de pensar de la comunidad” (CAPEL, 1999, p. 20-21).

Siguiendo a Capel, identificamos así una comunidad científica especializada, que se reúne actualmente en los Encuentros de Geógrafos de América Latina (EGAL). Para poder iniciar un debate haremos una periodización a partir de considerar las generaciones de geógrafos que se fueron formando en algunos países de la región.

Al referirse al nacimiento de la Geografía, dentro de la visión de mundo existente, Milton Santos escribe: “en Francia a partir de la mitad del siglo XIX, la Geografía pasa a ser groseramente definida como la relación entre el hombre y la tierra. Lo mismo sucede en Alemania. Pero las tónicas temáticas tienen que ver con la histórica de cada país donde ella se venía haciendo. La unificación alemana lleva a la preocupación con el Estado y la estabilidad francesa permite otro tipo de listado de temas, en ambos casos lo que se observa es una búsqueda de su afirmación como ciencia” (SANTOS, 2002, p. 21-22). Francia, por otra parte, tenía que justificar su posición colonialista y, el propio sistema económico vigente, exigía un balance de los recursos del mundo. La Geografía podía ofrecer este tipo de conocimiento.

Aunque cuando los españoles ocuparon los territorios de los Aztecas, a partir del siglo XVI, las comunidades religiosas que allí se

instalaron, dominicanos, franciscanos entre otros, tenían la autoridad de la educación en sus manos y entre las disciplinas aparte del español, enseñaban el catecismo religioso, el catecismo geográfico y de otras disciplinas. (RINCÓN, s/d, 61)

Después de 1810, con los primeros deseos de Independencia, los conocimientos geográficos se tornan necesidades urgentes para acompañar los procesos de definición del Estado, su territorio y la configuración de la identidad nacional.

En la mayoría de los países latinoamericanos, la institucionalización de la Geografía, la definición de su campo autónomo del saber en términos epistemológicos e institucionales, tuvieron amplios intereses y apoyos con la elite liberal ilustrada que llevó adelante la construcción del Estado. (ZUSMAN, s//d)

También, paralelamente se inician la formación de las sociedades geográficas, en la Argentina, ya desde finales del siglo XIX, en Brasil y en otros países, los años de 1930, participaron del conocimiento de sus territorios, de los recursos naturales, así como el reconocimiento de los límites y fronteras. Estas sociedades tenían entre sus miembros diversos científicos como geólogos, historiadores, militares, y los ya considerados geógrafos.

Rincón nos informa que la Geografía, en México, desde 1821 hasta 1880 ya formaba parte de toda la enseñanza escolar, incluyendo escuelas normales. Menciona el autor también que en el art. 3 de la Constitución se exige que la Geografía y la Historia tienen como competencia “en la formación de la conciencia nacional, el amor a la patria y la solidaridad internacional (RINCÓN, :62, s/d)

La propia denominación de América Latina, solamente se realiza a partir de la segunda mitad del siglo XX.

A continuación, presentamos una periodización que nos permite interpretar mejor las informaciones de cada momento, sin por eso tener la seguridad de alcanzar totalmente lo que nos proponemos.

Primer período de fuerte influencia francesa: desde finales del siglo XIX hasta fin de los años de 1960.

Para dar cuenta de su presencia en la tradición histórica de la Geografía nosotros remontamos sus comienzos hacia 1910. Su historicidad se considerará a partir de su institucionalización como disciplina científica en las distintas universidades de América Latina. Aunque pueden identificarse ciertas influencias de Alexander Von Humboldt y, especialmente de Friedrich Ratzel en estos países (MACHADO, 2000), pero el gran peso del pensamiento geográfico recae sobre el proceso civilizatorio francés.

En la Argentina, Chile, Brasil y México, entre otros países, adquirió gran importancia la presencia de Pierre Denis en la década de 1910. Este geógrafo francés obtuvo una beca premio cuando se recibió en 1906, llamada “La Vuelta al Mundo”. La generosidad de la beca le permitió viajar por casi todos los países del planeta. En sus viajes recorrió prácticamente toda América, desde los Estados Unidos hasta Chile. En todos los lugares que frecuentó mantuvo contactos con los científicos locales, llegando a conversar y trabajar con ellos. Pierre Denis dictó conferencias y se interesó por

investigar todo aquello que le parecía muy diferente de su realidad europea. A su llegada al Brasil vivió un encantamiento con los paisajes y los lugares diferentes que visitó y a quien les dedicó su primer libro titulado “Le Brésil au XX siècle”, publicado en 1909. Elena Chiozza, geógrafa argentina de gran reputación, escribe un artículo sobre Denis donde afirma que este estudioso francés “muestra allí su garra de geógrafo subyugado por la exuberancia de los paisajes tropicales y las modalidades de la colonización que confieren una fisonomía original, en la cual hay una armonía entre la sangre y la cultura lusitana con el rico y valioso aporte de los pueblos africanos, en un contexto mundial que le reserva un papel específico para el futuro”(CHIOZZA, 1987, p. 10). Su pasaje por la Argentina, entre los años de 1910 a 1914, cuando tuvo que retornar a Francia por las exigencias de la Primera Guerra Mundial, le permitió vincularse a los principales centros de estudios que eran las Universidades de Buenos Aires, Córdoba, La Plata, Tucumán y a otras instituciones públicas y privadas. En todos ellos buscó informaciones que le permitieron conocer mejor la realidad de este país. Recorrió Argentina desde sus límites con Bolivia, Paraguay y Chile hasta Bariloche, en la Patagonia, articulándose con los medios de circulación de ideas existentes en la época y entre los cuales presentó los conceptos de género de vida, de paisaje y de región. Publicó en 1920 su libro “La République Argentine”. La mise en valeur du pays”, producto de su labor de científico desarrollado en este territorio. Estos trabajos sobre Latinoamérica y Argentina, que le absorbieron la mayor cantidad de tiempo, le permitieron publicar ese libro en tres ediciones diferentes: la primera en Tucumán en

1916 y la segunda en París en el año de 1920. Ya la tercera edición completa la “Géographie Universelle” dirigida por Vidal de La Blache y Lucien Gallois publicada en París en 1927, como Tomo XV rotulado “Amérique du Sud”, por P. Denis (Libraire Armand Colin, Paris). La presencia de Denis en América Latina influenció en la conformación de una primera generación de geógrafos que publicó varios libros y trabajos siguiendo el estilo francés. Esta generación publicó obras colectivas que fueron la base bibliográfica de los estudios universitarios hasta prácticamente la década de 1960. Cabe destacar que, en Argentina en esas primeras décadas del siglo XX, se funda en 1922, la Sociedad Argentina de Estudios Geográficos - GAEA (1922) (ZUSMAN, 2001). Esta institución fue por varias décadas el lugar de los debates y encuentros de los geógrafos argentinos y donde entraban en contacto con los conocimientos de los geógrafos franceses: Jean Brunhes, que estuvo en la Argentina y en Chile, Le Lannu, Camille Vallaux y el viejo anarquista Élisée Reclus, entre otros.

En el caso brasileño en los primeros 30 años del siglo XX, los conceptos posibilistas de Vidal de La Blache se difundieron a través de las lecturas de Carlos Miguel Delgado de Carvalho, reconocido por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (2008) como una “figura simbólica”, que había estudiado en Francia, y también por los trabajos de Josué de Castro. Varios autores destacan la importancia de estos dos estudiosos en los trabajos realizados en el país y, en especial, su relevancia en la introducción de los conocimientos lablachianos y de sus discípulos. Un estudio realizado por Perla Zusman y Sérgio Nunes Pereira (2000) demostró el destacado papel

de Delgado de Carvalho en la divulgación y el conocimiento de la escuela geográfica francesa sin “en tanto abandonar los presupuestos teóricos establecidos anteriormente por Ratzel” (ZUSMAN; PEREIRA, 2000, p. 55). La concepción geográfica de Ratzel es asumida por ese autor cuando la preocupación está dirigida específicamente a la Geografía Política.

Tomando como punto de partida el período comprendido entre los años 1934 y 1937, en un trabajo recientemente publicado sobre la “Geografía Brasileña entre los siglos XX y XXI”, Figueiredo Monteiro (2008) afirma que, en ese momento, la Geografía de este país presentaba un cierto atraso frente a las tendencias de los centros más evolucionados, sobre todo respecto de Francia. En este contexto se crean la Facultad de Filosofía en San Pablo y Río de Janeiro, se funda la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) y el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), período que Monteiro denomina como aquel que corresponde a la “Nueva Geografía de carácter científica”.

En efecto, en 1934, se funda la Universidad de San Pablo y con ella la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras. Para tal fin, por iniciativa de Julio de Mesquita Filho, se contratan en Europa un grupo de profesores franceses, italianos y alemanes. En el caso de las ciencias humanas, vinieron de Francia varios jóvenes profesores entre los cuales mencionaremos a Pierre Deffontaines, del Instituto Católico de Lille, y que, después de seis meses en San Pablo, parte hacia Río de Janeiro; y a Paul Arbousse Bastide, sociólogo de la Universidad de Besançon. En 1935 llegan a San Pablo el historiador Fernand Braudel, el antropólogo Claude Lévi-Strauss y el profesor

de Geografía Física y Geografía Humana Pierre Monbeig. En 1936 Monbeig dejaba la cátedra de Geografía Física en las manos de Emmanuel de Martonne, a quien había invitado para poder concentrarse en los estudios de Geografía Humana.

En la Universidad de Tucumán (Argentina), se aceptaron varios geógrafos y otros científicos, geólogos en particular, alemanes, que entraron en el país huyendo de los problemas políticos de su país.

Durante su estadía de 11 años en San Pablo (1935-1946), el profesor Monbeig dio clases, dictó conferencias, dirigió tesis y organizó innumerables trabajos de campo. En síntesis, fue un excelente maestro que formó un importante número de discípulos en San Pablo y en el resto del Brasil, especialmente a través de su participación en las reuniones de AGB o por correspondencia. A su vez, se carteaba con los geógrafos del resto del Brasil e de otros países del Cono Sur.

México y América Central, contaron con la visita de Maximilien Sorre. El tomo XIV de la mencionada “Géographie Universelle”, dirigida por Vidal de la Blache y L. Gallois, fue escrita por el geógrafo mencionado. Su publicación es de 1928. La influencia de metodología francesa de Max Sorre se constata en la necesidad de la observación para describir y realizar las analogías. Todas éstas eran exigencias de un buen trabajo geográfico.

Aparte de las estancias de Pierre Denis en Argentina y de Pierre Deffontaines y Pierre Monbeig en Brasil³, otros relevantes

³ Cabe destacar que Pierre Deffontaines también realizó algunas visitas a Argentina.

geógrafos franceses visitaron Latinoamérica. Podemos mencionar aquí a Jean Brunhes (Argentina y Chile), Claude Bataillon (México), Claude Collin Delavaud y Marc Pieyre (Perú).

A partir de la Segunda Guerra Mundial, surgieron nuevos líderes intelectuales de gran influencia en la Geografía clásica francesa. Se destaca especialmente la figura de Maximilien Sorre a través de su gran obra, “Les Fondements de la Géographie Humaine” (Paris, Colin) publicada en cuatro volúmenes a lo largo de la década de 1940.

Según Milton Santos (2004, p. 24) Sorre “...estudia – fiel a esa tradición escolástica francesa de la geografía física y de la geografía humana, naturaleza y sociedad –geografía biológica y geografía médica y discute, de alguna forma, la cuestión de la técnica en la producción del espacio geográfico”. Basados en la óptica epistemológica de Max Sorre en Brasil, en Argentina y en otros países de nuestro subcontinente, fueron realizados trabajos, tanto sobre clima como sobre hechos culturales (tales como sobre religión). Quiero mencionar aquí los estudios en Brasil sobre Geografía Médica de Ary França, sobre Teoría y Clima Urbano de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, o las interpretaciones sobre el espacio de las ciudades a partir de la función religiosa de María Cecilia França. En la Argentina la influencia de Sorre se observa en los estudios de climatología geográfica de Ricardo Capitanelli (de hecho, Capitanelli usa su definición de clima), en los trabajos de Geografía Humana de Mariano Zamorano y Elena Chiozza, entre otros colegas. En México la influencia de Sorre se puede rastrear en la obra de Angel Bassol Batalla y María Teresa Gutiérrez de

MacGregor. Cabe destacar que todos estos geógrafos latinoamericanos traducían los textos de los estudiosos franceses para ser discutidos con sus alumnos en clase, así como en los coloquios de especialización o en el postgrado.

En 1956, entre los días 8 y 19 de agosto, se realizó en Río de Janeiro el XVIII Congreso Internacional de Geografía, organizado por la Unión Geográfica Internacional (UGI), con la presencia de representantes de 56 países y un total de 1.084 personas. En esa ocasión, los países que no pertenecían a América Latina y que contaron con el mayor número de participantes fueron: Estados Unidos (con 103 personas), Francia (con 64), Alemania (con 31), Reino Unido (con 23), Japón (con 19) e Italia (con 17). Entre los países de América Latina, se destacan por su importancia numérica e intelectual, Brasil (con 639 representantes), Argentina (con 18), Uruguay (con 16), Chile (con 13), México (con 6), Cuba (con 4) y otros países como Guatemala (2), Haití, Panamá, Puerto Rico y República Dominicana (con un delegado por cada uno de ellos). Estos últimos países fueron representados por profesionales interesados en los conocimientos geográficos más que por geógrafos. Como nos cuenta Milton Santos (2000b) la presencia de los geógrafos franceses marcó el evento, sobre todo porque sus trabajos traían nuevas concepciones metodológicas. Grandes nombres de la geografía francesa, comandados por Maximilien Sorre, como Jacqueline Beaujeu-Garnier, George Chabot, Jean Dresch, Pierre George, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Pierre Birot, Jean Tricart, André Cailleux, Max Derruau, Michel Rochefort, Bernard Kayser, Henri Enjalbert, André Journaux y André Libault se

hicieron presentes en este evento (UGI/ACTES DU CONGRÈS, 1959, p. 1-10)⁴.

En el Congreso de Río de Janeiro comienzan a discutirse temas que aún no se abordaban en la región. Orlando Valverde, conocedor profundo de la geografía del Brasil, hace referencia al carácter innovador del evento. “B. Kaiser reveló un nuevo campo de ideas, de gran interés económico y social para el Brasil: la geografía del empleo. M. Rochefort provocó gran interés también en el curso que dictó en el Consejo Nacional de Geografía, donde introdujo las nociones de Geografía de los Servicios y los conceptos de centro y red urbana” (VALVERDE citado en SILVA, 2002, 73).

No todos los geógrafos latinoamericanos que mencionan las Actas del Congreso estuvieron presentes. Por su situación económica a algunos no les fue posible participar, otros por problemas de viaje. En esa época no se tenían las facilidades de circulación que tenemos hoy. De cualquier manera, la presencia de 1.084 personas ya demuestra el interés despertado por el evento.

Entre los geógrafos que estuvieron presentes por Chile, queremos mencionar al Prof. Eusebio Flores Silva, premio Milton Santos del XIII EGAL en Costa Rica. Este importante geógrafo, exilado por la dictadura militar de Pinochet, se radicó en este último país donde dejó su huella en términos de conocimientos y como persona, fundando los cursos de Geografía en la Universidad

⁴ Mencionamos aquí a los geógrafos franceses que, además de participar en el encuentro de la UGI de Río de Janeiro, estuvieron en nuestras universidades dejando fuertes influencias. André Libaut, por ejemplo, fue profesor de Cartografía en el Departamento de Geografía de la Universidad de San Pablo, a partir de la segunda mitad de los años de 1960.

Nacional de Costa Rica donde es muy estimado. Eusebio Flores Silva llevó la influencia francesa a este país. También destacamos la presencia de Ángel Bassols Batalla en el evento de la UGI de Río de Janeiro, que tuvo un papel importante en el desarrollo de la Geografía de México.

El Congreso de Geografía de la UGI otorgó un intenso dinamismo a los conocimientos que se desarrollaban en Brasil, en Argentina y en otros países de la región. Importantes obras colectivas fueron realizadas por los geógrafos de San Pablo, de Río de Janeiro, de Buenos Aires, de México y demás centros de estudios. Esa reunión trajo a los investigadores de la región, el conocimiento de una Geografía más científica. Al mismo tiempo reforzó las relaciones de Francia con los países latinoamericanos. A partir de aquí se produjo una intensificación de los flujos de brasileños, argentinos, mexicanos y latinoamericanos en general, hacia los centros de estudios de Francia a fin de realizar tesis doctorales o de adquirir una especialización más profunda.

Pierre George, uno de los geógrafos franceses que suscitó más interés en la reunión que estamos analizando, junto con Jean Tricart, fueron excluidos en un primer momento porque estaban afiliados al Partido Comunista Francés. En entrevista concedida a Borzacchiello da Silva, Pierre George cuenta que: “Sin embargo, el principal campo de observación donde los viajes se asocian a la participación en congresos, coloquios y a períodos de enseñanza es América Latina: Brasil, 1956, 1962, 1968, Chile 1966, Argentina, 1965, 1969, Venezuela, 1977, México 1964, 1976, 1978, 1980, 1982, 1984” (SILVA, 2002, p. 77).

La variedad de libros que Pierre George escribió como la Geografía Rural, la Geografía Urbana, la Geografía Económica, la Geografía de la Población, la Geografía del Consumo, por citar los más importantes, fueron traducidos al español y al portugués, y constan en las bibliografías de los trabajos y tesis de varias generaciones de geógrafos latinoamericanos.

En este momento volvemos a citar Borzacchiello da Silva. Aunque sus reflexiones se refieren a Brasil, creemos que podemos extenderlas a la totalidad de nuestra América Latina. “El estudio de la geografía francesa, de sus escuelas y tendencias, la difusión de sus líneas de investigación por el mundo y principalmente en Brasil, permite, especialmente, el establecimiento de análisis comparativos” (SILVA, 2002, p. 53). Temas como Tercer Mundo, países subdesarrollados, *aménagement* del territorio, paisajes agrarios, procesos urbanos, formación de metrópolis, macrocefalia urbana y la búsqueda de estos conceptos en nuestra realidad, fueron frecuentes durante las exposiciones de trabajos en las reuniones de las sociedades geográficas de nuestros países.

Cabe destacar también que con las obras de Pierre George y Jean Tricart las ideas marxistas sobre la interpretación del espacio entran en la Geografía Latinoamericana.

Esa nueva Geografía Francesa que se inicia con los autores mencionados, tendrá otro momento de grande apogeo y será con el conocimiento de los libros de Yves Lacoste. En uno de ellos, “La Geografía: Un arma para la Guerra” (1976) se hace una profunda crítica a los conocimientos geográficos existentes. Esta obra produjo una gran conmoción entre los geógrafos brasileños, ultrapasando

las fronteras y, siendo uno de los factores, para que los vecinos latinoamericanos comiencen a frecuentar los encuentros realizados en Brasil, a pesar de los problemas de las dictaduras.

Este libro, que nosotros conocimos a través de una copia pirata en plena Dictadura Militar que nos llegó de Portugal, nos hizo discutir y analizar acaloradamente la Geografía de los Estados mayores, la Geografía de la enseñanza en las escuelas, la Geografía de los profesores, la región como obstáculo, la falta de una concepción epistemológica que oriente claramente los estudios disciplinares, la escasa consideración de la escala en la lectura e interpretación de los fenómenos. En síntesis, el libro provocó una revolución que encontró reflejo especialmente en los encuentros de la Asociación de los Geógrafos Brasileños - AGB. La situación había llegado a tal exageración, que creó un verdadero clima de guerra. Así el propio Lacoste manifiesta “Luego que ese librito apareció en 1976 se produjo un bello escándalo en la corporación de los geógrafos universitarios. Un escándalo tan grande que muchos entre ellos se llenaron de indignación” (LACOSTE citado en SILVA, 2002, p. 104).

Lacoste ya era conocido en la Geografía de América Latina porque ya habían circulado entre nosotros dos libros de su autoría que fueron aceptados inmediatamente, traducándose al español y al portugués: “La Geografía del Subdesarrollo”, editado en Francia en 1965 y “Los Países Subdesarrollados”, publicado en Francia en 1963 en la colección Saber Actual, y en San Pablo en 1966.

En 1964 Yves Lacoste junto con Bernard Kaiser y Raymond Guglielmo, dirigidos por Pierre George, publican un libro llamado

“La Geografía Activa” (editado en portugués en 1966). Este texto tuvo una gran aceptación porque mostraba un nuevo campo para la acción de los geógrafos: su participación en el planeamiento urbano, en el desarrollo económico y social regional o nacional. La obra procuró demostrar la relevancia de una geografía aplicada para la existencia de un mundo mejor.

Borzacchiello da Silva nos dice al respecto: “La Geografía Activa” se convirtió en moda, atrajo un gran número de geógrafos y se difundió en los medios científicos y de planeamiento. Su discurso atendía a los deseos de un mundo que se transformaba con una intensa velocidad y que presentaba un cuadro de contradicciones y carencias inconcebibles para a las personas más sensibles y politizadas (...) La posguerra creó un clima de posibilidades y de extrema creencia en la ciencia como transformadora de la realidad social. A lado de las grandes conquistas tecnológicas (nunca con la velocidad que se ven hoy) había una postura filosófica que norteaba acciones políticas de cuño estructuralista-funcionalista basadas en el discurso del desarrollo versus subdesarrollo con interpretaciones evolucionistas y, porque no darwinistas. Eran acciones ideológicamente trabajadas, al punto de sostener que el subdesarrollo no pasaba de una etapa, una fase que los países conocían en el transcurso del desarrollo” (SILVA, 2002, p. 105-106).

No podemos dejar de mencionar que, aunque existieron influencias alemanas, anglosajonas y también de otros lugares para interpretar nuestro espacio geográfico, ninguna de ellas tuvo, el papel que adquirió la Geografía Francesa en la región.

Una síntesis de este período de la Geografía Académica, concordamos con Bustos Cara, que admite que fue una productora de representaciones territoriales, particularmente en torno al concepto de nación y región. Implica observar la producción del discurso regional y nacional, desde los lugares donde la Geografía de los países de nuestra América Latina, se produce.

La Geografía junto con la Historia, fueron en ese largo período, las disciplinas que más aportaron a la construcción de la subjetividad territorial nacional, por intermedio del sistema educativo formal e informal. Explicamos la subjetividad territorial aquella que da sentido a lo espacial, construyendo el mundo simbólico de la territorialidad percibida y vivida, tanto a escala nacional, posiblemente el nivel más vidente, como escala regional y local. (BUSTOS CARA, Texto dactilografiado, s/d.)

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro define el período comprendido entre los años de 1968 a 1973 como un “punto de mutación”. Es desde este punto de mutación que daremos inicio a un segundo momento en esta nuestra historia.

Segundo Periodo: la presencia de la NEW GEOGRAPHY

El “punto de mutación” que destaca Figueiredo Monteiro se refiere al momento de desarrollo de lo que se llamó de Geografía Cuantitativa, o Teorética, otra forma de querer interpretar las relaciones geográficas. La década de 1979 a 1980, predominó la visión de un neopositivismo autóctono (BUSTOS CARA), que no tenía como base posiciones críticas ni temas con compromiso

social. Se produce una ruptura profunda en los geógrafos, ruptura espacial e ideológica.

Milton Santos sostenía, citando Ian Burton que escribía en 1963, que la revolución cuantitativa había hecho de nuestra disciplina una ciencia respetable. (SANTOS, 1978, p. 45).

La necesidad de reafirmarse como ciencia trajo a la Geografía el lenguaje de las matemáticas lo que le aseguraría un conocimiento más preciso y la posibilidad de previsión. Según Milton Santos “se creía responder también a una preocupación de rigor donde la noción de causa y efecto se imponía, con la ayuda de modelos lineales elaborados tanto para avanzar como para retroceder (...) Los significados en la utilización de análisis multifactorial debería, en el espíritu de los geógrafos cuantitativos, resolver de una vez por todas las cuestiones intrincadas solicitadas por la multiplicidad de variables en el juego y por la fragilidad, hasta entonces invencible, del trabajo interdisciplinar” (SANTOS, 1978, p. 45).

Por otra parte, los países de América Latina comenzaron a vivir dictaduras militares violentas (en Brasil a partir de 1964, y posteriormente en Uruguay, Argentina, Chile hasta mediados de los años de 1980) con fuertes persecuciones teóricas e ideológicas, que obligaron a varios científicos, entre ellos también geógrafos, al exilio. A su vez, se prohibió la entrada de publicaciones extranjeras que nos pudieran mostrar lo que estaba aconteciendo en el mundo intelectual. Aunque ya existían nuevas concepciones metodológicas, en nuestros territorios la cuantificación estaba en su auge, especialmente en el IBGE, en Río de Janeiro, en la Universidad Estadual de San Pablo con sede en Río Claro, en la Universidad de

Buenos Aires, en la Universidad de Cuyo (Mendoza – Argentina) para mencionar algunos centros de investigación. Como afirma Borzacchiello da Silva “no tardó en servirse (la dictadura) de la geografía no solo para hacer la guerra, sino también para aniquilar áreas de congregación de ideas y resistencia. La exigua libertad, cuando existía, todavía era vigilada (...) La propuesta oficial quedó preñada de status. Una geografía elaborada en moldes matemáticos tendía a ser, a los ojos de algunos técnicos ansiosos por reconocimiento y prestigio oficial, una geografía más exacta y más científica, amparada por fórmulas y modelos, alcanzaría mayor explicación y reconocimiento. Varios profesionales se tornaron ejecutivos de la geografía brasileña, se afirmaron a partir del golpe. Se intensificó el flujo Río de Janeiro, Brasilia, Washington. Perdía la sociedad, ganaba una vez más el Estado en un contexto cada vez más represivo y de exclusión” (SILVA, 2002, p. 75).

En el caso de Argentina, los períodos de democracia en especial sufrían rupturas de los gobiernos de facto, alcanzando directamente la universidad y la actividad de investigación. Los geógrafos que se interesaban por establecer relaciones entre los procesos sociales y as formas de organización del espacio, o las cuestiones culturales asociadas a las características de los lugares, fueron retirados de sus cargos, perseguidos, exilados, etc.

En el pensamiento de Figueiredo Monteiro el marco inicial de lo que él denominó la “proclamación oficial” de las nuevas prácticas de análisis geográfico fue el año 1968. Sin embargo, es significativo destacar que su aceptación no fue mucha. El generalizado uso de

las matemáticas provocó una insatisfacción teórico-metodológica tanto entre los geógrafos como en todas las ciencias sociales.

Además, en ese período no existía ni se podía hablar de América Latina. Había una exaltación del nacionalismo, y las fronteras fueron no solo cerradas físicamente, sino con muchas exigencias policiales y políticas, para obstaculizar lo máximo posible las relaciones entre los países vecinos o no. Las aduanas, tanto en los aeropuertos como en las terrestres, revistaban los pasajeros haciéndoles perder varios minutos y hasta horas de espera.

Podemos afirmar también, que ese período fue un momento especial de la Geografía latinoamericana. La praxis lo demostró, pues grandes geógrafos de los países citados fueron recibidos por otras naciones. Menciono a German Wettstein y Alvaro López Gallero (uruguayos), a Milton Santos y Josué de Castro (brasileños), a Pedro Cunill, Graciela Uribe, Eusebio Flores (chilenos), y a varios argentinos entre los cuales se encuentra el geomorfólogo Omar Barrera. Sociólogos como Nestor García Canclini y Marta Stemberg se exilaron en México. Todos ellos llevaron sus saberes y realizaron sus trabajos, en los países que los recibieron y aportaron al crecimiento del conocimiento latinoamericano.

Cabe destacar que la propia realidad latinoamericana entre las décadas de 1950 y de 1980, había pasado por profundos cambios. Desde el punto de vista institucional, después de la Segunda Guerra Mundial, un conjunto de científicos sociales como sociólogos, economistas, demógrafos y profesionales ocupados en el planeamiento y con los problemas del subdesarrollo, se reunieron en un centro de investigación que se denominó Comisión

Económica para América Latina (CEPAL), en Santiago de Chile. Este grupo se tornó en una escuela de pensamiento teórico-científico, que los geógrafos empezaron a conocer y consultar. Profundas transformaciones espaciales estaban haciéndose eco de los cambios socioeconómicos y políticos mundiales. El espacio de Latinoamérica dejó de ser predominantemente agrario convirtiéndose en un espacio urbanizado con grandes metrópolis y ciudades de varios millones de habitantes. Esta nueva realidad exigía otro tipo de investigación donde la vieja monografía y los enfoques tradicionales no resultaban suficientes. Los gobiernos militares pensaron resolver los problemas sociales que surgieron en las ciudades a través de los conceptos del planeamiento urbano, sin embargo, no tomaban en cuenta ni del tamaño ni las situaciones sociales de las ciudades. La fiebre del planeamiento trajo de vuelta la influencia de los maestros franceses. Ideológicamente se pensaba que un instrumento técnico-político, podría no solo resolver los problemas de las desigualdades sociales, sino que también podría actuar como una importante herramienta de control social. Lo urbano y la ciudad se habían convertido en un campo de luchas sociales por mejores condiciones de vida y de trabajo. Lo real quedaba cada vez más lejos de todas las interpretaciones científicas. Aquí seguimos los consejos del maestro Monbeig quien en 1950 afirmaba frente a sus alumnos: “trabajando sobre lo real, es lo real que tenemos el deber científico de estudiar, huyendo de toda esclerosis, abandonando cualquier estrecha obediencia al método” (MONBEIG, 1957, p. 77).

En el período que estamos analizando, hubo una tendencia mundial que buscó evidenciar la importancia de la “cuestión” ambiental. Paralelamente se produjo un aglomerado de mudanzas en los centros hegemónicos del poder mundial. Del Simposio de la Unesco en París (1968) al Congreso de Estocolmo (1972), las preocupaciones económicas fueron priorizadas respecto a las ambientales. “La polarización económica supera las regiones naturales, en la medida que los estudios de redes urbanas y microrregiones homogéneas pasan a definir los espacios geográficos” (MONTEIRO, 2008, p. 18-19).

Las últimas décadas del siglo XX, las trataremos en el tercer período porque nuevas circunstancias, en el decir de Ortega y Gasset, transformaron teórica, metodológica y sociopolíticamente el pensar y hacer de la Geografía.

Tercer período: nuevos caminos para recorrer

A partir de los años de 1980 reconocemos nuevas influencias teórico-metodológicas. Los filósofos comienzan a ser parte de nuestros conocimientos: Marx y Engels dieron las bases, pero luego llegamos a Althusser y, principalmente, a los libros de Henri Lefebvre (1970, 1974) sustentación de una Geografía afirmada en el materialismo histórico y dialéctico. También filósofos como Husserl, Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, entre los más conocidos, respaldan una Geografía fenomenológica y humanista.

Los conceptos formulados por Henri Lefebvre en particular nos ofrecen una óptica diferente. Para este autor es preciso pensar

el espacio en términos que expresen su carácter socialmente construido, con sus propiedades formales y materiales. De esa forma Lefebvre (1974) define al espacio como producto de las relaciones sociales y a la naturaleza como materia prima de ellas.

Bajo esa concepción marxista del espacio se pusieron en relieve los contenidos políticos de la naturaleza y del territorio. “Al hacer abstracción de la naturaleza, de los recursos, del espacio y de los territorios, el desarrollo histórico de la sociedad moderna y el capitalismo aparece como un proceso interno autogenerado, de la sociedad europea que posteriormente se expande hacia las regiones “atrasadas” (CORONIL, citado por LANDER, 2003, p. 35). Analizado desde ese punto de vista, desaparecen contenidos como las políticas de dominación de territorios, la explotación de los recursos y de la población en toda la historia de América Latina, así como también la desvalorización de la periferia; Europa es vista como el único sujeto histórico del capitalismo.

Con esa nueva concepción teórico-metodológica, sustentada en la relación tiempo – espacio y, por analogía, en el vínculo sociedad – naturaleza, retorna al Brasil después de un largo exilio de 13 años en Francia y otros países, el geógrafo Milton Santos. Monteiro, (2008) analiza esta circunstancia afirmando que, a partir de ese momento se produce en la historia de la geografía brasileña, el **período revolucionario**, comenzado por los movimientos teórico – cuantitativos que deseaban cambios importantes, pero, desde su punto de vista, infelizmente la influencia anglosajona no tuvo, mucha aceptación en nuestra región latinoamericana. Continúa el autor mencionado afirmando que Milton Santos traía con él la

experiencia de su presencia en el exterior, aparte de un número considerable de libros y artículos publicados sobre temáticas nuevas, “liderando” la radicalización de la disciplina con la propuesta de “Por Una Geografía Nueva”. Aquel proceso que ya se iniciara con las ideas de Pierre George, quien consideraba a la Geografía como una ciencia social, se efectiviza con la producción incontestablemente creciente de Milton Santos (1978; 1979; 1982; 1985; 1988; 1993; 1994; 1996a; 1996b; 2000) y con la de sus discípulos.

Durante su exilio Milton Santos ya había visitado la Argentina en 1974 y 1980, en Comahue, (Argentina) en 1978, en Perú, en Venezuela, en México, es decir, ya había sembrado en América Latina, sus conocimientos y principalmente su compromiso con una Nueva Geografía, crítica y de base absolutamente social. Citaré Bustos Cara que describe esas situaciones rotulando como INFLUENCIA DE LA GEOGRAFIA DEL BRASIL, PARTICULARMENTE DE MILTON SANTOS EN LA GEOGRAFIA ARGENTINA.

“En 1974, Milton visita Argentina en un momento clave, para participar en una reunión cuyos ecos permanecen en el tiempo y en la memoria de una generación de geógrafos. Esta reunión en Neuquén confrontó tendencias ideológicas contrapuestas, inmersas en un torbellino no exento de violencias que predecían un largo periodo de intolerancia. Fue el II Encuentro Latinoamericano de la “Nueva Geografía”. Describe los organizadores, la fecha 18 a 23 de febrero de 1974, la presencia de geógrafos de muchas Universidades argentinas y latinoamericanas. A ese encuentro le

antecede otro, el I del encuentro realizado en Salto (Uruguay) organizado por German Wettein. Las consecuencias para los geógrafos de Argentina y de Uruguay fueron graves: se enfrentaron los de una Geografía cuantitativa y los de una Geografía de la Liberación, con exposiciones que se entrelazaban en discursos incomprensibles.

A partir del arribo de la Geografía Crítica al continente, con base teórica en el materialismo histórico y en la dialéctica, nuevas influencias vienen de Francia, ahora no solo de los geógrafos, sino también y principalmente de los filósofos y sociólogos urbanos. En este momento se produce una ruptura con las antiguas formas de interpretar el espacio, y hay un mayor compromiso social en la investigación. Los geógrafos hacen parte de las ciencias sociales y participan de los movimientos sociales, tanto urbanos como agrarios y la investigación participante y participativa, se convierten en la epistemología teórica de la producción de los latinoamericanos.

Con la Guerra Civil Española numerosos científicos huyeron para América Latina, llegando a los diferentes países de estos territorios. Entre ellos vinieron algunos geógrafos, haciendo sentir sus influencias especialmente en México y Cuba. Participando de las universidades, que los recibieron y donde tuvieron campo de trabajos. Los países de América Latina, y en especial México tuvieron un desarrollo intelectual muy intenso con la participación de los emigrados.

Una nueva corriente de influencia a partir de España, la recibimos en los finales de la década de 1970. Argentina, Chile, Colombia, Venezuela, México, Costa Rica, Puerto Rico, Cuba y

también en Brasil, se realizan convenios y se invitan profesores de las Universidades españolas, en especial de la Complutense de Madrid y de las de Barcelona. Nombres como los de Aurora García Ballesteros, Joaquín Bosque Maurel, José Estébanez Álvarez entre otros de Madrid. De Barcelona, tenemos que mencionar Horacio Capel, Carles Carreras i Verdaguer e María Dolors García Ramón y Carmen Miralles, reciben en sus cursos y dirigen tesis de sus alumnos de América Latina. En estos países, aparte de dictar conferencias, transmitir sus conocimientos en los cursos a los que fueron invitados, desde la Patagonia hasta el Rio Grande en el límite con los Estados Unidos, numerosos alumnos defienden sus tesis en los claustros españoles dirigidos por los orientadores mencionados. También a partir de los años de 1980, fueron frecuentemente visitados en sus universidades, por profesores realizando sus posdoctorados, y participando de trabajos de investigación publicados en conjunto. No puedo dejar de mencionar los numerosos trabajos y libros de esos autores que influyen en nuestras lecturas, clases e investigaciones.

A partir de los últimos años del siglo XX, se inicia también una fuerte relación por conocer los trabajos sobre geo-informática o geoprocésamiento y tengo que destacar aquí el interesante papel desempeñado por Joaquín Bosque Sendra, de la Universidad de Alcalá de Henares. Su presencia gana relevancia en los países de América Hispánica: Puerto Rico, Venezuela, Honduras, Guatemala, así como en México, Chile, Bolivia y Argentina. Interesante que esos conocimientos son solicitados no solo por geógrafos, como por otras disciplinas en especial relacionadas a problemas ambientales.

La revista de Geocrítica y los encuentros del mismo nombre, organizados por el Prof. Dr. Horacio Capel, desde 1970, tienen un papel preponderante en la formación intelectual de los geógrafos de América Latina. Vale la pena mencionar la importancia que posee publicar en la revista y presentar comunicaciones en los coloquios bianuales.

El retorno de Milton Santos del exilio fue en 1976 y en 1985 ingresa como Profesor Titular en el Departamento de Geografía de la Universidade de São Paulo. En ese período que pasó un tiempo en Salvador en Bahia, en Rio de Janeiro y varios otros lugares de Brasil de América Latina y del mundo donde era invitado para exponer sus ideas.

Desde su lugar en el Departamento, apenas su llegada, da inicio a una serie de convenio con proyectos de investigación y en la organización de eventos como “El Nuevo Mapa del Mundo” (São Paulo 01 al 05 de setiembre 1992), “Territorio, Globalización y Fragmentación” (São Paulo 28 al 30 de abril 1993), y el tercero “Lugar, formación socio-espacial, mundo” (São Paulo, 08 al 10 de setiembre de 1994). Reuniones estas todas que tienen como fundamento la comprensión compleja de los procesos de globalización, así como nuevas formas territoriales y nuevas visiones de mundo. Como dice Bustos Cara en esas reuniones se relanzó una visión crítica y un aporte integrador a la conciencia latinoamericana del sentido de esos procesos que se estaban viviendo en el mundo.

En 1987, por iniciativa del geógrafo Antonio Olivio Ceron de la Universidad del Estado de San Pablo con sede en Río Claro (un

importante centro de estudios y de investigación del interior del Estado de San Pablo), se organiza el primer Encuentro de Geógrafos Latinoamericanos. En la inauguración el propio Ceron explicó que en una reunión de la UGI (Unión Geográfica Internacional) en Europa, se le reclamó la falta de un evento que reuniera a los geógrafos de América Latina. Él explicó que solamente cuando la democracia llegó a los países que estaban en dictadura podría hacerse realidad esa reunión. La participación en este evento de los geógrafos de la región no fue muy expresiva porque nadie tenía idea de lo que podría acontecer en ese encuentro. Los militares que habían ocupado los gobiernos de varias naciones, hacían cuestión de sembrar la división y no se sabía que era América Latina. También había un cierto prejuicio, que venía de la época de la dictadura y que consideraba que, quienes se reunirían en este evento, “eran cuantitativos”. Vencidas estas barreras negativas, la sorpresa fue interesante: la organización de este encuentro fue en Aguas de São Pedro, centro turístico vecina de Rio Claro, permitió conocer los trabajos de geógrafos de los otros países que componían esta realidad. Así, por primera vez, escuchamos los conceptos de espacio de autoría de Milton Santos en un trabajo presentado por la geógrafa Delfina Trinca Figueira de la Universidad de Mérida en Venezuela. En esa reunión, expusimos nuestra experiencia de investigación participativa, trabajo resultante de la vivencia con los movimientos sociales de la región este de San Pablo. En el encuentro conocimos tres eminentes geógrafos españoles que Ceron había invitado: los Profesores Doctores José Estébanez de la Universidad de Madrid, Carles Carreras i Verdaguer

de la Universidad de Barcelona y Miguel Panadero Moya de la Universidad de Castilla la Mancha. En la asamblea de cierre de la reunión, se votó cuál sería el país que recibiría el segundo encuentro. El Prof. Dr. Álvaro López Gallero de la Universidad Nacional de Uruguay, se responsabilizó para la realización del próximo EGAL. Además, se establecieron ciertos criterios que a partir del próximo se invitarían los geógrafos cubanos que ellos tenían ciertos problemas para poder participar. A partir de ese segundo hasta el realizado en Quito (Ecuador) en 2019, siempre estuvieron presentes. En el momento de organizar los Encuentros de Geógrafos de América Latina (EGAL) se recuerdan los criterios que no permiten desacuerdos, y luchas internas, criterios que respetan hasta ahora. En el segundo Encuentro de Geógrafos de América Latina, en Montevideo (Uruguay), comienzan a participar los geógrafos cubanos, a los que recibimos con mucho interés pues deseábamos conocer los estudios geográficos de este país. En los siguientes EGAL, realizados en los diversos países del hemisferio norte y del hemisferio sur de América Latina, fuimos conociendo grandes nombres de geógrafos invitados que participaron con nosotros en el desarrollo de conocimientos sobre nuestra realidad, y que pensaron con nosotros el espacio latinoamericano. En el tercer encuentro en Toluca (México), participaron Aurora García Ballesteros y Joaquín Bosque Maurel, ambos de la Universidad Complutense de Madrid. En el cuarto en Mérida (Venezuela) le dieron el título de Profesor *Doctor Honoris y Causa* a Jean Tricart. En este evento también contamos con la presencia de algunos de los profesores españoles, que seguían las concepciones geográficas

de Milton Santos. El quinto encuentro, realizado en La Habana (Cuba), fue paralelo a la reunión de los geógrafos de la UGI. Al sexto EGAL celebrado en Buenos Aires, los geógrafos argentinos invitaron como conferencistas a Horacio Capel, a David Harvey, Edward Soja y Maria Dolors García Ramón. Ellos también participaron en los debates que tuvieron lugar en las mesas redondas y comunicaciones presentadas. En algunas de esas reuniones, se hacían presentes geógrafos portugueses, españoles y franceses, para, juntos a los latinoamericanos, investigar y participar de nuestras experiencias.

Fernando Carreto Bernal, geógrafo de la Universidad Autónoma de México, publicó un trabajo titulado de “Tendencias del pensamiento geográfico en América Latina. Una perspectiva desde los Encuentros de Geógrafos de América Latina 1987-2001” (BERNAL, 2003, p. 325-339). El autor presenta un balance del quehacer geográfico desarrollado en los EGAL. Carreto Bernal afirma que en el período comprendido entre los años 1987 y 2001 se han realizados 8 encuentros con una participación de 3493 personas. Es un número expresivo del interés que cada vez más despiertan nuestras reuniones. En los encuentros posteriores los números de geógrafos fueron multiplicándose, así como los países representados, aunque la proporción de brasileños siempre fue y es muy grande.

Interesa también resaltar que los que iniciaron estas reuniones, se preocuparon en no crear una estructura jerárquica que encorsetara la realización de esos eventos o que pudiesen afectarlos por problemas políticos. La organización de ellos debería

recaer siempre en una universidad, preferentemente pública, aun cuando el país contara con pocas condiciones económicas para su realización. Se prioriza que los participantes tengan la posibilidad de mantener intercambios intelectuales y, a través de los debates, realizar reflexiones profundas. Hay también una preocupación para que en cada nuevo encuentro se invite a un país que todavía no hubiera participado o donde la Geografía no se encuentre institucionalizada. Así en Costa Rica, conocimos geógrafos de Honduras, Nicaragua y Guatemala y, en Lima, tomamos conocimiento de la existencia de un curso de Geografía en la Universidad San Andrés de La Paz en Bolivia. Estos cursos de Geografía ya realizaron la organización de los últimos EGAL.

Hasta el encuentro de Puerto Rico, en 1999, la presencia de Milton Santos fue determinante. En sus conferencias de apertura o de cierre, dictadas en español, discutía cuestiones teórico-metodológicas, poniendo énfasis en su preocupación por “una Geografía nueva”, crítica, dinámica y, sobretudo, comprometida con la realidad de América Latina. En cada encuentro presentaba siempre conceptos nuevos, producto de sus investigaciones, tales como el de “medio técnico-científico-informacional”, orientado a definir el tiempo presente de nuestra realidad, el de “formación socio-espacial”, diferentes definiciones de espacio (siempre concebido como una categoría social) y sus respectivas ontologías, la idea de totalidad, la reflexión sobre los vínculos entre la totalidad y el lugar, el concepto de territorio y el de psicoesfera, la propuesta de otra globalización, en fin una base epistemológica fundamental para sustentar, con evidencias cada vez más actuales, nuestras

investigaciones de lo real en América Latina . Sus principales libros fueron traducidos al español tanto en España, en México o en Argentina para que en todos los encuentros los participantes tuvieran acceso. En la bibliografía menciono algunos de ellos. En una entrevista que le hicieron en el año 2000 Milton Santos definió así a la Geografía: “Mi propia definición resulta de una confrontación crítica con otras definiciones, aquellas que yo aprendí y que enseñé y concuerda con la práctica, en el sentido de su relación con la producción del saber, esto es, en relación con la llamada realidad y con la posibilidad, que es el deseo de toda ciencia social, de producir un discurso intelectual que pueda ser base de un discurso político” (SANTOS, 2000b).

En el año 2003 en la ciudad de Mérida (México), los organizadores del EGAL crearon el PREMIO MILTON SANTOS, para homenajear a los geógrafos de América Latina que sembraron y se preocuparon por difundir la Geografía en sus tierras y, en algunos casos, a nivel internacional, en otros países, producto de los exilios. En abril de 2015 se realizó el XV EGAL en la ciudad de Habana (Cuba). En 2017 en La Paz, Bolivia y en 2019, fue en Quito, Ecuador, el próximo en 2021 será en Córdoba, (Argentina). Parece que ya se ha tornado obligatorio que cada dos años en algún país de América Latina se, organice el evento.

A partir de la existencia del Primer Encuentro de Geógrafos de América, comenzaron a ser realizados varios otros eventos no solo en geografía como en todas las disciplinas de ciencias sociales con participación de estudiosos de toda América Latina.

Finalmente tenemos que afirmar que Milton Santos es testimonio presente de nuestra Geografía Latinoamericana y sus ausencias significativamente acompañaron, no por casualidad, las prolongadas ausencias de la democracia.

La rica obra de Milton Santos realizó en la Geografía de toda América Latina, un profundo cambio incentivándonos a investigar con una buena fundamentación teórica-metodológica, que nos lleve a analizar e interpretar las circunstancias históricas que tenemos que vivir.

Finalmente, ¿cuál es nuestro futuro?

En el EGAL en San Pablo, en 2005, sustentado en la Filosofía Mestiza, de Michel Serres (1993) y en el “El Pensamiento Mestizo” de Serge Gruzinski (2000), propusimos la creación de una Geografía Mestiza, en la cual nos preocupásemos por estudiar el espacio de América Latina, producto de su sociedad mestiza (LEMOS, 2006).

Hoy hay una riqueza de publicaciones de libros, trabajos de investigación, debates, reuniones científicas y otras formas de encuentros, donde se estudian diversas formas del pensar la geografía: el espacio, social evidentemente, y su producción, su consumo, sus relaciones políticas, culturales, simbólicas, en fin, toda y cualquier manifestación social que se realice en un espacio geográfico que esencialmente deberá ser crítico y comprometido socialmente. No podemos tampoco, olvidar las bases epistemológicas donde se sustentará ese nuestro pensar la Geografía.

También pensamos que siempre tendremos que partir del concepto de espacio de Milton Santos que nos dice que éste es la acumulación desigual de los tiempos. ¿A qué tiempos nos referimos? ¿Cómo capturar espacialmente esos tiempos diferenciales de América Latina? Aunque ya citamos este concepto continuamos proponiendo la definición de Carlos Fuentes en su libro “Tiempo mexicano”, también latinoamericano, y resultado de ser mestizo y nos dice:

“La premisa del autor europeo es la unidad de un tiempo lineal que progresa hacia adelante dirigiendo, asimilando el pasado. Entre nosotros en cambio, no hay un solo tiempo: todos los tiempos están vivos, todos los pasados están presentes. Nuestro tiempo se nos presenta impuro, cargado de agonías resistentes. La batalla es doble: luchamos contra un tiempo que, también, se divierte con nosotros, se subvierte desde nosotros, se convierte en nombre nuestro” (FUENTES, 1989, p.14).

Este debe ser el paradigma de nuestras pesquisas, las diversidades de tiempos que construyen los espacios de América Latina.

Referências

barros, Claudia « La antropogeografía en Buenos Aires », *Terra Brasilis* [Online], v. 3, 2001, posto online no día 05 novembro 2012, consultado o 14 novembro 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabilis/326>; DOI: 10.4000/terrabilis.326.

BERNAL, Fernando Carreto. *Tendencias del pensamiento geográfico en América Latina. Una perspectiva desde los Encuentro de Geógrafos de América Latina 1987-2001*. En *Unidad y Diversidad del pensamiento geográfico y el mundo. Retos y perspectivas*, eds. Vincent Berdoulay y Héctor Mendoza Vargas, 325-339. México: Instituto de Geografía, UNAM, 2003.

CAPEL, Horacio. *O nascimento da ciência moderna e a América*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1999.

BUSTOS CARA, Roberto. *Geografía Argentina: realidades, incertidumbres y utopías*. s/d.

CHIOZZA, Elena. *Estudio preliminar. En La República Argentina. La valorización del país*. Pierre Denis. Buenos Aires: Ediciones el Solar, 1987. p. 7-26 (primera edición 1920).

FUENTES, Carlos. *Tiempo Mexicano*. México: Cuadernos de Joaquín Mortiz, 1989.

GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

IANNI, Octávio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2000.

LANDER, Edgardo (org). *La colonialidad del saber. Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

LACOSTE, Ives. *La Geografía: un arma para la guerra*. Barcelona: Anagrama, 1977. (primera edición 1976).

LEFEBVRE, Henri. *La revolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Editions Anthropos, 1974.

LEMOS, Amalia Inés Geraiges de. América Latina: À procura de uma geografia mestiça. En: *Questões Territoriais na América Latina*. Eds.

A.I.G de Lemos, Maria Laura Silveira, Mónica Arroyo. Buenos Aires-San Pablo: CLACSO- Universidad de San Pablo, 2006. p. 27-37.

LEMOS, Amalia Inés G. L.. Uma viagem pela geografia latino-americana: suas tradições e perspectivas. In: GERAIGES DE LEMOS, Amalia Inés; GALVANI, Emerson. *Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Monbeig*. 1.ed.- Buenos Aires; São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2009. p. 19-36.

MACHADO, Lia Osorio. Origem do Pensamento Geográfico Brasileiro: meio tropical, espaços vazios e a Idea de ordem (1870-1930). Em: PEREIRA, Sergio Nunes. História do Pensamento Geográfico: Instituições, Institucionalização e Produção do conhecimento. Em: Terra Brasilis. Geografia e Pensamento Social Brasileiro. Ano I, Ju/dez. 2000, Rio de Janeiro, RJ, 1995.

MACHADO, Lia Osorio. “As ideias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do Século XX”. *Terra Brasilis*, v. 2, p. 11-31, 2000.

MONBEIG, Pierre. 1957. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Geografia sempre. O homem e seus mundos*. Campinas: Edições Territories, 2008.

RINCÓN, Javier Castañeda: La geografía escolar en México: 1821-2000. En: *Revista de Información y Análisis*, p 16-20. s/i.

RODRIGUES, José Manuel Espinoza: *LA DIFUSIÓN DE LA GEOGRAFIA EN MÉXICO, ESFUERZOS Y LOGROS*. México, UNAM, s/d, s/i.

SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. San Pablo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. San Pablo: HUCITEC, 1982.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. San Pablo: NOBEL, 1985.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. San Pablo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. San Pablo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. *Por Uma Economia Política da Cidade*. San Pablo: HUCITEC/Educ, 1994.

SANTOS, Milton. *De la Totalidad al Lugar*. Barcelona: OIKOS-TAU, 1996a.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Pablo: HUCITEC, 1996b.

SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro - San Pablo: RECORD, 2000a.

SANTOS, Milton. *Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos*, eds Odette Seabra, Monica de Carvalho y José Correa Leite. San Pablo: Editora Fundação Perseo Abramo, 2000b.

SANTOS, Milton. *Testamento Intelectual. Entrevista realizada por Jesus de Paula Assis e Maria Encarnação Sposito*. San Pablo: UNESP, 2004.

SERRES, Michel. *Filosofia mestiça*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

SILVA, José Borzacchiello da. *França e a Escola Brasileira de Geografia: verso e reverso*. Fortaleza: Edições UFC, 2002.

UGI. Comptes Rendus Du XVIII Congrès International de Géographie, Brésil, Rio de Janeiro, 1956. *Actes Du Congrès*. Tome premier Rio de Janeiro, 1959.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar las ciencias sociales*. México: Siglo XXI.

ZUSMAN, Perla; PEREIRA, Sergio Nunes. 2000. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a geografia de Delgado de Carvalho. *Terra Brasilis* v. 1, p. 51-74, 1996.

ZUSMAN, Perla. Naturaleza y Tradición en los Orígenes de la Geografía Argentina. El proyecto disciplinario de Elina Correa Morales. *Terra Brasilis*, v. 3, p. 79-109, 2001.

PIERRE MONBEIG Y EL ORIGEN DE LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA¹

Júlio César Suzuki²

Institucionalización de la enseñanza superior en Brasil y la creación de la Universidad de São Paulo

La Geografía brasileña tomó nuevos contornos después de la institucionalización de la educación superior, cuya fuerza motriz permitió la expansión de áreas del conocimiento ya con cierta solidez, así como con el incremento de otras sin tradición o, incluso, con un alcance inexpresivo, sobre todo en un país que vivía las marcas de la vida rural muy fuertes, delineadas por la presencia de analfabetismo, es lo que se percibe en relación a la provincia y al estado de São Paulo.

El Censo de 1872 constató que el 83% de la población del Estado de São Paulo era analfabeta. Con todo, en el Municipio, un cuarto de la población no sabía leer.

En São Paulo, de cada 10 hombres apenas 3 o 4 eran alfabetizados. Entre las mujeres la proporción era aún menor: 2 de cada 10. La elevación de la tasa de alfabetización fue lenta. Hubo un considerable salto en 1920: entre los hombres 6 de cada 10 eran alfabetizados,

¹ Texto traducido al español por Oscar Gerardo Hernandez Lara.

² Graduado en Geografía, por la Universidad Federal de Mato Grosso, en Letras, por la Universidad Federal de Paraná, y en Química, por el Instituto Federal de São Paulo, con Maestría y Doctorado en Geografía Humana, por la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo. Profesor Doctor del Departamento de Geografía de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo y director de tesis en el Programa de Posgrado en Integración de América Latina/ECA/USP. E-mail: jcsuzuki@usp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>.

y la mitad de las mujeres alcanzaron la alfabetización. En 1940, 42.3% de la población brasileña era alfabetizada. En São Paulo, esta tasa alcanzaba 64.3% de los hombres y 67.6% de las mujeres.” (BLAY; LANG, 2004: 19)

Las dificultades de acceso a la educación eran, incluso, mayores para las mujeres, sobre todo en lo que concierne a la educación superior, pero también a la educación ginasial (educación de 12 a 15 años; secundaria).

Se a exclusão das oportunidades educacionais atingia a população em geral, no caso das meninas estabelecia-se um círculo vicioso: em nome de serem protegidas, as jovens eram barradas no acesso à educação formal além do primário. Só podiam frequentar escolas cujas professoras fossem mulheres e não havia corpo docente feminino suficiente para implantar muitas escolas. Assim, quando em 1879 o ensino superior foi permitido às mulheres, poucas puderam frequentá-lo, pois a elas, praticamente, só estavam abertas as escolas normais que não as preparavam adequadamente para os exames de ingresso no ensino superior. As exceções eram as poucas que tiveram oportunidade de frequentar escolas particulares ou tiveram tutores. (BLAY; LANG, 2004:19)

Si la exclusión de las oportunidades educacionales alcanzaba a la población en general, en el caso de las niñas se establecía un círculo vicioso: en nombre de ser protegidas, las jóvenes eran barradas en el acceso a la educación formal más allá del primario. Sólo podían frecuentar escuelas cuyas profesoras fueran mujeres y no había cuerpo docente femenino suficiente para implantar muchas escuelas. Así, cuando en 1879 la enseñanza superior fue permitida a las mujeres, pocas pudieron frecuentarla, pues a ellas, prácticamente, sólo estaban abiertas las escuelas normales que no las preparaban adecuadamente para los exámenes de ingreso a la educación superior. Las excepciones eran las pocas que tuvieron oportunidad de frecuentar escuelas particulares o tuvieron tutores. (BLAY; LANG, 2004: 19).

Entonces, cuando las mujeres pudieron frecuentar la enseñanza superior, las primeras escuelas ya habían sido instaladas hace más de medio siglo:

O controle do ensino esteve sempre submetido ao poder político: a publicação de livros e jornais, a instalação de escolas, os equipamentos culturais, foram rigidamente controlados até a vinda de D. João para o país, em 1808, e mesmo depois desta data. É bastante tardia a independência intelectual brasileira.

O ensino superior foi instituído no começo do século XIX, pela necessidade de aparelhar profissionais para as áreas da saúde e da construção, além do manejo das leis quando a Coroa aqui se instala.

Em 1813, as Escolas de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro e na Bahia, foram instaladas por ordem do príncipe regente D. João. Em 1827, são criadas as Academias de Direito de São Paulo e de Olinda. A Escola Politécnica de São Paulo é de 1894; a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de 1901; a Faculdade de Medicina de São Paulo, de 1913. (BLAY; LANG, 2004:33)

El control de la enseñanza estuvo siempre sometió al poder político: a la publicación de libros y periódicos, a la instalación de escuelas, los equipamientos culturales, fueron rigidamente controlados hasta la llegada de D. João al país, en 1808, y así después de esa fecha. Es bastante tardía la independencia intelectual brasileña.

La educación superior fue instituida en el comienzo del siglo XIX, por la necesidad de preparar profesionales para las áreas de la salud y de la construcción, más allá del manejo de las leyes cuando la Corona aquí se instaló.

En 1813, las Escuelas de Medicina y Cirugía, en Rio de Janeiro y en Bahía, fueron instaladas por orden del príncipe regente D. João. En 1827, son creadas las Academias de Derecho de Sao Paulo y de Olinda. La Escuela Politécnica de São Paulo es de 1894; la Escuela Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de 1901; la Facultad de Medicina de São Paulo, de 1913. (BLAY; LANG, 2004: 33)

Así en las Escuelas Normales, en el momento de instalación de las primeras unidades, la situación de acceso a las mujeres no era diferente. Eva Alterman Blay y Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

(2004: 19) afirman que la primera Escuela Normal del Brasil, la primera de América Latina, fue creada, en 1835, en Niterói, en tanto, sus vacantes eran destinadas a alumnos del sexo masculino, como otras que fueron abiertas después, como la de São Paulo, de 1846, eliminada en 1867 y reinstalada en 1874 (BLAY; LANG. 2004:22); situación restrictiva que fue alterada, en 1875, como identifican las autoras en relación a la realidad paulistana:

Nas décadas iniciais do Império, o ensino secundário era propedêutico e a ele as mulheres não tinham acesso. A oportunidade de prosseguir os estudos além do primário surgiu para elas em 1875, quando a Escola Normal passou a admitir mulheres. Foi criada uma seção feminina que funcionava no Seminário da Glória, enquanto a seção masculina funcionava em um prédio anexo à Faculdade de Direito [...] (BLAY; LANG, 2004:22)

En las décadas iniciales del Imperio, la educación secundaria era propedéutica y a ella las mujeres no tenían acceso. La oportunidad de proseguir los estudios más allá de la primaria surgió para ellas en 1875, cuando la Escuela Normal pasó a admitir mujeres. Fue creada una sección femenina que funcionaba en el Seminario de la Glórica, mientras que la sección masculina funcionaba en un periodo anexo a la Facultad de Derecho [...] (BLAY; LANG, 2004:22)

En 1878, la Escuela Normal de São Paulo fue cerrada, siendo reabierta, en 1880, con aulas para ambos sexos, las cuales, en 1884, fueron canceladas. En 1890, con la nominación del médico Antonio Caetano de Campos, ocurre la creación de dos escuelas-modelo, una para los alumnos de sexo masculino y otra para los de femenino, siendo que, en 1894, la nueva sede de la Escuela Normal es inaugurada en la Plaza de la República, recibiendo el nombre de

“Caetano de Campos”, con ingresos maiores de alumnas, lo que reafirmó para la transformación de la Escuela Normal en un espacio predominantemente femenino (BLAY; LANG, 2004:22).

En la enseñanza superior, las primeras conquistas en relación al acceso de las mujeres se van a dar al final del siglo XIX e inicio del siglo XX:

[...] En 1899, se instala la Facultad Libre de Farmacia, entidad particular subsidiada por el Gobierno del Estado. Pasó a llamarse Facultad Libre de Farmacia, Odontología y Obstetricia (esta fue agregada en 1902, con la inclusión de cursos para parteras y dentistas). Finalmente esta Facultad fue anexada a la Universidad de São Paulo, después de ser transferida para el Estado.

[...] ya funcionaba, en Sao Paulo, desde 1896, la Escuela Presbiteriana de Ingeniería Mackensie, que tuviera en su origen la Escuela Americana fundada en 1870 por la familia Chamberlain. La Escuela Americana se distinguía por ser mixta y multirracial, en una sociedad en que las escuelas, en general, eran ligadas a la iglesia católica, raramente tenían alumnos negros y se destinaban exclusivamente a uno de los sexos, como el Gimnasio de Sao Bento. Este inició sus actividades en febrero de 1903, con 163 alumnos del sexo masculino matriculados en el curso primario y en las tres series secundarias. Sus objetivos religiosos y elitistas quedaron expresaron en su autodefinición: ofrecer ‘una educación que forme hombres aptos para la vivencia del cristianismo y la conducción de la sociedad’. Cinco años después, inauguró la ‘Facultad de Filosofía y Letras de Sao Bento, primera Facultad de Filosofía de América, hoy perteneciente a la PUC-SP y núcleo central de formación de la misma Universidad’ [...].” (BLAY; LANG, 2004:33-4)

Para las mujeres de orientación católica fue creada, tres décadas después, en 1933, la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras *Sedes Sapientiae*, por la congregación religiosa católica de las Cónegas de Santo Agostinho, de origen belga, que mantenía el colegio para mujeres conocido como *Des Oiseaux*. La Escuela Libre de Sociología y Política fue creada en 1933 por iniciativa de empresarios. (BLAY; LANG, 2004:34-5)

La conquista y consolidación de nuevos derechos para las mujeres, como el de acceso a la Escuela Normal y a la educación superior, continua sobre todo a partir de la década de 1920, culminando con la fundación de la Federación Brasileña para el Progreso Femenino (FBPF), en 1922, bajo el liderazgo de Bertha Lutz (BLAY; LANG, 2004:27), del movimiento sufragista, cuyas acciones se orientaron mucho más allá de la conquista del voto.

Clasificar las sufragistas como burguesas en busca solo de su derecho al voto es minimizar sus amplios objetivos colectivos y democráticos: para ellas el voto sería solo el comienzo. (BLAY; LANG, 2004:30)

El año de 1922 fue, también, un momento impar en términos de debates culturales, en el que se resalta la Semana de Arte Moderno, de la cual participarían, también, mujeres revelando su talento y firmando espacios de actuación.

La lucha por mayor participación femenina en la sociedad brasileña acontecía junto con los debates para la formación de la universidad en Brasil, particularmente en São Paulo, pero sin grandes resultados en la década de 1920:

No Legislativo paulista, embora não aprovados, dois projetos foram apresentados: o de 1926 propunha a criação de uma Escola de Altos Estudos que poderia ser formada por uma missão científica francesa incluindo os professores George Dumas, Pieron e outros; o de 1927 autorizava a criação e instalação da Universidade de São Paulo. Na justificativa do último, o deputado Armando de Almeida Prado afirmava que a universidade deveria incorporar as escolas, faculdades e academias de ensino superior existentes e prever a criação de uma Faculdade de Ciências e Letras [...].(BLAY; LANG, 2004:40)

En el Legislativo paulista, aunque no aprobados, dos proyectos fueron presentados: el de 1926 proponía la creación de una Escuela de Altos Estudios que pudiera ser formada por una misión científica francesa incluyendo los profesores George Dumas, Pieron y otros; el de 1927 autorizaba la creación e instalación de la Universidad de São Paulo. En la justificativa de este último, el diputado Armando de Almeida Prado afirmaba que la universidad debería incorporar las escuelas, facultades y academias de enseñanza superior existentes y preveía la creación de una Facultad de Ciencias y Letras [...] (BLAY; LANG, 2004:40)

Orientado para la formación de profesores, en 1933, es fundado, en São Paulo, el Instituto de Educación:

Em 1933, foi fundado em São Paulo o Instituto de Educação, com funções de instituição de ensino superior de nível universitário, tendo Fernando de Azevedo como diretor. O Instituto de Educação tinha a finalidade de formar professores primários e secundários (enquanto não se instalasse a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), inspetores e diretores, além de manter cursos de aperfeiçoamento e divulgação, como também ensino primário e secundário para toda a população, especialmente para os que pretendiam se dedicar à atividade docente. (BLAY; LANG, 2004:42)

En 1933, fue fundado en Sao Paulo el Instituto de Educación, con funciones de institución de enseñanza superior de nivel universitario, teniendo a Fernando de Azevedo como director. El Instituto de Educación tenía la finalidad de formar profesores de primaria y secundaria (en tanto que no se instalase la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras), inspectores y directores, más allá de mantener cursos de perfeccionamiento y divulgación, como también enseñanza primaria y secundaria para toda la población, especialmente para los que pretenderían dedicarse a la actividad docente. (BLAY; LANG, 2004:42)

El inicio de la década de 1930 marcó de forma contundente la política paulista, pues, después de perder el control del Gobierno Federal, con la deposición de Washington Luiz (paulista), cuyo sucesor pretendido, Júlio Prestes de Albuquerque (paulista), había ganado las elecciones, asume Getúlio Vargas, con la Revolución del 30, a partir de la composición de fuerzas de Río Grande del Sur, Paraíba y Minas Gerais, este alijado de la definición alternada de gobiernos entre Sao Paulo y Minas Gerais durante la Primera República, lo que garantizó el rompimiento de la política café con leche. (BLAY; LANG, 2004:36)

Descontentos con la intervención federal, así como con la morosidad de Getúlio Vargas en convocar una Asamblea Constituyente, fue deflagrada la Revolución de 1932.

Para governar São Paulo foi designado o tenente pernambucano João Alberto Lins de Barros, com um secretariado formado por membros do Partido Democrático. [...] Descumprindo a Constituição de 1891, Getúlio governava ditatorialmente e tardava em convocar uma Assembléia Constituinte.

Pouco tempo depois, a burguesia paulista se uniu contra o Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas, deflagrando a Revolução de 32 em nome da reconstitucionalização do país. O movimento armado começou no dia 9 de julho de 1932. Contou com a adesão imediata da população paulista das camadas favorecidas; formaram-se batalhões constitucionalistas, a indústria foi direcionada para a fabricação de armamentos, serviços urbanos foram assumidos por civis, o comércio colaborou, a mobilização foi intensa. Órgãos de classe, como o Instituto de Engenharia, convocavam seus associados.

A mobilização foi geral [...].

A disparidade de forças era grande: São Paulo foi derrotado em três meses, deixando tristes lembranças entre mulheres da burguesia que tinham participado com entusiasmo pela 'causa paulista' [...].

A Revolución de 32 teve certamente causas económicas, como o esgotamento do modelo baseado na exportación do café, a quebra da Bolsa de Nova York, en 1929, que trouxe a depresión mundial, o crecemento da actividade industrial, alén da perda da hegemonía política de São Paulo.

[...] A Revolución de 30, liderada por Getúlio, fora una resposta ás consecuencias da crise de 1929 que desorganizara o sistema político baseado na hegemonía exportadora, especialmente do café e, consecuentemente, de seu grupo oligárquico.” (BLAY; LANG, 2004:36-38)

Para gobernar São Paulo fue designado el teniente pernambucano João Alberto Lins de Barros, con un secretariado formado por miembros del Partido Democrático [...] Incumpliendo la Constitución de 1891, Getúlio gobernaba dictatorialmente y tardaba en convocar una Asamblea Constituyente.

Poco tiempo después, la burguesía paulista se unió contra el Gobierno Provisional encabezado por Getúlio Vargas, deflagrando la Revolución del 32 en nombre de la reconstitucionalización del país. El movimiento armado comenzó el día 9 de julio de 1932. Contó con la adhesión inmediata de la población paulista de las capas favorecidas; se formaron batallones constitucionalistas, la industria fue direccionada para la fabricación de armamentos, servicios urbanos fueron asumidos por civiles, el comercio colaboró, la movilización fue intensa. Órganos de clase, como el Instituto de Ingeniería, convocaban a sus asociados.

La movilización fue general [...].

La disparidad de fuerzas era grande: São Paulo fue derrotado en tres meses, dejando tristes recuerdos entre mujeres de la burguesía que habían participado con entusiasmo por la ‘causa paulista’ [...]

La Revolución del 32 tuvo ciertamente causas económicas, como el agotamiento del modelo basado en la exportación del café, la quiebra de la Bolsa de Nueva York, en 1929, que trajo la depresión mundial, el crecemento de la actividade industrial, más allá de la pérdida de hegemonía política de São Paulo.

[...] La Revolución del 30, liderada por Getúlio, fuera una respuesta a las consecuencias de la crisis de 1929 que desorganizara el sistema político basado en la hegemonía exportadora, especialmente de café y, consecuentemente, de su grupo oligárquico.” (BLAY; LANG, 2004:36-38)

Incluso con la derrota de la Revolución Constitucionalista, el estado de Sao Paulo ganó la posibilidad de tener interventores paulistas, lo que contribuyó de sobremanera para la fundación de la Universidad de São Paulo, por acción, en gran medida de Júlio de Mesquita Filho, cuñado de Armando de Salles Oliveira, interventor que llevó adelante el proyecto de creación de la institución (BLAY; LANG, 2004:44).

Destituído João Alberto, o governo paulista fora entregue a outro tenente, Manoel Rabelo, depois a Laudo Camargo. Os paulistas reivindicavam um governante 'civil e paulista' e a interventoria de São Paulo foi confiada ao antigo diplomata Pedro de Toledo e, finalmente, a Armando de Salles Oliveira, do grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*, em cuja gestão foi fundada a USP e a FFCL. (BLAY; LANG, 2004:38)

Destituído João Alberto, el gobierno paulista se entrega a otro teniente, Manuel Rabelo, después a Laudo Camargo. Los paulistas reivindicaban un gobernante 'civil y paulista' y la intervención de São Paulo fue confinada al antiguo diplomático Pedro de Toledo y, finalmente, a Armando de Salles Oliveira, del grupo del periódico *O Estado de S. Paulo*, en cuya gestión fue fundada la USP y la FFCL. (BLAY; LANG, 2004:38)

La creación de la Universidad de São Paulo fue confinada a Fernando de Azevedo, el director de la Instituto de Educación recién fundado.

Fernando de Azevedo foi convocado pelo 'grupo do *Estado*' para projetar a Universidade de São Paulo. Coube ao educador a preparação do Decreto de Criação da Universidade, a participação e a condução dos trabalhos da comissão eleita para esse fim. (BLAY; LANG, 2004:43)

Fernando de Azevedo fue convocado por el 'grupo del *Estado*' para proyectar la Universidad de São Paulo. Cupo

al educador la preparación dl Decreto de Creación de la Universidad, la participación y la conducción de los trabajos de la comisión electa para ese fin. (BLAY; LANG, 2004:43)

En el Decreto 6.283, de 25 de enero de 1934, que crea la Universidad de São Paulo, ya son instituidos, particularmente en el Artículo 2º, los fundamentos generales que rigen la vida universitaria: investigación, enseñanza y extensión.

Art. 2º - São fins da Universidade:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida;
- c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em tôdas as profissões de base científica ou artística;
- d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.” (CAMPOS, 2004:99 e 101)

“Art. 2º - Son fines de la Universidad:

- a) Promover, mediante la investigación, el progreso de la ciencia;
- b) Transmitir, mediante la enseñanza, conocimientos que enriquezcan o desarrollen el espíritu o sean útiles a la vida;
- c) Formar especialistas en todos los ramos de cultura, y técnicos y profesionales en todas las profesiones de base científica o artística;
- d) Realizar la obra social de vulgarización de las ciencias, de las letras y de las artes, por medio de cursos sintéticos, conferencias, ponencias, difusión por la radio, filmes científicos y congéneres.” (CAMPOS, 2004:99 e 101)

La Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo será uno de los *locus* de ampliación y diversificación de los espacios de actuación femenina, aunque con todas las

dificultades verificados por Eva Alterman Blay y Alice Beatriz da Silva Lang (2004) en relación al ascenso de las mujeres, en la Universidad de São Paulo, a los puestos más elevados de la carrera universitaria, como la de catedrática o titular.

La garantía de entrada, por medio del comisionamiento (liberación de las actividades de docencia normalista para cursas la enseñanza superior), fue el medio principal para que muchas mujeres ocuparan las vacantes disponibles en la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo.

Aos egressos da Escola Normal, professores da rede pública de ensino do Estado de São Paulo, grupo constituído em grande parte por mulheres, que foi oferecida a oportunidade de ingresso na Faculdade de Filosofia criada em 1934. (BLAY; LANG, 2004:25)

A su egreso de la Escuela Normal, profesores de la red pública de enseñanza del Estado de São Paulo, grupo constituido en gran parte por mujeres, que fue ofrecida la oportunidad de ingreso en la Facultad de Filosofía creada en 1934. (BLAY; LANG, 2004:25)

Las unidades de enseñanza superior, conformadas en universidades, de las cuales particularmente la Universidad de São Paulo, pudieron ampliar el número de alumnos, así como mejorar la formación de los cuadros intelectuales, incorporando, en algunos casos, sujetos oriundos de familias más pobres, o que contribuyó para el establecimiento de cambios importantes en la definición de teorías y métodos utilizados en las generaciones futuras.

La Geografía en la Universidad de São Paulo

Bajo el auspicio de Pierre Deffontaines, uno de los profesores de la misión francesa formadora de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de Sao Paulo, en 1934, cuya transferencia de la capital paulista a Río de Janeiro se dio, en 1935, donde permaneció hasta 1938 (FERREIRA, 1998:11), para formar el curso de Geografía de la Facultad Nacional de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de Río de Janeiro (URJ), cuya organización, en 1939, la transformó en Universidad de Brasil (PAULA, 2002:155), la tradición francesa de hacer Geografía fue siendo implantada.

La permanencia de Pierre Deffontaines, en Sao Paulo y en Río de Janeiro, fue muy corta, lo que no permitió crear un abordaje teórico-metodológico de investigación, como aconteció con Pierre Monbeig, cuya estadía de más de una década, entre 1935 y 1946 (AB'SABER, 1994:221), posibilitó construir un núcleo de alumnos, tutorados de doctorado y asistentes, junto a la cátedra de Geografía Física y Humana (entre 1935 y 1937) y de Geografía Humana (entre 1938 y 1946) (SALGUEIRO, 2002:6 e 9).

Pierre Monbeig, aún en fase de redacción de su tesis de doctorad, inicialmente sobre las Islas Baleares (España), pero definitivamente acerca de la expansión de la frente pionera paulista, condujo la defensa de cuatro tesis de doctorado en la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de Sao Paulo, entre 1944 y 1946, las de Maria Conceição Vicente de Carvalho, Ary França, Nice Lecocq Müller y João Dias da Silveira, algunos asistentes suyos de cátedra, los cuales fueron a sustituirlo al

maestro cuando partió, transmitiendo con mucha sabiduría una línea de perspicacia y delicadeza propia de los grandes intelectuales.

La defensa del doctorado de Pierre Monbeig, *Pionniers et planteurs de São Paulo*, acontece, apenas, en 1950, cuando cuenta con 42 años, por la cual obtiene el título de *Docteur en Lettres* y el premio de la mejor tesis de la *Fondation Nationale des Sciences Politiques*, además de su publicación, en 1952, por la *Librairie Armand Colin*. (SALGUEIRO, 2002:19 e 21)

Pierre Monbeig, nacido el 15 de septiembre de 1908, obtuvo su *agrégation*, en Historia y Geografía, junto a la *Université de Paris* en 1929, con nominación en el *Lycée Malherbe*, en Caen, en 1931, a los 23 años, partiendo 4 años después, en 1935, a los 27 años, para asumir la cátedra de Geografía Física y Humana en la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo. (SALGUEIRO, 2002:32)

Era ese joven profesor de liceo, Pierre Monbeig, que llegó a São Paulo y realizó la consolidación del curso iniciado con Pierre Deffontaines, sobre todo al realizar la interacción entre enseñanza e investigación por medio del trabajo de campo, conforme nos relata Pasquale Petrone (1994:143):

Era excelente professor e excelente pesquisador, Nunca dissociava uma coisa da outra, orientava o estudante de modo a fazer com que a pesquisa ingressasse na sala de aula, assim como a experiência ganha na sala de aula fosse aproveitada no trabalho de campo, sempre com estreita interação de ensino e pesquisa.

Era excelente profesor y excelente investigador, Nunca dissociaba una cosa de otra, orientaba al estudiante de tal

modo que la investigación ingrese al aula de clase, así como la experiencia ganada en aula de clase fuera aprovechada en el trabajo de campo, siempre con estrecha interacción de la enseñanza y la investigación.

Aziz Ab'Saber (1994:222), en breve relato, pero denso, indica la importancia de Pierre Monbeig, como sustituto y consolidador de un camino inaugurado por Pierre Deffontaines, tarea de más difícil:

Pierre Monbeig veio ao Brasil para se agregar aos profesores da missão francesa, convidada a participar da fundação da Universidade de São Paulo. Tinha, de saída, o difícil desafio de substituir um brilhante antecessor, que permanecera apenas alguns meses em São Paulo, transferindo-se depois para a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Efetivamente, o professor Pierre Deffontaines era uma personalidade aparentemente insubstituível. Dissidente da Sorbonne, mutilado de guerra, autor de livros de textos reconhecidos internacionalmente, Deffontaines havia tomado toda as iniciativas para implantar o ensino universitário das ciências geográficas em São Paulo e no Brasil. Coube a Monbeig, com sua tranquilidade, sua linguagem cartesiana, e sua coerência de pesquisador e professor, dar continuidade plena e consolidar o trabalho iniciado por Deffontaines.

Pierre Monbeig vio a Brasil para agregarse a los profesores de la misión francesa, invitada a participar de la fundación de la Universidad de São Paulo. Tenía, de salida, el difícil desafío de sustituir un brillante antecesor, que permanecería apenas algunos meses en São Paulo, transfiriéndose después para la Universidad de Brasil, en Río de Janeiro. Efectivamente, el profesor Pierre Deffontaines era una personalidad aparentemente insustituible. Disidente de la Sorbonne, mutilado de guerra, autor de libros de textos reconocidos internacionalmente, Deffontaines había tomado todas las iniciativas para implantar la enseñanza universitaria de las ciencias geográficas en Sao Paulo y en Brasil. Cupo a Monbeig, con su tranquilidad, su lenguaje cartesiano, y su

coherencia de investigador y profesor, dar continuidad plena y consolidar el trabajo iniciado por Deffontaines.

El significado de Pierre Monbeig es, también, destacado por Antonio Carlos Gaeta (GAETA, 2007: 1):

Pierre Monbeig (1908-1987) tem uma importância extraordinária no desenvolvimento da Universidade brasileira, principalmente pela sua contribuição para a análise das questões envolvendo o território. Representa o europeu culto, cientista, com enorme interesse na espacialidade, e que chega ao Brasil com a missão de contribuir decisivamente na sedimentação da graduação e da pesquisa científica.

Pierre Monbeig (1908-1987) tiene una importancia extraordinaria en el desarrollo de la Universidad brasileña, principalmente por su contribución para el análisis de cuestiones referentes al territorio. Representa al europeo culto, cientista, con enorme interés en la espacialidad, y que llega a Brasil con la misión de contribuir decisivamente en la sedimentación de graduación y de investigación científica.

Pierre Monbeig y Pierre Deffontaines fueron dos geógrafos que mucho contribuían, cada uno a su modo, con la incorporación de la tradición francesa de hacer Geografía, de cuyo caldo cultural se alimentan muchos geógrafos en los años 1940, 1950 y 1960, de entre los cuales Maria do Carmo Corrêa Galvão, sobre todo porque la misión francesa en la Universidad de Río de Janeiro fue relativamente mayor que la de Universidad de Sao Paulo, lo que corroboró para la afirmación de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (2010:12), de que todos los profesores de la Facultad de Filosofía de la Universidad de Río de Janeiro fueran de origen francés: “De línea francesa y tutelada por Francia. Los primeros

profesores de geografía, histórica, sociología de la Facultad de Filosofía vinieron todos de Francia”.

El doctorado en la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras y los primeros doctores en Geografía

Los doctorados en Geografía se dieron a partir del reglamento interno de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo, en la parte referente al doctorado, publicado en el Diario Oficial del Estado de São Paulo, del 4 de enero de 1942, en las páginas 38 y 26 (orden en secuencia del documento), en el cual se evidencia la necesidad de tener un orientador, un docente de la disciplina en que se pretende realizar el doctorado; la aprobación en exámenes de dos disciplinas subsidiarias; y la defensa de tesis.

El proceso n.46.1.202.8.5 (Archivo 1453 de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas/USP), de doctorado de Maria Conceição Vicente de Carvalho (la primera doctora en Geografía) evidencia los procedimientos necesarios para la obtención del título.

Proceso n. 46.1.202.8.5 (Archivo 1453)

Requerimiento de inscripción al doctorado – p.3

“Exmo. Sr. Director de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo

Maria Conceição Vicente de Carvalho, abajo firmante, licenciada en 1938 en Geografía e Historia, viene a requerir su inscripción en el curso de Doctorado en la cátedra de Geografía Humana de la cual es primera asistente de tiempo parcial a partir de 1 de enero del año

en curso, teniendo antes ejercido los cargos de asistente de segunda categoría desde el 15 de abril de 1939, asistente de primera categoría desde junio, 13, del mismo año de la cátedra de Geografía, asistente adjunta de primera categoría de la cátedra de Geografía Humana desde 9 de abril de 1940 hasta 31 de diciembre de 1941. La tesis escogida, ya iniciada bajo la dirección del Professor Pierre Monbeig, de la misma cátedra, versa sobre “Géneros de vida del litoral paulista”, habiendo sido escogidas materias subsidiarias Geografía de Brasil e Historia de la Civilización Brasileña.

Solicita diferimiento

[Con fecha de 15 de abril de 1942, con firma de Maria Conceição Vicente de Carvalho]

[Encaminado, por el Director, Profesor Fernando de Azevedo, al Profesor Pierre Monbeig para conocimiento]”

Programa de Geografía de Brasil – p.6

“GEOGRAFÍA DE BRASIL

::

Programa para el curso de Doctorado de la Sra. D. Maria Conceição Vicente de Carvalho:

- I. Materia destinada a prueba: BRASIL MERIDIONAL – Estudio completo de geografía regional.
- II. Trabajo escrito: FISIOGRAFÍA DEL LITORAL PAULISTA – Disertación de, como mínimo, 20 páginas mecanografiadas.

São Paulo, 25 de agosto de 1942.

[Firmada por Aroldo de Azevedo]”

Ausencia del programa de Historia de la Civilización Brasileña. Consta apenas de un guion, firmado por el Prof. Alfredo Ellis Júnior – p.8

“I Parte

S. Vicente, sin poblamiento

II Parte

Litoral paulista en general bajo el punto de vista social en los tres primeros siglos

III Parte

Géneros de vida en general.

IV Parte

Economía del litoral.

V Parte

Evolución de la ciudad de Santos.

[Firmado por Alfredo Ellis Júnior]”

1º Requerimiento de solicitud para programación de exámenes y de defensa de tesis – p.11

“Exmo. Sr. Dr. Fernando de Azevedo, M. D. Director de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras, de la Universidad de São Paulo

Maria Conceição Vicente de Carvalho, licenciada por esta Facultad en 1938, por la subsección de Geografía e Historia y 1ra. Asistente de tiempo parcial de la cátedra de Geografía Humana, de acuerdo con el artículo 15 del Reglamento Interno de Doctorado, viene respetuosamente a requerir la marcación de fecha para presentación de exámenes y defensa de tesis de doctorado en la cátedra de Geografía Humana.

En esos términos,

Solicita diferimiento

[Con fecha de 31 de diciembre de 1942 y firmado por Maria Conceição Vicente de Carvalho]

2º Requerimiento de solicitud para programación de exámenes y de defensa de tesis – p.15

“Exmo. Sr. Director de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo

Maria Conceição Vicente de Carvalho, licenciada en Geografía e Historia, primera asistente, de la Cadeira de Geografía Humana, viene respetuosamente a requerir a V. Excia. la marcación de fecha para defensa de tesis de Doctorado, de acuerdo con el reglamento en vigor, tomando la libertad de sugerir la segunda quincena de julio para la realización de pruebas.

Solicita diferimiento

[Con fecha de 17 de junio de 1944 y firmado por Maria Conceição Vicente de Carvalho]

[Anotado “en el mez de Agosto”, con firma de Fernando de Azevedo]”

3º Requerimiento de solicitud para programación de exámenes y de defensa de tesis – p.14

“Exmo. Sr. Director de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras.

Vengo respetuosamente a requerir de V: Excia. licencia para prestar los exámenes de las materias subsidiarias para mi doctorado en fecha diferente de la marcada por el Consejo Técnico de esta Facultad, solicitando que sean marcados los referidos exámenes y la defensa de tesis en la primera quincena de noviembre.

P. diferimiento.

[Con fecha de 31 de octubre de 1944 y firmado por Maria Conceição Vicente de Carvalho]

[Anotado “Ao C.T.A.”, con firma del Director Fernando de Azevedo, el 3 de noviembre de 1944; así como “Diferido. Haga las pruebas en la 1ª quincena de noviembre”]”

Composición de banca de defensa – p.7

“São Paulo, 11 de agosto de 1944

Exmo. Sr. Director de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras

En respuesta a su carta del 11 del corriente, solicitándome la presentación de los nombres de los miembros que compondrán la banca de doctorado de la licenciada Maria Conceição Vicente de Carvalho, indico los siguientes:

Profesores Pierre Monbeig, de Geografía Humana, orientador de la tesis; Alfredo Ellis Junior y Aroldo de Azevedo, respectivamente de Historia de Brasil y Geografía de Brasil, materias subsidiarias; Profesores Emilio Willens, de Antropología y Roger Bastide, de Sociología, todos de esta Facultad.

Para suplentes, en el caso de impedimento de alguno de los miembros encima, indico los Profesores João Dias da Silveira, de Geografía Física e Plinio Ayrosa, de Etnografía.

Con la más alta estima y consideración,

Pierre Monbeig

[firmado por Pierre Monbeig]"

p.2

“CARVALHO – Maria Conceição Vicente de

Inscripción: L.1, fls 24 s. – 17/8/42

Prestación de exámenes: L.1, fls.93 – 13/11/44

Reunión preliminar: L.1, fls.94 v. – 14/11/44

Defensa de tesis: L.1, fls.97 v. – 23/11/44

Nota final: 8,55”

El proceso fue bastante sucinto, con la solicitación de la pretendiente, anuencia del orientador pretendido, indicación de disciplinas subsidiarias, anuencia de los respectivos docentes para integrar la evaluación de los exámenes de las disciplinas

subsidiarias, examen de las disciplinas subsidiarias, indicación de la banca final de evaluación de tesis, reunión preliminar de evaluación de tesis por los integrantes de la banca examinadora, defensa de la tesis.

En el caso de Maria Conceição Vicente de Carvalho, ocurrió, como era común, la necesidad de reiteradas solicitudes de programación para la defensa de tesis, lo que debió ser más tardado por tratarse de la primera defensa en Geografía de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo, ocurrida en 1944.

En el año de 1945, ocurre la defensa de Ary França (Proceso n.46.1.206.8.0 - Archivo 1455 de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas/USP), con procedimiento similar al de Maria Conceição Vicente de Carvalho.

Proceso n.46.1.206.8.0 (Archivo 1455)

Requerimiento de inscripción al doctorado – p. 13

“Exm^o. Snr. Profesor Dr. Fernando de Azevedo.
D.D. Director de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo.

ARY FRANÇA, licenciado en 1938 por la Sub Sección de Geografía e Historia de esa Facultad, pretendiendo elaborar tesis en la cátedra de Geografía Humana, de que es titular el Profesor Doctor Pierre Monbeig, respetuosamente requiere a V. Excia. inscripción al doctorado, de acuerdo con el Reglamento publicado en el “Diario Oficial” de 4 de enero de 1942 y del Decreto n° 12511, de 21 de enero de 1942.

P. Diferimiento.

São Paulo, 22 de Mayo de 1942.

[Con fecha y firmado por Ary França]”

El requerimiento fue, el 26 de mayo de 1942, encaminado, por el Prof. Dr. Fernando de Azevedo, al Prof. Pierre Monbeig para conocimiento.

Verso de la p.13

“Opto por las cátedra de geografía física y geografía de Brasil, como materias subsidiarias.

São Paulo, 13 de agosto de 1942.

Ary França [firma]”

p.14

Prof. Aroldo de Azevedo encamina el programa de Geografía de Brasil, como materia subsidiaria al doctorado de Ary França.

p.15

“Geografía de Brasil

: :

Programa para el curso de Doctorado del sr. Ary França

I. Materia destinada a prueba: BRASIL MERIDIONAL – Estudio completo de geografía regional.

II. Trabajo escrito: EL PROBLEMA DE LA CLASIFICACIÓN DE LOS CLIMAS BRASILEÑOS – Disertación de, como mínimo, 20 páginas mecanografiadas.

São Paulo, 25 de agosto de 1942.

[Firma de Aroldo de Azevedo]”

p.16

Prof. João Dias da Silveira encamina, en 4 de octubre de 1942, el programa de Geografía Física, como materia subsidiaria al doctorado de Ary França.

p. 17

“Programa organizado por la cadeira de Geografía Física, escogida como materia subsidiaria, para la prueba de doctorado del licenciado Ary França

El candidato presentará una monografía, conteniendo como mínimo 20 páginas mecanografiadas, intitulada: ‘Relaciones entre los factores climáticos y los paisajes vegetales en las regiones calientes’.

Para el debate, el candidato deberá preparar una exposición sobre el tema: ‘Los climas templados y sus problemas’.

[Firma de João Dias da Silveira]”

p.5

“BANCA DE DOCTORADO DEL LICENCIADO ARY FRANÇA:

Orientador de la tesis: PROFESOR PIERRE MONBEIG.

Materias afines: PROFESOR AROLD DE AZEVEDO
PROFESOR JOÃO DIAS DA SILVEIRA

Miembros: PROFESOR FELIX RAWITSCHER
PROFESOR FRANCIS RUELLAN

Suplentes: INGENIERO JOSÉ SETZER.
PROFESOR PLÍNIO AYROSA.

[Firma de Pierre Monbeig]”

Encaminada la composición de la banca, por el Director de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras, Profesor André Dreyfus, en 2 de octubre de 1945, la Congregación que la aprobó en la misma fecha

p. 2

“FRANÇA, Ary

Inscripción: L.1, fls.51 v. – 14/11/42.

Reunión Preliminar: L.2, fls.25 – 16/11/45

Prestación de exámenes: L.2, fls.23 v. – 14/11/45

Defensa de tesis: L.2, fls.25 v – 16/11/45

Nota final: 9,16”

En el año de 1946, ocurren dos doctorados más en Geografía, siguiendo los mismos procedimientos, el de Nice Lecocq Müller y el de João Dias da Silveira.

Vale hacer hincapié que, de los cuatro primeros doctores en Geografía de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras, todos orientados por Pierre Monbeig e insertados, en la docencia universitaria, como sus asistentes, tres permanecieron como profesores de la Universidad de São Paulo: Ary França (catedrático de Geografía Humana), João Dias da Silveira (catedrático de

Geografía Física) e Nice Lecocq Müller (asistente da cátedra de Geografía Humana).

Maria Conceição Vicente de Carvalho, después del retorno de Pierre Monbeig a Francia, se desligó de la docencia en la Universidad de São Paulo, habiendo permanecido en Río de Janeiro por algunos años y se jubiló como profesora de la Universidad Estadual Paulista.

Consideraciones finales

Los programas de posgrado tuvieron su ampliación, de forma general, intensificada a partir de la década de 1970, con la reforma universitaria de 1968, la organización de la CAPES y la implantación del sistema norteamericano para el alcance de la titulación, en que la realización de créditos en disciplinas era algo fundamental para que se alcance el título de doctor, pero, también, el de maestro, una innovación del sistema de titulación académica, ya que, antes de este periodo, no había legislación federal que permitiese la titulación de maestro. La historia, entretanto, de los doctorados en Brasil no se reduce al sistema federal de enseñanza de posgrado, tampoco a la cronología de la constitución de los núcleos de formación.

Con base en procesos de solicitudes de doctorado, de los años 1940; así como en registros primarios existentes en la Secretaría de Posgrado de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas, más allá de bibliografía relativa a la temática de enseñanza superior en Brasil y en la Universidad de São Paulo, y a

la historia de la Geografía brasileña, pretendemos analizar el significado de la Universidad de São Paulo, particularmente de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas, en la formación de doctores, desde el inicio de la década de 1940, así como los procedimientos, dificultades y conquistas de la producción de un núcleo de excelencia académica en Geografía Humana y Física.

Verificamos que no fueron pocas las dificultades encontradas en la formación de un núcleo de investigación en Geografía en la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, tales como la ausencia de orientadores titulados; ausencia de una tradición de investigación en Brasil; existencia de una estructura rígida del poder, constituida por la presencia de la cátedra; y endogenia en la formación de los intelectuales.

En tanto, la Geografía de la Universidad de São Paulo, así como las innumerables dificultades, ascendió la excelencia en el debate académico, superando dificultades iniciales y abriendo nuevas perspectivas, sobre todo a partir de la década de 1980, en la formación de cuadros intelectuales de la gran mayoría de las instituciones públicas brasileñas de enseñanza superior, además del significado en la producción de un debate latinoamericano de Geografía, en gran medida por la importancia de los programas de doctorado en Geografía Humana y Física de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas/USP en la formación de intelectuales de varios países de América Latina.

Pierre Monbeig aportó no solo su tradición de investigación francesa muy consolidada, sino también su voluntad de conocer Brasil y utilizar sus aportes teóricos y metodológicos para

comprenderlo. Escribió muchos textos sobre la expansión pionera en tierras brasileñas, sobre todo en el estado de São Paulo, como su tesis doctoral *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo* [Pioneros y hacendados de São Paulo], que propone categorías de análisis y relaciones teóricas y metodológicas muy importantes para el estudio del campo y de la ciudad.

Referências

AB' SABER, Aziz. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.8, n.22, p.221-232, Dec.1994. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300024&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Mar.2011. doi: 10.1590/S0103-40141994000300024.

BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Mulheres na USP*; horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004. 152p.

CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. In: *INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE* (10.: 1998: Rio de Janeiro, RJ). Oral history challenges for the 21st century: proceedings [of the] X International Oral History Conference /Eds. Ilana Strozemberg...[et al]. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Casa Oswaldo Cruz, 1998. v.1. p.379-386. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/503.pdf>. Acessado em: 28 Fev.2011.

GAETA, Antonio Carlos. A cidade europeia na São Paulo de Pierre Monbeig. *Morpheus*; Revista Eletrônica em Ciências Humanas, ano 6, n.10, 2007. ISSN 1676-2924. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/numero10-2007/antoniogaeta.htm>>. Acessado em: 02 Mar.2011.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. O geógrafo literário. Entrevista realizada por Carlos Fioravanti. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n.171, p.10-15, maio.2010. Disponível em: <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/pdf/171/010-015-171.pdf>>. Acessado em: 02 Mar.2011.

PAULA, Maria Fátima Costa de. USP e UFRJ: A influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *Tempo Social*; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.14, n.2, p.147-161, out.2002. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/dicoes/v142/v14n2a08.pdf>>. Acessado em: 27 Fev.2011.

PETRONE, Pasquale. Pasquale Petrone e a Geografia na USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.8, n.22, p., set.-dez.1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300012>. Acessado em: 02 Mar.2011.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (Coord.). Biobibliografia cronológica de Pierre Monbeig: período 1929-1985. *Cybergeo*; Revue européenne de Géographie, n.211, p.1-35, 8 avril.2002. Disponível em: <<http://cybergeo.revues.org/3501?file=1>>. Acessado em: 02 Mar.2011.

A RELEVÂNCIA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE MILTON SANTOS PARA A GEOGRAFIA DO SÉCULO XXI

Fábio César Alves da Cunha¹

Introdução

O objetivo da ciência enquanto instituição social do conhecimento é desvendar uma dada realidade, total ou parcial, que até então não é conhecida. É a ciência, utilizando-se de teorias e de métodos científicos próprios, que nos traz a compreensão dessa realidade. É por isso que é comum dizer que a ciência é luz, pois o conhecimento ilumina a realidade desconhecida, aclara o que estava obscuro. É preciso considerar que a realidade é dinâmica no tempo e no espaço e, sendo assim, sofre alterações ao longo da história, pois novos elementos surgem e podem alterar aquela realidade conhecida, tornando-a mais complexa e passando a exigir que um novo conhecimento seja buscado. Toda tese sobre uma determinada realidade está constantemente propensa a ser derrubada em decorrência da própria dinamicidade dessa realidade.

Toda dissertação teórica tem que partir de um ponto. Não vamos aqui retomar, como é muito comum, todo um périplo sobre os possíveis conceitos de geografia, evocando filósofos da antiguidade, passando por uma geografia medieval, colonialista e as inúmeras tentativas de se chegar a um conceito, sobretudo, após sua institucionalização enquanto ciência no século XIX. Mas

¹ Atualmente é professor Associado do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: fabioalvescunha@gmail.com

podemos já apontar que considerar a geografia enquanto estudo da superfície terrestre é algo extremamente superficial, sem trocadilhos, em face da alta complexidade desta ciência. Partimos assim de uma consideração que a geografia, enquanto ciência, não estuda o espaço, mas o espaço geográfico produzido e reproduzido nas relações históricas entre a natureza e o homem em sociedade.

Na última década do século XX, o geógrafo brasileiro Milton Santos provocou um grande avanço teórico e epistemológico na geografia brasileira e mundial ao cunhar um novo conceito de espaço geográfico, um híbrido formado por sistemas de ações e sistemas de objetos, permeado por intencionalidades que interferem nos dois sistemas. Este conceito permite uma compreensão da evolução do espaço geográfico ao longo da história humana e a forma com que tal evolução marca a transformação gradativa de um espaço natural em um espaço cada vez mais humanizado e com maior conteúdo de técnica, ciência e, nas últimas décadas, de informação.

Este conceito, de crucial importância não só pela capacidade que tem de gerar essa compreensão ao longo da história, se mostra extremamente atual no início da terceira década do século XXI, mesmo com toda dinamicidade da realidade socioespacial das duas últimas décadas. O presente artigo tem como objetivo jogar luz nessa importância, mostrando sua construção, dissecando suas partes e evidenciando o valor deste conceito de espaço geográfico na compreensão das relações entre natureza e sociedade e, conseqüentemente, na geografia do século XXI.

Pretendemos focar o momento em que o homem deixa de ser apenas homem natural e passa a ser um homem social, isto é, que passa a viver em sociedade, por mais primitiva que seja. Mas antes disso, é preciso trabalhar o fator anterior, que é a natureza.

A Natureza

O Homem, biologicamente, faz parte da natureza como qualquer outro mamífero, mas, com sua evolução intelectual, passou a transformá-la continuamente, sobretudo, na busca por elementos necessários à sua sobrevivência.

Para Corrêa, essa intervenção do homem na natureza tem um caráter social, pois envolve uma divisão do trabalho, relações sociais, e é geradora de uma segunda natureza.

É no trabalho social que os homens estabelecem relações entre si e, a partir destas, com a natureza.

A intervenção na natureza foi, em um primeiro momento, marcada pelo extrativismo, passando em seguida por um progressivo processo de transformação, incorporando a natureza ao cotidiano do homem como meios de subsistência e de produção, ou seja, alimentos, tecidos, móveis, cerâmica e ferramentas. Fala-se, assim, da natureza primitiva transformada em segunda natureza, para empregar uma expressão de Marx.

Os campos cultivados, os caminhos, os moinhos e as casas, entre outros, são exemplos de segunda natureza (CORRÊA, 2000, p. 27).

Santos vai considerar que os elementos naturais da primeira natureza ainda intocada são “coisas”, coisas naturais, que cada vez mais são substituídas, em decorrência da ação humana, por objetos, objetos artificiais:

No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. (SANTOS, 1996, pág. 53).

Coisas naturais, apesar de o autor ter mencionado o termo “objetos naturais” com o mesmo significado na introdução da mesma obra (SANTOS, 1996, p. 20), que são ao longo da história humana transformados em objetos artificiais.

A sociedade

Nos referimos aqui à sociedade humana, a mais complexa sociedade existente, já que as abelhas são exemplos de seres que também vivem em sociedade. A comunidade pode ser considerada como uma fase primitiva da sociedade. Numa visão materialista, Gomes (1990, p. 31) aponta que o *Homo erectus*, ao aprender a comer carne, se viu na necessidade de partilhar a comida com outros indivíduos, o que, juntamente com o advento da permuta dos alimentos, promoveu o avanço gradativo da coesão social do grupo rumo a uma comunidade. Acatando esta afirmação, é possível focarmos neste cenário de uma sociedade primitiva em que as ações humanas, individuais ou já em sociedade contribuíram para seu desenvolvimento físico e social. Toda ação tem um propósito, um objetivo; no caso do homem primitivo, este propósito objetivava a busca de suprir a fome. Podemos até dizer que a intenção das primeiras ações humanas é a busca por alimentos motivada pela falta dessa materialidade em seu espaço estomacal.

O Homem, ao desenvolver seu intelecto, desenvolve também suas ações com relação tanto ao meio natural em que vive quanto

aos próprios indivíduos que fazem parte desta sociedade primitiva. Este é um momento primoroso, pois marca o início da relação natureza e sociedade, relação essencial para a futura ciência geográfica.

Ao tentar viabilizar sua sobrevivência em sociedade por meio do trabalho, o homem viabiliza ações direcionadas e se relaciona em sociedade com a natureza. Ao fazer isso ele produz instrumentos de trabalho, objetos técnicos, oriundos de um desenvolvimento de técnicas que transformam a sua própria relação com a natureza, transformando, conseqüentemente, a natureza. Ao fazer isso, o homem, em sociedade, reorganiza o espaço natural, agora espaço social, produzindo o espaço geográfico.

Santos já evidenciava isso em sua obra “Por uma geografia nova”, nos fins dos anos 1970:

A natureza sempre foi o celeiro do homem, ainda quando este se encontrava na sua fase pré-social. Mas, para que o animal homem se torne o homem social, é indispensável que ele também se torne o centro da natureza. Isto ele consegue pelo uso consciente dos instrumentos de trabalho. Nesse momento a natureza deixa de comandar as ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho. Esta fase da história não poderia realizar-se se não houvesse um mínimo de organização social e sem uma organização paralela do espaço (SANTOS, 2008, p. 201 e 202).

Para Santos, em qualquer período histórico, o espaço humano deve ser reconhecido como um resultado da produção.

O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio (SANTOS, 2008, p. 202).

Santos (1994) realça a importância da técnica na história das ações da sociedade humana:

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis a sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos (SANTOS, 1994, p.18).

Inserindo as técnicas em sua teoria, Santos reconhece que elas são consequência da ação humana em sociedade em sua relação com a natureza num processo que culmina com a produção do espaço geográfico.

A Técnica

O que nos interessa é esse momento original de transformação de uma primeira natureza em segunda, das coisas em objetos ou das coisas naturais em objetos artificiais e, conseqüentemente, os períodos desse mesmo processo em evolução que se seguiram ao longo da história.

É preciso considerar o processo histórico que fez com que, a partir de um determinado momento, uma segunda natureza passasse a existir e, a partir daí, foi evoluindo e ganhando

proporções sobre aquela primeira natureza. Este momento ocorreu em consequência do próprio desenvolvimento intelectual do homem. Talvez este momento possa ter sido o crucial instante em que o homem primitivo lascou uma primeira rocha e viu ali um instrumento que poderia facilitar seu trabalho mesmo sem perceber ainda que havia descoberto uma técnica. Um primeiro instrumento de trabalho que passa a facilitar suas tarefas diárias na busca dos alimentos necessários à sua sobrevivência. Podemos constatar nesse processo a evolução de uma racionalidade humana que, por meio de uma prática cotidiana, desenvolve estas primeiras técnicas que vão mudar toda a sua vida e história. Daí a profunda valorização da técnica na teoria do espaço de Santos:

A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza (SANTOS, 1994, p. 17).

E ainda:

A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno (SANTOS, 1994, p. 20).

A partir do momento em que o homem passa a desenvolver técnicas em sua história social, imediatamente se inicia um movimento dialético entre o desenvolvimento da técnica, que passa

a influenciar o desenvolvimento da sociedade, e o desenvolvimento da sociedade, que passa, por sua vez, a influenciar o desenvolvimento técnico. Depois daquele momento crucial, quando um rudimentar primeiro instrumento de trabalho é criado a partir de uma técnica, a rocha lascada que se transforma num instrumento cortante, depois evolui para um machado, um arado e, a partir daí, várias outras técnicas complementares passam a ser desenvolvidas, incluídas, numa espiral ascendente de desenvolvimento que melhora, gradativamente, as condições do homem em sociedade, sua alimentação, sua moradia, seu vestuário, alterando toda sua vida social, isto é, gera as condições para que haja também uma sociedade mais desenvolvida e complexa que, por sua vez, viabilizará a introdução de novas técnicas.

Para Santos, é a técnica que constrói esse elo relacional entre natureza e homem social, entre natureza e sociedade. O autor abre o primeiro capítulo de sua obra “A natureza do espaço” com a seguinte afirmação:

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada (SANTOS, 1996, p. 25).

Depois de salientar que a técnica foi quase sempre negligenciada pelos geógrafos no processo de construção de uma teoria e de um método para a geografia, Santos parte do princípio que a própria técnica é um meio, isto é, ela se torna um meio a

partir do momento que a técnica é incorporada e se desenvolve no espaço, agora geográfico, por meio de objetos técnicos, gerando um meio técnico, um espaço geográfico técnico, acrescentamos. E conclui que não são os objetos que determinam os objetos, mas é o espaço que determina os objetos, o espaço visto como o conjunto de objetos organizados e utilizados segundo uma lógica. Nesse momento, Santos começa a esboçar um conteúdo teórico necessário que vai culminar com seu conceito de Meio técnico-científico informacional. A técnica como meio, a técnica como espaço, geradora de um meio técnico:

Mas, a técnica é também geografia. Se esta não se alçou às condições de considerar a técnica como um dado explicativo maior, podemos, no entanto, dizer que a técnica é, também, necessariamente espaço (SANTOS, 1994, p. 39).

Mas, se a técnica é espaço, ela também é tempo, pois as várias fases técnicas que foram se desenvolvendo ao longo da história da sociedade humana marcam períodos, que podem ser datados, periodizados, até os dias atuais, como períodos técnicos. Em resumo, a técnica se relaciona com o espaço e com o tempo, constituindo-se num importante ingrediente na busca de uma compreensão para o espaço geográfico.

Na relação sociedade e natureza, a técnica tem um papel fundamental, fruto das ações do homem em sociedade que produzem, continuamente, novas técnicas e objetos técnicos, que são incorporados ao meio, gerando algo novo, a produção do espaço, do espaço geográfico. Mas não é possível considerar as

ações e os objetos técnicos como algo estanques, mas sim como sistemas que interagem na produção do espaço geográfico.

Os Sistemas

A teoria dos sistemas elaborado pelo biólogo Bertalanffy em meados do século XX será gradativamente incorporada por outras ciências, incluindo as humanas como a sociologia. Para esta teoria, a realidade é um complexo de sistemas todos interligados, que vai deste o corpo humano, que é um sistema orgânico, constituído por vários outros sistemas como o vascular, o respiratório, o excretor etc. Por sua vez este sistema orgânico faz parte de um sistema maior que é a família, a sociedade, a cidade, o estado, o planeta e até o sistema cósmico. Os sistemas humanos se apresentam também ligados aos sistemas naturais como o hidrológico e o climático.

A inserção dos sistemas como teoria e método nas ciências vai colaborar para aproximar vários campos do conhecimento científico, incluindo conhecimentos oriundos das ciências físicas e das ciências humanas. Tal inserção passa a incentivar a interdisciplinaridade entre as ciências e a colaborar com uma análise integrada da realidade, que é, por natureza, complexa. Entre essas realidades complexas duas merecem destaque, o fenômeno da urbanização, a partir do século XIX, e a questão ambiental, na segunda metade do século XX.

Santos, influenciado por essas transformações, considera que ações e objetos, conteúdos centrais de seu conceito de espaço geográfico, se dão como sistemas:

Antes as coisas e os objetos se davam como conjuntos localizados. Eram coleções e não, propriamente, sistemas. Atualmente, os objetos tendem a se dar cada vez mais como sistemas, na medida em que cada dia que passa eles se vão tornando objetos técnicos. Trata-se, no seu conjunto, de sistemas técnicos. (SANTOS, 1994, p. 100).

A funcionalidade dos objetos técnicos é condicionada por ações que também se dão em sistemas e, com o tempo, podem passar a sofrer influência dos objetos, num movimento contínuo e dialético.

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas (SANTOS, 1996, p. 67).

Buscando essa análise integrada entre ações e objetos, Santos se utiliza da teoria dos sistemas e entende que tanto as ações quanto os objetos se relacionam dialeticamente em sistemas, um relacionamento entre sistemas de ações e sistemas de objetos que, juntos, formam o espaço geográfico. Ao considerar essa relação integrada via sistemas, o autor abre caminho para a hibridez do espaço geográfico.

O híbrido espaço geográfico

Santos define que o espaço geográfico é um híbrido formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá:

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1996, p. 51).

Como exemplos de objetos técnicos, Santos cita as hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, rodovias, ferrovias, cidades, entre outros. O espaço geográfico como um sistema de objetos técnicos e artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos, segundo Santos, de artificialidade.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 1996, p. 52).

Ao considerar o espaço geográfico como um híbrido de sistemas de ações e sistemas de objetos, Santos retoma e avança com sua proposta de espaço como um conjunto de fixos e fluxos, entendendo agora que os objetos técnicos em sistemas podem se apresentar fixos ou em movimento, viabilizando fluxos; por sua vez, os sistemas de ações são, por natureza, fluxos de informações que impõem uma ordem ou norma direcionada para que os sistemas de objetos possam exercer uma funcionalidade pretendida.

Ao mencionar os objetos preexistentes, o autor abre uma ponte para se considerar as *rugosidades*, um outro importante conceito do autor, que será tratado mais adiante.

Quanto aos sistemas de ações, Santos considera que um ato não é um comportamento qualquer, mas um comportamento orientado no sentido de atingir fins ou objetivos que alteram uma dada realidade espacial constituída por sistemas de objetos. Se as ações têm uma orientação e uma finalidade, é certo que elas têm uma intenção e, neste momento, o autor insere, em seus argumentos, a *intencionalidade*, como o amálgama, a liga que une os sistemas de ações aos sistemas de objetos e torna o espaço geográfico algo que não é puro, mas um híbrido.

A intencionalidade

Faz-se necessário compreender então o espaço geográfico como um híbrido, um resultado da inseparabilidade entre sistemas de ações e sistemas de objetos unidos pela intencionalidade.

Citando Szilasi (1973), Santos afirma que o ato não designa apenas uma ação, atividade ou processo, mas a própria relação intencional: “[...] os atos são acontecimentos de consciência que têm o caráter da intencionalidade” (SANTOS, 1996, p. 73). Podemos então dizer que a ação é intencional porque ela já contém um propósito, um objetivo, um caráter de intencionalidade. Essa noção é eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno.

A intencionalidade está ligada ao caráter daquilo que é intencional, que tem uma intenção, um propósito relacionado a algo, podendo derivar de ações, mas também de objetos.

A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são hoje,

dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território (SANTOS, 1996, p. 76).

A ações da sociedade sobre a natureza e as ações entre os homens são ações permeadas por intencionalidades que expressam intenções bem objetivas. Muitas vezes essa objetividade não pode ser tão explícita e precisa ser camuflada pelo jogo das ideologias. Essas intencionalidades se diferenciam por emanarem de atores distintos com intenções e interesses divergentes, o que faz com que as intencionalidades tenham também um carácter político. Intencionalidades divergentes, quando confrontadas, são classificadas e avaliadas reciprocamente como negativas. O mundo está cheio de más intenções.

A sociedade humana, ao longo de sua história, se mostra desigual e fracionada em classes; logicamente, as intencionalidades são também desiguais e divergentes, inclusive, há divergências de intencionalidade dentro de uma mesma classe. Desta forma, a sociedade produz intenções diferentes, contraditórias e conflitivas. Essas intenções divergentes, expressão de luta, geram um embate entre intenções, que é dirimido no terreno da política por vias discursivas (CUNHA, 2009, p. 117).

Com a intencionalidade, Santos evidencia em sua teoria o carácter político do espaço geográfico de forma única, algo que vai para além da contribuição de Lefebvre em sua importante obra *Espaço e Política* (1972).

O híbrido espaço geográfico de Santos é produzido e reproduzido pelas relações dialéticas entre natureza e sociedade, no interior e entre as sociedades, desde a escala local até a escala

mundial, englobando aquilo que vai se constituir desde uma simples Divisão do Trabalho até a Divisão Internacional do Trabalho - DIT. Uma dialética que envolve os sistemas de ações com outros sistemas de ações e os sistemas de ações com os sistemas de objetos, dando suporte para o entendimento, inclusive, do Desenvolvimento Geográfico Desigual de Harvey e o Desenvolvimento Desigual e Combinado de Trotsky, tudo permeado pelas intencionalidades políticas que constituem o espaço geográfico e lhe dão este conteúdo de uma forma até então não percebida. Pode-se dizer que as ações políticas agindo sobre os objetos, ou sobre os sistemas de objetos, constituem o espaço geográfico, mas também o conteúdo deste espaço geográfico que, por sua vez, influencia as futuras ações, impondo desta forma um tipo de ação sobre as ações, o que faz com que o espaço geográfico não seja visto apenas como um reflexo da sociedade nem apenas como uma condição, mas como um fator da evolução social (SANTOS, 2012, p. 12).

Um espaço geográfico que não é só palco, mas também ator/fator

A ideia de espaço geográfico enquanto palco é uma ideia que vem de longa data e está muito vinculada à ideia de um espaço passivo, receptáculo de todos os processos e fatores que ocorrem na superfície terrestre. Isso não deixa de ser verdade, já que as coisas, fatores e processos se dão num determinado espaço desta

superfície. Mas não é somente isso, há um outro lado do espaço geográfico que merece ser visto.

Lefebvre, já nos anos 1970, ao trabalhar com o espaço social, realçava a importância do espaço, que deveria ser levada em conta na reprodução das relações de produção. O autor realça as mediações concretas e práticas que se dão no espaço na cotidianidade.

Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p. 47-48).

Ao inserir *extensões e proliferações da cidade antiga*, Lefebvre evoca as formas herdadas do passado que passam a ter um papel crucial.

Santos já falava em rugosidades na década de 1970, mas avança com este conceito ao associá-lo à ideia de prático-inerte de Sartre:

A noção de prático-inerte introduzida por Sartre é igualmente fundamental. O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas (SANTOS, 1996, p.112).

O processo social no tempo envolve uma redistribuição de seus fatores, que não é indiferente às condições pré-existentes, às

formas herdadas, incluindo as formas naturais e o meio ambiente construído de momentos anteriores.

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator (SANTOS, 1996, p. 113).

A noção sartreana de prático-inerte dá um suporte teórico necessário para o conceito de rugosidade de Santos, que joga luz nos elementos espaciais, incluindo as coisas naturais, mas, principalmente, os objetos técnicos, herdados do passado e que acabam por exercer uma influência, o que podemos chamar de uma ação prático-inerte sobre as ações atuais, já que estas últimas visam e avaliam as melhores vantagens locais para a realização de seus eventos/investimentos.

Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente. O tempo vai passando, mas a forma continua a existir. Consequentemente, o passado técnico da forma é uma realidade a ser levada em consideração quando se tenta analisar o espaço. As mudanças estruturais não podem recriar todas as formas, e assim somos obrigados a usar as formas do passado.

[...]

Se a forma é primariamente um resultado, ela é também um fator social. Uma vez criada e usada na execução da função que lhe foi designada, a forma frequentemente permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando terá toda a probabilidade de ser chamada a cumprir uma nova função. [...] As rugosidades – formas remanescentes dos períodos anteriores – devem

ser levadas em conta quando uma sociedade procura impor novas funções (SANTOS, 2012, p. 73,74 e 75).

O espaço geográfico deixa de ser apenas palco e torna-se, desta forma, fator/ator. Além disso, o mesmo conceito de rugosidade colabora para o entendimento de um outro importante conceito para a geográfica, o de Divisão territorial do trabalho, sendo este o resultado de um Divisão social do trabalho que se expressa no espaço geográfico, que o influencia, mas também, pelas próprias razões prática-inertes, é influenciada por ele, isto é, em decorrência das rugosidades que permanecem no tempo: “A repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores” (SANTOS, 1996, p. 113).

A inserção do entendimento de rugosidades no espaço geográfico de Santos traz a questão da multiplicidade de tempos na realidade espacial, um tempo espacial, como resultado de uma acumulação de tempos (SANTOS, 2013, p. 75). Além de considerar o espaço fator/ator, também traz um caráter de permanente continuidade e dialética para este conceito. As intencionalidades políticas, que se expressam por meio de sistemas de ações, sofrem influências dos sistemas de objetos que perduram no tempo. Essas *rugosidades* podem facilitar ou dificultar essas ações, interferindo diretamente em seus resultados, vale dizer, no retorno de seus investimentos, sobretudo, numa sociedade capitalista.

A necessária inserção dos períodos técnicos

Sistemas de ações e sistemas de objetos se desenvolvem e evoluem no tempo, como já salientado. Os sistemas de objetos

naturais tendem a se tornarem objetos técnicos e estes, por sua vez, tendem a se tornarem cada vez mais técnicos e evoluídos.

A noção de tempo é inseparável da ideia de sistema. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das variáveis presentes depende estritamente das condições gerais do sistema em que se situam (SANTOS, 2008, p. 254).

Há assim, a necessidade de se considerar a importância da inserção da técnica, de objetos técnicos e de sistemas de objetos técnicos e suas evoluções no tempo, na relação entre sociedade e natureza. Desta forma, há, conseqüentemente, na teoria do espaço geográfico, a necessidade de se perceber tais evoluções no tempo, detectando assim diferentes períodos técnicos.

É possível dizer que a idade da pedra lascada, no período paleolítico superior, representa um primeiro período técnico nesta cronologia. A técnica de lascar uma pedra e fazer um instrumento cortante vai evoluir ao longo da história da humanidade e a partir dali teremos vários outros períodos técnicos: o aperfeiçoamento de ferramentas do mesolítico, o surgimento da agricultura, da escrita e das primeiras cidades no neolítico, assim como a metalurgia no final deste período.

Na antiguidade, a evolução técnica e social vai marcar o surgimento das primeiras civilizações com instituições políticas complexas e com uma hierarquia social diversificada. As civilizações chinesa e indiana, no oriente, as civilizações egípcia e greco-romana, na bacia do mediterrâneo, e as civilizações inca, maia e asteca, no continente americano, são exemplos de civilizações que

se organizaram em decorrência de um desenvolvimento dos sistemas de ações, incluindo, logicamente, as ações políticas, e dos sistemas de objetos, como cidades, estradas, aquedutos e plantações.

A idade média, apesar de ser considerado um período de retrocessos, também é marcada por evoluções técnicas na arquitetura e nos armamentos, incluindo a pólvora, que vai revolucionar os conflitos entre os povos. A própria servidão feudal e o poder da igreja são exemplos de evoluções no sistema de ações deste período.

É na idade moderna que vamos ter as maiores evoluções nas técnicas e na ciência. O próprio desenvolvimento na técnica das grandes navegações propiciará o descobrimento de novos continentes e novas relações comerciais entre diferentes lugares do mundo. A ciência moderna do séc. XVI contribuirá para o desenvolvimento técnico que culminará, nos séculos XVIII e XIX, na revolução industrial e sua evolução nos séculos XX e XXI com as chamadas primeira, segunda, terceira e quarta revoluções industriais.

A primeira e segunda revoluções industriais, nos séculos XIX e XX, são caracterizadas por evoluções nas técnicas do transporte, energia e comunicação, como a ferrovia, o carvão e o telégrafo da primeira revolução e o carro/avião, o petróleo e o telefone da segunda revolução. Mas é só na terceira revolução industrial, pós-década de 1960, com todas as evoluções tecnológicas advindas de duas grandes guerras, da guerra fria e das inovações da corrida espacial, que teremos um avanço qualitativo nos sistemas técnicos

como nunca visto, com as tecnologias da informação, comunicação via satélite e no transporte a jato.

Esses períodos técnicos-científicos são acompanhados por ações específicas que, dialeticamente, se relacionam com os objetos técnicos de cada período e que, transformando-os, também se transformam em outras ações. Podemos citar alguns exemplos: as ações imperialistas de algumas nações europeias, ainda num período técnico-científico da primeira revolução industrial, de eclosão do capitalismo financeiro, no final do século XIX e início do século XX, tiveram, como consequências, o aumento de rivalidades entre essas nações, que culminou com duas guerras mundiais. Já num período da globalização e do *meio técnico-científico informacional* pós-1970, essas ações imperialistas assumem outras roupagens dentro de um sistema financeiro internacional evoluído, tanto na tecnologia quanto na política, e agora, menos controlado pelo Estado-nação e muito mais pela corporação multinacional, conseguem encontrar novas formas de dominação sobre nações periféricas, ao se utilizar de mecanismos como dívidas internacionais, sistemas nacionais de dívidas públicas, apropriação de ativos via processos de privatização, ações especulativas do mercado financeiro mundial, viabilizando assim a exploração da mais-valia universal e impondo o que Harvey (2004) vai chamar de *acumulação via espoliação*, bastante comum no *novo imperialismo* do século XXI.

Meio técnico-científico informacional e globalização

A inserção do tempo na análise espacial com os períodos técnicos permitiu a Santos chegar no período atual e caracterizar o espaço geográfico atual como um meio cada vez mais carregado de técnica, ciência e informação, que foi por ele denominado de meio técnico-científico informacional.

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico informacional* (SANTOS, 1996, p. 190).

Com o meio técnico-científico informacional, o espaço geográfico atualiza o seu conteúdo histórico, resultado dos sistemas de ações e de sistemas de objetos ao longo do tempo. Graças a esse novo conteúdo, novos processos espaciais puderam ser percebidos, sobretudo, a partir dos anos 1970; merece destaque um dos mais importantes: o processo de globalização.

A evolução dos sistemas técnicos ligados ao transporte, sobretudo a propulsão a jato, navios modernos de carga, o advento do contêiner, e à telecomunicação, com a comunicação via satélite, o desenvolvimento da informação, da telemática e de todo o mundo digital, incluindo a internet, toda essa evolução vai oferecer o suporte técnico necessário para dinamizar a atuação do capital no

espaço geográfico de uma forma inédita, impondo instantaneidade, simultaneidade e aceleração dos processos espaciais e propiciando, com isso, o processo de globalização, uma nova fase da internacionalização do capital, mas diferente das fases anteriores, como a que ocorreu no início do século XX.

A globalização é a atual fase do desenvolvimento da internacionalização do capitalismo, com impactos na economia, na política, na cultura e no espaço geográfico, iniciada a partir da segunda metade do século passado e intensificada a partir dos anos 1980 graças ao desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional. Por este motivo que não se pode falar em globalização antes dos anos 1970, pois a informação, essencial para este processo só se firmou a partir dessa década.

Com a globalização, o capital encontra a oportunidade de se libertar do território, sobretudo do estado nacional, e se descobre livre para atuar em qualquer parte do globo, incluindo as ex-repúblicas soviéticas no pós-1989. O capital, agora mais desterritorializado e cada vez mais financeirizado, busca atuar nos espaços em que pode auferir maiores lucros, quase sempre por meio da exploração de mão de obra barata, que viabiliza a extração da mais-valia universal, uma forma de reduzir os custos de produção e aumentar os lucros. Citando C. Carreras (1993), Santos diz:

Paralelamente à unicidade das técnicas e à unicidade dos momentos, devemos, também, considerar a existência de uma unicidade do motor da vida econômica e social em todo o Planeta, representada, emblematicamente, pela emergência de uma mais-valia no nível mundial e assegurada, direta ou indiretamente, pela existência

sistêmica de grandes organizações, que são os grandes atores atuais da vida internacional (SANTOS, 1996, p.163).

A questão passa ser a busca de custos mais baixos e vendas mais altas, não importando qual a região do mundo. Robert Kurz (1997, p. 137) já evidenciava, nos anos 1990, os objetivos de um capital globalizado: “produzir onde os salários são baixos, pesquisar onde as leis são generosas e auferir lucro onde os impostos são menores”.

Esse novo sistema de ação do capital, agora globalizado via atores hegemônicos, é rigorosamente seletivo, já que se interessa por determinados lugares e não outros, e dessa forma provoca também uma modificação na Divisão Internacional do Trabalho – DIT. Com a globalização, os países periféricos conseguem romper com a DIT tradicional, pois passam a ser locais interessantes para a reprodução do capital em escala global, pois oferecem vantagens locais que podem ser aproveitadas, de forma inédita, pelo capital globalizado, que vai, com isso, se reproduzir de forma acelerada e concentrada. O resultado de tudo isso é que passamos a ter um “primeiro” e um “terceiro mundo” dentro de todos os países. Passa a ser comum ilhas de prosperidade diante de um mar de pobreza crescente em todas as regiões e cidades do mundo, salvo, por enquanto, poucas exceções. Ou seja, o resultado é um aumento generalizado da pobreza acompanhado de uma concentração intensa da riqueza. A globalização acentuou a desigualdade social e regional pelo mundo, no interior dos países, incluindo agora os países centrais, e entre os países. Se a

globalização não é global por ser seletiva e não atingir todos os espaços do globo, uma coisa é certa: a pobreza se globalizou como nunca visto.

Sistemas de ações do mandar e do fazer.

O desenvolvimento de uma terceira revolução industrial, tecnológica e informacional e seu reflexo no espaço, o meio técnico-científico informacional, vão colaborar para o surgimento, a partir de 1970, de um novo regime de acumulação, não mais fordista, mas denominado de toyotista ou produção flexível. Se o *fordismo* se caracterizava pela máxima *produção em massa e consumo em massa*, gigantismo e centralização das fábricas, com a *produção flexível*, a linha de montagem é substituída por células de montagem, robotização e *just in time*, que visam um melhor controle de qualidade e menor custo. A flexibilidade não se dá só na relação de trabalho com a inserção da terceirização e do trabalho temporário, mas sobretudo, como já colocado, na capacidade de se produzir em qualquer parte do mundo, isto é, nos locais mais interessantes para a reprodução do capital, principalmente aqueles que oferecem o menor preço da mão de obra. Não à toa, a China desponta nesse cenário. A logística de produção também é alterada em termos espaciais, com produtos que passam a ser semielaborados num determinado país para depois serem montados e finalizados em outros.

O meio técnico-científico informacional enquanto sistemas de objetos que viabilizaram o processo de globalização e o novo regime de acumulação com a produção flexível precisou ser acompanhado de um sistema de ações que pudessem,

politicamente, facilitar a ação do capital pelo mundo, abrindo fronteiras e desregulando o poder do estado-nação, deixando, desta forma, os países sujeitos às ações globais, isto é, aos sistemas de ações dos capitais globais que, em rede, garantam a fluidez da mercadoria, da informação e do dinheiro, assegurando assim a primazia do mercado.

Mas a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sócio-técnica. Ela não alcançaria as consequências atuais, se, ao lado das novas inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação, a começar, paradoxalmente, pela chamada desregulação. A economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas, adequadas aos novos sistemas de objetos e aos novos sistemas de ações, e destinados a provê-los de um funcionamento mais preciso. Na realidade, trata-se de normas constituídas em vários subsistemas interdependentes, cuja eficácia exige uma vigilância contínua, assegurada por uma legislação mundial, tribunais mundiais e uma polícia mundializada. Ao contrário do imaginário que a acompanha, a desregulação não suprime as normas. Na verdade, desregular significa multiplicar o número de normas (SANTOS, 1996, p. 219).

Esse sistema de ações significou também um novo modo de regulação na economia mundial a partir da década de 1970, com o neoliberalismo, primeiramente no Chile, depois nos EUA e Reino Unido, nos anos 1980 e, a partir dos anos 1990, com o consenso de Washington, para o restante do mundo, até os dias atuais.

O neoliberalismo, como braço político do processo de globalização, viabilizará todo um sistema de ações para que o processo alcance seus objetivos e atinja os espaços geográficos que lhe interessam. Essas ações se dão em escala global e têm

como alvo atingir os governos dos países com suas políticas neoliberais caracterizadas pelos cortes de gastos e encargos sociais, redução de impostos sobre o capital e fortunas, aumento de impostos sobre o trabalho, o consumo e o comércio, abolição de investimentos estatal na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e um vasto programa de privatizações. Tal sistema de ações, juntamente com o suporte de sistemas de objetos técnicos, que garantem a efetividade das ações, incentivou a especulação financeira pelo mundo, desenvolveu o rentismo em detrimento da produção industrial e deu uma nova cara para o capitalismo contemporâneo, o capitalismo financeiro ou pós-industrial.

Com este novo capitalismo financeiro globalizado, os sistemas de ações globais, que impõem normas e viabilizam a extração da mais-valia universal, chegam rapidamente na esfera local, graças aos sistemas de objetos técnicos informacionais. Cada vez mais, essas normas chegam de localidades distantes, tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes, e causam uma mudança no significado das coisas e das relações. Bauman (1999, p. 13) resume esse processo na frase de um “racionalizador” da empresa moderna: “A companhia pertence às pessoas que nela investem e não aos seus empregados, fornecedores ou à localidade em que se situa”. Os centros de significado e valor são hoje extraterritoriais e emancipados das restrições locais. Os proprietários do passado estavam de alguma forma, mesmo que ligeiramente, presos à localidade da qual extraíam seu meio de vida, num território com limites visíveis e claros, que traziam como significado o

conhecimento do outro, do indiferente, do irreduzível e que geravam o respeito e o desafio da comunicação. Os proprietários de hoje são ausentes e, graças à mobilidade de seus recursos agora mais líquidos, fluídos, não enfrentam limites reais que obriguem o respeito. “Hoje não há necessidade de se comprometer basta evitar” (BAUMAN, 1999, p. 18).

Para Santos, nesse atual sistema de produção, que se serve de um espaço de fluxos constituído de redes, as macroempresas e grandes corporações, com seus sistemas de ações, acabam por ganhar um papel de regulação do conjunto do espaço, associada à ação explícita ou dissimulada do Estado em todas as esferas territoriais. Trata-se de uma regulação, por parte do Estado, frequentemente subordinada porque destina-se a favorecer os atores hegemônicos e, considerando uma determinada área, o espaço de fluxos tem um papel de integração com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes:

Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes.

Nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais (SANTOS, 2001, p. 106 e 107).

Os agentes hegemônicos e globais, por meio de sistemas de ações do mandar, que chegam via sistemas de objetos técnicos às localidades e impõem via normas o acionamento de sistemas de ações do fazer, viabilizam, desta forma, seus interesses em extrair a

mais-valia universal e produzem, com isso, um espaço geográfico à luz da globalização e de um capitalismo contemporâneo cada vez mais financeiro e rentista.

O capitalismo global e financeiro do século XXI tem como características operar por exclusão de grande parte da sociedade no mercado de trabalho, o que gera um desemprego estrutural nas localidades que são excluídas do processo de globalização e que ficam isoladas.

A prática do neoliberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, tornando esse uso mais seletivo do que antes e punindo, assim, as populações mais pobres, mais isoladas, mais dispersas e mais distantes dos grandes centros e dos centros produtivos (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 302).

Por outro lado, mesmo os países com maior densidade de objetos técnicos informacionais se veem abalados pelo desemprego estrutural devido à robotização, à automação e às mudanças nas relações de trabalho, como a terceirização e a precarização do trabalho. Esses processos, comandados pelo desenvolvimento tecnológico, pela produção flexível e pelo neoliberalismo, deixam alijada parcela considerada da população desses países e aumentam a pobreza dentro de suas fronteiras.

Uma outra característica desse capitalismo pós-produtivo é o seu lado rentista e monetarista garantido pelo sistema financeiro mundial. O trabalho produtivo passou a ser desvalorizado, pois o sistema financeiro garante uma extração rentista da mais-valia universal baseada, muitas vezes, em papéis podres, capital fictício e

todo um sistema de ações coordenado por instituições como o BIS (*Bank for International Settlements*), um banco internacional de pagamentos e compensações, uma espécie de banco central dos bancos centrais do mundo, localizado na Suíça. Coordenando políticas de dívidas externas, via Banco Mundial e FMI, assim como viabilizando o sistema de dívidas públicas dentro dos países, consegue garantir a transferência de renda dos países para o sistema financeiro internacional. O resultado é um capitalismo parasitário que pouco produz e poucos empregos gera, mas que consegue enriquecer uma elite globalizada às custas do empobrecimento global. Nunca tivemos tantos bilionários no planeta e, ao mesmo tempo, nunca tivemos tantos miseráveis. Como já frisado, passamos a ter, no interior de todos os países, ilhas de prosperidade num mar de miséria que cresce continuamente. O último Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (PNUD, 2019, p. iii) deixa claro que os protestos que têm assolado diversos países são, em grande parte, decorrência de uma profunda e crescente frustração com as desigualdades no mundo, a falta de oportunidades de muitos e a consolidação do poder e do domínio político de uns poucos.

Este mundo mais desigual expressa um espaço geográfico também desigual, influenciado por ele, mas também que o influencia, já que o espaço geográfico, como vimos, também atua com suas práticas-inertes, promovendo a dialética contínua entre ele e a sociedade. O resultado é um mundo em crise, uma crise social, econômica, uma crise da sociedade humana, que ainda traz consigo uma crise ambiental, na verdade, uma crise socioambiental.

Mas as ações do fazer podem assumir uma outra conotação, pois o fazer pode significar *obedecer* ou *se recusar* a fazer, gerando assim, uma resistência. E aqui se abre a possibilidade para uma superação da crise imposta.

Racionalidades, contrarracionalidades, distopia e utopia

A lógica da globalização desigual e excludente traz consigo uma nova racionalidade, incluindo a racionalidade espacial. A racionalidade hegemônica global baseia-se em redes e na seletividade de espaços geográficos que possuem maior densidade de sistemas técnicos e possibilitam as ações desejadas. Como já afirmado, isso provoca uma nova Divisão Territorial do Trabalho em várias escalas e uma nova relação entre regiões, pois a antiga dependência regional é substituída por uma nova centralidade, ligada a esta densidade técnica e de ações, que não se dá igualmente em todas as localidades, por isso, a seletividade, mas consegue subordinar regiões próximas e distantes devido a sua atuação em redes.

Os espaços não selecionados são aqueles de menor ou inexistente densidade técnica. Esses espaços excluídos são os que mais expressam, conseqüentemente, a exclusão social e possuem uma lógica própria.

Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa mencionada carga de racionalidade; e há os outros espaços. Há os espaços do mandar e os espaços do obedecer. Todavia, essa racionalidade sistêmica, não se dá de maneira total e homogênea, pois permanecem zonas onde ela é menor e, mesmo, inexistente e onde cabem outras formas de expressão que têm sua própria lógica (SANTOS, 1996, p. 242).

Podemos dizer que esta lógica própria se constitui também numa racionalidade própria, a racionalidade dominada local, que, na verdade, é uma contrarracionalidade com relação à racionalidade hegemônica.

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea (SANTOS, 1996, p. 246).

Essas duas racionalidades são paralelas e concomitantes e juntas expressam a perversidade da globalização, a concentração excessiva da riqueza e a propagação da pobreza em todas as partes do globo.

A racionalidade hegemônica atua em redes para poder chegar nos locais e exercer seu mando e domínio. Os sistemas técnicos são os instrumentos para garantir que essas ações possam ser exercidas. Isso quer dizer que determinadas localidades conseguem sobressair perante outras localidades em decorrência da densidade de objetos técnicos que ali são instalados. A metrópole se destaca pela sua densidade técnica, mas nela, apenas determinados áreas serão selecionadas pela racionalidade hegemônica, o restante fica à sua própria sorte que, assim, acaba

por gerar uma racionalidade própria, dominada, e que se abre para a possibilidade de um contrarracionalidade.

Segundo Santos, passamos a ter então, relacionado a essas racionalidades, espaços mais densos de objetos técnicos e informação, que são mais fluidos, mais luminosos, considerados espaços da rapidez e do mandar, ligados à lógica hegemônica, e, por outro lado, espaços mais rarefeitos, mais viscosos, opacos, considerados da lentidão, ora ligados à racionalidade hegemônica, quando conseguem alguma inserção, e ora ligados à racionalidade dominada, quando são excluídos. Socialmente, essas duas racionalidades, paralelas e concomitantes, podem variar entre os indivíduos de forma rápida e efêmera. O sujeito pode dormir fazendo parte de uma racionalidade hegemônica, acordar desempregado e perceber, num curto espaço de tempo, que já pertence a uma outra racionalidade. Esse é o maior temor da classe média mundial, que percebe, no horizonte, a chegada de uma gradativa escassez que a ameaça, cotidianamente, com o desemprego do mundo globalizado atual.

Diante das agruras que o processo de globalização impõe à sociedade contemporânea, Santos (2000) lhe dá três classificações muito pertinentes: uma é a globalização como perversidade, a real globalização associada a essas agruras e que se manifesta diariamente. Outra, a globalização enquanto fábula, aquela que é divulgada como algo benéfico por um discurso carregado de ideologia, principalmente pelos meios de comunicação corporativos e hegemônicos associados ao sistema financeiro globalizado. E uma terceira globalização, proposta pelo autor: uma globalização que

abre a possibilidade de ser diferente de tudo que se apresenta, não perversa e mais humana, aproximando-se da utopia.

Para Santos, se o sistema de objetos técnicos e informacionais associado aos sistemas de ações gerou a perversidade da globalização e o próprio espaço geográfico desigual, a globalização enquanto utopia surgirá no seio da contrarracionalidade, entre os excluídos, nos chamados espaços opacos, nas periferias do mundo e de cada cidade ou lugar que apresentam áreas e populações renegadas pelo sistema. As mudanças sairão das populações subdesenvolvidas.

É previsível que o sistemismo sobre o qual trabalha a globalização atual erga-se como um obstáculo e torne difícil a manifestação da vontade de desengajamento. Mas não impedirá que cada país elabore, a partir de características próprias, modelos alternativos, nem tampouco proibirá que associações de tipo horizontal se dêem entre países vizinhos igualmente hegemonzados, atribuindo uma nova feição aos blocos regionais e ultrapassando a etapa das relações meramente comerciais para alcançar um estágio mais elevado de cooperação. Então, uma globalização constituída de baixo para cima, em que a busca de classificação ente potências deixe de ser uma meta, poderá permitir que preocupações de ordem social, cultural e moral possam prevalecer (SANTOS, 2001, p. 154).

Para Santos, são os excluídos que romperão com o conformismo diante do encontro cotidiano, cada vez mais presente, de uma situação de inferiorização tornada quase permanente e que reforça a noção de escassez e convoca a uma reinterpretação da própria situação individual diante do lugar, do país e do mundo.

Nessa utópica e possível globalização, lembrando que a utopia, enquanto sonho impossível, deixa de ser utopia a partir de sua realização, os sistemas de objetos técnicos informacionais passam a ter um novo uso e um novo significado, não mais a serviço da racionalidade hegemônica, distante e globalizada, mas agora a serviço da racionalidade contra-hegemônica, próxima, localizada e carregada de emoção, o que exigirá novas ações articuladas em novos sistemas de ações e, aqui, conseqüentemente, a possibilidade de um diferente espaço geográfico, mais fraterno e menos desigual.

Como pode ser visto o mundo hoje, depois de quase vinte anos da partida desse grande geógrafo? Se, de um lado, Boaventura de Souza Santos corrobora a possibilidade de uma reação dos povos do sul diante de uma ordem hegemônica, incluindo o desenvolvimento de novas epistemologias vindas do *sul*, com uma valorização considerada do senso comum e com reais possibilidades de um desenvolvimento endógeno e *descolonizado* dessas populações (SANTOS, 2010a), o que dizer, então, de um mundo considerado, ao mesmo tempo, pós-democrático, pós-político, no qual se percebe o renascimento do fascismo e do ódio em várias partes do globo (RANCIÈRE, 2014) na segunda década do presente século, envolvendo-nos num cenário distópico?

Considerações finais

Embora uma outra globalização proposta por Santos possa ainda fazer parte de um pensamento utópico, é inegável que vemos

também no mundo sistemas de ações que buscam uma contrarracionalidade hegemônica, expressa em cooperações de várias naturezas e que se apresentam, sobretudo, na escala local, em setores como de produção de alimentos, educação, manifestações artísticas e culturais, entre outros.

Se estamos caminhando para uma reafirmação da perversidade do processo de globalização ou para um processo mais humanizado e localizado, a verdade é que a teoria elaborada por Santos, que envolve o crucial conceito de espaço geográfico enquanto um híbrido de sistemas de ações e de sistemas de objetos, carregados de intencionalidades, se mostra ainda muito eficaz na interpretação de uma realidade que constantemente se transforma.

Com o seu conceito de espaço geográfico, Santos não só joga luz sobre o objeto da geografia, o próprio espaço geográfico, mas sobre o próprio processo que o cria, a histórica relação entre natureza e sociedade. Desta forma, Santos nos mostra a natureza do espaço. Ao evocar a técnica como ponto nevrálgico nessa relação, ele a introduz ao longo do tempo, mostrando que diferentes períodos técnicos devem ser considerados e que o presente período produziu o meio técnico-científico informacional, que dá o suporte técnico para novos sistemas de ações e objetos no atual e perverso sistema capitalista financeiro globalizado, que se apresenta como o resultado de uma totalidade empírica, derivada das relações efetivas entre a Totalidade-mundo e os Lugares. “Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa” (SANTOS, 1996, p. 92). Desta forma, a noção de totalidade também

se faz presente e, como categoria analítica, se mostra capaz de colaborar para a construção de uma teoria e de uma epistemologia do espaço geográfico.

Com o conceito de rugosidade, isto é, de formas geográficas que se perpetuam no tempo, nos mostra como que o espaço geográfico não é apenas palco de processos, mas capaz de exercer uma ação *prático-inerte*. Tal conceito muda o próprio modo de ver o espaço geográfico e traz um substancial ingrediente para a disciplina.

A contribuição teórica, conceitual e epistemológica de Santos colabora para enaltecer o espaço geográfico não só como objeto da geografia, mas como a primordial categoria dessa ciência. Não que as outras não sejam importantes, pois viabilizam a compreensão de determinados fatores geográficos de acordo com a escala em que se apresentam, o lugar para a escala local, a paisagem para a escala local e regional, a região para a escala regional e continental e o território para fenômenos em territórios instituídos ou para territorialidades informais e até ilícitas; inclusive as relações de poder, tão utilizadas para caracterizar territórios, emanam, primeiramente, de sistemas de ações que visam interesses sobre determinados sistemas de objetos. Todas essas categorias buscam, no fundo, compreender uma determinada realidade que se expressa no próprio espaço geográfico.

Se a ciência enquanto instituição social de conhecimento objetiva desvendar e elucidar a realidade, o conceito de espaço geográfico de Santos colabora de forma única para isso, pois desvenda um real espaço geográfico, seus componentes e suas

interações ao longo do processo histórico da humanidade. Tal conceito se firma como ferramenta necessária para o entendimento de uma geografia que, por sua dinamicidade, se transforma ao longo do tempo. Indiferentemente se rumamos à continuidade de uma globalização perversa ou a uma nova racionalidade, contra-hegemônica, mais localizada e verdadeiramente humana, este conceito se mostra ainda intacto e extremamente eficaz para a compreensão de ambos os rumos.

Referências

BAUMAN, Zygmund. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CARRERAS, Carles. O novo mapa da Europa. In: Santos M. et al. *Fim do século e globalização*. Hucitec-Anpur, São Paulo, 1993, pp. 129-138.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CUNHA, Fábio César Alves da. Discurso e conformação socioespacial: espaços da resistência, da aceitação e da resignação. In: *Geografia e mídia impressa*. Katuta, A.M. et al. (orgs.) Londrina: Moriá, 2009.

KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis RJ: Vozes, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Relatório do desenvolvimento humano: Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*, New York, NY: UN Plaza, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. Globalização e meio técnico- científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia à uma geografia crítica*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Editora da USP, 2012.

SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Editora da USP, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Trilce Extensión Universitaria, 2010a. Disponível em:

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Descolonizar%20el%20saber_final%20-%20C%C3%B3pia.pdf Acesso em 05 de setembro de 2020.

GEOGRAFIA E ESPAÇO: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM

Dione Dutra Lihtnov¹
Lânderson Antória Barros²

Introdução

Geografia e Espaço estão unidos na sua essência, na sua razão de ser. Partindo desta premissa, o presente texto busca revisitar as bases teórico-filosóficas do pensamento geográfico, tendo em vista investigar sua categoria fundamental de análise: O Espaço. Busca-se o esclarecimento das questões conceituais, epistemológicas e filosóficas que cercam a apreciação do espaço pela ciência geográfica.

A abordagem multidimensional da Geografia, enquanto ciência, permite múltiplas leituras do espaço, de forma que não temos aqui a presunção de esgotarmos o debate em torno da temática, mas sim, contribuir para o conhecimento do ponto de vista histórico e epistemológico.

No que diz respeito à Geografia, analisada sob a óptica do espaço, podemos considerá-la, atualmente, como uma linguagem socioespacial da sociedade contemporânea. Essa análise nos aponta para um paradigma que demonstra que já não é mais possível se analisar o espaço somente a partir dos velhos modelos e paradigmas. Assim, entendemos que a emergência de novas

¹ Pesquisador nas linhas de Ensino de Geografia (com ênfase para Livros Escolares produzidos no Rio Grande do Sul) e Geografia Urbana (com ênfase para estudos em Urbanismo Comercial e Geografia Histórica Urbana). E-mail:

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail:

realidades exige a análise de conceitos e teorias basilares à Geografia.

O espaço está em constante metamorfose. Heterogêneo e enérgico ao mesmo tempo. Um universo composto de inúmeras facetas assumindo diferentes nuances ao longo do tempo. Historicamente, o espaço se constituiu como o alicerce do processo de reprodução capitalista, despertando um grande fascínio enquanto local de moradia, trabalho, lazer e consumo.

Assim, a produção e (re)produção do espaço passam inicialmente pela compreensão da sociedade, âmbito da produção socioespacial. Entretanto, antes de compreender seu funcionamento, se vislumbra entender e conhecer os elementos que tornaram este espaço o cerne de (re)produção da vida. É preciso conhecermos suas raízes históricas e sua relação de origem com a Geografia, de modo que adotaremos como ponto de partida a fundamentação epistemológica da ciência geográfica.

Pressupostos epistemológicos da ciência geográfica

A Geografia é uma forma de conhecimento tão antiga quanto à própria existência dos seres humanos. Um saber que se refere ao espaço, visto que, no início de sua existência, os seres humanos construíram seus conhecimentos a partir das práticas espaciais. Esta relação de origem constituiu o espaço como o objeto de estudo da Geografia por excelência. Compreender o espaço no qual estamos inseridos a partir de uma visão ampla tornou-se basilar. Apesar de ser uma tarefa árdua, ela é fundamental à Geografia, pois

como já afirmara Francis Bacon (1561-1626) séculos atrás, “o conhecimento em si é uma forma de poder”.

O primeiro passo neste percurso é compreendemos que toda forma de conhecimento é um produto histórico e social. Logo, considerar a complexidade de relações existentes no espaço e a forma como elas integram e interferem diretamente na organização social é algo que se faz necessário para que possamos realizar uma compreensão mais concreta do mundo em que estamos inseridos. Cabe, então, nos questionarmos: Qual a compreensão de conhecimento geográfico foi edificada histórica e socialmente ao longo do tempo?

Certamente trata-se de uma questão complexa, que pode ser clarificada pela visão de Luckesi (1991), ao demonstrar que o conhecimento pode ser entendido como:

[...] o produto do enfrentamento do mundo realizado pelo ser humano que só faz plenamente sentido na medida que o produzimos e o retemos como um modo de entender a realidade, que nos facilite e nos melhore o modo de viver, e não pura e simplesmente como uma forma enfadonha e desinteressante de memorizar fórmulas abstratas e inúteis para nossa vivência e convivência no e com o mundo.

Tomando como indício as palavras de Luckesi (1991), fica evidente que a humanidade evoluiu de uma práxis manipulativa a uma práxis apropriativa, ou seja, do senso comum ao conhecimento científico. Um conhecimento que viria a se tornar organizado, prognosticador, geral e metódico em sua essência. Ao longo do tempo, a natureza deste conhecimento adotou diferentes nuances (empírica, filosófica, científica, teológica), entretanto, o

conhecimento possui um movimento histórico no qual é possível dividir marcos notáveis que caracterizam períodos específicos da produção social. Lenoir (2004) e Lecour (1978) se utilizam destas rupturas para explicar a realidade. Para os autores, não devemos esquecer o que foi feito, mas sim analisar as rupturas que marcam a história.

Navegando por estas rupturas históricas, percebemos que as bases que possibilitaram à Geografia se constituírem enquanto ciência remontam a antiguidade. Se durante este período o conhecimento floresceu junto aos povos antigos (mesopotâmios, fenícios, egípcios e chineses) ele finalmente frutificará na Grécia Antiga nas mãos e mentes habilidosas de Aristóteles e Ptolomeu.

A concepção da esfericidade da Terra, o estabelecimento do diâmetro da Terra, o sistema de representação e localização de pontos com base em um sistema de meridianos e paralelos, a inclinação da superfície terrestre em relação à direção dos raios solares concluindo que os climas se originaram desta inclinação, além do modelo ou teoria geocêntrica foram todas conquistas científicas deste período de prosperidade intelectual e que até hoje são basilares aos estudos geográficos.

Já nos séculos II e I a.C., os ventos do progresso científico começam a cessar com a queda grega frente aos romanos, um povo pragmático, militarizado e de pouca diversidade cultural. Durante o Império Romano a propagação do cristianismo se edifica a ponto de se tornar a religião oficial de Roma, acentuando o poder daqueles que procuravam encontrar a verdade do mundo na bíblia.

Este foi um terreno fértil que germinou após a queda do Império Romano no ano de 476, um período de muitas lutas com a divisão do Império entre diversos reinos bárbaros e a luta pela conquista no Oriente, o que possibilitou a figura da Igreja organizar todo um imaginário social, facultando a Filosofia e a Matemática, até então exaltadas. Segundo Moreira (2008, p.14), o conhecimento geográfico nesse período é uma forma de cosmologia destinada a ajudar a conceber o mundo como um grande sistema matemático-mecânico. Este período ficou conhecido como “Idade das Trevas” por ter colocado a evolução do conhecimento na escuridão. Ao procurar respostas de ordem religiosa o ser humano abandonou a ciência e o conhecimento, sendo levado à interpretação bíblica, acarretando, assim, uma série de retrocessos com relação ao conhecimento já elaborado.

Até o século XVII, o ser humano não existe como um “problema” para os estudos científicos porque ele é a imagem e semelhança de Deus. Estes problemas são julgados pela ordem religiosa: a redenção viria pelo quanto o ser estava mais próximo ou mais afastado da vontade de Deus. Entretanto, em um determinado momento, percebe-se um fato que mudará a lógica divina: o tempo de vida dos seres humanos no planeta Terra é finito, ou seja, ele morre. Logo, esse é um problema que ele próprio precisa resolver. Se o ser humano é a semelhança de Deus, seu problema é da ordem do pecado. Já a finitude de sua vida acarreta problemas sociais que precisaram ser resolvidos. Alguns pensadores foram importantes nessa ruptura e “morte do ser humano”, tais como Shakespeare, Marx, Freud, e por fim, Foucault.

Neste contexto, no século XVII, nascem as Ciências Humanas. A episteme incorpora uma lógica da finitude. O ser humano morre, e não tem recompensa e punição. É a “morte” de Deus. A partir deste novo momento histórico, o espírito humano procura a origem de todas as coisas, as causas essenciais, primárias e finais, dos diversos fenômenos que o impressionam, e seu modo fundamental de produção, os conhecimentos absolutos.

Este recorte histórico foi caracterizado essencialmente pela sistematização do conhecimento geográfico. Houve uma diversidade no entendimento das concepções do que se entendia por Geografia, contemplando uma grande gama de conteúdo sob o mesmo rótulo: astronômicos, matemáticos, históricos, ecológicos. Deste modo, nem sempre foi possível definir com clareza aquilo que era próprio da Geografia, Filosofia, História ou da Matemática.

No limbo entre o Renascentismo e o Iluminismo, a Geografia se particiona em duas. Moreira (2008, p.14) afirma que de um lado ela volta a ser uma cartografia do fantástico, mas, desta vez, para o fim de realçar o imaginário de uma Europa racional, e de outro lado, uma cartografia da precisão voltada para o fim prático de orientar os naturalistas e navegadores. Em verdade, para a Geografia foi o desenvolvimento das grandes navegações que trouxe ao pensamento geográfico, a partir da cartografia, ideias mais realistas.

Enriquecidos pelas grandes navegações, este período também marcará a ascensão da burguesia como classe dominante. Esta expansão burguesa-capitalista carecia de um conhecimento efetivo sobre os diferentes territórios do planeta Terra, sobre a organização dos diferentes espaços. Esta necessidade trouxe a Geografia

características relacionadas à rigidez matemática, tendo em vista mapear e auxiliar nas novas investigações científicas do período, desenvolvendo, assim, as formas de representação cartográfica.

Entretanto, faltava ainda a burguesia um elemento para ratificar sua supremacia global: a superação ideológica do sistema de pressupostos que legitimava as instituições feudais ao modo de produção capitalista. Esta ratificação viria por meio de uma concepção racionalista de mundo. Ou seja, substituir as explicações teológicas dos fenômenos por uma visão sistemática, constante das relações entre os fenômenos globais.

Neste âmbito de construção do pensamento, Bachelard (1996) reflete que a formação do espírito científico nos leva a uma sociedade pensada em oposição à sociedade vivida. A busca pelo conhecido dos fenômenos, suas causas e leis, caminham para a construção de uma comunidade científica estabelecida a margem da sociedade social, abstraída em uma vida própria, que não pode ser compreendida senão em função de seus próprios problemas, de sua própria história.

As manifestações do positivismo no conhecimento científico reduziram a realidade a um único método de interpretação para todas as ciências. A “verdadeira ciência” tende sempre pela previsão racional. Ver para prever, estudar o que é para concluir o que será, sempre com base na invariabilidade das leis naturais. Essa visão caracteriza-se pela extensão universal a todos os fenômenos do dogma da invariabilidade das leis naturais. Assim, a ciência positivista faz a leitura cultural do mundo, de sua própria natureza.

Nesta conjuntura, é importante destacar o papel exercido por Immanuel Kant. O filósofo auxiliou elaborando uma estruturação sistemática que visou estabelecer relações entre o racionalismo e o empirismo. Se para a Geografia, desde seu primórdio, seus conhecimentos foram configurados de forma confusa, sem identidade, ela renascerá de forma sistematizada no final do século XIX, a partir das transformações ocorridas no movimento de materialização do modo de produção capitalista. Surge, assim, um tratamento unitário para a Geografia, tornando possível a criação de uma linha de continuidade no pensamento geográfico.

Diante dessas inovações, a Geografia exerce potência científica a partir de vários autores como Humboldt, Ritter, Ratzel e La Blache. Logo, a partir desse momento, podemos perceber o que compreendemos como a primeira corrente do pensamento geográfico chamada por muitos de Geografia Tradicional ou Geografia Clássica, tendo como principais precursores Humboldt e Ritter, fundamentada, essencialmente, a partir do positivismo (MOREIRA, 2008).

A Geografia que emerge ao longo do século XIX analisará o espaço sob diferentes enfoques: primeiramente, a partir da lógica *determinista*, onde o espaço é entendido como a causa da organização social; posteriormente, sob a ótica do *possibilismo*, onde o ser humano tem possibilidades de transformação do espaço a partir do seu desenvolvimento técnico; e por fim, o *racionalismo*, que se propõe a explicar por que e em que se diferem as porções da superfície terrestre.

Em sua essência, a Geografia Tradicional ou Clássica adotará os pressupostos da física newtoniana, onde o espaço é absoluto. Não há uma preocupação com o espaço em si, mas sim com suas categorias de análise: paisagem, território, região. O espaço, nesta concepção, é entendido apenas como um “palco” onde ocorrem as ações do ser humano. Assim, as bases metodológicas da Geografia Tradicional ou Clássica consistem em *observar, descrever e classificar as paisagens e regiões*.

Boaventura Santos (2000) contextualiza a necessidade de enfrentamento do modelo científico positivista abordado na concepção do “paradigma dominante”, que se constitui ao longo dos séculos XVI e XIX, no âmbito das Ciências Sociais. Sua essência fundamental é negar a racionalidade de outras formas de conhecimento, como o conhecimento do senso comum e das humanidades. Para a Geografia este enfrentamento começa a ser escrito a partir de duas grandes rupturas ocorridas na sociedade global: o período das duas Grandes Guerras Mundiais (1914 - 1918; 1939 - 1945) sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial.

Em uma Europa totalmente dizimada pelos intensos combates, não só o mundo, como as Ciências Sociais, precisaram se reinventar, se adaptar à nova realidade e necessidades mundiais de reconstrução, orientada, agora, pelas demandas de um capitalismo também renovado. E a Geografia também precisou se adequar aos novos caminhos propostos para a análise da realidade, já não mais capazes de serem percorridos pelos postulados da Geografia Tradicional.

Em um âmbito global, novas propostas surgem para suprir o vazio e a necessidade de explicações não compreendidas na totalidade pela Geografia Tradicional, dentre elas a Geografia Teorético-Quantitativa, também chamada de *New Geography*, que ganha destaque nos Estados Unidos. Direcionada e amparada pela matemática, a estatística ganha um papel relevante nesta vertente da ciência geográfica, ainda assim, as propostas apontadas por essa corrente não foram suficientes para ampliar as reflexões e debates que o momento histórico exigia.

Posteriormente, surgem propostas e reflexões calcadas no materialismo histórico e na dialética marxista, culminando no surgimento da corrente teórica conhecida como Geografia Crítica ou Geografia Radical. Vesentini (2005, p.36), define essa Geografia como “uma ciência social que estuda a natureza enquanto recurso apropriado pelos homens e enquanto dimensão da história, da política”. Neste novo paradigma, o espaço passa a ser pensado como meio e condição da (re)produção humana. Cabe destacar que essa visão tem dominado os discursos geográficos contemporâneos.

Ampliando as discussões acerca do positivismo, a Geografia Crítica chama para o debate a importância de irmos para além de exames de conteúdo e forma, provocando o questionamento sobre os limites da ciência geográfica e as perspectivas que ela pode proporcionar a compreensão da sociedade.

Avançando temporalmente, já na década de 1980, percebemos o desenvolvimento de outra corrente do pensamento geográfico denominada de Geografia Humanista ou Geografia

Cultural, vertente essa fundamentada essencialmente na fenomenologia e no existencialismo. Aportando em novos desafios, essa corrente se aproxima de outras ciências ligadas às humanidades, provocando o debate sobre o espaço vivido e o indivíduo, direcionando suas análises para o subjetivo.

Neste contexto reflexivo, Thomas Kuhn (1998) elucida como as ciências fazem a leitura do mundo por meio de paradigmas, ou seja, por meio de conjuntos de teorias e métodos que ao longo do tempo explicam a realidade. Boaventura Santos (2000) traz à crítica a está falsa ideia de estabilidade absoluta germinada por estes paradigmas, destacando a necessidade do enfrentamento destes postulados, pois como destacam Latour (1994) e Bachelard (1996), toda ciência é social, uma vez que foi e é construída pelos seres humanos.

O conceito de espaço geográfico

A Geografia, enquanto ciência, se desenvolveu ao longo do tempo apoiada em diversos aspectos, por vezes, baseados nos pressupostos do positivismo, os quais fundamentaram a escola tradicional, ou ainda, no materialismo histórico e dialético, base da qual se originou a escola da Geografia Radical, onde cada uma erradicou, por assim dizer, o seu próprio conceito acerca do espaço. Logo, entendemos que os conceitos são carregados de abstrações.

Esta dicotomia entre as vertentes históricas de análise não foi uma exclusividade do campo geográfico, de modo que diversas ciências, ao longo do tempo, se difundiram amparadas de conceitos,

por vezes, considerados equivalentes. E com a Geografia não poderia ser diferente. Neste contexto, os conceitos geográficos se expressam em diferentes níveis de abstração e possibilidades operacionais. Segundo Santos (1991, p.70 -71):

As categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem, e população, que definem o objeto da geografia em seu relacionamento. (...). De todas, a mais geral – e que inclui as outras - é o *Espaço*.

O espaço produz e reproduz o estrato social na medida em que as transformações são determinadas por necessidades econômicas, políticas, culturais e tecnológicas. Deste modo, podemos entender o espaço que realmente interessa a Geografia - chamado de *Espaço Geográfico* - como resultado da relação entre seres humanos e natureza, ou seja, o espaço socialmente produzido fundamentado na transformação do meio natural pelo ser humano a partir da aplicação do trabalho/técnica, produzido e reproduzido sobre a natureza, constituindo, assim, um sistema de objetos que desempenham funções dentro da sociedade a fim de satisfazer as necessidades de um dado grupo social. Isto mostra que o processo de produção e reprodução do ser humano enquanto sociedade é ao mesmo tempo o de produção e reprodução do espaço. Nas palavras de Milton Santos (2014, p. 64) espaço geográfico é:

é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao

longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

O sistema de objetos e ações que comentamos anteriormente possui uma relação direta com a técnica. Ela possui um papel fundamental no cerne do conceito de espaço geográfico. A história das sociedades acontece em conjunto com a ampliação das técnicas. Santos (2011, p. 27) afirma que há uma relação de causa e efeito entre o progresso técnico atual e as demais condições de implantação do atual período histórico. Dessa forma, a técnica possui, assim como o espaço, uma temporalidade. Santos (2014, p. 185) comenta ainda que cada nova técnica não apenas conduz a uma nova percepção do tempo, ela também obriga a um novo uso do tempo. Na visão do autor existem três períodos históricos do meio geográfico: *meio natural*, *meio técnico* e *meio técnico-científico-informacional*.

Por consequência, o momento atual carrega como aspecto central o entrelaçamento entre a ciência e a técnica. Apesar dessa conexão ser percebida em outros momentos históricos, essa junção é potencializada atualmente. É possível compreender, ainda, que existe uma união entre os aspectos econômicos e sociais no mundo, o que Santos (2014) apresenta como uma mais valia no nível mundial, que se assevera direta e indiretamente na existência de grandes organizações.

A vida cotidiana e as categorias de análise espacial: forma, função, estrutura e processo

Ultrapassada a conceituação de espaço geográfico, torna-se necessária a análise da dinâmica de (re)produção do espaço frente aos processos socioespaciais que compõe a vida cotidiana. A presença de inúmeros indivíduos torna esse processo uma manifestação eminentemente social. A organização espacial será capaz de promover a existência de lugares com distintas personalidades e padrões de uso, permitindo a Geografia analisar essas nuances heterogênicas que se constituem no tempo e espaço.

Lefebvre (1979) entenderá o espaço geográfico sob três dimensões: *a prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação*. Estas dimensões, na verdade, são expressões de diferentes modos de pensar, viver, perceber, imaginar e conceber os diversos espaços geográficos. Dentro deste contexto, fazendo uso de Corrêa (1997), podemos dizer que a organização do espaço é constituída pelo conjunto de formas e interações espaciais, de modo que a compreensão da totalidade social espacializada exige a interpretação da relação dialética entre *forma, função, estrutura e processo*. A leitura destas categorias analíticas permite a compreensão da relação entre o social e o espacial.

Partindo desta perspectiva, a *forma* no espaço geográfico corresponde ao aspecto visível, exterior de um objeto, ou seja, àquilo que está posto a nossos olhos e sentidos, cujos arranjos constituem padrões espaciais. A forma estará relacionada ao que Lefebvre (1979) denominará *espaço percebido*, aquele que está

posto a nossa percepção. Uma casa, um bairro, uma cidade, uma rede urbana podem ser consideradas formas espaciais em diferentes escalas geográficas.

É apropriado, entretanto, salientar que não se deve tomar a forma enquanto categoria de análise somente por seu espectro visível, sob seu aspecto geométrico. Faz-se necessário ir além. Este contexto associa à forma a uma função que esta forma desempenhará enquanto elemento social. A função estará ligada ao *espaço vivido*, aquele que é vivenciado pelas práticas sociais. Assim, pode ser dito que a função está diretamente relacionada às formas, onde podemos compreender por *função* uma tarefa, uma representação desempenhada socialmente na organização espacial.

Contudo, apenas a consideração acerca da forma e da função não é suficiente para a compreensão da realidade social. Mais uma vez faz-se necessário ir além, e compreender como estas formas e funções estão organizadas no espaço. A estrutura fará correlação ao *espaço concebido*, aquele mediado e planejado pelo Estado, de acordo com o poder do capital. Neste sentido, a *estrutura* corresponderia à maneira como os objetos se organizam, não somente na organização do âmbito espacial, mas também nas suas inter-relações, levando em consideração a sociedade numa escala mais ampla, na escala socioeconômica de um determinado recorte histórico.

Por fim, considerando a estrutura social, econômica, política e cultural temos os *processos*, que podem ser compreendidos como as dinâmicas socioespaciais que colocam em movimento toda a engrenagem composta por formas, funções e estruturas

socioeconômicas e espaciais. Nestes processos e dinâmicas podemos visualizar as inter-relações entre estas categorias justapostas, em sua totalidade, engendrando, intrinsecamente, as práticas cotidianas.

A análise da vida cotidiana, como prática socioespacial, se mostra um elemento crucial na compreensão da (re)produção do espaço, uma vez que a vida cotidiana se expressa enquanto mundo em movimento. Observa-se cada vez mais latente na contemporaneidade a exponenciação das rotinas no tempo e no espaço. E a principal constatação que se pode chegar é que a “pressa” do dia a dia transformou o tempo na mercadoria mais valiosa que o capital pode comprar.

Aliado a estas questões, vimos a inserção da tecnologia como um facilitador para suprir a “falta” de tempo, de forma que esta tecnologia invadiu a vida cotidiana de forma tão consistente que acabou por suprir as interações pessoais e sociais. Em outras palavras, as práticas espaciais foram substituídas por aplicativos tecnológicos e objetos materiais.

Latour (1994), a este respeito, mostra que a modernidade prometeu, a partir do século XVII, a separação dos seres humanos das “coisas”. Entretanto, isso nunca ocorreu de fato. Abrangendo a evolução humana, alguns autores como Debord (1997), Baudrillard (2007) e Lipovetsky (2007), apontam que estamos vivenciando um período, por eles denominado de *Hipermodernidade*, uma era extremamente influenciada pela cultura do consumo. Uma realidade extremamente marcada pelo narcisismo, de forma que as relações estabelecidas na sociedade atual, em sua grande maioria, são

subjugadas pelas aparências, seja dos objetos - como celulares, carros, roupas, entre outros, seja pelas múltiplas personalidades, muitas vezes criadas somente no mundo virtual. Este fenômeno traduz o que François Ascher (2010, p. 39) chama de Sociedade Hipertexto:

Hipertexto é o texto formado por palavras que fazem ligações a outros textos, ou seja, a mesma palavra pode participar simultaneamente de vários textos, porém com significados diferentes, enquanto que o sufixo hiper faz correlação ao espaço com múltiplas dimensões. Da mesma maneira, que as palavras participam de diferentes textos concomitantemente, os indivíduos contemporâneos participam em diferentes redes sociais simultaneamente.

A satisfação das necessidades pessoais e a criação de estilos de vida baseado no gosto pelo novo constituem elementos que caracterizam o atual momento da sociedade. Este pano de fundo abre margem à discussão da desigualdade social no espaço, uma vez que quanto mais se consome, mais a pobreza é disseminada. É um processo diretamente proporcional. O consumo se tornou quase que uma obrigação cotidiana, onde somente no ato de consumir os indivíduos justificam sua existência. Consumidores estes ávidos e bem “adestrados” pela mídia por campanhas de marketing, os quais acabam por acentuar os privilégios, os desequilíbrios e a desigualdade social no processo de (re)produção do espaço geográfico.

A (re)produção do espaço em Henri Lefebvre

Segundo Lefebvre (2001), o espaço geográfico não é algo pronto, ele é produzido pelos seres humanos. As relações sociais (produção, consumo, reprodução) são constituintes do espaço e é a partir delas que o ser humano modifica a natureza. Este ponto de vista coloca os seres humanos como elemento central na produção do espaço, uma vez que estes, ao aplicar suas forças e faculdades humanas para produzir seus bens materiais e se reproduzir como espécie também produzem e (re)produzem o espaço.

Assim, Lefebvre (2001) entenderá a produção do espaço a partir da dialética e do materialismo histórico, onde este é condição, meio e produto da ação humana ao longo do tempo. Um espaço de continuidades e descontinuidades onde a realidade é aparentemente simultânea, e digo aparentemente por que ela na verdade não é, uma vez que sua composição representa uma acumulação desigual de tempos, os quais apontam para virtualidades, possibilidades postas ao futuro. Esta é a verdadeira (re)produção do espaço geográfico posta em Lefebvre. Um produto histórico-social, materializado pelo trabalho humano num processo histórico constituído por gerações.

Todo este processo se encontra cristalizado aos nossos olhos, podendo ser contemplado a partir da paisagem. Gerações de transformações ganham movimento, vida, em um processo cíclico e dialético. Podemos tomar por exemplo um conjunto arquitetônico de prédios, de antigas fábricas, tradicionais e encontrados com grande frequência na paisagem urbana das grandes e médias cidades. Se

observarmos estas paisagens perceberemos formas originárias de diferentes períodos históricos, abarcando diferentes funções sociais ao longo do tempo.

Sob essas afirmativas percebemos que não existe homogeneidade no espaço, mas sim heterogeneidade. Isso se reflete na superposição de tempos e espaços perante o processo de (re)produção socioeconômica e espacial. Por esta perspectiva perceberemos que o espaço é por excelência um campo de lutas, e será justamente na disputa de interesses contraditórios que irá se definir a (re)produção espacial. As diferentes disputas e necessidades sociais, as diferentes formas de apropriação e uso do solo, calcadas no conflito entre capital e trabalho acabam reproduzindo o espaço, tendo por base os interesses do capital, contraditoriamente alheios às necessidades e utopias dos habitantes reais.

Logo, o espaço produzido sob o signo do capitalismo tem por base a propriedade privada. Sendo assim, nesta perspectiva, o espaço geográfico pode ser entendido também como um conjunto de apropriações heterogêneas, diferenciadas pela redistribuição de renda. Este tem sido um vetor constante no processo de (re)produção do espaço ao longo do tempo. Desta forma, o capital se reproduz encontrando meios de se manter hegemônico. A este respeito, Vieira (2002, p. 4) complementa:

Assim, a re-produção não pode ser entendida como uma repetição da produção, mas sim como uma produção nova, que toma como base o produto anterior, mas ao refazer-se, transforma-se, produzindo sempre para a sua sobrevivência, em contínua transformação. É o que

acontece com as relações de produção no capitalismo, que se re-produzem para, mutadas, permanecerem.

Sob este ponto de vista, o espaço é entendido como uma moeda de duas faces: de um lado como elemento condicional da reprodução do capital, e de outro, como o resultado deste processo. Um espaço de contradições, de conflitos, e ao mesmo tempo um espaço visto como mercadoria, base da reprodução social e satisfação das necessidades humanas, naturais e históricas.

O capital e o Estado serão os agentes atuantes na organização do espaço. Esse processo, historicamente, se desenvolveu em meio a conflitos no tempo e no espaço. Exemplos são vastos de como a centralização e a concentração do capital tem traçado os rumos da espacialização mundial. Harvey (2011, p. 175) desmistifica com muita lucidez a manutenção do sistema capitalista como (re)produtor do espaço compreendendo que “a classe capitalista poderá reproduzir seu poder em face do conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, e geopolíticos, além das dificuldades ambientais”.

As palavras de Harvey ilustram a maleabilidade do capital que indiferente aos desafios encontrados, se metamorfoseia, de forma a se manter hegemônico ao longo do tempo, onde as diferentes porções do espaço são partes, engrenagens de um processo maior, muitas vezes oculto, disfarçado, invisível aos olhos daqueles que o habitam, idealizado em segundo plano as reais necessidades socioeconômicas de seus habitantes.

Epílogos espaciais

A Geografia, desde a sua formação enquanto ciência, sofreu inúmeras transformações ao longo do tempo. O pensamento geográfico é assinalado por uma oscilação constante em busca de novos ares, novas formas de compreensão e interpretação do espaço. Essas concepções nem sempre foram unidimensionais, sendo que as verdades postas por cada corrente do pensamento geográfico não foram absolutas ao longo do tempo histórico, auxiliando, assim, em novas visões da ciência geográfica.

Ao longo do tempo, as ciências, em um âmbito geral, representaram controle sobre o mundo. A velha máxima de que a informação traduz o poder, o que, dentro de um modelo socioeconômico capitalista, representa a soberania de poucos sobre muitos, ratificando a importância, não só da Geografia, como das Ciências Sociais. O que fica de fato é a compreensão de que é preciso entender o mundo em que estamos inseridos para entender sua visão e seu conhecimento produzido. Não se admite (ou pelo menos não se deveria admitir) que a ciência seja entendida como uma produção a-histórica ou a-social.

E é a partir das bases materiais que a sociedade produz e reproduz seu próprio universo de relações, ao mesmo tempo em que aprofunda suas afinidades com o espaço. Este intenso e incansável processo se materializa e está perceptível na paisagem, a partir de suas formas, funções, estruturas e processos.

Entende-se que o processo de produção do espaço é ao mesmo tempo um processo de (re)produção. Assim, a produção se

expressará a partir da produção material dos seres humanos resultante dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais, os quais culminam em uma acumulação desigual de tempos históricos materializados no espaço.

Por fim, pode-se dizer que o espaço é também um campo de lutas e um meio de consumo. É local de moradia, de trabalho, de lazer, de cultura. Um espaço de trocas - e de uso sem troca quando se aborda os locais públicos ou de bens de consumo produzidos pelo Estado. O espaço também assume uma forma de valor, uma vez que é também trabalho materializado. E como tal, objeto de disputa, cujas regras serão determinadas pelo modo capitalista de produção. Este é o espaço que interessa a Geografia. Um espaço geográfico socialmente produzido enquanto reprodução da vida.

Referências

ASCHER, François. *Los Nuevos Principios Del Urbanismo*. Madri: Alianza, 2010.

BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: 70, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeni (Org.). *A Paisagem para os Geógrafos In: Paisagens, Textos e Identidades*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Paris, 1997.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital*. São Paulo: Hucitec, 2011.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectivas, 1998.

LATOUR, Bruno. *A Profissão de Pesquisador*. In: Conferência debate no Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica, 1994.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LECOUR, Dominique. *Para Una Crítica de la Epistemologia*. 2.ed. México: Sigilo XXI, 1978.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LENOIR, Timothy. *Instituindo a Ciência: A produção cultural das disciplinas científicas*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Sociedade da Decepção*. São Paulo: Manole, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Fazer Universidade: uma proposta metodológica*. 6. ed., São Paulo: Cortez, 1991, p.48.

MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia - Coleção Primeiros Passos*. 2ed. São Paulo. Brasiliense, 2010.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. 1 ed. reimpressão. São Paulo. Contexto, 2008a.

MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro, vol 1: as matrizes clássicas originárias*. São Paulo. Contexto, 2008b

MORAES, Antônio Robert. *Geografia: Pequena História Crítica*. 20ª Ed. Annablume, São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec. 1991.

SANTOS, Milton Santos. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro. Record, 2011.

SANTOS, Milton Santos. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo. Editora da USP, 2014.

SOUSA, Boaventura Santos. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VESENTINI, J. W. Geografia Crítica e Ensino. IN: OLIVEIRA, Arioaldo, et al. *Para onde vai o ensino de Geografia?* 9ª Edição. São Paulo, Ed. Contexto. 2005.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *O Centro Vive. O Espetáculo da Revalorização do Centro de São Paulo*. Tese de Doutorado. Rio Claro: Geografia, 2002.

O TERRITÓRIO NUMA PERSPECTIVA POPULAR

Marcos Aurelio Saquet¹

Introdução

Assim como para Enrique Dussel, a pobreza, para mim, também foi uma experiência original, ontológica, de vida e aprendizagem, desde as brincadeiras infantis na mata atlântica e nos rios, até o trabalho precoce – condicionado pela pobreza – na fabricação de móveis, como servente de pedreiro, realizando serviços gerais (num supermercado) e vendendo picolés na rua com uma pequena caixa de isopor pendurada no pescoço. Tudo isso, a partir dos meus 12 anos de idade, até os 17, quando me tornei professor na rede municipal, trabalhando por seis anos no ensino fundamental, numa localidade rural chamada Caemborá – Nova Palma, RS. Nesse período realizei a graduação (num curso específico para a formação de professores em Geografia), trabalhando (entre março e junho, agosto e dezembro) e estudando (nos meses de janeiro, fevereiro e julho) – não deixa de ser trabalho -, entre 1986 e 1990: fase que também foi marcada pela fome, de aprender e comer, característica que seguiu até 1993, quando

¹ Possui a graduação de Licenciatura em Geografia pela UNIJUÍ, mestrado também em Geografia pela UFSC e doutorado na mesma área do conhecimento pela UNESP – Presidente Prudente, bem como um estágio de pós-doutorado realizado no Politécnico e Università di Torino – Itália. É professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

comecei a cursar o mestrado em Geografia com uma bolsa de estudos da CAPES, então, comecei a comer um pouco melhor.

Antes, porém, também trabalhei pintando casas e igrejas, e consegui concluir a licenciatura com o auxílio financeiro do então chamado crédito educativo, do governo federal. Vivia numa interface entre uma formação familiar carismático-cristã e outra política – também familiar e, ao mesmo tempo, acadêmica – de enfrentamento aos dominadores e opressores, à discriminação cotidiana – também acontece entre brancos -, a favor da nossa autonomia decisória individual e familiar, mesmo sendo pobres economicamente, com o objetivo de conquistar nossa libertação futura.

Por isso estamos com Dussel (1995 [1979]), quando afirma que a filosofia precisa abrir-se ao povo, para escutá-lo e interpretá-lo, no nosso entendimento, **discutindo com o povo** para, participativa e criativamente, produzir a revolução das classes populares numa direção consciente, por meio de uma filosofia popular (GRAMSCI, 1975 [1929-1932]) que, obviamente, não se restringe à filosofia feita nas universidades. “O filósofo, na América Latina, deve começar por ser discípulo do povo oprimido” (DUSSEL, 1995 [1979], p. 239). Direção com transformação consciente da sociedade, realizada por ela mesma, com consciência feita na prática e prática cotidiana realizada com consciência (LUKÁCS, 2018 [1923]).

É claro que há distintas concepções de filosofia, no entanto, há de se destacar, para nossos propósitos, alguns significados fundamentais: i) o uso do conhecimento em benefício do homem; ii) a compreensão do saber que pode ser feita por qualquer homem

(embora isso nem sempre seja reconhecido no chamado mundo Ocidental, em virtude da forte separação entre filosofia e opinião, ciência e tradição, trabalho intelectual e manual); iii) a filosofia é um instrumento de transformação do mundo, a partir da sua interpretação (ABBAGNANO, 2007). Numa perspectiva da teoria social crítica, não se trata, claramente, de qualquer transformação, nem de restringir, a filosofia, à filosofia. Estamos pensando e trabalhando para as classes sociais populares, conforme já evidenciamos em Saquet (2013; 2015 [2011]; 2014; 2018a; 2018b; 2019a, 2019b), reconhecendo uma unidade, neste caso, entre filosofia e geografia.

Desse modo, juntamente com a qualificação da consciência de classe, a “consciência de lugar” também assume essencialidade em nosso trabalho, como premissa fundamental para a participação social, para a reprodução do lugar como espaço de convivência com relações comunitárias; assim, pode significar um possível antídoto à globalização econômica (BECATTINI; MAGNAGHI, 2015). É uma ação que precisa ser continuada, de motivação e (in)formação, para contribuir para que os habitantes de cada território se sintam importantes, reconhecidos, valorizados, pertencentes ao lugar, à rua, ao condomínio, ao bairro, à comunidade rural, aos municípios, enfim, ao território, como sujeitos que, de fato, têm conhecimentos e experiências, condições de se mobilizar e lutar pelo que necessitam e merecem. Na perspectiva popular que temos trabalhado, precisamos ter, necessariamente, “consciência do movimento” e “movimento pensado” (LEFEBVRE, 1995 [1969]), da **práxis territorial** de participação social, de

(in)formação, discussão, cooperação e solidariedade, na pesquisa e na ação feita com nossa gente.

O conhecimento geográfico, assim, também é filosófico, e assume uma práxis contra-hegemônica como estamos argumentando ao longo do tempo (SAQUET, 2013; 2014; 2017; 2018a; 2018b; 2019; 2019b). Por isso, precisa surgir das aprendizagens produzidas da negação e do enfrentamento da ordem territorial-capitalista colonizadora e opressora ou de uma “geografia das ausências” que, obviamente, reconheça e valorize os tornados invisíveis histórica e geograficamente, gerando-se outras teorias e metodologias para produzir uma Geografia “sentipensante” – também sociológica -, feita com emoção, afeto e compromisso social (FALS BORDA 2015 [1970], 2015 [1998]; QUINTERO WEIR, 2011; MANSILLA QUIÑONES, QUINTERO WEIR e MOREIRA-MUÑOZ, 2019; CICHOSKI; ALVES, 2019). Sentipensar é preciso, mas muito além dos nossos corpos e individualidades, interesses e necessidades pessoais. Trabalhar para e com os outros é fundamental, muito além da formação escolar e disciplinar, com compromisso e imersão social, política e territorial.

Por isso temos insistido, há vários anos, na construção de uma abordagem territorial (i)material, transtemporal, transterritorial, popular e contra-hegemônica, que recentemente tentamos qualificar com aspectos do debate descolonial. É desse modo que entendemos, num primeiro nível, o geógrafo, por isso, propugnamos a favor de uma **Geografia territorial popular, raiz ou própria, feita do povo e para ele, ou, preferencialmente, com ele.**

E aqui é importante reconhecer a *Red Geografía Crítica de Raíz Latinoamericana (GeoRaizAL)*, recentemente criada com o objetivo de produzir uma perspectiva própria de Geografia para estudar os povos latino-americanos por meio de práticas descoloniais, valorizando os conhecimentos indígenas e de outros sujeitos historicamente oprimidos e desprotegidos: ciência e prática de conhecimento e transformação das desigualdades sociais (RAMÍREZ VELÁZQUEZ, 2012).

Desse modo, os conhecimentos e a ciência, de maneira mais geral, são gestados num processo de compreensão e socialização da realidade, valorizando-se as raízes culturais, os ambientes e os povos; a ciência tem raízes próprias e, na universidade, atua-se reciprocamente com o povo, gerando-se soluções na vanguarda do conhecimento numa perspectiva participativa, reflexiva, conversada e contextualizada local e regionalmente, situação singular denominada por Fals Borda (2012b [2003]) de endogênese contextual.

Isso significa que, nessa situação específica, estamos ancorados cultural e territorialmente, valorizando as diferenças e as desigualdades, mais precisamente a cultura popular na construção do conhecimento que, de forma geral, denominamos de científicos. Trata-se de evidenciar a importância (científica e social) dos conhecimentos populares e territoriais para as ciências humanas (e para sociedade), como tentaremos demonstrar no decorrer deste texto.

A colonialidade e o intelectual burguês

Em Saquet (2013) já evidenciáramos como é difícil trabalhar contra a classe dominante, dentro e fora da universidade. Essa classe, muito bem-organizada em distintas redes para vigiar e controlar, condiciona nosso trabalho, especialmente definindo regras que, os “de baixo”, precisam seguir para fazer ciência. No entanto, pesquisar e ensinar exige criticidade e ética, como afirmara adequadamente Paulo Freire, numa **práxis** a favor da justiça social, da distribuição de renda, da preservação ambiental, das relações comunitárias, dos saberes populares, da liberdade de expressão etc. Isso significa que nossos discursos (feitos por meio de diferentes linguagens) precisam ser coerentes com nossas práticas cotidianas, trabalhando para os estudantes, porém, ao mesmo tempo, com eles e, especialmente, com nosso povo. Corporificar nossas palavras por meio do exemplo diário é fundamental.

Por isso não acreditamos em modelos teórico-metodológicos “pré-fabricados” por alguns intelectuais burgueses, normalmente nos grandes centros urbanos, para serem reproduzidos, imitados, ano após ano, como se fossem verdades absolutas. Acreditamos na espontaneidade, na criatividade, na versatilidade, na liberdade das escolhas das referências e concepções, bem como valorizamos o diálogo respeitoso entre pesquisador/a e “pesquisado/a”. Parafraseando Freire (2011 [1996]), correção ética e formação científica precisam acontecer, cotidianamente, juntas, inseparavelmente.

O intelectual burguês olha e analisa de “cima para baixo”, posicionando-se no cume da pirâmide construída por ele mesmo,

num movimento de reprodução da dominação social e territorial. O seu pensamento é sempre melhor, mais completo e inovador. “Por isto é que, para os opressores, o que vale é *ter mais* e cada vez *mais*, à custa, inclusive, do *ter menos* ou do *nada ter* dos oprimidos” (FREIRE, 2011 [1974], p. 63; grifos do original).

Essa reflexão faz parte do nosso giro para entender um pouco melhor os efeitos da “modernidade” na nossa vida acadêmica, pois – a “modernidade” - perpetua-se, ao longo dos séculos, por meio de distintos mecanismos estratégicos de sujeição e dependência (QUIJANO, 1992), forjados no âmbito da “colonialidade” que, por sua vez, está contida na “modernidade” (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2014 [2008]; SAQUET, 2019a; 2019b).

Estamos entendendo, juntamente com Mignolo (2003 [2000]), que a “modernidade” tem um “horizonte colonial” construído desde os séculos XV-XVI, por meio do qual se impediu os indígenas e africanos de pensar e continuar vivendo do seu jeito, impondo-se a “modernidade” europeia na base da força, centrada na racionalidade e na religiosidade predominantes na Espanha e em Portugal. A “modernidade” está diretamente vinculada à subalternização do outro - das culturas distintas da europeia -, realizada por diferentes mecanismos sociais e territoriais (WALSH, 2007), servindo de mediação para a perpetuação da dominação, colonização e colonialidade, atualmente caracterizada como *euronorteamericanismo* (FALS BORDA, 2012 [1972]; 2012 [1981]; 2012b [2003]). “Modernidade” hegemônica que se reproduz dentro e fora da universidade.

Isso torna a questão da chamada “pós-modernidade” - para quem acredita que parte da população vive esse processo -, embora ainda careça de evidências e argumentações, um processo muito relevante, pois não está descolada da “modernidade”: uma está contida na outra, como muito bem afirma Dussel (2018). Esse fato revela, no mínimo, que os autodenominados “pós-modernos” também reproduzem os “horizontes coloniais” da “modernidade” avassaladora, excludente, universalizante e inferiorizante. Reprodução essa que passa pela ciência humana que fazemos e imitamos na universidade.

Não é por acaso (I), que é muito comum identificarmos em pesquisas acadêmicas autodenominadas críticas, a negligência das classes sociais, das suas intensas diferenças e desigualdades em termos de espacialidades, temporalidades e territorialidades, juntamente com a riquíssima heterogeneidade do nosso povo; outrossim, ainda é muito comum a reprodução de dicotomias como concreto x abstrato, material x simbólico, clássico-não-clássico, introversão-extroversão - embora a intenção seja a compreensão da unidade -, perpetuando-se argumentações gestadas normalmente na Europa e nos EUA, especialmente em grandes cidades e centros urbanos.

Não é por acaso (II) que, no século XVI, os indígenas foram considerados selvagens, não-humanos e detestáveis, por isso, foram conquistados espiritualmente, por meio da universalização do cristianismo, sem reconhecer outras espiritualidades (CHAMORRO, 1998). Há, de maneira geral, nesse processo transtemporal de influência, controle e hegemonia, o que Dussel (1995 [1979])

denomina de “totalidade dominadora”, criadora da dependência religiosa e cultural, política e econômica. “A América Latina tem sido mediação do projeto daqueles que nos interiorizaram ou alienaram em seu mundo como *entes ou coisas* desde seu fundamento” (DUSSEL, 1995 [1979], p. 93; grifo do original). Alienação reproduzida social, (i)material e territorialmente ao longo dos séculos.

Conforme Grosfoguel (2016 [2013]), a universalidade da razão cartesiana ainda está muito presente nas universidades ocidentalizadas para validar os conhecimentos.

Como resultado, nosso trabalho na universidade ocidentalizada é basicamente reduzido a aprender essas teorias oriundas da experiência e dos problemas de uma região particular do mundo [...] e ‘aplicá-las’ em outras localizações geográficas, mesmo que as experiências espaciais/temporais destas sejam completamente diferentes daquelas [...]. (GROSFOGUEL, 2016 [2013], p. 27; grifo do original).

A colonização e colonialidade de dominação e controle, escravidão e morte, extorsão e expropriação, passa por uma pedagogia pautada na “dialética do abuso sobre o outro” – dentro e fora da universidade -, considerado um “não-ser”, sem conhecimentos, memórias, culturas, crenças, criatividade, enfim, sem direito à vida. Por isso, efetiva-se a inferiorização sexual, pedagógica, religiosa e política, e o pobre é tornado uma “coisa” para ser civilizada (DUSSEL, 1995 [1979]), com forte separação entre trabalho manual e intelectual: corpos dominados em seus tempos e territórios pelos europeus conquistadores e colonizadores.

A América Latina é conquistada como território de extermínio, do medo, da militarização, da miséria, da repressão, dos messianismos, rituais e das cosmologias reprimidas e soterradas. A “profundidade” está justamente nas raízes desse processo, na apropriação capitalista da terra (*Pachamama*), da água (*Mamacocha*), e do *cay-pacha* (solo), rompendo drasticamente com o mundo indígena no qual pensamento e sentimento se entrecruzavam, misturavam-se tradição e intelectualidade, esboçando um entendimento consciente da sua situação no mundo (KUSCH, 1962).

Processo esse que ocorre no tempo e no espaço, desde as mais remotas sociedades nas quais houve vida material e economia de mercado, como assevera Braudel (1981 [1977]) e como ratifica Bagnasco (1988), quando reflete sobre a construção social do mercado na Itália, país este por ele considerado a “pátria do primeiro capitalismo” (na Idade Média e no Renascimento europeu). A cultura comercial foi perpetuada ao longo dos séculos, juntamente com a cultura artesã, influenciando direta e bem mais recentemente, as “formações regionais de economia difusa e de tipo familiar” (pequenas empresas com reciprocidade entre si) coexistentes no território italiano, bem como a des-coberta e conquista mercantil e predatória da América.

Isso é produto secular, consoante já afirmamos, e um dos processos que mudou a História e a Geografia do mundo conhecido até o século XV, foi justamente a conquista da América. O monopólio imposto pelos árabes aos europeus em relação ao comércio com a Índia, juntamente com o controle de Constantinopla

pelos turcos (a partir de 1453), o incremento das navegações e os avanços da ciência (como a ideia da existência de terras distantes) e das técnicas (como o uso da bússola desde o século XII, do astrolábio, dos mapas e das caravelas) e a crise do feudalismo europeu, foram fatores fundamentais (SEPULVEDA PINO, 1977).

Essa luta de classes fez parte da expansão mercantil ocorrida nos séculos XV e XVI e, ao mesmo tempo, do processo de controle das rotas mercantis e da exigência de grandes quantias de ouro para circulação, bem como esteve relacionada à criação de empresas militares e marítimas (na Espanha) e à guerra contra os árabes (que foram expulsos daquele país juntamente com os judeus). “Uma vez instaurado o absolutismo, este necessitará mais e mais dinheiro para pagar o mercenário exército real, sustentar o burocrático aparato estatal e cobrir os gastos da corte de nobres parasitas e suas numerosas guerras dinásticas e religiosas” (SEPULVEDA PINO, 1977, p. 17).

Esse fator condicionou sobremaneira a procura por territórios que poderiam proporcionar ouro, prata e diamantes, como a América, incorporada ao mercado europeu pelas nascentes burguesias comerciais da Espanha e de Portugal: efetivam-se transações pelas quais o ouro e a prata foram apropriados pelos burgueses e pelos estados da Inglaterra, França e Holanda – fortalecendo-se, a partir do século XVII, os portos de Amsterdam e Londres -. Os des-cobridores e conquistadores tinham a proteção da coroa espanhola com a coparticipação da igreja católica, gestando a exploração e destruição dos indígenas americanos. A conquista se dá com espoliação, saque, monopólio, impostos,

privilégios e escravidão (SEPULVEDA PINO, 1977), contribuindo para expandir o mercado mundial conhecido até então. A prata e o ouro americanos promoveram o mercado europeu, com base no trabalho escravo indígena e africano. “O capitalismo e a prosperidade burguesa europeia nasciam exprimindo sangue colonial por todos os seus poros” (SEPULVEDA PINO, 1977, p. 34).

Havia uma sangria dos minerais preciosos americanos – juntamente com o sangue dos trabalhadores indígenas e africanos –, que circulavam na Europa, contribuindo decisivamente para a expansão capitalista: os banqueiros se enriqueciam, juntamente com o restante da burguesia da época, tornando-se indispensável para os reis e para a dissolução do feudalismo na Europa Ocidental dos séculos XVI-XVII.

O ouro e a prata indianos liquidavam definitivamente a economia natural que ainda subsistia em grande parte da Europa Ocidental, decompondo o feudalismo e impulsionando o desenvolvimento das novas forças produtivas e relações sociais. O capitalismo e a prosperidade da sociedade burguesa europeia nasciam jorrando sangue e miséria colonial por todos os quatros cantos (SEPULVEDA PINO, 1977, p. 76).

Desse modo, no século XVIII, na Europa, acontece uma aceleração econômica: expansão das bolsas (Amsterdã, Londres, Genebra, Paris etc.), aumento da circulação da moeda e dos metais preciosos supracitados que extrapolam os limites europeus “percorrendo” o império turco e a Pérsia até a China desde o século XVI; reforçam-se as redes comerciais que ocorriam na Itália, Alemanha, França, Holanda etc., processo no qual Londres suplanta economicamente Amsterdã no final do século XVIII, influenciando

logo mais a independência político-administrativa do Brasil (BRAUDEL, 1981 [1977]).

Na complexa (i)materialidade desse processo, há que se considerar, também, o avanço do “pensamento experimental”, depois de 1260, no Noroeste europeu: “O desenvolvimento do movimento universitário, entre 1260 e 1400, ofereceu a oportunidade de se interrogar sobre as engrenagens da vida social e os mecanismos da economia” (FOSSIER, 2018, p. 102). Parece-nos evidente que esse “movimento”, que influenciou diretamente a substantivação da racionalidade científica, não rompe com a importância da igreja no controle do conhecimento e do pensamento, porém, instituiu-se, ao largo dos séculos XV-XIX, o acirramento da divisão entre os trabalhos manual e espiritual, inclusive na universidade ocidentalizada a qual nos referimos anteriormente.

Na razão cartesiana do indivíduo isolado, ele reconhece, na sua própria consciência, a única certeza do mundo, influenciando decisivamente a “modernidade” com a ciência e a técnica e, ao mesmo tempo, gerando irracionalidades que a razão não consegue explicar, como a tradição e a subjetividade, negligenciando, conscientemente, as racionalidades dos outros.

A realidade humana se divide, prática e teoricamente, no campo da ‘ratio’ e, portanto, no mundo da racionalização, dos meios, da técnica, da eficácia, e no campo dos valores e das significações humanas, as quais, paradoxalmente, se tornam domínio do irracionalismo (KOSIK, 1976 [1963], p. 94; grifo do original).

A separação entre contemplação (científica) e ação (popular), entre teoria e prática tem um resultado nefasto e cruel já entre os gregos, pois significou a escravidão por meio do trabalho prático realizado pelos escravos diante do trabalho filosófico feito pela aristocracia da época (LEFEBVRE (1995 [1969])). A cisão e a crueldade são naturalizadas e reproduzidas ao longo dos séculos, edificando-se uma “fronteira” entre a racionalidade e a irracionalidade, rompida, segundo Kosik (1976 [1963]), no século XX, pela razão dialética, integrando-se conhecimento racional e significações humanas, pois a dialética está contida na realidade concreta e no pensamento, como mediação para a realização da liberdade de classe.

Aí estão os **intelectuais burgueses**. E é no processo de colonização e colonialidade intelectual que os discípulos, árdua e taticamente formados e adestrados, reproduzem a relação dominador-dominado, com seu mestre e com seus discípulos, agora como formador/dominador/adestrador, negando o outro como sujeito livre para escolher, como ser que também pensa e percebe, sente e raciocina, limitando-se a reproduzir a colonização e a colonialidade. O intelectual burguês considera-se absoluto e soberano: não se cria, imita-se, e, normalmente, obedece-se para conseguir vantagens sem correr riscos. Produz-se, por exemplo, Geografias críticas eurocêntricas, gerando-se conhecimentos que também pretendem ser universais, reafirmando-se a epistemologia que nega as diferenças, as desigualdades, a dominação, a dependência, a miséria, os saberes populares etc. Conhecimentos esses – universais - “simplesmente” aplicados e encaixados em

realidades (i)materiais muito diferentes entre si, com extrema naturalidade e frieza.

Eis o intelectual burguês (I): ele aparece, muitas vezes, midiaticamente, como subversivo, porém, reproduz táticas para se manter hegemônico diante dos que ele considera uma ameaça à sua hegemonia intelectual. Muitos autoconsiderados subversivos investem muito tempo para formar discípulos, ensinando e mandando fazer o que lhes interessa. No entanto, como coerentemente argumentara Fals Borda (2012 [1971]), a “anti-elite” comprometida política e socialmente não se deixa cooptar, em virtude da sua inserção social e da produção partilhada do conhecimento.

Eis o intelectual burguês (II): na academia, um problema pode resultar de uma abstração teórica individual e pessoal, no extremo oposto da **Geografia popular da práxis** ora argumentada – embora sucintamente -, como objeto de estudos, muitas vezes, intimamente relacionado à sua vida pessoal, sem uma vinculação com as classes populares. “A sistematização de um saber assim produzido, termina sendo uma abstração expressa em discursos elaborados numa linguagem distante da simbologia própria da *territorialidade* distintiva da comunidade [...]” (QUINTERO WEIR, 2011, p. 98; grifo do original). A ciência, então, acaba sendo um produto cultural para responder às necessidades do intelecto humano singular, especialmente da classe dominante em determinada época, por meio da reprodução dos seus métodos racionais e das suas regras e técnicas (FALS BORDA, 2012 [1997]).

Eis o intelectual burguês (III): na academia, considera-se e pratica-se a contemplação da realidade e reprodução de conteúdos temáticos, ano após ano, sem se questionar sobre eles, seus significados geopolíticos e ideológicos, econômicos e culturais; concebe o estudante como objeto a ser ensinado, disciplinado, orientado, porém, dificilmente trabalha com ele, sem o reconhecer como sujeito que pensa e cria, que tem emoções e saberes, sentimentos e razões.

“Um marxista que cultive a objetividade do estudo acadêmico é tão repreensível quanto alguém que acredite que a vitória da revolução mundial pode ser garantida pelas *‘leis da natureza’*” (LUKÁCS, 2018 [1923], p. 131; grifo do original). Muitos desses marxistas se colocam no nível da burguesia, são contemplativos, atomizados, disciplinares, essencialmente teóricos e academicistas, porém, essa prática docente e pesquisadora não se restringe a esses marxistas: também está presente em outras intelectualidades feitas com teorias críticas não marxistas. “Quando aceito um pobre como outro, e o respeito na justiça, deixo de ser um absoluto” (DUSSEL, 1995 [1979], p. 218).

Por isso, há vários anos, estamos e trabalhamos por “dentro” de um movimento social, ambiental e agroecológico, pelo menos desde 1996, ensinando e aprendendo com os camponeses que produzem boa parte da nossa alimentação diária e, também, com os moradores da periferia urbana, trabalhadores mais simples e humildes que precisam dos conhecimentos acadêmico-científicos, da nossa colaboração na luta de reivindicações e no enfrentamento diante da opressão e dominação político-econômica, conforme já

socializamos em outras oportunidades (SAQUET, 2013; 2014; 2015 [2011]; 2017; 2019a; 2019b).

Movimento esse atualmente inerente ao chamado “pensamento des-colonial”, produzido a partir dos pensamentos indígena e afrodescendente, portanto, diferente da “teoria crítica pós-moderna” (MIGNOLO, 2014 [2008]) que está, normalmente, sustentada em referências e argumentações eurocêntricas (consideradas modernas). A “descolonialidade” corresponde a uma luta contra a colonialidade e seus efeitos materiais e imateriais, como a “naturalização do extermínio”, a dominação, a subordinação, a expropriação das terras, a morte, a tortura, o estupro, a colonização do pensamento etc. (MALDONADO-TORRES, 2018).

Desse modo, a descolonização precisa corresponder a um processo de contestações a favor de uma profunda mudança na hegemonia e colonialidade, na mentalidade das pessoas (MALDONADO-TORRES, 2008) e nas suas práticas cotidianas. A desalienação do negro, por exemplo, implica uma “tomada de consciência das possibilidades” para lutar contra a colonialidade e o racismo, num combate à exploração, à pobreza e à fome (FANON, 2009 [1952]).

E, conforme já demonstramos, descolonizar as mentes não é suficiente para construir uma sociedade mais justa e ecológica. Precisamos avançar muito mais, no nível da **práxis territorial contra-hegemônica** que necessita caracterizar-se como descolonizadora das nossas mentes e práticas, numa perspectiva (i)material, valorizando-se e qualificando-se os níveis de

“consciência de classe e de lugar”, a auto-organização e luta, sem renunciar à atuação do Estado (SAQUET, 2019b).

Acreditamos que, dessa forma, poderemos produzir uma “ciência própria e popular”, para se qualificar política e intelectualmente, na teoria e na prática (FALS BORDA, 2015 [1970]). Essa ciência, embora singularmente geográfica – no nosso caso -, precisa ser interdisciplinar e popular, com uma “vivência participativa horizontal”, pesquisando e atuando, ou seja, construindo espaços de “diálogos de aprendizagem mútua” (FALS BORDA, 2015 [1998]) com nossa gente. Essa é uma forma que já se demonstrou bastante profícua em nossos projetos de pesquisa-ação-participativa, trabalhando contra a colonialidade e a hegemonia da classe dominante, contra os “nobres” que ainda reproduzem cisões e crueldades, dentro e fora da universidade. Por isso, estamos no “caminho” da “ciência popular” e territorial.

A ciência popular

A ciência própria e popular também é feita de atitudes, procedimentos, intenções, escolhas e decisões, de teorias e práticas, dentro e fora da universidade: práticas teorizadas e teorias praticadas; sistematizadas e refletidas, aí sim, especialmente nos espaços acadêmicos, onde, muitas vezes, surge o novo que também está, em determinadas situações, presente na vida do povo. Na vida popular, ciência e filosofia não estão separadas, de maneira similar ao que ocorre na relação arte-filosofia. Política e senso comum se misturam, como nossa reprodução biológica-social-

espiritual. O mestre de obras e sua equipe (pedreiros, carpinteiros, encanadores, eletricitistas, pintores etc.), não discutem, conversam e planejam juntos? Eles não têm uma sistemática de trabalho para edificar a obra que estão fazendo? Ou será que o marceneiro não tem um jeito específico e sistemático de compreender sua tarefa e trabalhar? “Portanto, apenas quando a dualidade - teórica – entre filosofia e ciência específica, entre metodologia e conhecimento dos fatos é superada, pode abrir-se o caminho para a anulação intelectual da dualidade entre pensamento e ser” (LUKÁCS, 2018 [1923], p. 401).

O cotidiano presente, então, torna-se vital como devir sem se desligar do passado: presente com futuro a ser debatido e criado por meio de uma “utopia possível” (FALS BORDA, 2013 [2007]; BARTRA, 2011; UTRILLA-LÓPEZ, 2016). Pensamento e ser são idênticos e constituem um único elemento, a saber, o homem como ser social-natural-espiritual (SAQUET, 2015 [2011]). A **ciência popular e territorial**, é um movimento de práxis, de produção simultânea de conhecimentos, de pensamentos e de ações, processo de pesquisa-participante e ação-participativa (necessariamente popular e territorial). Também existe, desse modo, um pensamento popular, teórico-prático (FALS BORDA, 2012a [2003]).

A **ciência popular** está a serviço das classes populares e é concebida com elas, contra a dominação imperialista e oligárquica: os grupos de base são sujeitos e não objeto a ser explorado por parte do pesquisador. Trata-se de uma **ciência do presente e do futuro**, feita com o envolvimento do/a pesquisador/a, participando

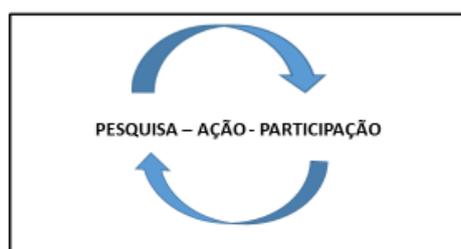
por dentro do processo estudado, ensinando e aprendendo, tentando contribuir para que a reivindicação e luta seja contínua e autônoma. Sinalização também referida, a seu modo, por Manzanal (2014), ao ratificar a necessidade de modificação das relações de poder em cada território, a partir das lutas e resistências, projetando-se, o futuro comum, em comum.

Para tal, o autoconhecimento, a interdisciplinaridade e a consciência política são fundamentais (FALS BORDA, 2012 [1972], 2012 [1981]), processo no qual a sistematização, a análise, a reflexão e a síntese permanecem centrais, ou seja, não há perda de cientificidade em virtude do seu conteúdo político diretamente participativo e popular. É preciso pesquisar e atuar – além da pesquisa – continuamente, **gerando soluções cocriadas**, partilhadas, autoconhecimento e autovalorização, assim, quando outros problemas ou situações de vulnerabilidade acontecerem, já estaremos em curso, cocriando soluções, já teremos experiência para produzir outras soluções, acumulando conhecimentos sobretudo qualitativamente.

Na nossa experiência universitária, a pesquisa normalmente é realizada com os sujeitos, juntamente com as demais ações; as decisões são tomadas com os sujeitos “estudados”: quando o projeto é de pesquisa-ação, eu pesquiso e atuo; atuo e pesquiso. Eu atuo durante e depois da pesquisa. Pesquiso durante e depois da ação. A reflexão é constante, bem como as sistematizações, as discussões, as coletas de dados, as transformações territoriais etc., num único processo de práxis (teórico-prática): o conhecimento é transversal/transterritorial, pluridimensional, transtemporal e

cumulativo. Eis nosso método de pesquisa-ação-participativa (Figura 1), numa concepção voltada para a cooperação com os sujeitos “estudados” (SAQUET, 2013, 2015 [2011], 2017, 2019a, 2019b; SAQUET, CANDIOTTO e DANSERO, 2012), que também pode ser denominado de “método de estudo-ação” (FALS BORDA, 2012 [1972]). Desse modo, trabalhamos na interface pesquisa-ação-reflexão, empiria-teoria, universidade-sociedade local.

Figura 1 – A intrínseca relação pesquisa-ação-participação



Fonte: Marcos Saquet, (julho de 2020).

Esforçamo-nos, historicamente, trabalhando para contribuir na construção de uma práxis de libertação. E, nessa forma de pesquisar-atuar/cooperar, consideramos as sabedorias emanadas de diferentes territorialidades e temporalidades, tensões e consciências, que estão presentes na pedagogia política das classes populares. Acreditamos que discutimos e decidimos com autonomia diante do estado e das empresas, contribuindo para formar pessoas

atuantes e criativas (SAQUET, 2018a; 2018b; 2019a; 2019b). Autonomia feita na luta, construída ao longo do “caminho” com reconhecimento e responsabilidade, solidariedade e comunidade, com decisões próprias.

Sabedorias essas que podem ser apreendidas de diferentes maneiras, por exemplo, por meio da cartografia social realizada com a participação da comunidade (*participatory mapping*) – especialmente indígena, camponesa, urbana e afrodescendente –, contribuindo para ressignificar seu território de vida cotidiana: compreendem-se os territórios, as memórias, as identidades e os conflitos (ZAVALA GUILLEN, 2019). Quattrone (2003) e Burini (2004) – entre tantos outros e tantas outras - também evidenciaram que o mapeamento participativo favorece o envolvimento dos membros da sociedade residentes no território que está sendo estudado, valorizando-se o saber local, suas representações e percepções. Essa metodologia é múltipla quanto a sua aplicação na interpretação e representação dos processos, possibilitando o envolvimento direto dos indivíduos “estudados” na interpretação e na definição das experiências de desenvolvimento comunitário.

A aplicação de técnicas e tecnologias para a representação das informações geográficas, de maneira participativa, pode significar uma importante fase para a interpretação territorial da vida cotidiana dos camponeses e cidadãos, brancos, afrodescendentes, indígenas etc., bem como da gestão que fazem dos bens naturais comuns. A participação precisa ocorrer desde a coleta dos dados, passando pela discussão da metodologia até o planejamento e realização das ações voltadas para o (des)**envolvimento**, ou seja, ao envolvimento

(a)efetivo dos sujeitos “estudados”, com os quais precisamos conviver, partilhar, dialogar, colaborar, todos como sujeitos políticos voltados para ações comunitárias ancoradas cultural e territorialmente.

Nossa opção teórico-metodológica é fundamental, como também é nossa opção política, consoante já evidenciamos em Saquet (2020 [2007]; 2015 [2011]; 2013; 2014; 2019a; 2019b), e como coerentemente destaca Moura (2019), condicionando uma possível ruptura paradigmática ao posicionamento político por parte do/a pesquisador/a e formador/a, às alianças feitas com os povos indígenas e afrodescendentes, bem como ao giro descolonial, feito na teoria e na prática.

Tal abordagem, apesar de ser lenta em sua efetivação, tem o caráter da aprendizagem intensiva e interativa, gerando, para a população “estudada”: i) o conhecimento sobre seu território e mobilização política para o reconhecimento como classe e para a autogestão; ii) a possibilidade de análise e definição das suas prioridades com vistas às novas tecnologias e à inclusão social, contribuindo diretamente para a resolução de problemas; iii) a viabilidade para o planejamento das ações e para a avaliação das atividades realizadas. A utilização de uma metodologia participativa estimula a capacidade de planejamento cooperado, o debate, a (in)formação coletiva, a auto-organização, a integração sociedade-escola-associações-sindicatos-ONGs e o (des)envolvimento comunitário, por meio de uma **Geografia (a)efetivamente comunitária e, portanto, vicinal.**

Na ciência popular, repelem-se os endeusamentos aos autores famosos – como se fossem os únicos a pensar e refletir - e a continência/obediência a esquemas teóricos pré-concebidos como se fossem autoexplicativos da complexidade social: **é uma ciência contrária ao colonialismo, ao “modernismo” e ao “pós-modernismo”**. De uma “metodologia do consenso”, passa-se à uma “metodologia da contradição”, com compromisso popular, respeito à sociedade local, inserção social e sem a dicotomia sujeito-objeto (FALS BORDA, 2012 [1972]). A práxis significa imersão social, vivência ético-política, militância contra-hegemônica realizada **com/desde/para o povo**, num movimento continuado de resistência, insurgência, autogestão, desalienação e libertação (UTRILLA-LÓPEZ, 2015).

Isso significa que também estamos pensando e trabalhando com uma “ciência colaborativa e cidadã”, feita por meio do diálogo de saberes e da concomitante dialética “pesquisador-participante” e “participante-colaborador”, num nível “horizontal e transdisciplinar”, tendo em vista melhorar as condições de vida locais (NARCHI e MOURA et al, 2019).

Assim, a IAP se descobre como um método científico de trabalho produtivo (não somente de pesquisa) que implica organizar e impulsionar movimentos sociais de base como frentes amplas das classes populares e de diferentes grupos comprometidos com as mudanças estruturais (FALS BORDA, 2012 [1986], p. 139).

Teoriza-se com as ações e age-se teorizando, praticando, experimentando a sabedoria e a cultura popular e territorial: as

contradições, desigualdades e diferenças são reconhecidas e consideradas trunfos para a aprendizagem, luta, resistência e descolonização, justamente o contrário do que se faz por meio de abordagens burguesas que homogeneizam os espaços, tempos, territórios, sujeitos, grupos sociais etc. A pobreza, em cada território e entre distintos territórios, é uma potência instalada a favor da consciência de si e para si, num movimento que precisa ser, necessariamente, de **práxis territorial descolonial e contra-hegemônica**.

Os conflitos e as disputas se dão num campo de poder e de batalhas, no qual os indivíduos e grupos ou classes sociais desafiam e enfrentam os dominadores, controladores, vigiadores, punidores etc. Então, a ciência popular e territorial pode muito bem ser realizada a partir do pensamento indígena, construindo-se conhecimentos pensando por si e para si, como comunidade ancorada em sua territorialidade, produzindo seu próprio caminho para conhecer e saber sem sair da comunidade, “por dentro” dela mesma, no seu âmago, trilhando um “caminho” do saber coletivo para gerar soluções também coletivas. Trata-se de um processo intersubjetivo e dialógico entre sujeitos (sociais-naturais) e sua integração no mundo, compreendendo-o sem dele se desligar/desconectar, gerando uma “ciência indígena ou outra ciência” (QUINTERO WEIR, 2011).

Assim, a ciência popular é, necessariamente, subversiva em relação à ordem dominante, vinculada ao saber popular e ao conhecimento empírico-prático, com “sentido comum” reproduzido culturalmente: tem uma lógica própria, muito diferente da ciência

“moderna” ou “pós-moderna” e acadêmica (FALS BORDA, 2012 [1997]). Portanto, está no extremo oposto à ciência entendida e praticada como “culto do objeto”, na qual o homem se endurece e mecaniza (KUSCH, 1962).

O povo sabe, tem alma e patrimônio territorial

“‘Lavar as mãos’ em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele”
(FREIRE, 2011 [1996], p. 109; grifo do original).

Partimos da compreensão de Ribeiro (2015 [1995]), pois entende adequadamente o “povo-massa”, sacrificado, proletário, rústico (sertanejo, caboclo, crioulo, caipira, gaúcho), antagônico, díspar, estratificado, oprimido, sofrido, de “matriz” tupi, lusitana, mameluca, africana, italiana, alemã, japonesa, polonesa etc. Os povos originários – indígenas, africanos, camponeses e artesãos – são sujeitos construtores da nossa história, criadores de identidade e de importantes “valores”, como a solidariedade, a dignidade, a resistência e a luta pela liberdade, autonomia, honra e humildade (FALS BORDA, 2013 [2007]). E aí está uma potência para nossa **práxis territorial cotidiana**, quando optamos por trabalhar para e/ou com eles, pois podemos e precisamos contribuir diretamente para **resolver participativa e criativamente os problemas do povo**. “O pensamento cotidiano é o pensamento destinado a resolver os problemas cotidianos” (HELLER, 1991 [1970], p. 333).

A alma, portanto, é essencial, e parece ter sido compreendida de maneira integrada, considerando mente e coração, razão e

emoção, no coletivo ts'umbal, gerando-se rituais e outras práticas cotidianas, conhecimentos e diálogos sem a costumeira separação sociedade-natureza, espiritualidade-racionalidade (SÁNTIZ-GÓMEZ, 2015). A alma também está nos guaranis, ou melhor, nos seus corpos, simultaneamente, como humanos e divinos (CHAMORRO, 1998), assim como está presente na nossa vida cotidiana, na arte, na poesia, na ciência e na filosofia, com emoção, sentimento, intuição, instinto etc., aspectos que podem coexistir com um movimento de insurreição, de mobilização e (in)formação para a luta e o enfrentamento diante da opressão, da subordinação, da dominação e da expropriação.

A alma, entendida dessa maneira, como uma espécie de espírito dos sujeitos, lugares e territórios, é um componente fundamental da sua constituição (i)material, contribuindo para caracterizar **territórios** também **(i)materiais**, produzidos por sujeitos que pensam, sentem, comem, respiram, sofrem, andam, criam, imaginam, percebem etc. (SAQUET, 2020 [2007]). Alguns (não muitos, ao que parece), lutam, resistem e enfrentam a dominação, a exploração, a extorsão e a opressão (in)formando, orientando, esclarecendo, cantando a poesia, sua arte de pensar e conhecer, portanto, de ensinar e aprender, dentro e fora da escola. A alma está contida nos saberes e, estes, estão na alma, construindo-se mutuamente como processos simples e complexos, plurais e singulares, individuais e coletivos, técnicos e tecnológicos, populares e territoriais, locais e trans-multiescalares, cotidianos e transtemporais, populares e científicos.

Assim, os processos de desenvolvimento local estão enraizados nos territórios e lugares, na capacidade de cooperação dos sujeitos, quando “co-constroem o sistema local” com participação, pertencimento e redes partilhadas e solidárias – portanto, são um patrimônio - (GRIGNOLI, 2019) de cada território, numa dialética campo-cidade por meio da qual se integram natureza e sociedade, em diferentes níveis escalares (PETSIMERIS, 1989). Formam-se territórios de distintas formas e em diferentes escalas e ritmos, articulados entre si, por meio das territorialidades, dos “nós” e das redes (DEMATTEIS, 1989), territórios organizados em redes (“heterocentrados”) e redes de territórios (“autocentrados”) que estão em cooperação e solidariedade (SAQUET, 2017, 2019a, 2019b).

Nesses territórios, a auto-organização e autoprojeção do futuro são fundamentais, sem desconsiderar, obviamente, a importância das políticas públicas que devem, embora isso quase nunca ocorra de maneira de fato popular, valorizar e fomentar iniciativas das classes populares. Também é vital, com sabemos, estudar o passado, como normalmente fi(a)zemos muito bem na Geografia, no entanto, talvez seja ainda mais vital co-construir o presente-futuro para e com a nossa gente. Na nossa perspectiva de pesquisa-ação-participativa, a transtemporalidade “aponta” para o futuro, pois as previsões são possíveis e necessárias, exequíveis cientificamente, quando nos libertamos do colonialismo intelectual e político-econômico, trabalhando com teorias, métodos e metodologias outras, gestadas territorial, dialógica e popularmente.

As previsões, então, são feitas com base em séries históricas (clima, chuvas, desmatamento, inundações, crises econômicas, pandemias, produção agropecuária, urbanização, favelização etc.), pesquisas bibliográfica e documental, na coleta e análise dos dados secundários e primários, porém, sem adestramento e obediência hierárquica, sem imitação e a simples reprodução, sem engessar nossa liberdade criadora, sem se desvincular do objeto de estudos e do passado-presente-futuro. “[...] Quando uma história se conserva no seio do folclore, ela expressa, de alguma forma, uma região da ‘alma local’” (FANON, 2009 [1952], p. 79; grifo do original).

No Noroeste da Argentina, por exemplo, reproduzem-se, numa longa duração, alimentos ou “comidas tradicionais” condensando-se cultura e lugar, materialidade e simbologia considerados atualmente uma alternativa de desenvolvimento local vinculada ao turismo, pois muitas pessoas valorizam o consumo de produtos típicos. O lugar de produção assume centralidade, a partir da singularidade dos produtos típicos andinos feitos por camponeses de ascendência indígena (quinoa, amaranto, batatas andinas, milho etc.), gerando-se uma íntima relação entre alimento-cultura-geografia ou lugar-comida-cultura, combinando-se natureza (solos, águas, climas etc.) e sociedade (técnicas, saber-fazer, “conhecimentos tradicionais” etc.) de cada lugar, como uma significativa potencialidade para o desenvolvimento local realizado com participação social e solidariedade (ARZENO; TRONCOSO, 2012).

Os artesãos também são sujeitos políticos e, evidentemente, culturais, produzem símbolos, roupas, instrumentos musicais, comidas, danças etc. que representam suas histórias, resistências e

lutas, revelando criatividade e identidade, conhecimentos técnicos e seculares, reproduzidos com concentração, paciência e meditação, como fazem os artesãos Kamsá em suas oficinas, caracterizando uma “pedagogia centenária”. “Assim, se entrelaçam concepções de mundo através da obra do artesão que propicia diferentes emoções e afetos” (BARRERA JURADO, 2016, p. 170).

O (des)**envolvimento**, ressignificado como estamos aludindo há vários anos, significa (des)**envolver**, contribuir para retirar o envolvimento opressor, subordinador e dominador (desencobrendo-os), para envolver novamente num campo de cooperações e solidariedades, de partilha e sinergia, co-construindo o próprio envolvimento, a participação social, o respeito, a mobilização, a luta, a resistência e o enfrentamento territorial, processo no qual não há capital social, mas sim **patrimônio territorial e humanitário**, com seus gostos e cheiros, sabores e saberes. Somos, estamos e produzimos patrimônios todos os dias e, assim, necessitamos visibilizá-los, ativá-los, valorizá-los, animá-los e conservá-los, contribuindo diretamente para a libertação dos sujeitos, por meio de processos partilhados e comunitários, comunicativos e dialógicos, com autonomia decisória e autogestão, superando o envolvimento e encobrimento colonizador e opressor.

O patrimônio territorial, natural e social, contém áreas e redes, sujeitos e saberes, técnicas e tecnologias, linguagens e memórias, ecossistemas, águas e solos etc., e está sendo compreendido **como conceito e/ou categoria de análise, como realidade e potência de emancipação social**. E é nele e a partir dele, do território/patrimônio, que o campesinato luta para se

reproduzir como classe por meio das relações de trabalho familiar, da produção diversificada, das redes curtas de comercialização, das práticas agroecológicas e artesanais, da cooperação e solidariedade, do enfrentamento e da autonomia decisória – processo similar também ocorre com os afrodescendentes e com os indígenas -.

O **território**, então, é construído social-natural-espiritualmente, transtemporal e transterritorialmente, plural e transversalmente; é resultado e condição da sua própria existência, pois contém, em si, a unidade tempo-espaço, cuja síntese está no homem, como ser social-natural-espiritual: os tempos e os espaços “andam” juntos, espiral e universalmente (SAQUET, 2020 [2007], 2015 [2011], 2017, 2019a, 2019b).

É por isso que acreditamos nas possibilidades (i)materiais que experimentamos desde nossa formação familiar centrada numa cultura católica, carismática e popular, com sinceridade e espontaneidade, auto-organização, luta e enfrentamento diante da opressão, da corrupção, do favorecimento, da ingerência, da apropriação privada do público, da discriminação, da degradação ambiental etc.: assim, não há fórmulas e modelos, pois o (des)envolvimento é singular a cada espaço-tempo-território, é experimentado, vivido, em meio às complexidades, temporalidades e territorialidades cotidianas e populares.

Um esforço de síntese

O povo reproduz cotidiana e incessantemente, em diferentes espaços e tempos, seus territórios de vida, por meio de uma cultura particular substantivada por uma fantástica heterogeneidade, que faz parte da complexidade social-natural-espiritual. Essa cultura, em determinadas situações, é discutida e refletida, em meio ao que estamos considerando uma filosofia popular inerente ao pensamento e ao saber cotidianos. Há saberes e tradições, técnicas e tecnologias, reflexões e práticas, hierarquias e horizontalidades, muitas vezes reproduzidos com inovações e com consciência que, contraditoriamente, também precisa ser qualificada, o que pode acontecer com nossa colaboração sistemática, participativa, respeitosa, dialógica, coproduzindo conhecimentos mais úteis para as causas populares, entendidas como tal, com suas específicas temporalidades e territorialidades.

Evidentemente, não vivemos isolados, desconectados do movimento mais geral da sociedade e na natureza, com suas significações teórico-práticas que estão infiltradas nos poros dos nossos corpos e das nossas relações, pensamentos e demais ações. Vivemos, histórica e geograficamente, experiências (i)materiais que fazem parte da particularidade latino-americana, que tem sua base nas culturas e nos territórios indígenas e afrodescendentes. Então, vivemos um emaranhado de hábitos e costumes, tradições e inovações, ritos e mitos, reproduzidos transterritorial e transtemporalmente de maneira indissociável.

Por isso, acreditamos que a ciência que fizemos e fazemos, academicamente, precisa ser vigorosamente reconstruída, *desde abajo*, produzindo-se participativa e dialogicamente teorias,

conceitos, técnicas, análises, interpretações, reflexões e, ao mesmo tempo, ações de transformação territorial tendo em vista a co-construção criativa de uma sociedade mais justa e ecológica. Ciência nossa, feita para e com a nossa gente, com o máximo de autonomia decisória possível, sem deixar, evidentemente, de interagir com pesquisadores/as da Europa, dos EUA, da África, da Oceania e da Ásia.

Nesse sentido, é essencial evidenciar que, como a “pós-modernidade” somente é possível vinculada à “modernidade” – com todos seus atributos que podemos considerar para problemas e soluções para uns/umas e outros/as -, conforme afirma Dussel (2018), ao compreender esta última como processo histórico singular que não pode ser imitado e reproduzido em outras culturas que estão fora da Europa, podemos questionar muitas argumentações difundidas no Brasil nos últimos 20 anos. “Se uma colônia, pós-colônia, nação ou cultura dependente tenta seguir o mesmo caminho europeu, nunca chegará à modernidade, chegará a um aumento da sua própria miséria e dependência colonial” (DUSSEL, 2018, p. 143).

Isso significa, entre muitas “coisas”, que o nível da **cotidianidade popular** é fundamental, juntamente com nossa opção política e científica, para a realização da pesquisa-formação-ação, pois essa está diretamente vinculada à reprodução do homem como ser particular, social e natural, por meio das suas relações imediatas, das lutas, das disputas, dos conflitos, dos contatos, das consciências etc. Ocorre, então, que reconhecer a **heterogeneidade**, seja na pesquisa, na formação e na

atuação/cooperação, também é essencial, formada por amor, ódio, observação, disputas, tato, memória, raciocínio, simpatia, saberes, empatia, pensamentos, desigualdades entre classes sociais (HELLER, 1991 [1970]), por nós historicamente compreendidas por meio das noções de temporalidades e territorialidades.

É no nível da cotidianidade que pensamento e saber, teoria e prática, ciência e filosofia estão em unidade, embora sejam diferentes. O “pensamento cotidiano” está relacionado com as múltiplas atividades cotidianas, como afirma Agnes Heller, por isso, é heterogêneo e pode ser, ao mesmo tempo, popular e científico, teórico e prático. O “saber cotidiano”, ainda conforme Heller (1991 [1970]), corresponde aos conhecimentos que os sujeitos precisam interiorizar para viver: são transmitidos historicamente, aprendidos e ensinados, fazendo parte da cultura, como o tempo de plantar e colher para os indígenas e camponeses, a arte da construção dos pedreiros e marceneiros, as linguagens cotidianas, a medicação fitoterápica, a alimentação deste ou daqueles produtos conforme as vitaminas que contêm etc.: o saber pode ser popular e científico simultaneamente. O saber é feito de saberes e, estes, caracterizam o pensamento, sem a dicotomia normalmente reproduzida a partir de paradigmas eurocêntricos, sejam eles denominados “modernos” ou “pós-modernos”.

Vivemos, obviamente, múltiplas relações e redes, emoções e razões, horizontalidades e verticalidades, temporalidades e territorialidades, simultaneamente, transpassadas, cruzadas, imbricadas, em cada tempo-espaco-território, que não podem ser negligenciadas, especialmente no que se refere à vida do povo

sofrido, expropriado, segregado, discriminado, explorado, sem-terra e sem casa, sem lar e sem segurança, sem saúde e sem saneamento básico. Povo esse, portanto, muito merecedor da nossa cooperação para a superação dessa situação de vida diária, por meio de uma concepção transtemporal, transterritorial, transdisciplinar e (i)material com um forte significado político e cultural de mobilização, luta, enfrentamento e resistência diante da força opressora da burguesia e do estado neoliberal e burguês. Para produzir outro modo de existência, é necessário encontrar outro lugar, com outra história, reproduzindo-se ancorados na nossa própria história, com suas singularidades, com horizontes culturais próprios e autênticos (DUSSEL, 2018).

É por isso, sucintamente, que nós nos esforçamos para trabalhar, ao longo dos últimos 25 anos, na interface teoria-prática, da pesquisa-(in)formação-ação/cooperação, numa **práxis de ciência popular transtemporal, transterritorial, subversiva e contra-hegemônica**, numa ciência do passado que é, sobretudo do presente-futuro, como demonstramos em Saquet (2013; 2015 [2011]; 2014; 2017; 2019a; 2019b). Nossos corpos são (i)materiais, e estão numa coevolução milenar, tanto é que nossos/as genitores/as tiveram que andar muito (no tempo e no espaço), até que fôssemos concebidos, natural-social-espiritualmente. As separações “moderno” x “pós-moderno”, concreto x simbólico, apropriação x dominação, sociedade x natureza, zona x rede, acontecem somente na nossa mente. Segundo já afirmamos insistentemente – veja-se, por exemplo, Saquet (2020 [2007]) -, acreditamos que, na nossa vida cotidiana, há uma unidade indissolúvel entre concreto-abstrato,

subjetividade-objetividade, materialidade-imaterialidade, efetivando-se, portanto, (i)materialmente, em cada tempo-espaço.

Então, cada vez mais, diante da gravíssima situação de vida do nosso povo, nós precisamos coabitar, conviver e cooperar com os sujeitos “estudados”, assumindo, na práxis territorial, nossa responsabilidade social de servidores públicos. Assim faremos, de fato, uma **Geografia na/da práxis**, nas comunidades, com nosso povo, num movimento descolonial e contra-hegemônico, como já demonstramos teórica, metodológica e empiricamente em trabalhos anteriores (SAQUET, 2015 [2011]; 2017; 2018a; 2018b; 2019a; 2019b).

Há formas alternativas de fazer a revolução, tanto para tomar o poder em nível nacional como para fazer reivindicações mais específicas e mais localizadas (em bairros e comunidades). Para as pessoas do povo, a democracia tem um sentido comum, para autogovernar-se e ganha forma quando esses sujeitos têm “corpos políticos”, em movimentos sociais, portanto, muito diferentes do que ocorre nas democracias representativas (ESTEVA, 2016).

O poder popular é necessário para mobilizar e canalizar a participação política e cultural das/dos artesãos, para a defesa dos seus direitos culturais e para sua projeção futura como protagonistas de uma transformação radical. O poder popular é um ato militante para gerar e integrar ações subversivas [...], para construir e fomentar uma consciência crítica libertadora diante da realidade social (UTRILLA-LÓPEZ, 2016, p. 20).

A participação social, nesse sentido teórico-prático sucintamente argumentado, precisa ter, necessariamente, os seguintes significados também teórico-práticos/(i)materiais:

i) Como identidade - cultural, política, ambiental e econômica -, sem desconsiderar as disputas, os conflitos, as contradições e o poder que precisa ser redimensionado na direção de uma sociedade mais simétrica, construída por meio da mobilização, organização e luta política, resistindo à racionalização do capital (SAQUET, 2014).

ii) Como processo de (in)formação político-cultural, dialógica e continuada. Na (i)materialidade da pesquisa-ação-participativa, participamos discutindo e cooperando, ensinando e aprendendo; cooperamos debatendo e participando, aprendendo e ensinando. Conhecer o território é essencial para construir uma relação consciente entre habitantes e território, educando-se entre distintos sujeitos,

iii) Como práxis de pesquisa-formação-ação, de cooperação e solidariedade, para satisfazer as necessidades da nossa gente e conquistar o máximo possível de autonomia decisória, numa sociedade cada vez mais justa e ecológica. A territorialidade de luta precisa estar vinculada à qualidade ambiental e das habitações, da saúde e da segurança de todos/as, à preservação e valorização das identidades e dos produtos típicos de cada território, às redes locais de produtores e consumidores, ao artesanato, à biodiversidade etc. (MAGNAGHI, 2000; SAQUET, 2015 [2011]; 2014; 2017).

Assim, poderemos construir territórios outros, com a ampliação das relações de cooperação, solidariedade, autonomia, preservação do ambiente, e diminuição da alienação, subordinação, opressão, dependência e colonização. E, por fim, sem querer concluir – obviamente -, perguntamo-nos, será que estamos vivendo e trabalhando efetivamente numa direção que vai além do eurocentrismo da “modernidade” e da “pós-modernidade”? Talvez

haja uma possibilidade muito fértil nessa perspectiva popular, na qual o território é, além de conceito e/ou categoria analítica e objeto de estudos, espaço de (in)formação continuada, mobilização, diálogo, disputa, luta e enfrentamento tendo em vista o reconhecimento e a autogestão com o máximo possível de autonomia decisória, numa práxis descolonial e contra-hegemônica.

Agradecimento: Agradecemos atentamente ao CNPq, pela concessão da bolsa de produtividade em pesquisa e, também, ao prof. Dr. Mauro Cury, pela leitura crítica desse texto e pelas preciosas contribuições feitas para seu refinamento, embora seja fundamental reconhecer que estamos em plena pesquisa sobre o tema, fato que certamente gerará outros aprendizados.

Referências

ARZENO, Mariana e TRONCOSO, Claudia. Alimentos tradicionales andinos, turismo y lugar: definiendo la nueva geografía de la Quebrada de Humahuaca (Argentina). *Revista de Geografía Norte Grande*, n. 52, 2012, p. 71-90.

ABBAGNANO, Nicola. Filosofia. In: ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 442-457.

BAGNASCO, Arnaldo. *La costruzione sociale del mercato*. Bologna: Il Mulino, 1988.

BARRERA JURADO, Gloria. Consumismo, espectáculo y despojo de creación: luchas por las autonomías artesanales del pueblo Kamsá. In: LÓPEZ FLORES, Pavel y GARCIA GUERREIRO, Luciana (Org.). *Pueblos originarios en lucha por las autonomías: experiencias y*

desafíos en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Editorial El Colectivo, CIDES-UMSA, 2016. p. 165-189.

BARTRA, Armando. *La utopía posible*. México, DF: La Jornada Ediciones/Editorial ITACA, 2011.

BECATTINI, Giacomo e MAGNAGHI, Alberto. Coscienza di classe e coscienza di luogo. In: BECATTINI, G. (Org.). *La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. 115-222.

BRAUDEL, Fernand. *La dinamica del capitalismo*. Bologna: Il Molino, 1981 [1977].

BURINI, F. Le carte partecipative: strumento di recupero dell'identità africana. In: CASTI, E. e CORONA, M. *Luoghi e identità*. Geografie e letterature a confronto. Bergamo: Sestante, 2004.

CHAMORRO, Graciela. *A espiritualidade guarani: Uma teologia ameríndia da palavra*. São Leopoldo, RS: SINODAL, 1998.

CICHOSKI, Pâmela e ALVES, Adilson. A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals Borda: contribuições para repensar o desenvolvimento rural, *Revista Campo-Território*, vol. 14, n. 34, 2019, p. 61-85.

DEMATTEIS, Giuseppe. Nuove forme di organizzazione territoriale. In: PETSIMERIS, P. (Org.). *Le reti urbane fra decentramento e centralità*. Milano: Franco Angeli, 1989. p. 33-38.

DUSSEL, Enrique. *Introducción a la filosofía de la liberación*. Bogotá: Ed. Nueva América, 1995 [1979].

DUSSEL, Enrique. ¿Son posibles muchas modernidades? Un diálogo sur-sur. In: LÓPEZ NÁJERA, Verónica (Org.). *De lo postcolonial a la descolonización: genealogías latinoamericanas*. Ciudad de México: UNAM, 2018. p. 138 – 153.

ESTEVA, Gustavo. La hora de la autonomía. In: LÓPEZ FLORES, Pavel y GARCIA GUERREIRO, Luciana (Org). *Pueblos originarios en lucha por las autonomías: experiencias y desafíos en América*

Latina. Buenos Aires: CLACSO, Editorial El Colectivo, CIDES-UMSA, 2016. p. 29-58.

FALS BORDA, Orlando. La antiélite y su papel en el cambio social. In: HERRERA FARFÁN, N. y LÓPEZ GUZMÁN, L. (Org.). *Ciencia, compromiso y cambio social*. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: El Colectivo – Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012 [1971]. p. 109-117.

FALS BORDA, Orlando. Reflexiones sobre la aplicación del método de estudio-acción en Colombia. In: HERRERA FARFÁN, N. y LÓPEZ GUZMÁN, L. (Org.). *Ciencia, compromiso y cambio social*. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: El Colectivo – Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012 [1972]. p. 241-252.

FALS BORDA, Orlando. ¿Es posible una sociología de la liberación? In: HERRERA FARFÁN, N. y LÓPEZ GUZMÁN, L. (Org.). *Ciencia, compromiso y cambio social*. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: El Colectivo – Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012 [1981]. p. 149-154.

FALS BORDA, Orlando. Primera lección: saber interactuar y organizarse. In: HERRERA FARFÁN, N. y LÓPEZ GUZMÁN, L. (Org.). *Ciencia, compromiso y cambio social*. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: El Colectivo – Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012 [1986]. p. 123-141.

FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones sobre la investigación-acción (participativa). In: HERRERA FARFÁN, N. y LÓPEZ GUZMÁN, L. (Org.). *Ciencia, compromiso y cambio social*. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: Ed. El Colectivo – Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012 [1997]. p. 301-319.

FALS BORDA, Orlando. La investigación participativa y la geografía. In: HERRERA FARFÁN, N. y LÓPEZ GUZMÁN, L. (Org.). *Ciencia, compromiso y cambio social*. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: Ed. El Colectivo – Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012a [2003]. p. 327-331.

FALS BORDA, Orlando. Ciencias sociales, integración y endogénesis. In: HERRERA FARFÁN, N. y LÓPEZ GUZMÁN, L. (Org.). *Ciencia, compromiso y cambio social*. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: Ed. El Colectivo – Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012b [2003]. p. 81-90.

FALS BORDA, Orlando. Hacia el socialismo raizal y otros escritos. In: *Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.

FALS BORDA, Orlando. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: _____. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Cidade do México: Siglo Veintiuno; CLACSO, 2015 [1970]. p. 219-252.

FALS BORDA, Orlando. Experiencias teórico-prácticas. In: _____. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Cidade do México: Siglo Veintiuno; CLACSO, 2015 [1998]. p. 303-366.

FANON, Frantz. *Piel negra, máscaras blancas*. Madrid: Akal, 2009 [1952].

FOSSIER, Robert. *O trabalho na Idade Média*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].

GARCÍA JARAMILLO, Gloria; SÁNCHEZ ANTONIO, Nallely; VALENCIA MURILLO, Paula. Nuevas territorialidades del corregimiento Santa Elena en el Municipio de Medellín: caso Mirador Cerro Verde (2008-2017). In: GONZÁLEZ SERNA, Aura et al. (Org.). *Lectura territorial del oriente cercano antioqueño*. Medellín: UPB, 2018. p. 123-141.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, vol. I (1929-1932). Turim: Einaudi, 1975.

GRIGNOLI, Daniela. La co-creazione dello sviluppo locale. In: GRIGNOLI, D. e BORTOLETTO, N. (Org.). *Dal locale al globale e ritorno: nuovi paradigmi e nuovi modelli di azione*. Milano: Franco Angeli, 2019. p. 25-38.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI, *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, 2016 [2013], p. 25-49.

HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1991 [1970].

HERNÁNDEZ CORDERO, Adrián. De la dialéctica a la trialéctica del espacio: aproximaciones al pensamiento de Milton Santos y Edward Soja. In: MENDOZA, C. (Org.). *Tras las huellas de Milton Santos. Una mirada a la geografía humana contemporánea*. Barcelona: Anthropos/UAMI, 2008. p. 84-97.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 [1963].

KUSCH, Rodolfo. *América profunda*. Rosario, Argentina: Editorial Fundación Ross, 1962.

LÓPEZ FLORES, Pavel. Disputa por la autonomía indígena y la plurinacionalidad en Bolivia: resistencias comunitarias al neoextractivismo y al Estado nación. In: LÓPEZ FLORES, Pavel y GARCIA GUERREIRO, Luciana (Org.). *Pueblos originarios en lucha por las autonomías: experiencias y desafíos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Editorial El Colectivo, CIDES-UMSA, 2016. p. 113-138.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018 [1923].

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro descolonial, *Tabula Rasa*, n. 9, 2008, p. 61-72.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2018, p. 27-53.

MAGNAGHI, Alberto. *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MANSILLA QUIÑONES, Pablo; QUINTERO WEIR, José; MOREIRA-MUÑOZ, Andrés. Geografía de las ausencias, colonialidad del estar y el territorio como sustantivo crítico en las epistemologías del Sur, *Utopía y praxis latinoamericana*, año 24, n. 86, 2019, p. 148-161.

MANZANAL, Mabel. Desarrollo. Una perspectiva crítica desde el análisis del poder y del territorio, *Realidad Económica – Revista de Ciencias Sociales*, n. 283, 2014, p. 17-48.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/diseños globales*. Madrid: Ed. Akal, 2003 [2000].

MIGNOLO, Walter. El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto. In: MIGNOLO, W. (Org.). *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2014 [2008]. p. 61-88.

MOURA, Gustavo Goulart. Construção da crítica a Oceanografia Clássica: contribuições a partir da Oceanografia Socioambiental, *Ambiente e Educação*, vol. 24, n. 2, 2019, p. 13-41.

NARCHI, Nemer; MOURA, Gustavo et al. El colaboratorio de Oceanografía Social: espacio plural para la conservación integral de los mares y las sociedades costeras, *Sociedad y Ambiente*, año 7, n. 18, 2019, p. 285-301.

PETSIMERIS, Petros. Introduzione. In: PETSIMERIS, P. (Org.). *Le reti urbane fra decentramento e centralità*. Milano: Franco Angeli, 1989. p. 11-32.

QUATTRONE, G. *La gestione partecipata delle aree protette*. Milano: Franco Angeli, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/razionalidad, *Perú Indígena*, vol. 13, n. 29, Lima, 1992. p. 11-20.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina, *Rev. Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 6, n. 2, 2000, p. 73-90.

QUINTERO WEIR, José. Wopukaru Jatumi Wataawai: el camino hacia nuestro propio saber, *Utopía y praxis latinoamericana*, año 16, n. 54, 2011, p. 93-116.

RAMÍREZ VELÁZQUEZ, Blanca Rebeca. Geografía crítica: territorialidad, espacio y poder en América Latina, *Investigaciones Geográficas*, boletín 77, 2012, p. 151-155.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Global, 2015 [1995].

SÁNTIZ-GÓMEZ, Abraham. Ts'Umbal activo en las transformaciones rurales de Oxchuc, Chiapas, *Revista LiminaR – Estudios Sociales y Humanísticos*, vol. 13, n. 2, 2015, p. 122-134.

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020 [2007].

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M. (Org.). *Estudos territoriais na ciência geográfica*. SP: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

SAQUET, Marcos. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015 [2011]).

SAQUET, Marcos. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, Onildo; SANTOS, Edinusa; COELHO Neto, Agripino. (Org.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 11-36.

SAQUET, Marcos. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, *Geographica Helvetica*, v. 73, p. 347 - 355, 2018a.

SAQUET, Marcos. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 3, 2018b, p. 479 - 505.

SAQUET, Marcos. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (Org.). *Ambiente e território: abordagens e transformações sociais*. Londrina, PR: Madrepérola, 2019a, p. 20-40.

SAQUET, Marcos. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019b.

SAQUET, M; DANSERO, E. e CANDIOTTO, L. (Org.). *Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas*. SP: Outras Expressões, 2012.

SEPULVEDA PINO, Hernan. *Ensayos marxistas sobre la sociedad colombiana – América en los orígenes del capitalismo*. Bogotá: Ediciones Los Comuneros, 1977.

UTRILLA-LÓPEZ, Rodrigo Gustavo. Hacia una praxis con militancia contrahegemónica desde la psicología, *Teoría y crítica de la psicología*, n. 6, 2015, p. 349-361.

UTRILLA-LÓPEZ, Rodrigo Gustavo. Pensando desde latinoamérica para las/los artesanos: el proyecto artesanal de liberación, *Psicología social comunitaria*, año 5, n. 9, 2016, p. 17-36.

WALSH, Catherine. Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales, *Nómadas*, n. 26, 2007, p. 102-113.

ZAVALA GUILLEN, Ana Laura. A geographical approach to the Moiwana community V Suriname. In: GONZALES-SALZBERG, D. and HODSON, L. (Ed.). *Research methods for international human rights law: beyond the tradicional paradigm*. Abingdon, Oxon: Routledge, 2019. p. 146-170.

DOS TERRITÓRIOS (E TERRITORIALIDADES) NA GEOGRAFIA: CONTEÚDOS BASILARES DA CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Agripino Souza Coelho Neto¹

Observações introdutórias

Nas últimas três décadas, o termo território vem sendo objeto de abundante uso nas diversas áreas do conhecimento científico, de modo mais marcante (mas não exclusivamente) no campo das humanidades. No entanto, esta simples constatação vem acompanhada de outra, isto é, de que os usos e as apropriações nem sempre guardam rigor teórico e fragilizam a capacidade heurística de operacionalidade do conceito. O termo é usado, em muitos casos, como sinônimo de superfície terrestre, de espaço geográfico, de região ou de zonas geográficas de divisão da circunscrição de órgãos governamentais. Essas constatações nos motivaram mapear as principais discussões que contribuem para compor um *corpus* teórico sobre o qual podem ser erigidas as bases do conceito de território.

Diante de tal perspectiva, a feitura deste texto se fundamenta em quatro premissas fundamentais sobre o território. Não se trata de elaborar ideias novas e perspectivas lacunares no âmbito da literatura geográfica, mas, sim de organizar um conjunto de argumentos que ressaltem e reforcem estas premissas, demarcando

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor do Mestrado em Estudos Territoriais (PROET-UNEB). Coordenador do grupo de pesquisa TERRITÓRIOS (UNEB-CNPq). E-mail: agscneto@uneb.br

horizontes teóricos para o debate e para a utilização do conceito de território. Pretendemos “localizar” temporalidades e filiações dessas ideias no seio da geografia, sem, no entanto, realizar um escrutínio exaustivo que não cabe no escopo deste artigo. Apontaremos textos e autores expressivos, alguns com contribuições fundadoras, outros com inovações significativas que conferiram amplitude de operacionalidade ao conceito de território.

A primeira premissa se apoia na ideia de que a territorialidade é uma condição existencial que une indivíduos ou grupos sociais a seus espaços de vida, construindo as bases materiais e/ou simbólicas de sua reprodução social. Neste sentido, o primeiro movimento empreendido neste texto é enunciar os argumentos que defendem a territorialidade como condição fundamental para a existência social.

A segunda premissa advoga que o território não pode ser concebido exclusivamente na escala nacional, tendo apenas como referência essencial o Estado-Nação. Territórios são construídos e se manifestam em múltiplas escalas espaciais e temporais, podendo, inclusive, ser móveis, cíclicos e passíveis de superposição. Desse modo, o segundo movimento do texto recupera os postulados que anunciaram a conformação do território em sua manifestação clássica, isto é, o território nacional. Apresenta-se a prevalência e a durabilidade do território como Estado-Nação, ainda fortemente presente nos dicionários de línguas vernáculas. Em contraposição, o terceiro movimento percorre os argumentos que reforçam a multiescalaridade do território, que podem ser

construídos por distintos agentes sociais nas mais variadas escalas espaciais.

A terceira premissa se ampara na ideia da multidimensionalidade do território. O argumento fundamental esposado se dirige à consideração da dimensão simbólica, que sempre foi subdimensionada e obscurecida pela força da dimensão material, que marcou as acepções clássicas de território. Nesta trilha, o quarto movimento reúne importantes contribuições dos autores que revelam, destacam e reforçam o caráter multidimensional do território.

A quarta premissa que sustentamos é de que a territorialidade é uma expressão do binômio espaço-poder. Considera-se que os mais variados agentes sociais estabelecem relações entre si e com o espaço, conformando relações sociais de poder que de-marcam o espaço e conformam territórios. Nesta direção, o quinto movimento do texto, que precede as reflexões finais, se dedica a evidenciar as formulações que expressam de modo inequívoco a centralidade do poder para pensar o território.

Territorialidade como condição fundamental para existência social

A densidade de produção científica sobre o conceito de território é algo recente no campo das humanidades, sendo intensificada, sobretudo, nas últimas cinco décadas.

Segundo Bonnemaïson (2002), o conceito de território apareceu no domínio científico na segunda década do século XX, no

campo da etologia, com os estudos de Elliot Haward sobre territorialidade animal.

O fato é que Ratzel (1990), no final do século XIX, já refletia sobre a relação fundamental entre um povo e seu território, discutindo os vínculos entre território e sociedade, território e Estado, território e família, território e progresso. O autor acusava a ciência política e as teorias sociológicas de negligenciamento do território, pois uma teoria do Estado que abstraísse o território não teria fundamento seguro. Desse modo, os sistemas teóricos da sociologia consideravam o homem apartado da terra.

Todavia, a importância de valorizar a territorialidade nas humanidades decorre de uma ideia que adquiriu expressividade na Geografia Política Clássica e que foi defendida ardorosamente por Friedrich Ratzel, isto é, a relação de apropriação do homem pelo seu espaço de vida.

Compartilhamos com os autores que advogam a essencialidade da territorialidade como condição fundamental para existência social. Ratzel, no final do século XIX, já defendia a inseparabilidade homem-terra. Segundo ele, "é fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence" (1990, p. 73).

Ratzel (1990) apregoa, de forma categórica, que qualquer sociedade é territorial, isto é, estabelece vínculos decisivos com seu território, mesmo quando se trata de sociedades nômades, cujas relações territoriais parecem ser mais tênues e menos intensas.

Bonnemaison (2002) também defende a condição essencial do território na existência de um grupo humano, que, no caso do autor, equivale a uma etnia ou grupo cultural: “Não existe etnia ou grupo cultural que, de uma maneira ou de outra, não tenha investido física e culturalmente num território” (p. 97).

Essas elocuições reafirmam a essencialidade fundamental do território como conteúdo da relação sociedade-espço, pois os homens (e mulheres) necessitam de uma base territorial que viabilize sua reprodução social.

A territorialidade é um laço, um vínculo entre a sociedade, em suas variadas formas de manifestação social, e seus espaços de controle e/ou apropriação. A territorialidade tece a substância do território, na medida em que se trata da mediação que se realiza na relação sociedade-espço.

Territorialidade é o elo fundamental que une um sujeito a seu espaço de vida, criando as condições i-materiais de sua reprodução. Nesta perspectiva, compreendemos que a territorialidade é uma condição “vital” e indispensável para a existência social e política do ser social.

Entendida desse modo, a desterritorialização é temporalmente demarcada e uma impossibilidade existencial. Os indivíduos ou grupos sociais podem vivenciar processos de des-re-territorialização, podem experimentar situações de territorialização precária (quando os vínculos territoriais são mais frágeis e o usufruto territorial é menos evidente) (HAESBAERT, 2014), mas nunca de desterritorialização absoluta. Assim, há sempre um

movimento tríplice que envolve a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização.

A prevalência e a durabilidade do território como Estado-Nação

A referência mais expressiva e contundente do conceito de território remete ao espaço de apropriação e/ou domínio do Estado territorial.

A palavra território normalmente evoca o ‘território nacional’ e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional –, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação, em ‘defesa do território pátrio’, em guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor [...] (SOUZA, 1995, p. 81)

Esta é uma constatação que pode ser verificada nos sentidos etimológicos da palavra. É desse modo que no *digesta* (que é a compilação de leis romanas) do imperador Justiniano, *territorium* era definido como “toda terra compreendida no interior de limites de qualquer jurisdição” (HAESBAERT, 2004, p. 43). Segundo Di Méo (1998, p. 47), no sistema jurídico romano (*Jus terrendi*), *territorium* era o pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa.

Nos dicionários de línguas vernáculas persiste a significação de que território equivale ao espaço de domínio e de jurisdição de um Estado ou de suas frações de território. Isso pode ser verificado no *Dictionnaire de la Langue Française Littré* [de 1971], que define

território como “a extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição” (DI MÉO, 1998, p. 42, tradução nossa). O *Le Nouveau Petit Robert de la Langue Française* (LE ROBERT, 2008, p. 2.539) define o território como a “extensão de um país sobre o qual se exerce uma autoridade, uma jurisdição”. O *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2010, p. 2031-2), por sua vez, define o território como a “base geográfica do Estado, sobre a qual exerce ele a sua soberania, e que abrange o solo, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos”.

A vinculação entre território e Estado nacional já estava presente no clássico da Geografia Política, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904). Segundo Souza (1995, p. 85-86), em sua obra *Politische Geographie*, publicada em 1897, Ratzel fixava o território no referencial político do Estado, focalizando “[...] um tipo específico de territorialidade, prenhe de história, tradição e ideologia – a territorialidade do Estado-Nação [...]”.

Uma conclusão importante de Souza (1995, p. 94), que se desdobra da afirmação do território nacional como o território por excelência é a ideia “[...] de que os territórios são entidades que se justapõem contiguamente, mas não se superpõem, uma vez que para cada território nacional só há um Estado-Nação”. Esta é uma assertiva que vem sendo confrontada pelas ideias de territórios-rede (HAESBAERT, 2004) e de territorialidades superpostas (AGNEW; OSLENDER, 2010), que focalizaremos na próxima seção.

Outro exemplo marcante e inconteste da prevalência e durabilidade da significação do território como Estado nacional pode

ser verificado no texto publicado por Jean Gottmann em 1975 (The evolution of the concept of territory). O território, para Gottmann, se refere a um espaço físico-concreto que equivale à jurisdição político-administrativa do Estado nacional ou à sua fração (o que, no caso brasileiro, nos permite pensar nos estados federados ou nos municípios como frações do Estado nacional).

Gottmann (2012 [1975]) trabalha também com uma fórmula bastante difundida no sistema jurídico brasileiro, considerando que o território é um prerequisite fundamental para a existência de um Estado, pois, este seria composto por três “éléments corporels”: um povo, um território e uma organização governamental.

Um anúncio marcante da ruptura com esta visão congelada do território foi expresso por Raffestin (1993) em sua clássica obra “Pour une géographie du pouvoir”, publicada originalmente em 1980. O autor considera que não apenas o Estado produz territórios, mas que existem outros atores sintagmáticos, como o indivíduo ou as organizações grandes e pequenas. Esta assertiva aponta para a ideia da multiescalaridade do território, que não pode ser mais concebida exclusivamente na escala nacional.

Rocanyolo (1986, p. 274) reforça essa perspectiva ao argumentar que “o sentido da territorialidade não pode ser dissociado das próprias instituições: família, aldeia, comunidade”, relacionando o território com espaço e sentimento de pertença que envolve relações entre homens, antes mesmo da ligação (deles) com determinado lugar.

Os exemplos de territórios arrolados por Sack (1986) e Souza (1995) não deixam dúvidas sobre as novas possibilidades de

interpretação das relações espaço-sociedade, abertas com a perspectiva da multiescalaridade do território. O primeiro autor analisa a territorialidade dos indígenas norte-americanos Chippewa, assim como as territorialidades no lar e no local de trabalho contemporâneo. O segundo enumera os territórios da prostituição, do tráfico de drogas e do jogo do bicho. Deste modo, são considerados diferentes agentes e escalas de manifestação da territorialidade. Estamos diante da multiescalaridade do território anunciada.

Agnew e Oslender (2010, p. 195) reafirmam essa perspectiva, afirmando que “el Estado territorial como se lo conoce en la teoría política contemporánea no es más que una forma de territorialidade”. Segundo os autores, o Estado territorial se desenvolveu na Europa no início da modernidade com o fim dos sistemas “de los sistemas de gobierno dinásticos no territoriales y la transferencia de la soberanía desde la persona de los monarcas a discretas poblaciones nacionales”.

A multiescalaridade do território anunciada

A possibilidade de pensar o território em outras escalas que não apenas a nacional, ainda que timidamente, já estava subentendida em Gottmann:

[...] é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é recipiente físico e suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a **arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de uma**

certa autonomia. (GOTTMANN, 2012 [1975], p. 523, grifos nossos).

É possível depreender que a fração do Estado nacional dotado de certa autonomia pode ser uma província, um estado federado ou um município, e assim sendo, teríamos o território se manifestando em múltiplas escalas, como a nacional, a regional e a local.

Mas é Raffestin (1993, p. 153), em obra publicada originalmente em 1980, que demarca de modo inequívoco a multiescalaridade do território. Para o autor “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite”, exprimindo uma relação fundamental “que um grupo mantém com uma porção do espaço”. Segundo o autor, o território é produzido por distintos atores sintagmáticos, e “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (p. 161-162).

Outro movimento empreendido por Raffestin (1993) equivale à ampliação do olhar para atores territoriais, predominantemente encerrados na figura do Estado-Nação, pois, o autor considera que diferentes atores sintagmáticos produzem territórios, desde os indivíduos até as organizações grandes e pequenas. Esta assertiva abre “espaço” também para pensar em distintas formas territoriais, não apenas no clássico território nacional.

O pressuposto da multiescalaridade do território é reforçado na obra de Robert David Sack (Human territoriality: its theory and history), publicada em 1986. Sack aciona três exemplos bastante

distintos pela natureza dos agentes, pela temporalidade dos eventos e pelas escalas espaciais da territorialidade.

No exemplo dos índios Chippewa, o autor decifra a condição territorial dos indígenas antes da chegada dos colonizadores europeus, cujas áreas de ocupação eram caracterizadas por não terem uma demarcação rígida ou pela exclusividade de uso e apropriação. Segundo Sack (1986), o contato com os europeus alterou a organização territorial e social dos Chippewa, com a imposição de uma jurisdição política territorial hierárquica.

Outro exemplo acionado por Sack (1986) é o local de trabalho contemporâneo. Segundo ele, um secretário de uma empresa, que trabalha em um moderno prédio de escritórios tem seus movimentos restritos no edifício, não podendo se deslocar livremente por qualquer escritório. Sendo assim, a territorialidade funcionaria como uma contenção física que estabelece limites de circulação e impõe demarcações territoriais.

No caso do lar do século XX, a territorialidade é aplicada pelos pais para evitar que os filhos pequenos acessem a cozinha e corram risco de se ferir ou manipular os objetos. Os pais controlam as ações espaciais dos filhos e o acesso deles ao espaço, declarando o controle sobre uma área, sendo a territorialidade configurada como uma estratégia espacial. Sack (1986) aponta na direção da superposição dos territórios, pois considera que a cozinha estaria embutida em outros territórios, a exemplo da casa, da cidade e do Estado.

Mas Sack (1986, p. 16, tradução nossa) recusa a natureza imutável e fixa da territorialidade (muito próprias dos Estados

territoriais), propugnando seu caráter móvel e variável em termos de temporalidade e espacialidade, pois, “(...) um lugar pode ser um território num momento e não (ser) em outro, e um território (territorialidade) pode criar um lugar onde não existe antes. Além disso, a afirmação da territorialidade pode ser aplicada somente por um tempo limitado”.

As múltiplas escalas de manifestação dos territórios são explicitadas por Souza (1995, p. 81) de modo categórico e esclarecedor:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Souza (1995) reconhece as múltiplas escalas dos territórios, que podem ser espaciais e temporais, sendo construídos por distintos agentes. As territorialidades, na perspectiva do autor, são construções sociais que podem assumir dinâmicas móveis ou de descontinuidade (em termos de espaço) e cíclicas (em termos de tempo). Os territórios da prostituição são móveis e se deslocam “sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças” (p. 88). No caso dos territórios do jogo do bicho prevalece uma “contiguidade espacial dos domínios ou áreas de influência de cada família mafiosa (ou bicheiro)” (p. 92). Já os territórios do tráfico de drogas são

pulverizados, configurando-se como “territórios-enclave (favelas)”, que se acham “disseminados pelo tecido urbano” (p. 91). Estes exemplos de territorialidades focalizadas pelo autor revelam que diferentes agentes constroem seus territórios, que, por sua vez, apresentam características bastante distintas e se manifestam em diferentes escalas espaciais e temporais.

Fernandes (2009) elabora uma tipificação dos territórios. Um dos tipos identificados, que interessa aos propósitos deste texto, ou seja, que contribui para revelar a multiescalaridade do território, é aquele que o autor chama de território da governança da nação. Segundo o autor, este território está organizado em diversas escalas e instâncias, a exemplo de estados, províncias, departamentos e municípios, que equivalem a frações ou escalas dos territórios da governança da nação. Aqui se verifica uma aproximação com a ideia que Jean Gottmann (2012) já tinha postulado em 1975, já tratado no início desta seção.

O segundo tipo de território identificado por Fernandes (2009, p. 208) equivale às propriedades privadas capitalistas e às propriedades privadas não capitalistas, formadas por disputas e conflitualidades. Desse modo, “territórios indígenas, quilombolas, camponeses, de moradia, com suas várias identidades são construídos na multiterritorialidade rural e urbana”. A proposição do autor reconhece os territórios clássicos assentados na referência do Estado-Nação, mas, aponta para outras possibilidades de pensar os territórios, revelando como diferentes agentes territoriais estabelecem diferentes relações de poder e demarcam suas distintas territorialidades.

Uma ideia que aponta para a multiescalaridade do território de forma mais rica é a noção de territórios-rede. Bonnemaïson (2002, p. 99), em texto original de 1981, já reconhecia que “antes de ser uma fronteira, um território é sobretudo um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários”. Aqui não teríamos apenas implícita a ideia de múltiplas escalas de manifestação do território, mas, em especial, um entendimento mais complexo da multiescalaridade, pois os territórios-rede pressupõem uma perspectiva transescalar, ou seja, os territórios-rede se conformam em múltiplos territórios.

Essa é uma ideia reafirmada de forma vigorosa por Haesbaert (2004, p. 281):

Combinando de forma muito mais complexa o material e o imaterial, as redes contemporâneas, enquanto componentes dos processos de territorialização (e não simplesmente de desterritorialização), configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica.

Vale destacar que Haesbaert (2002, 2004) analisa o caso da organização terrorista Al Qaeda, destacando a natureza funcional, multiescalar, flexível e versátil da organização, que articula “as vantagens dos territórios-zona mais tradicionais (das cavernas aos Estados nações) com as dos territórios-rede contemporâneos (acionados pela internet ao redor do mundo)” (HAESBAERT, 2002, p. 304). Para o autor, o trunfo da organização terrorista está na conformação de seu território-rede, “dotado de enorme flexibilidade

e que se contrapõe diretamente a pouca flexibilidade dos domínios dos Estados nações” (p. 305).

A ideia de territorialidades superpostas defendida por Agnew e Oslender (2010) é outra forma de reforçar a concepção de multiescalaridade do território. Os autores se apoiam em Michael Mann para afirmar que as sociedades são constituídas de múltiplas relações de poder socioespaciais superpostas e em interação e em Ann Mason para assinalar a existência de uma ordem global contemporânea, composta de jurisdições múltiplas e superpostas.

Os autores propõem pensar a territorialidade para além da clássica forma westfaliana, que concebeu o Estado territorial como uma entidade histórica e geopolítica no contexto europeu dos séculos XVI e XVII.

Agnew e Oslender (2010) recorrem a exemplos da América Latina, em especial as territorialidades de grupos negros e indígenas, que reclamam suas terras coletivas com diferenças sociais e culturais da população mestiça dominante.

El reconocimiento oficial de los territorios negros e indígenas ha dado lugar ahora a la aprobación legal de una territorialidad diferencial a nivel subnacional que ha creado autoridades territoriales diferentes del gobierno nacional en el espacio del estado-nación. Las territorialidades estatales e indígenas se superponen de manera muy literal en estas áreas y han creado espacios de soberanía impugnados (AGNEW; OSLENDER, 2010, p. 197).

Os autores afirmam que, em alguns países, observa-se uma pluralização de territórios que estaria produzindo territorialidades superpostas.

Essa perspectiva de considerar a multiescalaridade do território elastece a capacidade heurística de operacionalidade do conceito, permitindo acioná-lo para interpretar distintas manifestações fenomênicas de territorialidade, isto é, as diversas formas como as sociedades se apropriam dos espaços para torná-los seus territórios.

A multidimensionalidade do território revelada

No alvorecer da década de 1980, já estava presente em Claude Raffestin (1993) a ideia da multidimensionalidade do território, pois, como afirma o autor, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (p. 143), afinal, “produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento” (p. 144).

Em outro fragmento de texto, Raffestin (1993, p. 158) volta a reforçar a premissa da multidimensionalidade do território, que se conforma por meio de relações existenciais ou produtivistas:

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais ou produtivistas.

Outro a reafirmar a multidimensionalidade do território é Joel Bonnemaïson (2002). Em texto publicado originalmente em 1981,

ele afirma que não existe etnia ou grupo cultural que não tenha investido física e culturalmente num território.

Bonnemaison (2002, p. 105) enfatiza a dimensão simbólica-cultural, advogando que o território exprime a relação entre cultura e espaço, pois, a cultura “desenha no solo uma semiografia feita de um entrelaçado de signos, figuras e sistemas espaciais que são a representação, arrisquemos a palavra ‘geossimbólica’ da concepção que os homens fazem do mundo e de seus destinos”. Deste modo, a aludida semiografia quadricula o espaço compondo territórios que são sociais e mais profundamente culturais.

Para Bonnemaison (2002, p. 103), “o território é, ao mesmo tempo, ‘espaço social’ e ‘espaço cultural’: ele está associado tanto à função social quanto à função simbólica”. O autor distingue as duas dimensões, afirmando que o espaço social é produzido, concebido em termos de organização e produção, enquanto o espaço cultural é vivenciado, concebido em termos de significação e relação simbólica.

Analisando as sociedades tradicionais, Bonnemaison (que se considera um geógrafo tropicalista que trabalhou em ilhas) argumenta que o território responde a duas funções principais: uma de ordem política (a segurança) e a outra de ordem cultural (a identidade).

A demarcação da multidimensionalidade assume em Haesbaert (1997, 2004) uma posição destacada. O autor assume uma distinção elaborada por Henry Lefebvre para os termos dominação e apropriação, que serviram de base para diferenciar as dimensões material e simbólica. Atribuindo à dominação um caráter

predominantemente funcional, distintamente da apropriação, cujo caráter seria prevalentemente simbólico, Haesbaert (1997, p. 41) sugere que:

[...] o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um *domínio* ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.

A dominação assume uma natureza concreta e funcional, vinculada ao valor de troca (possessão, propriedade); já a apropriação se reveste de uma natureza simbólica, carregando as marcas do vivido, envolvendo o valor de uso (símbolos e uma prática). De modo propositivo, o autor concebe o território nos termos de um *continuum* que vai da dominação político-econômica, mais concreta e funcional, à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica. Desse modo, “todo território ‘funcional’ tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território ‘simbólico’ tem sempre algum caráter funcional” (HAESBAERT, 2007, p. 23).

A inovação da elaboração teórica de Haesbaert (1997) é que ele não atribui uma precedência de uma das dimensões sobre a outra, como parece fazer Bonnemaïson (2002 [1981]) e como faz abertamente Souza (2009).

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de

‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo, portanto, uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando a disciplinarização dos indivíduos e o uso/controle dos recursos aí presentes (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Desse modo, Haesbaert (1997) reconhece que as duas dimensões, a simbólica e a concreta, se dão simultaneamente e estão sempre presentes na conformação do território. Em síntese, o autor advoga de modo veemente que não é possível conceber territórios puramente funcionais, nem territórios puramente simbólicos, pois, em alguma medida, estará sempre presente uma carga simbólica e material (HAESBAERT, 2009).

A multidimensionalidade do território é anunciada também de modo expressivo por Di Méo (1998), que reconhece a inseparabilidade das dimensões material e imaterial. O autor reflete sobre a construção do(s) território(s), evocando sua importância na existência terrestre dos indivíduos:

Sua edificação combina as dimensões concretas, materiais, aquelas dos objetos e dos espaços, aquelas das práticas e das experiências sociais, mas também as dimensões ideais das representações (ideias, imagens, símbolos) e dos poderes. Acrescentamos que esses diferentes registros encontram seu princípio unificador e sua coerência no sentido que os indivíduos conferem a sua existência terrestre, através do espaço que eles se apropriam e do qual eles fazem um valor existencial central (p. 273)².

² “Son édification combine les dimensions concrètes, matérielles, celles des objets et des espaces, celles pratiques et des expériences sociales, mais aussi les dimensions idéelles des représentations (idées, images, symboles) et des pouvoirs. Ajoutons que ces différents registres trouvent leur principe unificateur et leur cohérence dans le sens que les individus conferent à leur existence

Saquet (2007) também enfatiza a multidimensionalidade como um componente fundamental para compreensão da produção territorial:

O processo de apropriação e produção territorial pode ser compreendido reconhecendo-se a relação espaço-tempo, o domínio ou o controle político, a apropriação simbolicoidentitária e afetiva e, concomitantemente, a dinâmica econômica, em unidade, no processo de reprodução da dominação social, em que o Estado e os agentes do capital se fundem histórica e incessantemente. (p. 130).

O autor se reconhece inscrito em uma abordagem (i)material do território que se propõe apreender os aspectos da relação matéria-ideia como uma unidade, destacando os fatores de natureza político-econômica. Na perspectiva de Saquet (2007), o território é produto das relações sociedade-natureza e uma condição para a reprodução social, envolvendo relações sociais de natureza econômica, política e cultural, historicamente determinadas.

A multidimensionalidade também é reconhecida por Souza (2009), no entanto, embora o autor admita a presença das dimensões cultural e econômica para pensar o conceito de território, ele assume categoricamente a nuclearidade da dimensão política (por meio da noção de poder) como definidora:

O que 'define' o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de

terrestre, au travers de l'espace qu'ils s'approprient et dont une valeur existentielle centrale" (DI MÉO, 1998, p. 273).

significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam 'contemplados' ao se lidar com o conceito de território [...] (p. 59).

Souza (1995) reconhece que, com base no ângulo em que se privilegia o olhar, uma dimensão pode aparecer como imediatamente mais visível ou relevante, embora, todas as dimensões das relações sociais sejam importantes e mereçam atenção na análise. Aqui o autor desloca o foco do plano fenomênico para o plano da análise, atribuindo a este último a responsabilidade pela valorização de uma das dimensões de análise. O fato é que Souza (1995, p. 60) é taxativo e sempre volta a atribuir preponderância à dimensão política, pois, a territorialização “[...] é, sempre, e em primeiro lugar, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço [...]”.

Com um olhar mais arejado sobre a discussão, Haesbaert (2007), mesmo assumindo as relações de poder como nucleares na conformação do(s) território(s), vai admitir e defender a existência de múltiplas relações de poder, seja do poder material das relações econômico-políticas, assim como o poder simbólico das relações mais culturais. Aqui, sem desconsiderar a centralidade das relações de poder como fundadoras do território, o autor permanece reconhecendo a multidimensionalidade do território e do poder que o funda.

Coelho Neto (2013a) realizou um esforço para utilizar a territorialidade como categoria operacional para pensar a espacialidade da ação social. Trabalhando com determinadas

modalidades de ações coletivas, constituídas por organizações de agricultores camponeses (sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias rurais e/ou de produção e cooperativas de agricultores), o autor definiu que

[...] a territorialidade é concebida como os nexos que os grupos sociais estabelecem entre si e com o espaço, implicando em uma apropriação material e/ou simbólica, conferindo-lhe uma significação que possibilita as redes socioterritoriais [grupos sociais] construir novas formas de reprodução social (COELHO NETO, 2013a, p. 388).

Em uma evidente perspectiva multidimensional, Coelho Neto (2013a) considera que a territorialidade se configura como uma estratégia socioespacial das redes, manifestando-se empiricamente por meio de algumas peculiaridades das ações das organizações sociais: (i) na demarcação de um espaço-referência no planejamento estratégico e nas ações das principais organizações; (ii) na apropriação de elementos espaciais (remetidos ao território vivido) no desenvolvimento de suas atividades; (iii) na construção de um projeto político coletivo para o território; e (iv) na elaboração de enunciados, discursos e reivindicações de base espacial em torno do território. Desse modo, os sujeitos individuais e coletivos, organizados territorialmente, apropriam-se de frações do espaço, que é acionado e significado nas tramas sociais, tornando-se território.

Para Coelho Neto (2013a, 2016), a territorialidade é concebida como uma relação que se estabelece entre a sociedade e o espaço, implicando uma apropriação material e/ou simbólica, assegurando a reprodução da vida material dos grupos sociais. Assim, a formação

de territórios seria um componente essencial para a realização da vida social.

O poder como substância do território

Friedrich Ratzel afirmou no final do século XIX que o território é “o meio mais poderoso de que dispõe um Estado para perseguir seu crescimento perdido em período de paz e esclarecer as relações interestatais conflituosas” (RATZEL, apud COSTA, 1992, p. 37). Desse modo, ele considera o território como fundamento da existência e da potência do Estado, cujo crescimento ou decadência decorre da capacidade de expandi-lo, privilegiando assim “[...] um tipo de fonte de poder em particular, mas também se tornou difícil descolar o emprego da palavra das necessidades ideológicas específicas vinculadas à legitimação dessa fonte de poder” (SOUZA, 2009, p. 62), isto é, o Estado nacional.

Há pelo menos quatro décadas os geógrafos têm insistido na centralidade do conceito de poder para pensar a territorialidade. Diversos autores podem ser acionados para validar esta constatação fundamental acerca da imprescindibilidade do poder para o debate sobre a territorialidade.

Claude Raffestin afirma que “o território [...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 58). Concebendo os territórios como formas socialmente construídas e, segundo uma perspectiva relacional, Robert David Sack (1986) declara que “as relações humanas no espaço são o resultado da

influência e do poder” (p. 26)³, portanto, a “territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social” (p. 5)⁴. Marcelo José Lopes de Souza considera o “território como espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 96). Guy Di Méo (2001) sustenta que “[...] o poder tece a substância do território. Ele contribui para construir e dar-lhe forma” (p. 247).

Mas essa não é uma constatação exclusiva dos geógrafos, pois, na década de 1970, Pierre Legendre (1976, citado por DI MÉO, 1998, p. 47) [historiador francês do direito], já considerava “[...] que ‘o território não é a simples divisão hierárquica, nem a repartição de competências hierárquicas’, mas ele se confunde com ‘uma manifestação quase epifânica do poder estendido sobre a humanidade’”⁵.

Trata-se de um conjunto de sentenças que não deixam dúvidas sobre a centralidade do conceito de poder para alimentar e sustentar as formulações sobre o conceito de território.

A manifestação mais contundente desse pressuposto pode ser encontrada na obra “Pour une Géographie du Pouvoir”, de Raffestin (1993) [publicada originalmente em 1980]. O papel que o conceito de poder ocupa em seu pensamento é inegável, a ponto de o autor propor uma geografia do poder em oposição à tradicional geografia

³ “Human spatial relations are the results of influence and power” (SACK, 1986, p. 26)

⁴ “Territoriality is a primary geographical expression of social power” (SACK, 1986, p. 5).

⁵ “[...] que ‘le territoire n’est pas la simple division hiérarchique, ni la répartition des compétences hiérarchiques’, mais qu’il se confond avec ‘une manifestation presque épiphannique du pouvoir répandu sur l’humanité’” (LEGENDRE, 1976, citado por DI MEO, 2001, p. 47)

política, dedicando ao conceito, a tarefa de articular as temáticas políticas à geografia e conformar uma problemática.

Para Raffestin (1993), o território “[...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (p. 143). Trata-se de “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (p. 144).

Souza (1995) é um defensor ardoroso da proeminência do poder para teorização do território. Segundo o autor, o território “[...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 78). Em um argumento que nos parece des-geografizar o território, abstraindo-o de sua base sociogeográfica como condição indispensável à realização destas relações (COELHO NETO, 2016), assevera que os territórios “[...] são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas substratos materiais das territorialidades) [...]” (p. 87), pois, o território “é um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (p. 97).

Haesbaert (2004), com suas elaborações sempre provocativas, destaca que o poder pode ser concebido em sua natureza multidimensional, pois não se reveste apenas do caráter político e econômico, mas pode assumir também um conteúdo simbólico:

[...] podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas

dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política (HAESBAERT, 2004, p. 93).

Brito (2008), em estudo sobre a gestão do território no Recôncavo baiano sob o comando da PETROBRÁS, constrói uma proposição, considerando a territorialidade como:

[...] o conjunto de relações mediadas pelo poder entre os distintos agentes sociais (Estado/Governo, empresas, instituições sociais,..., cidadãos), que se interessam por algum objeto comum localizado numa dada porção do espaço geográfico. A territorialidade implica a capacidade desses agentes sociais de produzirem e/ou organizarem sistematicamente territórios, segundo um projeto orientado por um agente hegemônico (BRITO, 2008, p. 19).

Inspirado na concepção de poder de Arendt (2009), correspondendo à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto, Brito (2008) defende que o fundamento das relações de poder entre agentes em uma dada relação social tem por base a construção do consenso, nunca a prevalência de submissão.

Coelho Neto (2013b) assume como pressuposto que a territorialidade se institui na trama das relações sociais inscritas espacialmente e que o poder lhe é um componente intrínseco, pode-se defender que o território é marcado por relações de poder, exercidas por agentes com interesses que podem convergir ou divergir, numa arena de lutas e conflitos. Desse modo, considera-se, junto com Foucault (2009), que as relações de poder “[...] são

efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são condições internas destas diferenciações” (p. 104). As relações de poder são pensadas como relacionais, sendo exercidas na multiplicidade de correlações de força e como um jogo de lutas e afrontamentos, já que, “[...] elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão (p. 106).

O território é resultante de um processo social que implica a relação entre agentes sociais e espaços de apropriação e/ou domínio, sendo uma de-marcação política do espaço. Trata-se de relações sociais de poder que se manifestam espacialmente, produzindo delimitações do espaço, que é socialmente apropriado e/ou controlado.

As relações de poder, em uma sociedade capitalista, se revelam fortemente assimétricas e se caracterizam pela conflitualidade, permitindo aos agentes dominantes/hegemônicos impor seus projetos sociopolíticos e se posicionar privilegiadamente no plano das relações de poder.

O acesso privilegiado aos recursos de poder confere aos agentes hegemônicos uma posição de predomínio nas relações de poder, reverberando na conformação e configuração da estrutura territorial. Todavia, cada vez mais, precisamos considerar com Foucault (2009), que onde há poder há resistência, isto é, verifica-se também a conformação de forças sociais de resistência que lutam

para sustentar seus projetos políticos e reagir às territorializações hegemônicas.

Do território e da territorialidade: considerações finais

As territorialidades podem se manifestar de diversas formas a depender dos referenciais assumidos ou das problemáticas empiricamente construídas. Podem ser aceitos como territórios os espaços conformados pela competência de agências governamentais que atuam, geralmente, na escala regional (subnacional), planejando e executando políticas de governo que criam regiões-programa de investimentos, cujas fronteiras são afetadas pelo acesso aos recursos e ao poder, nos termos de Sack (1986). Essa possibilidade de empiricização também é possível, adotando o entendimento de Raffestin (1993), considerando o território como resultado da ação dirigida por um agente que realiza um programa em qualquer nível.

A territorialidade como condição inerente à vida social, permite depreender múltiplas manifestações possíveis, construídas nas ações de indivíduos, Estados, empresas, instituições e uma variada gama de grupos sociais, nas mais diversificadas escalas e contextos. Informados pela diversidade de manifestações do real, diversificadas possibilidades se apresentam para o trabalho de teorização, reconhecendo a singularidade dos contextos em sua complexidade geo-histórica, pois, como advoga Haesbaert (2004), precisamos pensar a territorialidade em sua enorme variação

histórica e geográfica, sendo que a territorialização não se dá da mesma forma para os diferentes agentes sociais.

Há múltiplas formas de manifestações das territorialidades, conformadas por relações de poder entre os mais variados agentes sociais, que constroem seus territórios e territorialidades particulares. As territorialidades são multiescalares, pois os agentes sociais estabelecem relações com o espaço que implicam a apropriação e/ou o domínio de múltiplas escalas. Os territórios são, portanto, inscrições espaciais da sociedade conformadas no âmbito das relações sociais de poder. O poder, concebido como uma relação social assimétrica e conflituosa, tece a substância do território e de-marca e espaço, objeto de apropriação e/ou domínio dos indivíduos, grupos sociais, organizações e instituições de diferentes modalidades.

Assumindo a premissa da relação fundamental entre sociedade e espaço, consideramos que a formação de territórios como um componente essencial para a realização da vida social e a territorialização como um processo de marcação do espaço pela sociedade. Consideramos também que a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder são conteúdos fundamentais para alimentar o debate sobre o território (e a territorialidade).

Referências

AGNEW, John; Ulrich. OSLENDER Territorialidades superpuestas, soberanía em disputa: lecciones empíricas desde América Latina. *Tabula Rasa*, Bogotá, n.13, p. 191-213, julio-diciembre. 2010.

ARENDDT, Hanna. *Sobre a Violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.*

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia Cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.

BRITO, Cristóvão. *A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo baiano*. Salvador: EDUFBA, 2008.

COELHO NETO, Agripino Souza. ***A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia***. 2013. 426 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, UFF, Niterói, 2013a.

COELHO NETO, Agripino Souza. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. *GEOgraphia* (UFF), v. 15, p. 23-52, 2013b.

COELHO NETO, Agripino Souza. Territorialidade: uma proposição teórico-conceitual. In: SILVA, Ana Margarete; AMORIM, Ivonete; CASTRO, Selma. (Orgs.). *Educação, Territorialidade e Formação Docente: contextualizando pesquisas*. Curitiba: Editora CRV, 2016, p. 15-29.

DI MÉO, Guy. *Géographie Sociale et Territoires*. Paris: Nathan, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 1978-215.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo do Al Qaeda. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, v. I, n. 18, p. 37-46, Jan./Jun. 2002.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-45. 2007.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 3, 2012.

LE PETIT ROBERT. *Dictionnaire alphabétique et analogique de la Langue Française*. Dictionnaires Le Petit Robert, 1996-1997, CD-ROM.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: MOARES, A. C. R. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

RONCAYOLO, Marcel. *Território*. In: ENCICLOPEDIA EINAUDI. V. 8. Região. Porto: Imprensa Nacional Casa Moeda, 1986, p. 262-290.

SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. London: Cambridge University, 1986.

SAQUET, Marcos Antonio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. I. E. de et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL

Helena Brum Neto¹

Introdução

Além do espaço geográfico, da região, da paisagem e do lugar, o território é uma categoria fundamental no debate interno da ciência geográfica. Todas elas se constituem em conceitos-chave e balizadores para o entendimento das questões espaciais. Desde a sua gênese e estruturação, a Geografia considera crucial o repensar teórico, uma vez que a dinâmica da ciência exige, constantemente, o “rever” de suas concepções, levando em conta as orientações teórico-metodológicas que marcaram cada época. A superação dessas “verdades” norteadoras permitiu que essa ciência redefinisse seus métodos, objetos e conceitos. Conseqüentemente, buscaram-se novas abordagens, especialmente a partir dos anos de 1960/70, no intuito de melhor explicar a realidade a que se referem.

Diante desse processo de superação e de constante renovação, propôs-se uma reflexão sobre a centralidade do conceito de território, seus significados, suas abordagens e suas semelhanças e diferenças em relação as demais categorias analíticas considerando-o como um conceito híbrido. Embora exista

¹ Mestre Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Presidente Prudente). atualmente é Coordenadora dos Programas Educacionais do Instituto Federal Farroupilha (Pibid, Life, Residência Pedagógica e PET) e Coordenadora Institucional do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE/CAPES), e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid/CAPES). E-mail:

uma diversidade de concepções acerca dessa temática, é central para esse estudo abordar o território mediante a perspectiva multidimensional, englobando aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais. Trata-se de direcionamentos teórico-metodológicos que emergiram com a perspectiva crítica, trazendo novos olhares e leituras para as pesquisas geográficas. As transformações desencadeadas com a perspectiva crítica tornaram o território mais amplo. Deve-se a essa complexidade a opção de trabalhar com a perspectiva supracitada, pois ela perpassa o *velho* e coloca-se diante do *novo*.

Nesse sentido, o recorte temporal para a reflexão do conceito de território parte do período de renovação da Geografia (1960-70), resgatando as principais ideias propostas por alguns pioneiros na discussão renovada, até os autores que se dedicam à temática na atualidade. Salienta-se que, em alguns momentos tornou-se necessário retroceder no tempo para revisar autores centrais para a compreensão da temática territorial. Através desse resgate, realizaram-se algumas reflexões acerca do conceito de território e sua centralidade na Geografia, no intuito de (re)pensar as concepções teóricas sobre essa questão.

Em sua obra *Abordagens e concepções de território*, Saquet (2007) indaga-se: De que território falamos? O autor instiga a reflexão na medida em que, na atualidade, esse conceito está em evidência não só nos estudos geográficos, mas também em outras ciências que trabalham com questões espaciais, com destaque para as teorias e sua aplicação na prática, principalmente quando se prioriza o planejamento e o desenvolvimento territorial.

É nessa profusão de estudos que o território, enquanto conceito, multiplica-se e difunde-se na Geografia brasileira e internacional. Inserindo-se nessas preocupações, construo esse capítulo na perspectiva do pensamento geográfico com questionamentos e reflexões sobre o território multidimensional, escalar e temporal.

A Geografia coloca o território no cerne das suas pesquisas, buscando superar abordagens defasadas, que não respondem mais à interpretação e à análise das problemáticas atuais. Centradas nas dimensões econômica, política, cultural e natural (E-P-C-N), tais problemáticas exigem teorias mais abrangentes e inovadoras, que tentem abranger a sua complexidade. Dessa forma, pôs-se em debate o conceito, as teorias, as abordagens e as perspectivas territoriais. Reelaboraram-se as discussões sobre a origem, o desenvolvimento, a manutenção ou mesmo o desaparecimento dos territórios mediante a dinâmica dos fenômenos sociais. Evidenciaram-se as questões sociais, naturais, identitárias, conflituais, bem como de autonomia, escala, temporalidade, fronteiras, redes, poder, dentre outras. É nesse contexto de profusão de fatos e de fenômenos, que na Geografia propõe-se a (re)construir e reelaborar o conceito de território.

Território: conceitos e abordagens

A análise do território como resultado da apropriação do espaço por um grupo social, origina processos de territorialização e de identificação, que o tornam singular devido às características que

a cultura lhe confere. Tal fato deve-se à amplitude das reflexões acerca do território e à complexidade das abordagens construídas na ciência geográfica, que permitiram apreendê-lo a partir de perspectivas multidimensionais. Assim, o território é, ao mesmo tempo, econômico, político, cultural e natural. Vamos revisitar as teorias para compreender tais perceptivas de compreensão do território.

Um dos marcos teóricos para refletir sobre o conceito de território é Claude Raffestin, com sua obra *Por uma Geografia do Poder* (1993 [1980]). Enfatizando o poder, o território, a população e os recursos, o autor tece uma abordagem relacional. O poder não é uma categoria espacial ou temporal, “mas está presente em toda produção que se apoia no espaço e no tempo [...] não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 06). O poder é exercido pela população que compõe o território, ou seja, ela é fonte do poder através da capacidade de inovação e de trabalho que exerce sobre a base espacial. O território, por sua vez, é concebido como produto dessa população, podendo ser “consumido” e vivenciado. Por meio dos recursos contidos no território, surgem as práticas e as estratégias, potencializando e dinamizando as relações territoriais.

Uma observação importante sobre a bibliografia territorial reside no fato dos autores evidenciarem a distinção entre as categorias analíticas da Geografia, principalmente entre espaço e território. A necessidade de utilizar de forma correta os conceitos é central na justificativa desses autores. Entretanto, há distinções quanto à abordagem e às concepções de espaço, como foi possível

observar inicialmente com Raffestin e, posteriormente, com os demais autores abordados.

Ao distinguir espaço de território, Raffestin (1993 [1980]), enfatiza a importância do uso correto dos conceitos para que não haja análises equivocadas. Segundo o autor,

é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. [...] é de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática, dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 143-144).

Pode-se dizer, então, que o território é um produto social, construído através do trabalho dos homens sobre o espaço. Por conseguinte, as “marcas” desse trabalho imprimem identidade no território, como características da apropriação e das relações sociais. No momento em que se fala de território construído pelo trabalho, deve-se considerar os atores que o realizam, isto é, os seus agentes, que pertencem, em geral, a um sistema cultural. Por isso o território, ou algumas porções dele, expressa as referidas

“marcas”, símbolos, enfim, identidades plurais ao se considerar sua heterogeneidade. Esse pensamento é compartilhado por Jean Gottmann, através da iconografia.

As relações de poder são exercidas “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes [...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p.152). A relação entre território e poder embasou interpretações e novas construções teóricas sobre a temática em estudo, que se evidenciou nas análises das obras posteriores a Raffestin (1993 [1980]). O poder, nas diversas escalas, tornou-se uma característica essencial na redescoberta do território, gerando uma perspectiva de análise multiescalar.

A inserção dos aspectos sociais no conceito de território permitiu um salto qualitativo nas abordagens, através da multiplicidade de fatos e fenômenos que podem ser analisados a partir da perspectiva renovada. Trata-se de um *novo olhar geográfico* sobre o território, distinto daquele realizado na Geografia Tradicional, cuja compreensão centrava-se na natureza e no Estado, resgatando-o do “abandono” com o surgimento da Geografia Quantitativa. Desse modo, o território tornou-se dinâmico e repleto de relações diversificadas no tempo e no espaço, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, em constante interação com a natureza.

Como um dos marcos conceituais dos debates sobre o território renovado, Raffestin construiu um legado teórico que permitiu retomar o conceito a partir de novas abordagens,

privilegiando aspectos relegados até então, tornando as teorias mais complexas. De maneira geral, reelaborou os elementos basilares do território e as relações que o compõem, de modo que suas obras servem como base para construções e reflexões sobre a temática territorial.

Outro autor relevante para os estudos territoriais, considerado um dos pioneiros da abordagem territorial renovada é Jean Gottmann, cuja representatividade é ressaltada em virtude da amplitude do seu pensamento, das suas teorias, enfim, do seu desenvolvimento conceitual. A partir de estudos realizados, inicialmente, nas décadas de 1940-50, Gottmann apresentou reflexões com um *corpus* teórico, cujas ideias estavam à frente de seu tempo e do pensamento geográfico daquele período. De maneira geral, pelas leituras realizadas em sua obra e em análises desta por outros autores, como Marcos Saquet, Luca Muscarà e George Prevelakis, pode-se dizer que Gottmann construiu uma abordagem multidimensional do território, com elementos econômicos, políticos e culturais. A sua relevância para o processo de renovação da Geografia permite destacá-lo como uma figura central na redescoberta do conceito de território. Para explicitar a importância de suas contribuições, Saquet (2009, p. 177-178) assinala que

a obra de Jean Gottmann expressa muito bem o movimento do pensamento, da vida dele mesmo e de sua família, como sujeito excluído e condicionado a migrar, e como pesquisador que elabora uma abordagem híbrida, construída durante seus 60 anos de produção intelectual, especialmente na França e nos EUA. É pouco conhecido no Brasil, provavelmente, pela não tradução de seus

textos para a língua portuguesa. Jean Gottmann é um dos autores responsáveis por um *salto* qualitativo referente às concepções renovadas de território e da própria geografia, a partir de sua formação basilar na *escola* francesa, de derivação vidaliana, através de Emmanuel de Martonne, Jean Brunhes, Albert Demangeon, Raul Blanchard, Camille Vallaux e Julien Sion.

Procurando entender o que motivou Gottmann a realizar suas reflexões e desenvolver as ideias apresentadas, deve-se observar o seu contexto de vida. Destaca-se que o contato com as diferentes sociedades e com a necessidade de integração em distintos contextos regionais e nacionais fez com que elaborasse a ideia de território como um dispositivo psicossomático (MUSCARÀ, 2009).

Em *La politique dès États Et leur Géographie* (1952), Gottmann explicita suas contribuições aos estudos territoriais e ao conceito de território, para além do Estado-Nação. O autor concebe o território como um lugar de proteção, segurança e oportunidade; produto de relações econômicas, políticas e culturais historicamente determinadas. Igualmente, realiza algumas considerações importantes sobre espaço, repartição e território. Na análise de Prevelakis sobre a obra de Gottmann, torna-se evidente a preocupação em diferenciar espaço e território. Prevelakis aponta que

geographical space is the space occupied by Mankind: the *Ecumene of the Ancients*. It is limited, since it can not go beyond the technological capacities of Man; however, as those capacities develop, geographical space is constantly extending its limits. The concept of geographical space is close to that of political space: both are extremely complex and synthetic. All aspects of human life are integrated in them: physical and cultural, economic, and social, military, and diplomatic. Geographical space is subdivided into territories occupied, organized, and dominated by different

groups which form simple or more elaborate political societies. The partitioning of geographical space is a fundamental reality of our world. One of the major symbolic representations of Humanity is the political map of the world: an image of fragmentation. Partitioning is a highly geographical concept. It is also a fundamental political concept, even though Political Science has not yet adopted it to a sufficient degree. The form of partitioning defines the limits of the various polities. Changing it brings about results of enormous political consequences: majorities become minorities and vice-versa, the regional balance of power is altered, etc. For this reason, so much blood has been shed for territorial disputes (PREVELAKIS, 2003, p. 295).

Dessa forma, há ênfase para as limitações do espaço mediante a técnica, que por sua vez, também pode ampliá-lo com o seu avanço. O homem, através de seus instrumentos técnicos viabiliza a alteração do espaço, aumentando seu poder de apropriação, criando territórios diversificados. Salienta-se, então, o caráter transformador da técnica na produção territorial. Os diferentes níveis tecnológicos das sociedades formam territórios desiguais quanto ao desenvolvimento econômico e quanto a sua configuração territorial. As temáticas que Gottmann trabalha, também serão centrais para outros autores na Geografia, principalmente, no que se refere à preocupação com a técnica e sua relação com o espaço. Como exemplo desses autores, cita-se Milton Santos. O território, em Gottmann (1983, p. 295) é visto como uma subdivisão do espaço

il territorio è una porzione di spazio geografico che coincide con i confini di una giurisdizione statale. È il supporto fisico ad un'area politica organizzata con una struttura governativa. Descrive la platea spaziale del sistema politico di uno stato nazionale o di una parte do

tale stato che gode di una certa autonomia. Serve anche per descrivere la porzione nello spazio dei vari elementi che partecipano ad un qualsiasi sistema di relazioni internazionali. Possiamo, quindi, considerare il territorio come un legame ideale tra spazio e politica. Poiché la distribuzione territoriale delle varie forme di poteri politici è stata in costante evoluzione attraverso la storia, essa ci può anche dare delle indicazioni sui rapporti tra il tempo e la politica.

Dessa forma, entende-se o território como uma porção do espaço geográfico, área organizada politicamente, ou também como *“un’area dello spazio geográfico, cioè di uno spazio concreto ed accessibile all’uomo. In quanto tale, lo spazio geográfico è continuo, anche se diviso, e limitato, anche se in espansione”* (GOTTMANN, 1983, p. 297). Reconhece a ação do homem e a enfatiza em relação ao território, fruto da repartição/divisão do espaço. Além disso, Gottmann (1983, p. 297-298) ressalta a acessibilidade e a necessidade de controle do território quando diz que

il território è il frutto della divisione e della organizzazione; in teoria la sua estensione dovrebbe essere limitata anche se la sua configurazione può essere modificata dalla espansione, dal restringimento e dalla divisione. È importante che sia accessibile poiché l’accessibilità al territorio, voluto dall’uomo e da lui controllato, è una delle motivazioni fondamentali per l’intervento político, al fine di regolare il diritto di accesso al territorio delle varie categorie di persone.

Evidencia-se a ligação entre espaço e política, uma vez que, na obra de Gottmann o caráter político e cultural é representativo. Considera também que o conceito de território está *“in constante evoluzione nello spazio e nel tempo [...] e questa evoluzione viene anche determinata dalle nuove conquiste tecnologiche di cui dispone la società industriale”* (GOTTMANN, 1983, p. 297). Outras

noções importantes para os estudos geográficos são introduzidas por Gottmann, como

[...] as frentes de colonização ou franjas pioneiras, inicialmente elaborada por Isaiah Bowman, e as de circulação e fluidez, garimpadas em estudos de economia. Gottmann combina tais noções com as de povoamento e habitat, que já tinham certa tradição de uso na geografia [...] Fluidez e circulação de pessoas e mercadorias são noções e processos fundamentais que estão na base da divisão e organização espacial, substantivando territórios a partir da dominação econômica e política. A fluidez e a circulação favorecem o fortalecimento dos mercados, a concorrência, os contatos e as transformações, acirrando conflitos entre os agentes econômicos e o Estado. É a partir dessa complexa relação que Jean Gottmann, criativamente, combina proteção e segurança com oportunidades e possibilidades, elementos que o induzem a elaborar, mais adiante, a noção de iconografia como um mecanismo para proteção e segurança diante dos avanços da circulação e consequente desestabilização (SAQUET, 2009, p.178-179).

Um termo pouco usual atualmente, mas que teve centralidade na obra de Gottmann refere-se à iconografia, que pode ser associado, hoje, à identidade cultural. A iconografia é, sobretudo, a reafirmação e a resistência mediante as transformações e mudanças sociais. “Quando uma comunidade se sente ameaçada por constantes mudanças, ela pode recorrer a sua iconografia, a sua identidade, como forma de resistência e de reforço da coesão interna, através de um sistema de símbolos” (GOTTMANN, 1952 *apud* SAQUET, 2007, p. 47). A iconografia pode conter uma combinação de elementos culturais, econômicos e políticos, constituídos historicamente pelos grupos sociais, resultando em combinações únicas.

“Iconography is described by Jean Gottmann as the “glue” which binds individuals together in order to form political societies. It also relates them to a portion of space” (PREVALEKIS, 2003, p. 298). Pode-se dizer que, assim, surge a unidade do território, ou seja, a relação que a iconografia realiza entre espaço e sociedade. A concepção iconográfica de Gottmann alcança um caráter (i)material ao considerar aspectos objetivos e subjetivos, como nas crenças religiosas

iconographies are not made up only of territorial representations, even if most of their elements have a relationship with territoriality, real, imagined or dreamed. Religion, language, history, taboos, all these elements are integrated and mobilised in the constitution of an Iconography. Iconographies are made up of cultural elements [...] However, the use of those quite vague terms (culture, civilisation) for lack of better ones should not lead to an image of iconographies made up of things immaterial. The elements of iconographies can be very material indeed: the landscapes of our homelands -with their seasonal perfumes- or our religious rituals -with the tastes of the prescribed foods- are parts of our iconographies. Such iconographic elements are very resistant because they are deeply rooted, far beyond our conscious mind. Through the concept of Iconography, Gottmann introduced the Anthropological dimension in the debate about identity. (PREVELAKIS, 2003, p. 298-299).

Ao introduzir a dimensão antropológica, Gottmann se aproxima dos debates sobre cultura e identidade referenciados nas Ciências Sociais. A amplitude da identidade é, muitas vezes, atrelada ao território nacional como um fator de unificação. Pode-se falar de identidade ou de identidades, dependendo da escala de análise adotada na pesquisa.

O Brasil, como um país formado por diversos fluxos migratórios, com etnias diversificadas, insere-se no contexto das identidades plurais. Identificar o brasileiro através de samba, carnaval e futebol, como comumente é veiculado na mídia, é sintetizá-lo através de uma visão reducionista, simplória, que nega séculos da história do trabalho dos grupos sociais que se reterritorializaram aqui e construíram um Estado-Nação híbrido culturalmente. Da mesma forma, considera-se a formação territorial e identitária do Rio Grande do Sul. É nesse sentido que Gottmann (1952, *apud* PREVELAKIS, 2003) afirma que as iconografias se manifestam em diferentes escalas.

Há que se destacar que nada é inerte nesta concepção, pois a transformação é constante no processo de adaptação à realidade e aos desafios que se efetivam na prática. Porém, a ideia de iconografia não é a única explicação da realidade que se pode ter, pois há outros elementos importantes, como a economia, a tecnologia, as migrações e a circulação. A circulação

[...]permite organizar o espaço e é no decorrer deste processo que o espaço se diferencia. Os mecanismos deste processo se desmontam facilmente, seguindo as grandes vias de circulação e formando cruzamentos onde estas vias se encontram. A circulação dos homens e de seus produtos é a grande dinâmica humana que torna apaixonantes os estudos sobre população e que renova constantemente a geografia (GOTTMANN, 1952 *apud* SAQUET, 2009, p. 181).

Sinteticamente, no pensamento de Gottmann (1952), as iconografias são responsáveis pelo surgimento dos regionalismos e, possivelmente, das novas nações. Enquanto isso, a circulação está

atrelada à dinâmica, à transformação e aos fluxos, os quais são determinantes na organização do espaço, formando redes que interligam os diversos lugares. Suas maiores contribuições referem-se à centralidade urbana, a importância de uma Geografia de circulação, às iconografias regionais, aos significados de território e às diásporas, dentre outras temáticas (SAQUET, 2007 e 2009).

Pode-se destacar a amplitude das ideias de Gottmann no pensamento geográfico, através de uma abordagem relacional, atrelando vários aspectos que compõem o território, inclusive o natural. Verifica-se, então, a presença da multidimensionalidade em sua obra. O autor inseriu argumentações importantes no debate geográfico, por meio dos aspectos simbólicos e da dinâmica de redes de circulação, considerados fatores essenciais na configuração territorial.

Assim como Claude Raffestin e Jean Gottmann, outros autores deram continuidade à abordagem renovada, complementando-a e dotando-a de novas significações, de acordo com seus objetos de estudo e vertentes teóricas. Milton Santos elaborou e desenvolveu um pensamento crítico com uma obra abrangente e de caráter epistemológico, tratando de vários temas ligados à Geografia, dentre os quais o território. Esse pensamento deve conter uma crítica-analítica e não apenas discursiva, propondo algo para contribuir com o avanço do conhecimento.

Em suas preocupações epistemológicas, Santos e Silveira (2001) também discerne o espaço do território, agregando novos elementos a essas concepções. Nesse sentido, diz que “a linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço”

(SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 19). O autor entende o espaço, categoria analítica a qual dedicou boa parte de sua obra, como um sistema de objetos e de ações

[...] não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2006, p. 39).

Enquanto isso o território aparece como a base em que tudo acontece. Por isso, está ligado ao movimento e à dinâmica, à história dos homens, ao poder e às ações. Essa distinção serve para rever as categorias analíticas e as suas particularidades. Porém, o autor não fez apenas distinções, mas também, relações entre os conceitos. A teoria elaborada por Santos fez aproximações entre espaço geográfico e território “usado”. Na análise de Souza (2005), a relação entre essas categorias analíticas na obra de Milton Santos, indica um conceito indispensável para se compreender o funcionamento do mundo e da realidade, principalmente mediante o processo de globalização.

Ao falar sobre o retorno do território, Santos (1994) utiliza o termo “território usado” como uma alusão ao espaço habitado. Desse modo, Santos e Silveira (2001, p. 247) salientam que o território não deve ser a categoria de análise, mas sim o território utilizado

a partir deste ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a

materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. Dessa forma, nos defrontamos com o território vivo, vivendo. Nele, devemos considerar os fixos [...] e os fluxos.

Essa posição se refere então, à dinâmica, à alteração e à evolução. O uso social requer esta metamorfose do espaço, tornando-o território usado, habitado, vivido. Nesse caso, o termo “uso” está implícito na transformação do natural em artificial, mediada pelo estágio técnico das sociedades, que revela como esse território está sendo aproveitado pelo homem no âmbito econômico, político, cultural e natural, considerando estas dimensões em estreita inter-relação no processo de produção do espaço no tempo.

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21).

A visão de território usado de Milton Santos considera as relações de poder, sua produção e transformação através do trabalho, enfatizando além dos aspectos materializados no território, os aspectos subjetivos, como os simbólico-culturais. Reiterando essa ideia, Santos (1999, p.08), afirma que

o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos

pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe.

O território usado atrela-se às dimensões do espaço, que somadas às técnicas atuam na produção territorial, desde a menor até a maior escala, perpassando lugares, regiões e paisagens. Por isso, é importante salientar não só a importância da definição dos conceitos, mas também, da realização das suas relações, pois estes não são mutuamente excludentes numa análise territorial. Assim, enfoca-se o território e suas relações com a paisagem e a região, por exemplo.

Destaca-se que o termo “território vivido”, como uma alusão ao espaço vivido, é empregado para referenciar o uso pelas diversas atividades cotidianas do indivíduo e pelas atividades políticas e administrativas no âmbito estatal. Na ideia de *uso*, o lugar se destaca, pois o uso dos territórios ocorre pela dinâmica do lugar, tido como o espaço do acontecer solidário. As solidariedades, por sua vez, definem usos e geram valores de naturezas distintas, como as culturais, antropológicas, econômicas, sociais, financeiras, dentre outras. Evidencia-se, então, uma relação conceitual entre território, lugar e espaço geográfico. O autor esclarece ainda que o retorno do território emerge das reflexões de Milton Santos sobre o território

usado e o lugar. O território pode ser formado por lugares contíguos e lugares em rede (SOUZA, 2005).

Em relação à abordagem de Santos, Haesbaert (2004a) tece algumas considerações. Para tanto, considera a expressão “território usado” como “controvertida”, por ser um correlato direto ao espaço geográfico. A ênfase à abordagem da técnica e à funcionalidade dos territórios incorpora a abordagem de Santos numa perspectiva econômica, pois os aspectos subjetivos aparecem nesta de forma sutil.

Na análise de Saquet (2007), a obra de Santos apresenta um caráter epistemológico, contendo aspectos sociais e reconhecendo a natureza como um elemento do território. Mas também enfatiza que há destaque para a dimensão econômica e material do território.

É nesse embate teórico entre os pensadores e as suas teorias que o território se reveste com novos significados, indicando novos direcionamentos e abordagens. A centralidade do território se evidencia mediante os estudos que o tornam palco das territorialidades contemporâneas. Desse modo

a Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (SANTOS, 1999, p. 07).

Nesse sentido, destaca-se a centralidade do território nas pesquisas geográficas realizadas nas últimas décadas, sobretudo na esfera nacional. Alguns pesquisadores dedicaram-se à sua vertente teórica, procurando tecer considerações pertinentes no campo conceitual. Porém, são poucos os autores que se dedicam aos estudos de caráter epistemológicos. Enquanto isso, as pesquisas práticas receberam maior atenção. Salientamos a importância de atrelar teoria e prática (empírico) para compreender a diversidade de formações territoriais.

A influência da formação socioespacial e da periodização da história é essencial para o entendimento da organização do território. A importância da periodização remete às noções de regime e de ruptura. O regime se refere ao funcionamento das variáveis por um determinado período, cuja evolução não pode ser considerada homogênea. Pressupõe uma organização que permanece durante certo tempo, porém quando esta deixa de ser eficaz surgem as rupturas, assinalando períodos de crise e de passagem para outro período (SANTOS, 1988).

O território é marcado por periodizações no decorrer da sua formação histórica, que marcam as transformações na sua formação. É um movimento constante de renovação, reconstrução e reajustes na relação sociedade-natureza, mediada, sobretudo pela evolução da técnica, a qual exerce um papel essencial no território.

Ao falar sobre o período técnico e o território, Santos (1991, p. 13) assinala que

a fase atual, chamada também de período científico, do nosso ponto de vista particular, é, em primeiro lugar, a

fase na qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de meio técnico-científico, isto é, um momento histórico no qual a construção ou a reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica.

Com isso, pode-se dizer que a técnica está sobre o e no território, como algo indissociável à atividade humana, pois é através desta que as ações, as edificações e toda a infraestrutura territorial se efetiva e se materializa, possibilitando condições de habitação e de alteração da natureza. Quando se fala em técnica, não se pode esquecer que ela não é algo externo à sociedade e que simplesmente surge no território, pois é um instrumento criado pelo homem em distintas fases de evolução, as quais correspondem também às distintas fases de desenvolvimento territorial. Os saltos qualitativos e quantitativos na história da sociedade e dos territórios estão ligados à evolução da técnica, a qual possui um caráter transformador e inovador na formação territorial.

A inserção da técnica na temática geográfica, para entender a produção do espaço está atrelada a temas como a globalização, que possibilitou a sua disseminação, assim como da comunicação e da informação, interligando territórios e alterando as relações territoriais. Temas como fronteiras, cultura, fragmentação, autonomia, Estado e identidade têm sido enfocados, na medida em que colocam “a prova” suas definições e mudanças no âmbito dos territórios nacionais mediante a globalização. A própria definição de território passa por algumas reflexões, permitindo abordagens mais próximas da sociedade, da cultura e do lugar. Valoriza-se o uso dos

espaços e dos territórios pelas sociedades, afirmando o caráter social desses conceitos.

As obras de Santos têm um caráter epistemológico, com reflexões teóricas e metodológicas que nos fazem repensar os significados dos conceitos e sua aplicação na Geografia. De modo geral, o autor buscou entender, sobretudo, a questão do método, do tempo, do espaço, do território, do papel das técnicas em relação às categorias espaciais e ao seu caráter transformador. Além disso, trouxe elementos essenciais para o debate geográfico, como a mobilidade, as metamorfoses do espaço e o seu uso pelos homens, originando o espaço geográfico e o território usado. O processo de globalização e suas imbricações mereceram especial atenção, destacando aspectos ligados à homogeneização ou à diferenciação dos lugares.

Apesar da abrangência da abordagem territorial e do pensamento de Milton Santos, procurou-se destacar alguns pontos relevantes, esclarecedores e ao mesmo tempo, questionadores no debate territorial, para que se possa, posteriormente, resgatar as contribuições de outros autores e promover um “debate” entre *essas* e as *nossas ideias* sobre o conceito de território.

No contexto das ideias apresentadas até aqui, pode-se dizer que há distintas formas de análise e de difusão dos conceitos centrais da Geografia com o seu processo de renovação. “Delimitar” os conceitos de forma rígida e classificatória, sem considerar suas relações é, antes de tudo, “fossilizá-los” e estabelecer meras classificações, sem na realidade alcançar a amplitude das teorias e

sua aplicabilidade, isto é, sem entender a diversidade que se efetiva na (i)materialidade da organização espacial.

Nesse sentido, destacamos que, estabelecer relações entre os conceitos é uma tarefa difícil e pouco efetivada no âmbito da ciência geográfica. Porém, constitui-se de um exercício importante para argumentarmos sobre as teorias e as suas relações, as diferenças, as similaridades e as possibilidades de realizar uma análise integrada *do* e *no* espaço. Assim, propôs-se demonstrar que a categoria território não está separada, sozinha, excluída das demais categorias analíticas, ou mesmo se refere apenas a uma dimensão.

Esta perspectiva de integração teórico-conceitual é efetivada, também, por Haesbaert (2002 [1997]) e por Saquet (2003 [2001]), em alguns momentos de suas obras, ainda que de forma sucinta. Em *O fim dos territórios, das regiões e dos lugares?* Haesbaert (2002, p. 129), argumenta que os discursos pautados na “globalização teriam feito imperar um mundo desenraizado” Mediante essas problemáticas, Haesbaert propõem uma reavaliação dos conceitos de território, região, paisagem e lugar, destacando seus aspectos distintivos e suas possibilidades associativas, ou seja, discutir conceitos híbridos. De acordo com o autor,

metafórica ou literalmente, nunca se falou tanto em “território”, “região”, “lugar” [...] O espaço está na ordem do dia. Um exercício como o que encerra estas digressões, tentando sistematizar, didaticamente, distintos conceitos centrais do discurso geográfico, ajuda a elucidar um pouco o emaranhado de dúvidas, mas sobretudo, estimula a seguir o debate em torno dos cruzamentos entre as categorias e/ou conceitos pretensamente “puros” de que dispomos para entender a

diversidade espacial da sociedade (HAESBAERT, 2002, p. 134).

Em sua análise dos territórios da colonização italiana no Rio Grande do Sul, Saquet (2003 [2001]) evidencia a relevância que o conceito de lugar assume nas suas interpretações sobre aquela realidade estudada. Nos territórios ditos “culturais”, nem por isso, menos políticos, econômicos e naturais, pois como já dissemos essas dimensões estão implícitas na construção territorial, o lugar assume posição esclarecedora devido ao seu caráter de “espaço vivido”. Para Saquet (2003, p. 25), o lugar é a “dimensão do espaço onde o universal manifesta-se, singulariza-se, é abstrato, mas também é concreto. É nele que as relações ganham visibilidade e efetivam-se na territorialidade diária”.

Assim, o lugar aparece como um “conceito subsidiário, mas coerente e apropriado” para sua problemática de pesquisa. De acordo com Saquet (2003, p. 219) “[...] o lugar é mais do que um símbolo, do que a afetividade, do que a identidade cultural. Um lugar é o *locus* de relações diversas, de poder, de dominação econômica, política e cultural [...]”.

Desse modo, pode-se salientar a perspectiva de integração conceitual como outra contribuição importante que emergiu com a renovação da Geografia, além de trazer à tona o caráter social do espaço em suas categorias analíticas. Assim, o território emergiu imbuído de novas concepções, teorias e reflexões que deixaram como legado, a (multi)dimensionalidade, a escalaridade e a temporalidade, além de amplas possibilidades e relações com o espaço, a região, a paisagem e o lugar. Isso será demonstrado

através do diálogo com outros autores resgatados a seguir, que trazem suas contribuições para o debate territorial de forma multifacetada.

Seguindo a proposta deste estudo, destacam-se as contribuições de Rogério Haesbaert (2004b). Para o autor economia, política e cultura, salientam os aspectos objetivos e subjetivos das relações territoriais. Sua concepção de território também considera as relações de poder numa perspectiva híbrida.

É evidente que as relações de poder são essenciais na concepção de território de Haesbaert, num sentido concreto, via relações econômicas e políticas, mas também num sentido simbólico ou subjetivo, através das relações culturais. Dessa forma, o autor desenvolve ideias complexas, na tentativa de abarcar o território em sua totalidade.

Mediante a ênfase dada às análises territoriais por várias áreas do saber, Haesbaert aborda o território tanto do ponto de vista geográfico, como também a partir de outras ciências. É nesse sentido que procura explicitar a amplitude do conceito de território, ao salientar que

apesar de ser um conceito central à Geografia, território e territorialidade, tem certa tradição em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza a sua construção a partir de relações de poder [...] a Antropologia destaca sua dimensão simbólica [...] a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais [...] e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da

subjetividade ou da identidade pessoal (HAESBAERT, 2004a, p. 89).

Diante das perspectivas explicitadas, mesmo que sucintamente, visualiza-se a diversidade de abordagens e de explorações da temática territorial, de forma interdisciplinar, com a possibilidade de debates renovadores, fundamentados no corpo teórico de cada ciência. Assim como a Geografia, outros campos do conhecimento têm como meta de investigação o território, agregando valor devido à amplitude de suas significações, conceituações e teorizações.

De forma sintética, diante das várias noções de território, o autor propõe três vertentes básicas que agrupam as diferentes concepções. A primeira é a *jurídico-política*, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, essencialmente o estatal. A segunda é a *cultural(ista)*, que enfatiza as dimensões simbólicas e mais subjetivas, em que o território é visto como um produto da apropriação do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço. E a terceira é a *econômica*, com destaque para a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2004a).

Há que se destacar que as três vertentes de entendimento do território não são excludentes, pois se deve considerar que o território

[...] enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões

desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociável da esfera jurídico-política (HAESBAERT, 2004c, p. 93)

O território é, então, multidimensional, pois engloba várias esferas e relações de dominação, como a político-econômica e a simbólico-cultural, constituídas através da formação histórica de cada território. Posteriormente, o autor assinala que acrescentou a vertente *natural(ista)*, “mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais” (HAESBAERT, 2004b, p. 91). Desse modo, considerando as vertentes explicitadas, pode-se falar em um território múltiplo, diverso e complexo, que considera a esfera material e imaterial em sua concepção. De acordo com Haesbaert (2004b, p. 03)

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”.

O território *funcional* apresenta como principais características os processos de dominação (desigualdade), o princípio da exclusividade e o uso dos recursos. Já no território *simbólico* estão implícitos os processos de apropriação (diferença), princípio da multiplicidade e uso simbólico (lar, abrigo). Tanto o território *funcional*, quanto o *simbólico* podem manter relações e se manifestarem conjuntamente, mesmo que em menores proporções em relação ao outro. Numa tentativa de reorganização do pensamento em outro nível, mais amplo, procurando elucidar as

diversas concepções de território, Haesbaert (2007) realizou um agrupamento teórico das abordagens a partir de suas fundamentações filosóficas, em *Concepções de território para entender a desterritorialização*, obra na qual enfatiza o binômio materialismo e idealismo e a historicidade do conceito.

O binômio materialismo e idealismo está vinculado à relação sociedade-natureza e às dimensões sociais, como economia, política e/ou cultura. Haesbaert (2007) enfatiza também que, atualmente há um entrecruzamento de proposições teóricas, como uma característica do *pós-modernismo contemporâneo*, que permite essa relação, ou seja, trata-se de um movimento multifacetado. Deve-se caminhar no sentido de superar as dicotomias (material e ideal), ou seja, o território envolve ao mesmo tempo a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações do espaço (imaginário geográfico) que também move essas relações. Anteriormente, em *Territórios Alternativos*, Haesbaert (2002) se dedicou a algumas reflexões sobre território e rede, considerando essas reflexões como importantes para a Geografia atual. A temática das redes surge para compreender as articulações entre os territórios e as distintas territorialidades, diante da dinâmica dos fluxos que perpassam a sociedade moderna.

Salienta-se a relevância dessa temática na atualidade mediante o crescimento e a evolução da tecnologia voltada à informação e à comunicação, que tornaram o tempo e o espaço relativos, em virtude da possibilidade de aproximação e de simultaneidade das relações sociais. Mesmo em porções do espaço distintas e, sobretudo, distantes entre si, é possível se comunicar

instantaneamente, obter conhecimento de porções do Globo em que jamais se esteve e até mesmo ter notícias em tempo real. A temática rede, em Geografia, permite, outrossim, compreender algumas relações, sejam estas sociais, culturais ou econômicas, que se efetivam no espaço, de forma a contribuir com a análise da dinâmica dos processos organizacionais. As redes permitem o fluxo de conhecimento, intensificando a disseminação cultural, bem como, de discursos, de movimentos sociais, de produtos e pessoas. Por conseguinte, são diversas as possibilidades de estudo e de abordagens a serem realizadas na Geografia, principalmente no âmbito territorial.

Como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. A difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Tudo isso porque elas são abertas e capazes de expandir de forma ilimitada, integrando os *nós* desde que consigam se comunicar dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetos de desempenho) (CASTELLS, 2005). A rede é um instrumento apropriado para a economia capitalista voltada para a inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e para uma organização social que

visa à suplantação do espaço e à invalidação do tempo (CASTELLS, 2005).

Na formação territorial, as redes exercem, justamente, esta função de articulação entre o local e o global. Nesse sentido, elas estão presentes no território como um componente, não sendo externas a ele. Em *Noção de rede regional: reflexões a partir da migração gaúcha no Brasil*, Haesbaert (1998) concebe o território como uma relação indissociável entre as dimensões material e imaterial e, através de sua configuração territorial, seja ela em uma superfície contígua ou fragmentada, que por sua vez, atrela-se ao *território-rede* para que haja articulações. O autor procura dessa forma, destacar o movimento e a transformação da organização territorial. A possibilidade de fluxos de pessoas, de culturas e suas implicações no movimento do território. Haesbaert realiza reflexões essenciais para pensar o território na atualidade frente à dinâmica das relações sociedade-natureza no contexto globalizado. Suas teorizações apresentam preocupações conceituais que agregam múltiplas dimensões e escalas à análise territorial.

Outro autor a ser resgatado no debate territorial é Marcelo Lopes de Souza, ao enfatizar as relações de poder, sem restringir a atuação do Estado. De forma mais abrangente, concebe o território como “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que [...] define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ [...] e os ‘outros’” (SOUZA, 1995, p. 78). Essa definição de território remete ao discurso das Ciências Sociais, principalmente em Stuart Hall (1997) e Denis Cuche (2002) sobre a questão identitária, quando se refere a “nós” e aos “outros”, no

sentido de diferenciação e estabelecimento de identidades culturais. Desse modo, os termos utilizados por Souza, permitem identificar o caráter simbólico-cultural explicitado no referido conceito.

As relações de poder ocorrem em diversas escalas de atuação e formam territórios variados e temporários. Na sua concepção, há várias formas de delimitação territorial, que vai de uma rua ou quarteirão até os países membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Desse modo, o autor assinala que

o território não é um substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial (SOUZA, 1995, p. 97).

Além das relações de poder, sua obra destaca os aspectos referentes ao movimento, às redes e à dominação social. Igualmente, propõe o conceito de território com autonomia ao considerar que

uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada da sociedade (SOUZA, 1995, p. 106).

A abordagem múltipla pode ser exemplificada pelas grandes cidades, do narcotráfico, os homossexuais, as prostitutas, as relações com os recursos naturais, ou seja, os territórios são construídos por distintos atores, através das relações de poder e de

apropriação. É nesta multiplicidade de relações de poder, ou melhor, dizendo de poderes que o(s) território(s) se manifesta(m).

Na continuidade da argumentação sobre território, destaca-se Marcos Aurélio Saquet, que tem se dedicado aos estudos sobre território e territorialidade, na perspectiva crítica, analisando diferentes abordagens e concepções. Para o autor

Compreender a constituição da denominada geografia crítica e de novas concepções do território e da territorialidade significa entender, necessariamente, os fatores históricos condicionantes, isto é, as mudanças sociais e espaciais que se processam na economia, na política e na cultura como processos relacionais que determinam a renovação desta ciência; suas principais características, tais como temas, conceitos, recortes, objetivos, etc. bem como conflitos e contradições internas à ciência geográfica. A produção do conhecimento e do pensamento é, simultaneamente, processual e relacional e extrapola os “limites” de cada ciência (SAQUET, 2009, p. 177).

Suas reflexões reúnem elementos pautados na dinâmica econômica, política, cultural e natural, esta última por estar sempre presente no território de forma indissociável. Além de reunir esses elementos, destaca-se o caráter epistemológico de sua obra, contido principalmente, em *Abordagens e concepções de território* (2007), obra na qual Saquet identifica e analisa as transformações inerentes ao movimento de renovação da Geografia e suas implicações na redescoberta do conceito por diversos autores da literatura nacional e internacional, com ênfase para a Itália. Essas questões também são tratadas em *O território: diferentes interpretações na literatura italiana* (2004).

Saquet possibilitou o conhecimento de abordagens realizadas desde os pioneiros dos estudos territoriais até os autores mais atuais que se dedicam a essa temática através de uma obra analítico-crítica, enfatizando pontos essenciais como as concordâncias, as contradições e as suas próprias considerações sobre o tema. Destaca-se a abordagem (i)material, que considera os aspectos objetivos e subjetivos que se manifestam no território, permitindo concebê-lo como um produto social e condicionante para a sua reprodução. No território, manifestaram-se as relações econômicas, políticas e culturais, historicamente definidas (SAQUET, 2007). Realizar uma abordagem (i)material é considerar todos os elementos que contribuem para a construção do espaço e do território, tanto os materializados e, portanto, visíveis, quanto os subjetivos, que se inscrevem no campo do pensamento, da subjetividade e do imaginário.

Saquet (2007, p. 22) considera central

[...] a necessidade de se apreender o movimento em estudos territoriais, como produto de determinações (i)materiais, de forças econômicas, políticas e culturais em unidade e saltos quanti-qualitativos na dinâmica socioespacial. Movimento que é relacional, processual e condição da (i)materialidade de nossa vida cotidiana. A matéria e a ideia estão em movimento constante, no qual, há superações, articulações territoriais, internas e externas a cada território, des-continuidades, fluidez e identidade.

A separação entre o pensamento e o *real* ou entre as dimensões sociais de efetivação do território - economia, política e cultura - é um mero recurso didático, pois devem ser trabalhadas concomitantemente. Esses aportes teóricos são essenciais para

guiar a pesquisa, pois a relação território e cultura é concebida como tema central, o que não exclui as outras dimensões sociais, uma vez que, são essenciais para apreender as mudanças e permanências, as temporalidades, os processos de identificação territorial, as representações/simbologias, dentre outros aspectos significativos a serem abordados.

O território, para Saquet (2007), é dinâmico, move-se constantemente como produto socioespacial das contradições sociais, no tempo e no espaço, definindo territorialidades distintas. Esse caráter dinâmico é ressaltado quando o autor afirma que

o território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade; isso significa interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais (SAQUET, 2007, p. 24).

A influência da obra de Raffestin se faz presente nos estudos de autores que se destacam na Geografia brasileira, seja para complementar, ou mesmo para contrapor suas ideias. É uma das principais evidências de tal fato é a ideia de poder vinculada ao território, que além das obras de Haesbaert e Souza, também está presente em Saquet, quando este afirma que o território é

[...] produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquelas convencionalmente conhecidas como o “território nacional” sob gestão do Estado-Nação (SAQUET, 2003, p. 10).

Assim, as relações de poder representam o controle do território, efetivadas através de grupos sociais, do Estado e do poder de grandes empresas. Consideram-se, assim, as diferentes escalas e agentes de atuação na produção territorial. O território pode ser aquele definido de forma político-administrativa ou aquele referente a determinados grupos sociais, como por exemplo, os *territórios da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, abordados por Saquet em *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento da colônia de Silveira Martins* (2003 [2001]). Assim

[...] o estudo do território ou dos territórios a partir do processo histórico centrado na periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças territoriais; a partir dos tempos coexistentes (tempos lento e rápido) e da articulação de escalar de análise, no processo de apropriação e produção do espaço geográfico, com suas devidas adaptações/contextualizações, oferece um caminho fértil na compreensão das múltiplas faces do próprio tempo, do espaço e do território (SAQUET, 2003, p. 220).

Em cada território há especificidades mediadas pelo seu processo histórico de construção e desenvolvimento, que se manifestam mediante contradições e heterogeneidades políticas, econômicas e culturais em sua relação com a natureza. A importância do processo histórico para a Geografia não está em

“contar os fatos”, ou reduzi-los a meras periodizações, e sim na compreensão da formação territorial como um processo em constantes transformações e permanências.

Os aspectos (i)materiais que constituem o(s) território(s) na atualidade, nada mais são do que respostas às ações/decisões passadas, que resultaram na sua atual configuração. A inserção de culturas diversificadas no Brasil, para ocupação e colonização, concretizou a individualização de “territórios e territorialidades” específicas em determinadas porções do território nacional. Essa configuração é fruto de decisões políticas e econômicas. Dessa forma, os territórios e as identidades são construídos historicamente, como ocorreu no Rio Grande do Sul com os alemães e os italianos. O território pode ser considerado o “local” onde as atividades acontecem, manifestam-se e materializam-se. O conjunto de lugares, com seus distintos aspectos, formam o território, em sua amplitude econômica, política e cultural. Pode-se considerar também que

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos, fundados nas contradições sócio-territoriais (SAQUET, 2003, p. 28).

Desse modo, economia, política e cultura dão *formas e conteúdos* ao território. Este, por sua vez, é produzido por um movimento historicamente determinado, como um produto socioespacial do movimento e das contradições sociais que definem

suas diferenciações no tempo e no espaço. Manifesta-se através de variadas formas de apropriação, que resultam em territórios temporários e permanentes, em diferentes escalas; heterogêneos e sobrepostos. Há mudanças e permanências que revelam a processualidade dos territórios (SAQUET, 2007).

A partir das reflexões realizadas por Saquet, encontram-se argumentos essenciais para se compreender o território de forma relacional e em suas múltiplas escalas. O caráter epistemológico de sua obra proporciona possibilidades para a elaboração de diferentes abordagens de temas distintos.

Mediante as explanações realizadas no texto, pode-se dizer que as abordagens efetivadas a partir da perspectiva crítica, inseriram novos elementos e agregaram “valor” ao conceito de território. A multiplicidade de dimensões, escalas e de relações estão implícitas no território, e se efetivam mediante relações de poder, seja proveniente do Estado, de grupos sociais/culturais, ou mesmo, do capital, em suas distintas faces de apropriação, o qual perpassa fronteiras nacionais e se insere nas mais diversas porções dos territórios.

Considerações para refletir sobre o território multidimensional, escalar e relacional

Hoje, pode-se explorar o território mediante suas várias dimensões, considerando a E-P-C-N de forma ampla, o que não se constitui em uma tarefa fácil, pois se observa que, geralmente, há ênfase para uma dessas dimensões em detrimento das demais.

Porém, tal abordagem, em conjunto, proporciona uma “visão” ampla do território, demonstrando suas diversas faces - singularidades e similaridades materializadas com o acúmulo de tempos sobre a base territorial, constituindo identidades simbólico-culturais.

O território é múltiplo e diverso, pois é uma construção histórica das sociedades, sofre metamorfoses constantes de acordo com as inovações viabilizadas pela evolução tecnológica. A (i)materialidade do território está centrada em formas e funções que expressam as diferenças culturais, crenças, valores e preferências, de níveis tecnológicos, de desenvolvimento econômico e político de cada sociedade. Assim, pode-se explorar o(s) território(s), tendo em vista a multidimensionalidade de manifestação dos fenômenos no espaço, com temas variados, ligados à economia, à política, à saúde, aos grupos sociais e, sobretudo, à cultura.

A dimensão simbólica do território está efetivamente presente na Geografia desde, pelo menos, o período entre as duas guerras mundiais. E para exemplificar esta afirmação, cita-se o exemplo de Jean Gottmann com a iconografia. Uma preocupação expressa em diversas ciências é tentar compreender via cultura, a diversidade de ações e atitudes dos homens em sociedade e em relação ao seu espaço. Na Geografia, particularmente, atenta-se para a maneira pela qual os topônimos são escolhidos e as significações lhes são atribuídas. Os lugares memoráveis (*hauts lieux*), tidos como locais com valor simbólico para uma cultura ou religião e fontes de identidade e de atividades econômicas, têm especial atenção (BRUNET, 1992 *apud* CLAVAL, 1999).

Atualmente, observa-se que a preservação desses lugares memoráveis (ou de memória) tem ocorrido, de forma mais eficaz pelo vínculo econômico, de “exploração” das potencialidades, do que pelo cultural, para manutenção do patrimônio histórico/cultural e da memória. Na medida em que se articulam diversas dimensões no território, o contexto simbólico-cultural surge como um elemento explicativo e agregador das demais dimensões. A cultura coexiste e se relaciona com a economia, a política e a natureza, formando organizações territoriais complexas e distintas: múltiplos territórios. Essa multiplicidade, na abordagem territorial, acarretou transformações profundas na ciência geográfica na concepção de Claval (1999b), ao considerar que a dimensão territorial traduz uma mutação profunda na abordagem geográfica, ou seja, falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os homens mantêm com seu meio não são apenas materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos.

O território como uma construção histórica, com mudanças e permanências, agrega a (i)materialidade, isto é, além das formas, compreende os vários elementos subjetivos –pensamentos, ações, valores e crenças – que orientam condutas e são responsáveis pela organização territorial. Nesse caso, o território é dotado de simbologias, signos, códigos, como verdadeiros aportes culturais responsáveis pela materialização da identidade. Na perspectiva crítica, o social vem acompanhado da diversidade de possibilidades

de exploração do território, sobretudo, de ordem simbólica, criando sentimentos de pertencimento e fortalecendo a “unidade na diversidade”. O território contribui para fortalecer esse sentimento e ajuda na cristalização de representações coletivas, bem como dos símbolos que se manifestam nos lugares memoráveis. (BRUNET *et al*, 1992 *apud* CLAVAL, 1999).

Dessa forma, o território torna-se essencial, oferecendo àqueles que o habitam condições fáceis de intercomunicação e fortes referências simbólicas. Constitui-se em uma categoria fundamental para toda estrutura espacial vivida (CLAVAL, 1999b). O território, nessa perspectiva, assemelha-se à abordagem realizada por Haesbaert, relacionando território e lugar, para especificar a importância do “vivido” no entendimento do território em suas diversas escalas.

Território, cultura e tempo são referências basilares para entender a diversidade territorial que se manifesta no Globo, nos territórios nacionais, nas regiões e mesmo nos lugares, considerando a base espacial transformada pelo homem, como um ser cultural, e por sua evolução histórica, na qual o caráter transformador está implícito. Nesse sentido é necessário “recontar”, resgatar a história do território e dos homens que o criaram para entender a dinâmica deste, sua organização e as possibilidades de desenvolvimento futuro.

Trata-se de um território simbólico, mas também material, que contém atividades econômicas e políticas desenvolvidas pela sociedade que o constrói, dotando-o de significados. A (i)materialidade do território se reflete na organização da sociedade,

em relação aos seus semelhantes e ao seu “espaço vivido”, num movimento processual de constante (re)criação, (re)construção, isto é, de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R). É nesta perspectiva que consideramos a dinâmica transformadora da sociedade em relação à sua base espacial, na construção e na reconstrução dos territórios.

Referências

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 2005.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *GEOgrafia*, n. 2, p. 7-26, 1999b.

CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 147-166.

CUCHE, Denys. *La noción de cultura em La ciências sociales*. Tradução: Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

GOTTMANN, Jean. Il territorio: um concetto in evoluzione. In: GOTTMANN, J. *La città invincibile: uma confuzione dell'urbanistica negativa*. Milano: Angeli, 1983, p. 295-316.

GOTTMANN, Jean. *La politique des États et leur Géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional a partir da migração gaúcha no Brasil. *Território*, a. 3, n. 4, jan.-jun., 1998.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: Ed. da UFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Ed. da UNIOESTE, p. 87-120, 2004a.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade*. Disponível em: <
<http://w3.msh.univtlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2009. 2004b

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialidade: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004c.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: OLIVEIRA, M. P. de; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. *Território, Territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial. In: ARAÚJO, F. B. de; HAESBAERT, R. *Identidades Territoriais: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, p. 33-56, 2007b.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: da multiterritorialidade à “reclusão” territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). *Publicações 2007c*. Disponível

em: <<http://tercud.ulusofona.pt/geoforum/Ficheiros/23GeoForum.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e Redes. In: STROHAECKER, T. M. *et al* (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*, Porto Alegre: [AGB](#), p.41-49, 1997

MUSCARÀ, Luca. A heurística de Jean Gottmann: um dispositivo psicossomático. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PREVELAKIS, George. The relevance of Jean Gottmann in today's world. *Ekistics*, v. 70, n. 422-423, set./oct.-nov./dec., 2003.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2009.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. *Terra Livre*, n. 9, p. 7-17, jul-dez. 1991.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, a. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2006.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. A renovação da Geografia: a construção de uma teoria de território e de territorialidade na obra de Jean Gottmann. *Revista da Anpege*, v. 5, p. 173-187, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Ed. da UNIOESTE, p. 121-147, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana no Rio Grande do Sul: o desenvolvimento econômico da colônia de Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Colonização italiana e agricultura familiar*. Porto Alegre: EST, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio; FLÁVIO, Luiz Carlos. Elementos de reflexão para fundamentar a pesquisa em geografia centrados na relação tempo-espaço-território. *Formação* (Presidente Prudente), v. 2, p. 67-77, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. (et al) (Org.).

Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77-116.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUAS CONEXÕES: PAISAGEM, LUGAR, REGIÃO, TERRITÓRIO

Eduardo Schiavone Cardoso¹

Introdução

O presente trabalho analisa a conexão entre o conceito de espaço geográfico e os conceitos de lugar, território, região e paisagem. Busca apresentar a contribuição que tais conceitos fornecem aos estudos de Geografia, entendida como a ciência que aborda as questões da produção do espaço da sociedade em sua multidimensionalidade (social, ambiental, política, econômica, cultural) e em suas diversas escalas de análise.

Neste sentido os conceitos de lugar, território, região e paisagem derivam do conceito mais amplo de espaço geográfico e entre si não possuem uma hierarquia *a priori* e sim se prestam, com maior ou menor pertinência, aos distintos níveis escalares da análise geográfica e aos recortes propostos pelo pesquisador em Geografia.

O trabalho é derivado de dois trabalhos desenvolvidos anteriormente – o texto produzido em 2002 como requisito para habilitação em concurso docente na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e o texto “Sociedade, Natureza e Pesca Extrativa”, publicado na Revista Geoamazônia em 2013 e se utiliza de

¹ Bacharel, licenciado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professor Titular do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – PPGGEO – UFSM. E-mail: educard@smail.ufsm.br

exemplos oriundos do setor pesqueiro e de outros setores sociais para as seções referentes aos conceitos operacionais abordados.

Sociedade e Natureza

Uma primeira questão que pode ser destacada na evolução do conhecimento geográfico e na sua construção como ciência moderna, compreende a busca de modelos explicativos para a relação Homem e Meio, Sociedade e Natureza, Sistemas Sociais e Naturais. Aí reside uma especificidade do conhecimento geográfico, historicamente desenvolvido e fornecedor de padrões explicativos do conteúdo desta relação.

Na tentativa de compreender as formas como as sociedades produzem seu espaço geográfico, parte os estudos de Geografia no século XIX e início do século XX formularam interpretações a partir da tentativa de compreender a relação sociedade e natureza. Da crítica a um determinismo grosseiro até o foco na ação humana, podemos ponderar a posição de alguns autores clássicos na Geografia.

De Ratzel foi selecionada a citação a seguir, extraída da obra “Geografia do Homem (Antropogeografia)”, onde o autor se contrapõe àqueles que fazem uma interpretação rasa das influências da natureza sobre o comportamento os povos.

:

Os filósofos climatistas, ou seja, aqueles que sustentam a teoria das rápidas transformações dos povos por efeito do clima, distorceram e reviraram em todos os sentidos a natureza de modo a fazê-la servir a seus objetivos; e nesse sentido suas teorias, apresentam, sob o aspecto

lógico, um certo interesse, embora de caráter negativo. Raras vezes ocorreu de a ciência trabalhar por tão longo tempo com um material tão inadequado (RATZEL, 1990, p. 87).

De La Blache podemos extrair um fragmento em que o autor fala do Porto de Santos, no estado de São Paulo, como o grande escoadouro da riqueza produzida no interior – o café no início do Século XX, aparecendo a questão do homem e seu poder transformador, corroborando as concepções possibilistas atribuídas ao autor. Fala-se inclusive em um espaço geográfico que comporta paradoxos.

Este porto de Santos, em direção ao qual ele é encaminhado, é uma das plagas mais malsãs do mundo, um local dominado pela febre amarela. Todavia, este lugar, de que os homens deveriam fugir como de um cemitério, que, de preferência a outros portos menos insalubres que se encontrariam um pouco mais longe, é escolhido, frequentado: verdadeiro paradoxo geográfico que a utilidade comercial explica (LA BLACHE, s/d, p. 14-15).

Ao apresentar os fragmentos selecionados, com o objetivo de atenuar as interpretações dualistas sobre a epistemologia da Geografia, imputadas às escolas do pensamento francesa e alemã, apresentamos agora a contribuição de Max Sorre, que é contundente com relação à questão do Determinismo e Possibilismo, tão presente nos manuais de Geografia. Vejamos um fragmento de seu texto “Fundamentos da Geografia Humana”:

Gostaria somente de ressaltar que suprimi dois problemas com os quais já se gastou muita tinta e que me parecem falsos problemas. O primeiro é o da liberdade e do determinismo em matéria geográfica. A existência de um grupo supõe a adaptação de suas atividades ao meio – é a transposição, sob uma forma moderna, da conhecida fórmula bocaniana -, mas há para todo ser e para todo grupo uma certa margem de tolerância, de inadaptação, compatível com a vida. E, na maior parte dos casos, tipos de adaptação variados podem responder às exigências do meio” (SORRE, 1984, p. 97-98).

Sorre apresenta a questão da liberdade e da determinação como uma falsa questão, pois, talvez, a essência da explicação na Geografia não esteja em um ou outro polo da questão, qual seja todo poder à natureza ou todo poder à humanidade e sim na interação entre os dois polos. Uma segunda questão que o autor se refere diz respeito à unicidade da Geografia Humana, que “capta o homem inteiro em cada uma de suas atividades” (SORRE, 1984, p. 98).

Nessa perspectiva, devem ser consideradas as mediações presentes nas ações que conectam sociedade e natureza. Há de se considerar o fato dos homens se relacionarem primeiro entre si e daí com a natureza, estabelecendo seus modos próprios de organização e processos específicos de divisão do trabalho, apropriação da natureza e repartição da produção. Outra consideração implica em estabelecer a relação entre as distintas modalidades de apropriação dos recursos naturais, caracterizando modos hegemônicos e não hegemônicos, que se articulam ou se subordinam às formas dominantes.

Baseando na materialidade dos recursos que pode acessar e, também, em suas concepções intelectuais sobre os mesmos

recursos, toda atividade humana é um ato de apropriação da natureza através do trabalho. Também é um ato de socialização do homem e transformação da natureza em uma “segunda” natureza. Segundo Moraes (1985, p.105), baseado nas teorizações de Karl Marx, “o conceito de segunda natureza foi elaborado neste conceito de discussão, na tentativa de diferenciar a “natureza em estado natural” - a primeira natureza, daquela já subsumida à sociedade, isto é, a natureza que já apresenta resultados da ação humana. ”.

Nesta acepção, o conceito de trabalho é central para a diferenciação entre primeira e segunda natureza. Trabalho humano, social, trabalho do pior arquiteto que se diferencia da melhor abelha, segundo Marx (1980). Trabalho concebido, pensado. E é este trabalho um mediador entre os homens e entre estes e a natureza.

Através do trabalho e do conhecimento, homens e mulheres se apropriam da natureza, transformando-a e construindo o espaço geográfico. Diferenciam-se porções deste espaço a partir dos distintos usos que as coletividades humanas fazem de seus espaços de vida e morada. Neste processo apreendem e aprendem com a natureza, ou, como sugere Milton Santos (1997, p.88): "O processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende."

Com relação à natureza, podemos refletir sobre seu significado a partir de duas óticas, conforme as palavras de um geógrafo soviético:

1- Natureza é o mundo material que nos circunda, o universo, que está em constante movimento, mudança e transformação. O homem e sua razão são a obra mais elaborada da natureza. A sociedade humana representa uma parte específica da natureza subordinada às suas próprias leis (...). As leis da natureza agem sobre o homem como um indivíduo biológico, mas não agem sobre a sociedade humana, ou sobre as categorias sociais, em geral.

2- Natureza num sentido mais estrito é o mundo inorgânico e orgânico estudado em ciência natural. A sociedade humana não é parte deste conceito estreito da natureza. A natureza cria e forma o ambiente geográfico da sociedade e é a base material da existência da sociedade (...) O fato de que a natureza age sobre a sociedade e a sociedade muda a natureza não afeta o caráter das leis que agem dentro da natureza e da sociedade. (SEMEVSKIY, B. M., 1961 *apud* SEABRA, 1984, p. 12-13).

Tomando como premissa tais considerações, podemos afirmar que parte dos elementos da natureza exterior é passível de transformação do homem, através de seu trabalho e sua cultura, ainda que esta ação deva ser mediada por uma questão de escala de abrangência. As transformações da natureza em escala local e visualmente mais acentuadas acabam sendo mais percebidas. Por exemplo, a ação do homem transformando florestas em pastagens, torna mais clara a questão da transformação da primeira em segunda natureza do que a apropriação das correntes marinhas pela navegação e pesca. No segundo caso podemos dizer que a sociedade se apropria de um elemento natural sem transformar as características essenciais deste fenômeno natural, ao passo que no primeiro a transformação é inerente à ação da sociedade.

Em resumo: as sociedades se apropriam e transformam a natureza, apresentam distintos agentes e classes sociais em seu

processo produtivo e crescem suas grafias na produção do espaço geográfico.

A produção do espaço geográfico

O Espaço Geográfico é o Espaço da Sociedade, o espaço que a sociedade ocupa, constrói, produz. Esse processo se inicia com o uso da natureza pela sociedade, desde tempos pré-históricos até o presente refletindo o domínio da sociedade sobre parte das formas naturais. A sociedade por sua vez é composta por diferentes grupos, sendo assim, o Espaço Geográfico irá conter as diferenças sociais. Mais que isto, irá refletir todas as mudanças que a sociedade comportou na sua trajetória.

Milton Santos (1996) nos dá uma definição de Espaço Geográfico que pode ser considerado o conjunto de objetos naturais e artificiais e as ações que os animam, estabelecendo um conjunto de relações. Em suas palavras

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 1996, p. 52).

Como objetos artificiais, podemos compreender as construções, campos de cultivo, vias de circulação, dentre uma infinidade de outras intervenções da sociedade.

Outra conceituação do Espaço Geográfico atenta também para a dinâmica social em sua relação com a natureza. Moreira

(1981, p.85) assim o define: "Espaço e trabalho estão numa relação de aparência e essência: o espaço geográfico é a aparência de que o processo historicamente concreto do trabalho (a relação homem-meio concreta) é a essência."

Roberto Lobato Corrêa (1986) ao discorrer sobre o conceito de organização espacial aponta que este é resultado do trabalho humano realizado pelos agentes que compõe a sociedade. No caso da sociedade capitalista, estes agentes são representados pelos proprietários do capital, pelo Estado capitalista e pelos trabalhadores.

Os embates e contradições presentes na sociedade, também compõem o espaço geográfico, em uma perspectiva de produto social e condição para a reprodução social. É nesse sentido que a segregação espacial, disputas territoriais, debates sobre as propostas de implantação ou não de estruturas energéticas como barragens, usinas, reformulações urbanísticas, expansão do agronegócio e outros processos, representam a dimensão espacial dos embates que a sociedade vivencia.

Assim, entender a sociedade humana como portadora de contradições internas e diversos modos de apropriação da natureza, que se articulam e se subordinam a um modo de produzir dominante, corresponde avançar no entendimento de que o mundo contemporâneo, globalizado e acelerado, possui processos de produção do espaço que tendem a homogeneizá-lo, porém esbarra em forças que o diversificam, caracterizando um processo ao mesmo tempo único, porém diverso.

A paisagem: aspecto visível do espaço?

Em uma visão mais corriqueira, a paisagem é a porção da superfície terrestre que nossa vista alcança, que os nossos olhos abrangem numa mirada. Falamos de paisagens bonitas, feias, pintores desenham quadros de paisagens, imaginamos como são outros países a partir de imagens divulgadas em revistas e na TV. A paisagem poderia então ser esta parte visível do Espaço Geográfico?

Em um primeiro momento sim, porém a paisagem é mais do que isto. É mais do que um conjunto de formas, sejam elas herdadas da natureza ou construídas pelos homens.

Segundo Dollfus (1973, p.13),

Todas as paisagens estão compostas. Estão formadas por elementos geográficos que se articulam uns em relação aos outros. Alguns pertencem ao âmbito natural, são abióticos (não vivos), como por exemplo o substrato geológico, o clima, as águas etc. Os demais constituem o âmbito vivo, a biosfera formada pelo conjunto das comunidades vegetais e animais, que nascem, se desenvolvem e se reciclam, utilizando o suporte constituído pelo âmbito natural. Finalmente os últimos que chegaram, porém os protagonistas decisivos, são os grupos humanos, que instalados no âmbito natural, transformam, modificam e alteram o âmbito vivo. Os grupos humanos ordenam uma grande parte das paisagens terrestres, que são conjuntos desigualmente frágeis e mutantes.

Podemos dizer que a paisagem possui uma parte aparente, visível, uma “fisionomia”, que é resultado das relações entre os distintos elementos que compõem esta paisagem. Por sua vez, a interação entre os distintos elementos da paisagem constrói e

transforma sua parte visível – produzem e são produtos de uma “fisiologia”.

A paisagem também acumula objetos de várias idades, ou seja, ao olharmos para o centro de qualquer cidade, podemos ver construções de épocas diferentes coexistindo. Por sua vez essas construções estão assentadas sobre um terreno que também tem sua história geológica, as praças estão cobertas por distintos tipos de árvores e que vieram de vários lugares ou lá estavam originalmente. Assim, a paisagem pode revelar através de sua parte visível, todo o processo de construção do Espaço Geográfico.

Tomando como exemplo a atividade pesqueira, os elementos das práticas de pesca são, constantemente, empregadas nos veículos midiáticos. Quase sempre compondo as paisagens do mar e da praia nordestina, situa-se uma jangada, um prato de camarão, ou de lagosta. Ao pôr do sol um pescador lança uma tarrafa. Certamente algo parecido o leitor já viu. Se a visão produz estas imagens – quase sempre belas, a percepção do produto da atividade pesqueira pelo olfato é cercada de outros estigmas. Ou seja, os objetos que compõe as paisagens pesqueiras são percebidos e comportam interpretações distintas. Sem esgotar o assunto, apenas pode-se lembrar do gênero de pintura denominado “marinha”, para demonstrar que há uma relação antiga entre determinada conceito de paisagem nas artes plásticas e a atividade pesqueira.

Tratando agora de aspectos menos midiáticos, alguns elementos visuais denotam a presença da atividade pesqueira. Tais elementos correspondem ao instrumental de trabalho – barcos,

redes, armadilhas de pesca; objetos fixos como portos, trapiches, mercados, fabricas de gelo; elementos da vida social das localidades de pescadores, tais como áreas de lazer, religiosidade, moradia, a superfície das águas; enfim as paisagens associadas à atividade pesqueira são passíveis de serem identificadas e podem ser estudadas a partir deste conceito, tanto em termos de sua aparência, como de suas funcionalidades e interações.

O lugar: expressão do espaço singular?

O lugar é o que nos é próximo, familiar, porção do espaço geográfico apreendido pelo indivíduo em suas relações cotidianas. Lugar e cotidiano se mesclam e correspondem ao que é vivido, sentido, percebido pelos indivíduos em sua reprodução física, econômica e social.

Nas palavras de Carlos (2007, p.17)

O lugar é a base de reprodução da vida e pode ser analisado pela **tríade habitante-identidade-lugar**. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Lacoste (1989) aponta para os distintos conjuntos espaciais que os aldeões franceses operavam na sua prática e que corresponde ao *terroir* (torrão natal) de sua comuna e uma ou outra referência mais distante, como a cidade e a capital do cantão,

evidenciando um maior conhecimento e domínio sobre o espaço mais próximo, o lugar.

A reprodução de um diálogo entre o jogador de futebol Garrincha e seus colegas de seleção brasileira durante a Copa do Mundo de 1962 é revelador do papel que as referências locais produzem na visão de mundo das pessoas comuns:

Garrincha perguntou:

- Qual é mesmo a Tchecoslováquia ?

- É aquela que empatou com a gente. Do jogo em que o Pelé se machucou, disse um companheiro.

- Ah...É aquele São Cristóvão cheio de Paulo Amaral.

A Tchecoslováquia tinha a camisa branca como a do São Cristóvão. E o preparador Paulo Amaral costumava entrar nos treinos coletivos do Brasil para completar o time reserva. O próprio Paulo Amaral quis saber:

- Por que cheio de Paulo Amaral?

- Porque são todos grandes e fortes, mas não jogam nada. (CASTRO, 1995, p. 261).

É a partir do lugar, do seu lugar de vida, que os indivíduos se relacionam com o restante do mundo. É aí que sua identidade é construída, bem como seus referenciais para a apreensão do espaço geográfico. Não é por menos que os estudos em educação apontam para a cultura e a realidade próxima dos educandos como elementos centrais para a realização do processo educativo.

O lugar porém, não se isola dos processos mais amplos de produção do espaço humano. Tomemos um exemplo hipotético: uma ilha.

A ilha do Saibro situa-se cerca de 10 quilômetros de distância da costa sul do município de São Sebastião - no Litoral Norte Paulista. Sua área de aproximadamente 130 hectares abriga uma

população de pouco mais de 50 ilhéus com relações próximas de parentesco.

Pode-se afirmar que esta pequena sociedade insular possui uma singularidade na sua organização interna. Faz da pesca a principal atividade geradora de mercadorias para as trocas e em torno das pescarias os homens organizam seu cotidiano, que inclui duas saídas diárias para o mar. Às mulheres cabe o trato da casa e seus primeiros filhos são nascidos ainda em sua adolescência. Tais crianças estudam na própria ilha até a quarta série do ensino fundamental e iniciam-se nas funções que, geralmente, irão cumprir no mundo adulto. A estas características soma-se o uso comum dos espaços florestados da ilha.

Como uma ilha distante, seus habitantes são tratados como uma "comunidade isolada" pelas políticas públicas municipais e estaduais e pela imprensa em geral. O lugar é de fato isolado do acesso aos direitos mínimos de cidadania, tais como saúde e saneamento, porém, longe está de não possuir relações com outros lugares e com os processos, por exemplo, de subordinação da pequena produção pesqueira ao processo de reprodução do capitalismo na pesca.

Alguns traços do não isolamento do lugar pode ser apontados. O pescado entra no circuito da mercadoria atingindo outras praças de comercialização e restando aos ilhéus uma pequena parcela do valor final do produto. O Litoral Norte Paulista abriga um forte fluxo turístico e a ilha recebe mergulhadores e pescadores desportivos que competem com os ilhéus na apropriação dos recursos pesqueiros da costeira da ilha.

Os próprios ilhéus, em suas relações de parentesco, de amizade, de compadrio estabelecem suas redes de informação, seus fluxos, sua vida não isolada. Apesar de distante da terra, a ilha é um ponto de convergência no mar, onde aportam embarcações pesqueiras em busca de abrigo.

Pensar nos aspectos da geografia dos lugares, nos remete à ideia da vida cotidiana e das relações que as pessoas estabelecem entre si e com o espaço geográfico. Suas práticas e sentimentos, com relação à produção e reprodução da vida se manifestam nos lugares de morada, trabalho, lazer e outras dimensões da vida cotidiana. Também aí se estabelecem as relações de subordinação ou liberdade do dia a dia.

Pode-se então falar de uma geografia cotidiana das pessoas, representadas pelos espaços que frequentam e que compõe seu conjunto de referências espaciais, para as quais se atribui valores, expectativas, sentimentos positivos e negativos.

Romagnan (2000), apoiando-se nos trabalhos de Augustin relativos à prática esportiva, apresenta a possibilidade de entendimento das práticas musicais na relação com os lugares vividos pelos agentes que produzem e consomem música, formando “geo-indicadores” da atividade musical. Para as práticas esportivas, tais “geo-indicadores” podem ser as quadras, os clubes, os estádios, as piscinas, entre muitos outros. No caso das atividades musicais, as casas de espetáculos, os lugares frequentados por grupos e artistas, bares, estúdios, conservatórios, podem ser tratados como “geo-indicadores” da produção musical.

A partir destes exemplos, percebe-se que a categoria lugar comporta uma singularidade que pode ser apreendida, mas que não se desconecta de uma teia de relações coligando o lugar aos processos de produção do espaço mais amplo e globalizado. "Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (SANTOS, 1996, p.273).

A região: o espaço diferenciado?

Como uma disciplina que trabalhou a análise da espacialidade dos fenômenos naturais e sociais atuantes na superfície terrestre, a Geografia desenvolveu seus instrumentos teóricos para o entendimento dos processos de diferenciação do espaço geográfico em suas diferentes escalas de análise e ainda para fins de administração e controle do território: a região é um conceito que se presta a estes fins.

Como sugere Kayser (1966, p.281): " 'Porção do espaço terrestre', qualquer que seja o modo pelo qual fôr considerada ou a utilidade que lhe fôr atribuída, a região é de qualquer forma um fenômeno geográfico. O geógrafo pode defini-lo, explicá-lo, querer delimitá-lo".

Toda conceituação de região traz embutido um processo de regionalização atrelado a critérios para o estabelecimento das diferenças do espaço geográfico, consistindo em uma construção analítica que se presta a finalidades variadas, tais como o estudo, a gestão e o planejamento do território.

Nesse sentido podemos ter regiões naturais como uma expressão particular do conjunto de fatores ambientais que caracterizam dada porção do espaço geográfico. O processo de regionalização definidor desta modalidade de região pode ser dado pelos processos climáticos, pela estrutura geomorfológica ou geológica, pelos processos ecológicos predominantes, ou mesmo por uma tentativa de síntese desses elementos.

Regiões humanizadas pressupõem outros critérios de diferenciação do espaço, tais como a divisão do trabalho, a distribuição da população, a densidade urbana, a distribuição das estruturas produtivas.

A chamada Geografia Crítica elaborou o conceito de região econômico-política, buscando incorporar à análise regional, a dimensão espacial do desenvolvimento desigual e combinado dos processos de expansão capitalistas.

Tomando estas premissas, pode-se dizer, conforme Corrêa (1986, p. 45-46), que a região:

é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos.

O espaço se transforma, sua produção é um processo dinâmico, transformando os critérios para a delimitação das regiões. Sendo assim, a persistência de recortes regionais estanques e portadores de "personalidade" fixadas no tempo, leva ao que Yves

Lacoste (1989) denomina de um conceito-obstáculo, obscurecendo formas diferenciadas para a análise espacial.

A região também se presta para fins políticos e administrativos, nos quais o Estado, em seus vários níveis atua sobre o território. No caso brasileiro, em especial nos anos de 1960 e 1970 as superintendências regionais atuaram fortemente sobre o território visando o desenvolvimento regional.

Mesmo as regiões administrativas não são estanques, tal como resume Andrade (1990, p. 35):

A divisão político-administrativa de um país não é um dado permanente nem novo instrumento técnico a serviço de uma mais adequada forma de exercício do poder político. Ela é um dado da história da formação e desenvolvimento do Estado Moderno, em seu todo complexo, e, em particular, das formas e repartições do poder nela engendrados.

Nos últimos anos assistimos transformações nas macrorregiões administrativas adotadas pelo IBGE - criação da Região Sudeste, divisão da Região Sul, incorporação do Estado do Tocantins à Região Norte, apenas para citar alguns exemplos.

Podemos analisar a questão dos processos de regionalização e as respectivas regiões derivadas a partir dos quadros presentes a seguir.

A Quadro 1 apresenta a produção pesqueira distribuída pelas macrorregiões administrativas do IBGE, enquanto o Quadro 2 apresenta os dados de produção pesqueira utilizando-se outro critério para o estabelecimento das regiões, diferenciando a pesca

interior da pesca marítima, que por sua vez está subdividida em três regiões litorâneas: norte, nordeste/leste e sudeste/sul.

Quadro 1 – Produção do Pescado Brasileiro por Macrorregiões –
1988

Macrorregião	Total
Norte	21,6%
Nordeste	21,3%
Sudeste	30,8%
Sul	25,7%
Centro-Oeste	0,6%
Total	100%

Fonte – IBGE, 1989

Quadro 2 – Produção do Pescado Brasileiro por Regiões de Pesca –
1988

Região de Pesca	Total
Costa Amazônica – do Amapá ao Maranhão	10,6%
Costa Nordeste/Leste – do Ceará ao Espírito Santo	9,5%
Costa Sudeste/Sul – do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul	55,1%
Pesca de Água Doce	24,8%
Total	100%

Fonte – IBGE, 1989

Embora ambos apresentem a diversificação da atividade pesqueira ao longo das distintas regiões do território brasileiro, o Quadro 2 agrupa estes dados em função de processos de regionalização mais específicos para a análise da atividade pesqueira, tais como a configuração da linha da costa e da plataforma continental brasileiras, a distribuição dos recursos

pesqueiros explorados e a distribuição das distintas estruturas de produção na atividade pesqueira, aliando processos naturais e socioeconômicos presentes na diferenciação da atividade pesqueira ao longo do território brasileiro

Não se trata de entrar no mérito da discussão de qual das duas figuras está correta ou reflete melhor a atividade pesqueira no Brasil. Ambas evidenciam as principais diferenças da pesca brasileira, porém o Quadro 1 refere-se a uma divisão regional preestabelecida pelo Estado, ao passo que o Quadro 2 apresenta critérios de diferenciação próprios dos processos de regionalização para a análise do setor pesqueiro.

Retomando a visão de Lacoste (1989), considerar uma divisão regional como única possibilidade, pode vir a impedir a apreensão de outras formas de análise espacial e suas distintas regionalizações. Neste sentido o conceito de região é um instrumento da análise em Geografia e representa uma ferramenta para apreensão das particularidades do real.

O território: a dimensão espacial do poder?

Esta discussão faz parte do núcleo central do trabalho de doutorado defendido no ano de 2001 (CARDOSO, 2001) e tem sido exposta em distintas ocasiões. Reproduzi-la, em parte, no presente texto tem o objetivo didático de apresentar as relações entre o conceito de território e a atividade pesqueira.

Segundo Moraes (1984), o conceito de território é oriundo dos estudos de botânica e zoologia do final do século XVIII e foi sendo

incorporado às análises geográficas. Com a Geografia Crítica, o conceito de território foi retrabalhado a partir da proposição marxista de que o que define um território é o uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social. Nesta concepção o território poderia ser definido em um primeiro momento apenas em relação ao uso que a sociedade faz de seu espaço.

Ratzel (1990) aponta uma outra dimensão do território, mediado pelo Estado. Tal concepção aponta para a questão da propriedade e da proteção, como atributos do território:

Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade de seu território. Diante deste último a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da **proteção**. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo. (RATZEL, 1990, p. 75-76).

Raffestin (1993, p.143) afirma que "o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço". Mais adiante, o mesmo autor afirma "O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder".

Esta concepção mais recente expõe algumas dimensões da territorialidade, quais sejam: a questão do domínio e do poder exercido por um ator sobre uma porção do espaço.

Nas concepções mais recentes, existem territórios não apenas como espaços nacionais, geridos por um Estado, mas também em outras escalas espaciais e temporais da vida social. Estes podem ser delimitados formal ou informalmente garantindo a reprodução dos distintos grupos sociais. Podemos falar em territórios de uso, uma vez que parcelas da sociedade se apropriam de porções do espaço geográfico a partir do trabalho e do conhecimento dos processos naturais que atuam nelas. O território seria então tratado em relação ao seu valor de uso para o grupo social.

Maldonado (1993), estudando pescadores marítimos paraibanos, observa que é possível tratar-se de territórios pesqueiros. Em suas palavras: “No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição” (MALDONADO, 1993, p.105).

Marques (1995), em estudo sobre etnoecologia no Baixo São Francisco, observa a noção de territorialidade entre brejeiros de Marituba-AL expressa através da posse, delimitação, defesa e marcação das áreas. Segundo Maldonado (1993, p.97), a marcação “é uma instância em que se constrói, se expressa e se atualiza a territorialidade dos pescadores”.

Aceitando a afirmativa de que existem territórios pesqueiros, construídos pelos pescadores a partir do trabalho e da apropriação da natureza, territórios que podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático, iremos apresentar algumas das dimensões deste fenômeno.

No nível informal observam-se práticas pesqueiras com forte componente territorial, onde os pescadores definem, a partir de acordos internos às comunidades, formas de uso dos territórios pesqueiros. Assim é com os pontos de pesca guardados pelos vigias ou espias, que observam a chegada dos cardumes que serão capturados por uma determinada campanha de pesca. Assim é também com os pontos de ceva e os lanços nas águas interiores, onde o pescador ou um determinado grupo de pescadores controlam o ponto de pesca, reconhecidos pela comunidade.

Como expressão formal da territorialidade da atividade pesqueira, observa-se um corpo legislativo - definindo através de leis, portarias e instruções normativas, as áreas, épocas e artes de pesca permitidas ou vedadas. Estabelecem-se ainda as Reservas Extrativistas Marinhas, concedendo a um grupo de pescadores o poder de gestão sobre um território pesqueiro. No âmbito do território nacional, observamos um processo atual de normatização de uso do território marinho, com os estudos relativos ao potencial de exploração da Zona Econômica Exclusiva situada entre as 12 e as 200 milhas náuticas, na qual o Estado Brasileiro mantém Direitos de Soberania sobre esta zona e sobre os recursos nela presentes. No âmbito global, apresenta-se a discussão do alto mar e dos instrumentos internacionais de controle, ou descontrole da exploração pesqueira.

O território, desta forma consiste em uma categoria de análise geográfica, que engloba as questões de uso, gestão e domínio de uma parcela do espaço geográfico por agentes de escalas de atuação diferenciados, englobando os diversos níveis de poder

presentes na sociedade, desde as relações internas às localidades até o Estado Nacional.

Conexões

Como conceitos operacionais de análise, a paisagem, o lugar, a região e o território prestam-se aos estudos geográficos. O fato de não existir um espaço geográfico homogêneo, nos leva a definir escalas e conceitos mais adequados para a sua interpretação. Neste sentido as palavras de Corrêa são esclarecedoras da diferenciação básica entre os conceitos de lugar e região:

A diferenciação de áreas (...) constitui-se na base da possibilidade de se poder falar em região. Mas a diferença de áreas não está, no nosso entender associada à noção de unicidade hartshoniana (*uniqueness*). Não se associa à idéia de singularidade, que entendemos vincular-se ao conceito de lugar, mas sim a idéia de particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do universal) (CORRÊA, 1997 *apud* LENCIONI, 1999, p. 189).

Quanto aos conceitos de paisagem e território, podem ser utilizados para escalas e temas de análise diversificados. O primeiro no caso da interação entre os fenômenos presentes no espaço geográfico e o segundo quando é analisada a questão do poder, do domínio e da gestão de parcelas do espaço.

Retomando uma menção inicial, e buscando apoio na ideia de unidade e multiplicidade proposta por Suertegaray (2001), não se trata de conceitos hierárquicos e sim complementares, que derivam

do conceito mais amplo de espaço geográfico e devem ser empregados na medida das demandas da investigação e do trabalho geográfico.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. Em torno de Uma Nova Redivisão Territorial do Brasil. In: *Orientação*. São Paulo: Instituto de Geografia-USP, no. 8, p. 35-38, 1990.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Vitoreiros e Monteiros: Ilhéus do Litoral Norte Paulista*. São Paulo, 1v. (Dissertação - Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social*. São Paulo, 1v. (Tese - Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Natureza, Sociedade e Pesca Extrativa. In: *Revista Geoamazônia*. Belém: PPGEU-UFPA, v.2 no.2, p. 92-106, 2013.

CARDOSO, Eduardo Schiavone; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Ilhéus do Litoral Norte Paulista: Espaço, Pesca e Trabalho. In: *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo: FFLCH-USP, v. 25, p. 164-182, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: LABUR, 2007.

CASTRO, Ruy. *Estrela Solitária - Um Brasileiro Chamado Garrincha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

DOLLFUS, Olivier. *A Análise Geográfica*. São Paulo: DIFEL, 1973.

IBGE. *Estatísticas da Pesca - 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

KAYSER, Bernard. A Região Como Objeto de Estudo da Geografia. In: *A Geografia Ativa*. São Paulo: DIFEL/Ed. Univ de S. Paulo, p. 279-324, 1966.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *As Condições Geográficas dos Fatos Sociais*, texto digitalizado, tradução do Prof. Mario Antonio Eufrásio, s/data.

LACOSTE, Yves. *A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra*. São Paulo: Ed. Ática, 2ª ed., 1989.

LENCIONE, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e Mares: Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*. São Paulo: Annablume, 1993.

MARQUES, José Geraldo W. *Pescando Pescadores: Etnoecologia Abrangente no Baixo São Francisco Alagoano*. São Paulo/Maceió: NUPAUB-USP, 1995.

MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia. *O Capital - Livro Primeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, v. 1, 1980.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Território. In: *Orientação*. São Paulo: IGEOG-USP, n.5, p. 91, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Segunda Natureza. In: *Orientação*. São Paulo: IGEOG-USP, n.6, p.105-106, 1985.

MOREIRA, Ruy. *O Que é Geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: *Ratzel*. São Paulo: Ática, Col. Grandes Cientistas Sociais, no. 59, p. 32-150, 1990.

ROMAGNAN, Jean-Marie. La Musique: um Nouveau Terrain Pour lês Géographes. In: *Géographie et Cultures*, Paris: Association Géographie et Cultures/Éditions L'Harmattan, n. 36, p.107-126, 2000.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 5ª ed., 1997.

SEABRA, Manuel Fernando Gonçalves. Geografia(s)? In: *Orientação*. São Paulo: IGEOG-USP, no. 5, p. 9-17, 1984.

SORRE, Max. Fundamentos da Geografia Humana. In: *Sorre*. São Paulo: Ática, Col. Grandes Cientistas Sociais, no. 46, p. 87-98, 1984.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. In: *Scripta Nova – Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, no. 93, 2001.

O PUEBLO DOS RETRATOS: GEOGRAFIA E MÉMÓRIA PELO VIÉS DO LUGAR

Adilson Tadeu Basquerote¹

Eduardo Pimentel Menezes²

Introdução

A sociedade contemporânea passa por significativas transformações no modo de vida e nas formas de organização social. Neste cenário, distintas formas de relações sociais se estabelecem e promovem a intensificação das redes de sociabilidade que acarretam transformações culturais em um ritmo acelerado que tendem a ocasionar a padronização e homogeneização cultural. Nessa direção, Hall (2004, p. 75) menciona que:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”.

De forma oposta, intensificam-se discursos que valorizam a diversidade cultural e natural dos lugares e de suas populações,

¹ Doutor em Geografia. Docente no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. E-mail: abasquerote@yahoo.com.br, <http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

² Docente da Doutor em Geografia e em Educação (UFF). Docente (PUC/RJ e UERJ). E-mail: epmenezes30@gmail.com - , <https://orcid.org/0000-0002-9445-7698>

originando tendências que valorizam e enaltecem suas particularidades históricas, sociais, culturais e naturais. Nessa direção, Tuan (1983) destaca que é no lugar que os indivíduos registram sua história, por meio de sua trajetória de vida.

Em consonância com essa tendência, alguns lugares buscaram potencializar seus recursos naturais, sociais e culturais como atrativos de desenvolvimento, ancoradas na criação e reconstrução de sua própria identidade. Conseqüentemente, a construção de territorialidades favorece sua valorização, a partir da cultura local, à medida que é no lugar que se constitui a dimensão de existência e ele se manifesta no cotidiano e nas relações sociais (SANTOS, 1996).

A luz dessas tendências, observa-se a construção de uma identidade territorial (RAFFESTIN, 1993) e de valorização do lugar na região sul da Província de Salamanca, Espanha, conhecida como *Sierra de Francia*. Composta por 18 municípios, ela busca valorizar o patrimônio natural e cultural definido historicamente pela coexistência de Judeus, muçulmanos e cristãos e pela forte migração ocorrida na segunda metade do século XX. De acordo com Ramirez (2012), o desenvolvimento do turismo e de indústrias secundárias tem se mostrado uma alternativa para frear o esvaziamento populacional da região. A Figura 1 apresenta a região da *Sierra de Francia* e seus respectivos municípios na província de Salamanca.

Figura 1 – Municípios da Sierra de Francia, província de Salamanca, Espanha



Fonte: <http://turismosierradefrancia.es/municipios>. Acesso em 14 abr. 2021.

Dentre os municípios de destaque da região encontra-se Mogarraz, que nos últimos anos tem transformado suas ruas em uma sala de exposição ao ar livre, a partir da memória dos antepassados. Nela, estão expostas nas fachadas das casas, 388 retratos dos moradores que ali habitavam na década de 1960 e que optaram em permanecer no seu lugar de origem em um período de intensa migração.

Nesta perspectiva, o presente artigo identifica e avalia em que medida a população local e os turistas percebem a categoria Lugar nos retratos dos moradores nas fachadas das residências no município de Mogarraz, Espanha.

O lugar e a geografia

Ao longo do seu desenvolvimento enquanto ciência, a Geografia buscou compreender a real dimensão de seu objeto de estudo. Independente da corrente filosófica, seu foco de análise compreende o espaço geográfico pautado em conceitos geográficos essenciais, dentre eles o de lugar. Nesse sentido, o conceito de lugar está diretamente associado à ideia de reprodução de um determinado grupo social, constituindo uma estrutura importante na formação da identidade desse grupo. Como destaca Santos (2004, p. 56) “[...] é pelo lugar que revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois nele, o recôndito, o permanente, o real triunfam sobre o movimento, o passageiro, o imposto, o de fora. É a partir do lugar que nos identificamos no espaço e no mundo”. Nessa direção, é reforçada a relação entre Geografia, lugar e identidade. Le Bossé (2004, p.158) destaca:

Os geógrafos se interessam particularmente pela identidade dos lugares e pelos papéis que eles desempenham na formação de consciências individuais e coletivas. Observam como as pessoas, sujeitos e agentes geográficos recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades cristalizadas em suas representações dos lugares e das relações espaciais.

Moreira e Hespanhol (2008, p. 58) acentuam a importância do estudo do lugar para a geografia, ao afirmar que lugar, enquanto categoria geográfica, encontra-se amplamente definido como um dos conceitos fundamentais, à medida que “passa a ser considerado no período contemporâneo, como uma construção

socioespacial marcada pela relação contraditória e combinada da cooperação e do conflito”. Corroborando, Callai (2000, p. 107) destaca que “em um tempo que se fala tanto em globalização, a questão do lugar assume contornos importantes, pois é em lugares determinados, específicos, que este processo se concretiza”.

Santos (2004, p. 326) destaca a importância da cultura no entendimento do lugar, pois ela é a “[...] forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio”. É nele que se desenvolve a vida em todas suas dimensões (SANTOS, 1994). Nessa direção, Buttimer (1985, p. 228), afiança que “o lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”. Tuan (1983) avaliza tais dimensões ao defender que são os significados atribuídos pelas pessoas que caracterizam os lugares a partir de seus vínculos afetivos e subjetivos. Na mesma direção, Ferreira (2000) atesta que o lugar está ligado ao contexto das ações e a eventos humanos, com ênfase no subjetivo em detrimento ao objetivo.

Ao destacar a importância da afetividade e da memória para o entendimento do lugar Tuan (1983, p. 171) salienta:

O lugar é um receptáculo de lembranças e permanências carregadas e vivenciadas pelo homem; é um arquivo de lembranças afetivas e realizações importantes que inspiram a vivência do presente. De acordo com o autor, o tempo é importante para se conhecer ou afeiçoar-se a um lugar. Sendo assim, além de expressar um laço afetivo entre o indivíduo e o ambiente, o lugar é dotado de historicidade e significados, que se diferenciam em

modos de expressão.

Convém destacar, que o lugar não é um espaço isolado e que é por meio dele, que nos relacionamos com outras pessoas, com outros lugares e com o mundo. Assim, “lugares e tempos diversos são unificados, mundializados, porém quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “únicos” (SANTOS, 1991, p. 34). Na mesma direção, Moreira (2005, p. 56-57) argumenta:

Todos moramos em um lugar e temos familiares e amigos que moram em outros lugares. Estes diferentes lugares são ligados por ruas, avenidas, estradas. Pessoas, objetos e ideias fluem entre esses diferentes lugares, entrecruzam-se através das artérias que os põem em comunicação. Ajudam-se ou ignoram-se. De diferentes lugares são extraídos recursos que em diferentes lugares são transformados em objetos úteis e que são intercambiados entre diferentes homens. Uma combinação de lugares e de relação entre lugares tece uma unidade de espaço, o espaço geográfico, constituindo o espaço da existência dos homens.

No que concerne à compreensão do lugar, Carlos (2007) assevera que é necessário que se reconheça as relações nele estabelecidas por meio da produção espacial. Com isso, o lugar passa a fazer parte de um circuito, já que não está mais isolado, e sua função na estrutura é definida pelo processo de produção capitalista, que irá determinar qual papel o lugar desempenhará dentro de uma cadeia de produção. Segundo a autora:

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento

específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno (CARLOS, 2007, p. 17).

Outra característica a ser considerada no estudo do lugar é a ideia de pertencimento, de identidade. Castells (2008) argumenta de que a identidade, por ser originada e construída pelos próprios atores, torna-se fonte de significado. Em contexto semelhante, Cruz (2007) afirma que a construção de uma identidade territorial pressupõe dois elementos considerados fundamentais: o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento.

Os caminhos da pesquisa

Devido às suas características, esta pesquisa apresenta-se de natureza qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), por meio de Estudo de Caso, que para Yin (2001, p. 32): “[...] é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Caracteriza-se como uma abordagem etnometodológica ao evidenciar a “maneira as coisas vêm a ser como são nos grupos sociais, de que maneira cada grupo e cada membro apreende e dá sentido à realidade e por quais processos intersubjetivos a mediação da linguagem entre os grupos e seus lugares constrói a realidade social que

afirmam (COULON, 1995, p. 90).

Para a coleta de dados utilizou-se tinta entrevistas semiestruturadas³ (FLICK, 2013) realizadas com 10 turistas e 30 mogarrenhos e registros fotográficos realizados pelo primeiro autor em 2015, 2016 e 2019 que foram analisadas por meio de Análise do Discurso (ORLANDI, 2003).

RETRATOS DE MOGARRAZ, PERCEPÇÕES DOS ROSTOS DE 1967

Município da província de Salamanca, localizado inteiramente na região conhecida como *Sierra de Francia*, distante 80 km de da capital provincial, Mogarraz possui uma área total de pouco mais de 9 km². De acordo com Ramírez (2012), há registros de ocupação humana no município na Idade Antiga, porém a maior parte da atual estrutura urbana, data da ocupação e repovoamento realizado por franceses no século XI. A cidade conserva estrutura urbanística com típicas características medievais, com ruas estreitas e traçado regular que lhe conferiram em 1998, o título de Patrimônio de Interesse por seu Conjunto Histórico Artístico (RAMIRES, 2012). Dotada de apenas um núcleo populacional que no passado alcançou mais de 1100 habitantes,

³ As entrevistas realizadas com Mogarrenhos e turistas espanhóis e estrangeiros foram transcritas de forma literal, com tradução livre, com nomes fictícios e idades abrangentes, preservando a identidade dos entrevistados.

atualmente nele residem 309 habitantes⁴.

Mogarraz é um típico “*Pueblo*”⁵ Serrano, com edificações de três pisos construídas mesclando madeira, barro e pedra dispostos de forma irregular. Situada entre os municípios de Miranda del Castañar e La Alberca, apresenta importantes e emblemáticos edifícios, como a Plaza Mayor, a *Fuente del Humilladero*, a Igreja da *Virgen de las Nieves* e o *Balcón de Mogarraz*. A Figura 2 apresenta as casas típicas Mogarrenhas.

Figura 2 – Casas com características serranas em Mogarraz



Fonte: <https://www.escapadarural.com/blog/los-388-retratos-de-mogarraz/>.

Acesso em: 19 abr. 2021.

A cidade destaca-se pela manutenção de suas tradições

⁴ Informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estadística – INE. Disponível em: https://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/categoria.htm?c=Estadistica_P&cid=1254734710984. Acesso em: 15 de abr. 2021.

⁵ Forma como são chamados os municípios de reduzidas dimensões urbanas na Espanha.

religiosas como o *Cerdo de San Antón*, evento realizado desde o início do século III d.C. e os epigramas esculpidos nas vergas das portas de entrada das casas. No artesanato, é destaque a confecção de joias e trajes tradicionais, bordados a mão, retratando lendas amorosas e épicas da região.

Nos últimos anos, Mogarráz tem se destacado também no setor turístico. Visita obrigatória dentre os *Pueblos da Sierra de Francia*, além dos atrativos culturais e religiosos e naturais, desde 2012 o município de converteu em uma sala de exposições ao ar livre, quando inicialmente foram expostos nas fachadas das casas, os 388 retratos pintados manualmente pelo artista nascido em Mogarráz, Florencio Maíllo que migrou aos cinco anos para Salamanca.

Segundo Maíllo (2009), a origem do arquivo fotográfico remonta ao frio e seco outono de 1967. Na época, o *Alcade* (prefeito) Dr. Isidoro Herrero Francisco, solicitou a Alejandro Martín Criado⁶ que retratasse todos os moradores (especialmente os adultos) do *pueblo* para a recontagem da população e a emissão das carteiras de identidade. Segundo o autor, Alejandro de posse de sua câmera *Yashica*, modelo 44 LM, fotografou todos os moradores, que deste modo, não necessitariam deslocar-se até a cidade de Bejár, distante aproximadamente 45km de distância para obter o Carnê de identidade Nacional. Alejandro inicia a captura de imagens retratando primeiramente a si, na forma de um autorretrato e em seguida, foram fotografados por ordem de

⁶ Ex-soldado do exército espanhol nascido em Mogarráz e ainda jovem migrou para as Ilhas Canárias.

afinidade do fotógrafo, um a um, os habitantes do *pueblo* gerando o singular acervo fotográfico (RAMÍREZ, 2012).

La serie fotográfica configurada por un total de 388 imágenes está flanqueada por una especialmente emblemática, un autorretrato. En él Alejandro aparece luciendo su flamante chaqueta de aviador marrón, alertándonos sobre la pista de su pasado militar. Agonizaba el mes de octubre y todos los habitantes del pueblo desfilaban puntualmente delante del objetivo de la cámara de Alejandro, situada en la trasera de la vivienda familiar del barrio del Altozano. Allí, ante una immaculada sábana suspendida sobre una pared de la huerta, ágilmente fueron pasando y posando la última generación de mogarreños que rehusaron emigrar. Éste fue pues el escenario en el que el fotógrafo trasciende para siempre, dejando inmortalizados para el futuro a la última estirpe de hombres y mujeres unidos vitalmente al espacio que les vio nacer. La digitalización de las imágenes respetando la ordenación en el proceso de captura nos sitúa ante una procesión caracterizada por las afinidades familiares, padres, hijos, hermanos, cuñados e incluso vecinos, construyendo un álbum de retratos cuando menos singular (MAÍLLO, 2009, p. 3).

De acordo com Martín (2016), com esmero e paciência, Alejandro immortaliza a fisionomia dos Mogarrenhos de 1968 e seus registros expressam à realidade dos habitantes da cidade, como o prestígio social, o luto, a atividade laboral exercida, entre outros. A Figura 3 ilustra parte do acervo fotográfico criado por Alejandro Martín Criado, onde é perceptível parte das diferenças mencionadas.

Figura 3 – Fotos realizadas por Alejandro Martín Criado para confecção dos Carnês de identidade



Fonte: Maíllo (2009, p. 9).

Segundo Maíllo (2009), os negativos dos retratos se conservaram graças Ángeles do Nascimento Lorenzo, esposa de Alejandro, que os guardou em rolo dentro de uma caixa de um antigo pluviômetro. Anos mais tarde, em virtude de uma mudança, Alejandro encontra a caixa com os negativos fotográficos e solicita a Maíllo que reproduza, de modo digital, as doze imagens de seus familiares (MARTIN, 2016). Ao receber o arquivo, o artista surpreendeu-se com a memória antropológica do material e reportou-se às memórias mais remotas de sua vida no *pueblo* e das pessoas do ano de 1967. Embora bastante intrigado e inquieto com o material que ora detinha, realizou o trabalho e devolveu os negativos.

No entanto, não conseguiu desvincular as imagens de sua

memória e procurou a viúva de Alejandro para pedir-lhe autorização para analisar meticulosamente o acervo e posteriormente revelar as fotografias. Por ser um trabalho minucioso e delicado, “[...] foram horas de trabalho para ordenar e identificar as pessoas retratadas [...] só foi possível, graças à ajuda de Ángeles os demais antigos moradores de Mogarráz” (MARTIN, 2016, n.p.).

Ramirez (2012) pontua que no ano de 2008, Maíllo iniciou a pintura dos retratos em chapas de metal, utilizando a técnica encáustica (pinceis óleo e cera quente), transformando as imagens em tom de preto e branco em imagens coloridas, muitas vezes sob a observação de moradores que estavam sendo retratados, ainda vivos. Segundo o autor, o objetivo de Maíllo era concluir as pinturas em quatro anos (2008-2012), para realizar uma exposição temporária dos retratos no mês de agosto de 2012 em comemoração ao aniversário da cidade (MARTÍN, 2016). No entanto, o sucesso e aceitação da população foram tão intensos que a exposição se tornou permanente e Mogarráz se converteu em uma galeria de arte a céu aberto, com a exposição das feições de seus moradores, que nos difíceis anos da década de 1960, resistiram ao intenso processo migratório a que foram acometidos os povos serranos de Salamanca. A Figura 4 apresenta a colocação dos retratos no ano de 2012.

Figura 4 – Fixação dos retratos nas fachadas das residências em Morgarraz.



Fonte: Disponível em:

http://retratados388exposicion.blogspot.com.br/2014/03/montaje-de-la-extension_6936.html. Acesso em 16 mar. 2020.

Assim, gradativamente as casas da pequena cidade serrana foram sendo ornamentadas com as imagens dos seus habitantes, que outrora ali viveram e aos poucos retratos dos atuais moradores vão sendo incorporados ao acervo. A Figura 5 apresenta o professor e artista plástico Florencio Maíllo segurando um dos quadros do Projeto Artístico Retrata 2-388, em formato grande, em uma das ruas de Mogarraz, onde, desde 2012, encontram-se fixados, mantendo viva a memória dos antigos moradores e vizinhos.

Figura 5 – Florencio Maíllo e os retratos de Mogarraz

Fonte: Andrés (2017, n.p.).

De acordo com Ramírez (2012), por insistência dos moradores, Maíllo continua seu trabalho de retratar na forma de pintura, o povo mogarrenho. Robles (2019), destaca que nesse ano já havia aproximadamente 740 retratos de diferentes gerações, expostas nas casas espalhadas pelo *pueblo* e que exprimem a relação dos mogarrenhos com seu passado. Destaca-se que em todos os retratos, o artista registra na parte superior da imagem, o nome da pessoa representada, como forma de facilitar a identificação do morador. Muitos deles, são de pessoas fotografadas na época e que ainda vivem nas mesmas casas, ou seja, são os atuais moradores das residências que por vezes também acumulam imagens de gerações posteriores, compondo uma exposição etnográfica do grupo familiar de distintos períodos e gerações, ampliando o valor simbólico e afetivo com o lugar e sua gente. A figura 6 apresenta uma fotografia em que são

registrados a imagem de um morador na fachada da sua residência e sua imagem nos anos de 2019.

Figura 6 – Retrato com base nos negativos de 1968 e a mesma pessoa em 2019.



Fonte: Robles (2019, n. p.).

Nessa perspectiva, as imagens expressam um valor documentário que segundo de Kossoy (2001, p. 55), “[...] representam um meio de reconhecimento da cena passada, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sócio-histórico”. Na mesma direção Callai, (2004, p. 72) destaca que:

Compreender o lugar em que vive permite ao sujeito conhecer a sua história e conseguir entender as coisas que ali acontecem. Nenhum lugar é neutro, pelo contrário, é repleto de história e com pessoas historicamente situadas em um espaço maior, mas por

hipótese alguma é isolado, independentemente.

Portanto, o entendimento do que expressam os retratos para os moradores e turistas nos leva a compreender o lugar sob a ótica da identidade e do pertencimento. Nas palavras de Callai (2000, p. 84): “É fundamental neste processo, que se busque reconhecer os vínculos afetivos que ligam as pessoas aos lugares, às paisagens [...]. Neste sentido, o depoimento de Maricarmem expressa o apreço pelos retratos e a forma como eles identificam seu *pueblo*, sua gente.

Quando eu soube que Maíllo ia pintar os retratos, imaginei que seria interessante pois manteria viva a memória e a identidade dos antepassados mogarrenhos. Agora, cada vez que vejo a fachada da minha casa, me reporto aos meus pais e a saudade me aperta o peito. Quando saio pra trabalhar, ir ao mercado, lembro do meu tio, do meu padrinho e isso me faz ser responsável por cuidar da minha cidade também por eles, que um dia decidiram não a abandonar. É como se eles estivessem aqui, vivos. Em um tempo em que os valores estão mudando tão rapidamente, os retratos mantêm viva nossa história. Na casa que eu moro, já moraram, meus avós, meus pais e agora vive minha família. Nela já temos os retratos de duas gerações e em breve teremos a minha e de meus filhos (Maricarmem, 50 anos, Mogarrenha).

A identificação dos retratos também foi destacada por Álvaro e Paco, dois senhores (primos) bastante conhecidos no *pueblo*. Segundo eles, a atual fase do mundo globalizado exprime uma tendência de desvalorização dos valores locais e perda da identidade, e que os retratos mantêm viva a memória coletiva dos antepassados e identifica a origem dos habitantes e sua relação

com o lugar:

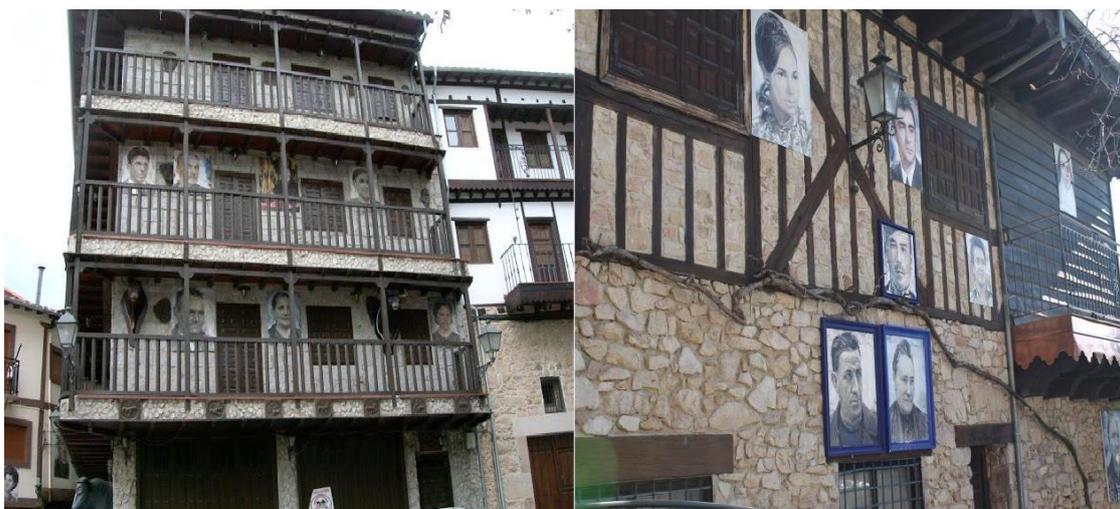
Para nós de Mogarraz, os retratos são uma memória presente dos antepassados. Hoje em dia, as gerações mais novas se preocupam em saber das novidades que veem na televisão ou na internet, não querem valorizar a história do lugar onde vivem ou saíram. Estes retratos nos remetem sempre ao passado, a nossa origem. Quando eu olho para eles me lembro a minha infância, dos meus parentes, da minha mãe. Lembro das festas do Cerdo de San Antón, do período de muita necessidade, dos tempos difíceis que vivíamos na época. Lembro até da senhora Quintina Sánchez Hernández, uma viúva que morava na mesma rua de nossa casa e que me colocava medo, por sua aparência sofrida, pelo habitual preto que vestia guardando luto pela perda do marido. Me recordo inclusive, das medalhas presas a sua capa e que eram do seu marido, um soldado morto na guerra. (Álvaro, 69 anos, mogarrenho)

Os retratos pra mim indicam o que é Mogarraz para sua gente. Eles são a prova de que pertencemos a ele. Cada retrato mostra para quem vive aqui ou para os visitantes o gosto e orgulho que temos deste pedaço de chão encravado na Sierra. Temos que ter orgulho de nascer neste lugar e de cuidar dele. (Paco, 74 anos, mogarrenho).

Os depoimentos de Maricarmem, Álvaro e Paco vão ao encontro dos estudos de Jacks (2014), ao afirmar que o consumo midiático estimula a perda de identidade local, ao proporcionar a oferta de bens, tendências, comportamentos, novidades, identidades, fantasias e desejos. No entanto, Callai (2000) entende que mesmo com a globalização e a tendência de padronização de valores, hábitos, entre outros, é no lugar que este processo se concretiza. Para a autora (2000, p. 84), “O espaço construído resulta da história das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e

como fazem/ usufruem do lazer”. A Figura 7 apresenta diferentes gerações de mogarrenhos expostas nas fachadas.

Figura 7 – Diferentes gerações apresentadas nas fachadas das residências em Mogarraz



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020).

Outro elemento destacado nas entrevistas, foi a mudança de postura da população mogarrenha em relação à receptividade dos turistas. A exposição dos retratos, sem dúvida, reforçou o turismo no município, à medida que se tornou mais um atrativo a ser oferecido e conseqüentemente um incremento na renda. No entanto, os nativos passaram a ter uma maior receptividade em relação aos visitantes e passaram a ter maior esmero em oferecer informações e expressam com orgulho a imagem e a memória de seus antepassados. A fala de Helena expressa essa mudança de postura da população local em relação os visitantes:

O que mais me surpreendeu foi o caráter social e

colaborativo e amistoso do nosso povo. Cada pessoa de nossa cidade se converteu em um anfitrião, contando histórias e recordações das pessoas e as histórias que envolvem a exposição. Nossa gente recebe bem os turistas e procura fazer com que eles se sintam bem aqui. (Helena, 45 anos, Mogarrenha).

O exposto por Helena vai ao encontro das afirmações Halbwachs (1990) e Carlos (2007), quando afirmam que o lugar possui memória, e essa é uma construção do passado no presente e, as mudanças no tempo e no espaço proporcionam a construção contínua desse pertencimento. Em contexto semelhante, Callai (2000) afirma que o lugar é passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido. Segundo a autora (2010, p. 34), “[...] esse sentimento de pertencimento é importante para os homens, para que eles possam se reconhecer como sujeitos de sua própria existência e consigam exercer sua cidadania.”.

Nessa direção, Mônica e Ellen estudantes estrangeiras que visitaram Mogarraz em 2015, expressam a noção de identidade e pertencimento percebidas. Segundo elas, os moradores com os quais tiveram contato, manifestaram a relação entre os retratos e a identidade com o lugar, que possibilitam que seu Pueblo esteja em relação com outros espaços, pessoas e lugares.

Nós ficamos encantadas com os retratos por toda a cidade. Tivemos curiosidade de saber o que as pessoas que moram naquele lugar pensam deles. Perguntamos às pessoas na rua, no restaurante, na pousada e constatamos que principalmente os mais velhos pensam que é bastante importante para eles manter viva a memória dos antepassados e que os retratos se confundem com a própria história do lugar. Para nós, ao andar pelas estreitas ruas de Mogarraz observando os

retratos e conversando com sua gente, ficou bem claro que os retratos representam o lugar e que as pessoas veem neles sua própria história ou a história dos seus antepassados. Até mesmo a dona da pousada onde ficamos que não nasceu ali, afirmou que os retratos se confundem com a própria história do lugar e que não é mais possível dissociá-los. (Mônica, 27 anos, chinesa. Ellen, 24 anos, alemã).

As constatações de Mônica e Ellen avalizam as constatações de Kossoy (2001), ao defender que as imagens expressam um “valor documentário, representam um meio de reconhecimento da cena passada, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sócio-histórico” (2001, p. 55). Na mesma direção, Callai (2000, p. 124) destaca que os “[...] Lugares do cotidiano de nossas vidas funcionam como laboratórios para compreender o mundo e as diferentes formas de vida do homem. Comprovando estas afirmações, a Figura 8 apresenta Mogarráz em dois períodos distintos. O primeiro revela os retratos da parede da igreja da *Virgen de las Nieves*, onde estão os retratos de pessoas, cujas casas foram destruídas, e outro retrato da parte mais recente da cidade.

Figura 8 – Retratos de moradores em que suas casas foram destruídas e em residências mais recentes.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016).

Em contexto semelhante, o depoimento de Jordana revela sua percepção em relação aos retratos:

Eu achei Morgarraz muito interessante e pra mim ficou evidente a percepção que a população de lá tem em relação aos retratos. Acredito que para os mais velhos que conhecem a maioria dos rostos, haja uma noção maior da importância de manter expostas as imagens que representam as pessoas que eles conheciam na década de 1960. Porém para os jovens, talvez não seja tão forte esta relação. No entanto, como os retratos destacam gerações cada vez mais jovens, acredito a importância dada, será cada vez maior (Jordana, 33 anos, brasileira).

Destaca-se que para entrevistados, a proposta dos retratos das pessoas nas casas promoveu distintas sensações, tanto para os moradores como os turistas, evidenciando a categoria lugar (SANTOS (1990, 1991, 1994), (CALLAI, 2000), vínculos afetivos (TUAN, 1983) da compreensão das relações e processo histórico nele estabelecidos (CARLOS, 2007).

Considerações Finais

O artigo identifica e avalia em que medida a população local e os turistas percebem a categoria Lugar nos retratos dos moradores nas fachadas das residências no município de Morgarraz, Espanha. Nesse sentido, percebeu-se que a população local mantém uma íntima relação de identificação com os retratos fixados nas fachadas das residências. Para elas, as imagens representam sua própria história por meio de seus descendentes, que em um período economicamente adverso, optaram em permanecer no *pueblo*, mantendo as construções e suas características culturais.

Revelou-se que os retratos compõem uma memória viva e presente para as novas gerações, que diariamente mantém contato com as imagens e com o que elas representam. Para os nativos, mostrar aos visitantes o seu *pueblo*, sua história por meio dos retratos, tem sido motivo de orgulho e de satisfação. Além disso, os retratos terem atraído visitantes de várias partes do mundo e tornarem-se atrativo turístico, proporciona uma nova dinâmica econômica ao município e à região da *Sierra de Francia*, contribuindo para a desaceleração do êxodo populacional na região.

Constatou-se que a exposição dos retratos nas fachadas, promoveu alterações na forma como a população local recebe os turistas. Por se tratar de seus antepassados, com os quais há um vínculo afetivo forte, os mogarrenhos passaram a ser mais receptivos, prestando informações gentilmente, orientando os

turistas de forma mais cortês, amistosa e gentil.

Evidenciou-se que para os turistas, as opiniões divergem. Enquanto a maior parcela percebe que os retratos representam uma identificação com lugar, com o território e é uma forma de manter viva e presente a memória e a identidade dos antepassados, para outros, eles representam uma forma de atrair turistas para visitar *pueblo* e pouco evidenciam as características do conceito de lugar na geografia.

Por fim, de modo geral, verificou-se que os retratos de Mogarraz, refletem a categoria Lugar na geografia, à medida que promovem a identificação com o território, a noção de pertencimento e interconectam os moradores com sua história e sua gente.

Referências

ANDRÉS, J. P. El proyecto de Mogarraz es la cartografía humana de todo un Pueblo. *Diário de Valladolid*, 12 de agosto de 2017. (n.p.). Disponível em: <http://www.diariodevalladolid.es/noticias/valladolid/elproyecto-mogarraz-es-cartografia-humana-todo-pueblo_94750.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BUTTNER, Anne. Campo de Movimiento y sentido del lugar. In: RAMÓN, Maria. Dolors. Garcia. (org.) *Teoria y Método em la Geografia Anglosajona*. Barcelona, Ariel, 1985.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo: o lugar na geografia. In: CASTROGIOVANNI, Antônio. (Org). *Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. 7ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 83 a 131.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8, 2004, Coimbra. *Anais...* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. p. 01-10.

CALLAI, Helena Copetti. Escola, cotidiano e lugar. In: BUITONI, Marisia Margarida Santiago (Org.). *Geografia: Ensino Fundamental - Coleção Explorando o Ensino*. Brasília: Ministério da Educação, 2010. p. 25-42.

CARLOS, Ana Fani. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELLS, Manoel. *O poder da identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

CRUZ, Valter do Carmo. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBERT, Rogério. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007. Cap. 05, p. 93-122.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 65-83, jul./dez., 2000.

FLICK, Uwe. *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso, 2013.

HAESBAERT Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico

Guilherme. B. de; HAESBAERT, Rogério. (Orgs.). *Identidade e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acess, 2007. p. 33-56.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JACKS, Nilda et al. *Jovem e consumo midiático: dados preliminares do estudo piloto e da pesquisa exploratória*. Associação Nacional dos programas de Pós-Graduação em Comunicação. In: XXIII Encontro Anual da Compós, 2014, Pará. *Anais...Universidade Federal do Pará*, 2014. p. 1-18.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em geografia cultural. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Lugar, Identidade e Imaginário, Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004. p. 157-179.

MAÍLLO, Cascón Florencio. *La fotografía como esencia gemela. Una cartografía antropológica de Mogarraz*. La Peña de Mogarraz. XXXIIV aniversário. n. 5, 2009. D.L: AS: 3572-2005. p. 42-55.

MARTIN, Henar. Los últimos de la Sierra de Francia. *Diário de Valladolid*, 18 nov. 2016. (n. p.). Disponível em: <http://www.diariodevalladolid.es/noticias/laposada/ultimos-sierra-francia_72381.html>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida Medeiros. O lugar como uma construção social. *Revista Formação* (Presidente Prudente), n. 14, v. 2, p. 48-60, 2008.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, Fernando Castro. *Retratos de Mogarráz por Florencio Maíllo*. Cultumaramas, 30 ago. 2012. (n.p.) Disponível em: < <http://www.culturamas.es/blog/2012/08/30/retratos-de-mogarráz-por-florencio-maíllo/>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

ROBLES, Kelu. Mogarráz se retrata. Así es el pueblo de las 650 caras. *Etheria magazine*. (2019). Disponível em: <https://etheriamagazine.com/2019/10/07/que-ver-en-mogarráz-pueblo-de-retratos-salamanca/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática, 1991.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*, São Paulo, Hucitec, 1994.

TUAN, Yi-FU. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

YIN, Robert K. *Estudo de caso – planejamento e métodos*. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

DO TERRITÓRIO GEOGRÁFICO AO ARQUEOLÓGICO (E VICE- VERSA) NA REGIÃO MISSIONEIRA DA FRONTEIRA “BRASIL- ARGENTINA-PARAGUAI”

Amália Inés Geraiges Lemos¹
Rosalina Burgos²

Breve introdução: encontros na fronteira

Uma abordagem geográfica sobre os temas das missões jesuíticas guarani incorrerá, de modo geral, no tratamento de base bibliográfica majoritariamente produzida pelas áreas de História, Antropologia e Arqueologia. Estas, por sua vez, recorrentemente citam as bases primárias de origem primordial do clero.

A partir a proposta de realização de estudos sobre aspectos da formação territorial de países do cone sul-americano, a pesquisa localizou um conjunto de sítios arqueológicos das antigas missões jesuíticas guarani, no perímetro da denominada região missioneira, na divisa entre Brasil, Argentina e Paraguai³. Tal “descoberta” geográfica foi um convite (e uma necessidade) de fomentar o diálogo entre Geografia e Arqueologia.

¹ Professora Sênior do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e do PROLAM da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). E-mail: amain@usp.br

² Doutora em Geografia Humana (USP); Docente do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades –DGTH -UFSCar; Sorocaba, São Paulo, Brasil. E-mail: rburgos.ufscar@gmail.com

³ Conferir: Burgos; R. Espaços públicos em centros históricos da América Latina: gênese, transformação e utopia. Relatório de Pesquisa. Pós-Doutorado realizado sob supervisão de Amália Inés Geraiges Lemos. PROLAM/USP, 2017-2018. 140p. (Documento)

De início, e como forma de delimitar quais missões seriam contempladas para realização do estudo no vasto território missioneiro, foram consideradas algumas daquelas situadas no território fronteiriço nas proximidades dos rios Uruguai (divisa entre Brasil e Argentina) e Paraná (divisa entre Argentina e Paraguai) os quais definem a Província de *Misiones* na Argentina, região também conhecida como “mesopotâmia” sul-americana. Assim, o território de fronteira das missões jesuíticas guaranis (Brasil, Paraguai e Argentina), foi definido como área de estudo sobre processos históricos identificados no contexto latino-americano, mais especificamente do denominado *Cone Sul*⁴.

Segundo Custódio (2012, p.2):

As fontes primárias de informação disponíveis sobre as missões são constituídas principalmente por documentos produzidos pelos padres da Companhia de Jesus, em suas cartas e relatórios periódicos, pela correspondência oficial espanhola e portuguesa, assim como por relatos e diários de viajantes. Contemporaneamente, estudos desenvolvidos diretamente sobre os remanescentes arquitetônicos, arqueológicos e artísticos têm permitido aportar novos aspectos, relacionados, por exemplo, ao cotidiano nas reduções, contribuindo para complementar esse enorme quebra-cabeça.

Ao adentrar os sítios arqueológicos que reúnem as ruínas das missões jesuíticas guaranis há o encontro com a gênese de um processo de ocupação e produção espacial sob os desígnios da racionalidade e do projeto colonial hispânico. Segundo Custódio (2012, p.5-6),

4 A definição mais difundida do denominado *Cone Sul da América Latina* é de uma região geográfica que integra Uruguai, Argentina, Chile, sendo que algumas versões incluem Paraguai e ainda o Brasil.

A ocupação do Rio da Prata, segundo Darcy Ribeiro, não se fez a partir de núcleos implantados na desembocadura, como seria de esperar. Processou-se desde um ponto de fixação assentado nas barrancas do Rio Paraguai, no interior do continente, a cidade de Assunção, nascida como pouso de aventureiros espanhóis que buscavam a serra de Prata, cuja suposta existência já dera nome à região inteira. (...) A cidade de Assunção fundada em 1536 por Juan de Ayala, passou a ser o principal ponto de referência no processo de conquista e colonização das terras tradicionalmente ocupadas por nações nativas de Charrua e Guaraní. Estrategicamente situada no centro geográfico do Continente, vinculava-se pelos rios Paraná, Paraguai, Uruguai ao Rio da Prata e possibilitava ainda o acesso ao Alto Peru, atual Bolívia, onde se encontravam as cobiçadas jazidas de minérios de Potosí.

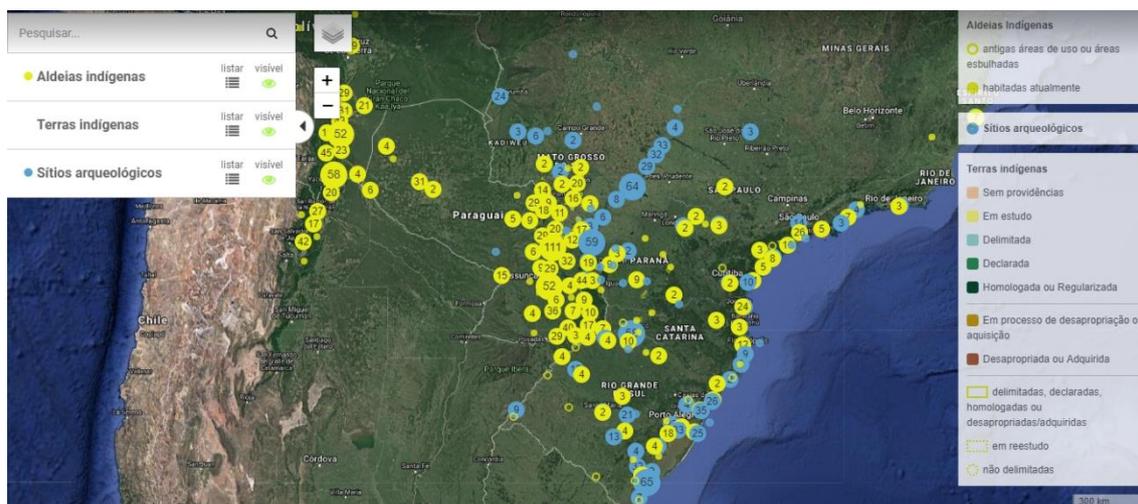
Em decorrência do Tratado de Madri, acordado entre Portugal e Espanha no ano de 1750, com base no qual os Sete Povos das missões (São Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista, São Miguel Arcanjo e Santo Ângelo), situados no oeste do atual território do Rio Grande do Sul, deveriam ser abandonados, uma vez que aquelas terras (banda oriental do Rio Uruguai) estariam sob domínio da coroa portuguesa que, por definitivo, entregaria a Colônia do Sacramento para a coroa hispânica que, ademais, já vinha realizando ataques à mesma desde sua fundação. A reação dos guaranis foi reagir com luta, do que resultou o aniquilamento da população, seguido de fuga para as margens opostas ao Rio Uruguai. Neste contexto os jesuítas, representantes da controversa Companhia de Jesus, foram expulsos de Portugal (1759), da Espanha (1767) e da América (1768). Com base em Ramos (2006:16-17) é possível dimensionar o quão

perverso foi este período que culminou com verdadeiro massacre dos indígenas guaranis daquelas reduções,

O fator principal que ocasionou a decadência dos Sete Povos foi sua localização em uma zona de contestação entre Espanha e Portugal. O Tratado de Tordesilhas firmado em 1494, já não era respeitado há muito tempo, e a fundação da Colônia do Sacramento no atual Uruguai pelos portugueses impedia o avanço dos domínios espanhóis, sendo então cobiçada por esses, já que se localizava em um lugar estratégico que auxiliaria na implantação do monopólio comercial espanhol. Esse interesse por Sacramento deu origem ao Tratado de Madrid assinado entre Portugal e Espanha em 1750. Portugal abriria mão da Colônia de Sacramento em troca da região dos Sete Povos das Missões, que deveriam ser liberadas por seus habitantes que teriam de migrar para o lado do domínio espanhol. (...) Esse tratado desencadeou a resistência dos Guarani dos Sete Povos que perderiam seu patrimônio, terras, estâncias e tudo aquilo que haviam construído. Essa resistência gerou a Guerra Guaranítica. Os dois exércitos europeus se uniram contra os índios dos Sete Povos da Missões que lutaram em pequenas guerrilhas até 1756 contra ambos. Foi um banho de sangue onde os Guarani missioneiros foram as vítimas frente ao poderoso armamento dos inimigos. Cerca de mil índios missioneiros foram executados.

No contexto da América Latina, como já indicado, destacamos os povos guaranis na denominada Bacia do Rio da Prata. A pesquisa deparou com o perímetro do que foi o vasto território da nação guarani. Presente em grande extensão da Bacia do Prata, estende-se do sopé da Cordilheira dos Andes, na Bolívia, até a faixa costeira atlântica, configurando um território transfronteiriço que abriga aldeias e sítios arqueológicos na atualidade (Figura 01).

Figura – 01



Aldeias indígenas guaranis contemporâneas e sítios arqueológicos em territórios pré-históricos guaranis (2017). O número indicado em cada círculo corresponde à quantidade de unidades numa determinada localidade. Fonte *guarani.as.map* acessado em 10/04/2018

Desse modo, a pesquisa incorporou essa área de estudo à análise em relação ao longo processo que define a interface do encontro entre os colonizadores (Espanha e Portugal e as instituições correlatas do período da colonização) e os povos originários deste território, com destaque para os guaranis que, no transcurso do processo de formação territorial se fazem presentes de forma profundamente conflituosa e resistente.

A terra-sem-males e o *ñande reko* guarani

É sabido que os guaranis não conhecem as fronteiras geopolíticas criadas com base no processo históricos deflagrado no período colonial inscrito numa racionalidade eurocêntrica. Os rios comumente utilizados pela civilização moderna como limites administrativos (sendo inclusive uma das principais feições naturais

do terreno a ser usada como limites das fronteiras internacionais) são concebidos pelos guaranis como meio de integração e articulação territorial, meio de sobrevivência (a pesca e o abastecimento hídrico), de transporte (são excelentes canoeiros) e de unidade identitária de seu território. De acordo com Souza (2016, p.11):

As fronteiras entre o sul do Brasil e o Uruguai, a Argentina e o Paraguai foram construídas sobre o território de ocupação de diversos grupos originários americanos, principalmente dos falantes de variações da Língua GUARANI, criando barreiras geopolíticas internacionais exatamente sobre os rios que serviam e ainda servem como eixo da vida desses grupos.

A característica que os marca enquanto uma população nômade, na verdade deve ser compreendido dentro de um território vasto que é usado de modo cíclico que permite justamente a sua permanência. De acordo com CUSTÓDIO (2012, p. 4-5),

Os Guaranis viviam em amplos territórios com limites difusos, que asseguravam uma zona de transição entre um aldeamento e outro. Buscavam localizar suas casas em terrenos altos e arejados, onde as casas-habitação tinham uma relação fundamental com o terreiro/prança, a oka, local em que se realizavam os convites e as reuniões.

A denominada “Terra-sem-males” recorrentemente citada nos escritos sobre sua cosmovisão de mundo, não seria exatamente uma terra ainda não alcançada que eles procurariam sem fim, mas um modo de ser e estar no mundo:

Segundo Meliá⁵ eles vão em busca da terra sem mal. “A terra sem mal é antes de tudo a terra boa, fácil de ser cultivada, produtiva, suficiente e amena, tranqüila e aprazível, onde os Guaranis podem viver em plenitude seu modo de ser autêntico”. Diz ele ainda, “Entendemos por modo de ser o que em Guaraní vem expresso por ñande reko, um conceito cuja semântica é sumamente rica”. Citando Montoya em sua obra Tesouro da Língua Guaraní de 1639, “modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume”. CUSTÓDIO, 2012, p. 4).

Ou seja, a “Terra-sem-males” é aquela que oferece as condições ideais de permanência harmônica num determinado lugar do território. Condições como a fertilidade do solo, abundância de mata e água, sustentabilidade populacional em relação aos recursos e espaços habitáveis. De acordo com Meliá (1990, p. 33-34):

As evidências arqueológicas mostram que os Guaraní chegaram a ocupar as melhores terras da bacia dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, e do sapé da Cordilheira. São terras especialmente aptas para o cultivo do milho, da mandioca, de vários tipos de feijão, abóbora, batata e amendoim. São terras nas quais a técnica agrícola de roçado permite uma produção altamente satisfatória.

Na expectativa de encontrar novos caminhos interpretativos – ou ao menos novas perguntas para o escopo da pesquisa em andamento – estivemos no território das missões jesuíticas guaraníes na faixa de fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. De acordo com Pereira (2013, p. 44-45)

⁵ Nota do autor. MELIÁ, Bartomeu, Los Guaraní Chiriguano - Nuestro Modo de Ser. CIPCA, La Paz, 1988, p.23, 29. Tradução do autor.

as ruínas de São Miguel Arcanjo foram propostas pelo Estado brasileiro para serem reconhecidas como patrimônio cultural da humanidade em 1983. A partir de tal iniciativa formalizou-se à UNESCO uma proposição que acabou englobando as basilares Missões Jesuíticas edificadas na América do Sul. Deste modo, em 1985 acabaram sendo inscritas e passaram a integrar a Lista do Patrimônio Mundial as Ruínas de São Miguel, localizadas no município de São Miguel das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil; Santa Ana, San Ignacio Mini, Nuestra Señora de Loreto e Santa Maria Mayor, assentadas em território atual da Argentina. Anos depois, em 1990, passaram a integrar a Lista do Patrimônio Mundial a Missão de Chiquitos, na Bolívia e, em 1993, as Missões de Trinidad e de Jesus, ambas encetadas em território presentemente do Paraguai.

Ainda segundo Pereira (2013, p. 53), *Dos Sete Povos da Banda Oriental do Uruguai* fundados na segunda fase das Missões, permanecem os vestígios arqueológicos de São Lourenço Mártir, São Nicolau, São João Batista e São Miguel Arcanjo. As antigas reduções de São Borja, São Luís Gonzaga e Santo Ângelo tornaram-se municípios e importantes polos econômicos na região noroeste do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil.

Em julho de 2017 foi realizado trabalho de campo em parte do denominado território missioneiro, no qual visitamos alguns dos sítios arqueológicos das antigas missões jesuíticas e em acervos localizados em Universidades da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. O trabalho de campo realizado num roteiro definido para visita de alguns dos sítios arqueológicos, cujas ruínas se constituem em patrimônios tombados (ou em processo de tombamento pelas leis do patrimônio), bem como o levantamento bibliográfico especializado em centros de documentação (a exemplo do Centro de Cultura Missioneira na Universidade Regional Integrada em

Santo Ângelo) contribuíram para uma perspectiva geográfica em diálogo com as demais áreas do conhecimento.

Foram visitadas as seguintes missões, indicadas na lista em ordem cronológica de fundação, e indicação do país onde cada uma se encontra na atualidade. Vale destacar que no período de sua existência todas se encontravam em território de colonização da coroa espanhola: Nossa Senhora de Loreto (1610), Argentina; Santo Inácio Mini (1610), Argentina; São Nicolau (1626), Brasil; São Miguel (Arcângelo) (1632), Brasil; Sant'Anna (ou Santa Ana) (1633), Argentina; Jesus de Tavarangué (1685), Paraguai; São Luís (Gonzaga) (1687), Brasil; São Lourenço (Mártir) (1690), Brasil; São João Batista (1697), Brasil; (Santíssima) Trindade (1706), Paraguai; Santo Ângelo (Custódio) (1707), Brasil.

Na atualidade, fatores de permanência incluem a segurança em relação às ameaças externas (que podem ser traduzidas pelos fenômenos da urbanização e industrialização, os avanços do agronegócio de modo sistemático e monoculturas diversas que atestam o avanço de latifundiários sobre terras indígenas mesmo quando demarcadas) estariam na base no seu movimento cíclico e permanente e que atravessa e que se reproduz no decurso do tempo histórico:

A suposição de que a 'tradição' GUARANI entrou em decadência com a expansão colonial é o substrato ideológico que fundamenta a problemática que se tornou clássica na etnologia GUARANI: a busca da *Terra-sem-Mal*. (...) Hoje, a arqueologia e a etnologia convergem ao demonstrar que a mobilidade dos grupos familiares é um traço característico dos povos Tupi-GUARANI desde milhares de anos (...). (SOUZA, 2016, p. 16).

A região fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, mais exatamente na Província de Misiones na Argentina, caracteriza-se como área *coure* do território guarani que se estende sobre os mesmos terrenos ancestralmente ocupados, alcançado, de um lado, o litoral atlântico brasileiro e, de outro, o sopé dos Andes em direção às terras baixas bolivianas. De acordo com Souza (2007:17)

(...) a mesopotâmia Uruguai-Paraná tornou-se refúgio para os grupos GUARANI escapando da pressão sobre a terra e da tutela indigenista brasileira (e também da Argentina), por ser a região que resistiu por mais tempo ao processo de exploração comercial das florestas e à ocupação produtiva pela 'revolução verde'. Trata-se da atual Província de Misiones (Argentina), que concentra hoje a maior parte das comunidades GUARANI (segundo "Informe" da antropóloga Ana Gorosito Kramer, 2007).

Os desafios que se apresentam para os povos indígenas hoje são incontáveis. A incompreensão sobre quem são, onde e como vivem, é apenas uma faceta de um processo de silenciamento e negação da sua presença entre nós. Esse fato implica nas cisões e segregações que se amalgamam na gênese e decurso dos espaços públicos em nossa sociedade onde segmentos que constituem parte de nossa sociedade praticamente não aparecerem ou, quando se fazem presentes, é um modo conflituoso. Se as situações de conflitos têm a potência de expor os conteúdos sociais que estão na essência mesma da sociedade e do espaço que esta produz, então a presença contraditória dos indígenas nestes espaços muito tem a revelar. Estamos de acordo com Souza (2016, p.19) quando afirma que:

A historiografia oficial brasileira transformou os GUARANI em 'estrangeiros em sua própria terra' (de maneira similar ao que Meliá, 1988, aponta para o caso do Paraguai), reduzindo-os a personagens do passado, ao mesmo tempo em que há apenas o reconhecimento da incorporação de poucos elementos culturais GURARANI na composição da identidade do gaúcho rio-grandense (o chimarrão, por exemplo), como se os povos GUARANI tivessem desaparecido completamente. O ciclo histórico dos Sete Povos das Missões⁶ foi, durante muito tempo, tratado como parte de um capítulo marginal (porque estrangeiro) da história do Rio Grande do Sul, porque esses povos foram integrados como vassalos do rei de Espanha pelos jesuítas coloniais e também porque eles integravam parte dos 30 Povos Guaranis existentes na 'Província do Paraguai', configurando um domínio originário que a conquista portuguesa precisou anular dos documentos e que os brasileiros fizeram recair no esquecimento historiográfico.

O convívio entre espanhóis e os indígenas, ainda que numa relação desigual e marcada pela violência dissimulada (ou explícita) do caráter evangelizador das missões, resulta na produção de um espaço que inevitavelmente incorpora traços da cultura guarani, a exemplo dos ornamentos cunhados nas paredes das edificações, onde é possível identificar a feição de anjos com traços indígenas e desenhos e flores e plantas típicas da região.

Em relação às permanências intrínsecas ao território em questão, notamos a presença do cipó-imbé nos terrenos das antigas reduções que era considerado sagrado, e assim segue sendo, e utilizado pelos pajés. Segundo Ramos (2006, p. 5),

⁶Nota do autor: Os jesuítas espanhóis fundaram sete povoados missioneiros com os GUARANI na chamada Banda Oriental do rio Uruguai, em território que corresponde ao atual noroeste do Rio Grande do Sul.

O nível cultural dos Guarani se destaca, segundo Dionísio Gonzáles Torres (1987: 11-14), não por grandes monumentos ou por escrituras, mas por aspectos que deixaram benefícios a humanidade. Entre conhecimentos, estão como mais importantes a língua, que se difundiu e se mesclou às línguas latinas da América do Sul, e também, as práticas agrícolas como o cultivo da mandioca, do tabaco, da erva mate, do milho entre outros, além da descoberta das propriedades medicinais de várias plantas nativas. Quando os missionários da Companhia de Jesus e demais europeus chegaram nessa região não conseguiram compreender o nível cultural dos Guarani dentro do ecossistema em que estes estavam inseridos.

Figura 02 – Cipó-imbé, na Missão Jesus de Tavarangué, Paraguai e Cipó-imbé, na Missão de São Miguel, Brasil



Fonte: Fotos de Burgos, R. Julho, 2017.

Ainda de acordo com Custódio (2012:7),

(...) durante mais de cento e cinquenta anos os missionários jesuítas conviveram com os Guaranis, em diferentes regiões, estruturando o sistema reducional que em seu apogeu foi constituído por uma rede de trinta povoados, articulados por estradas, portos e ligações fluviais, entre estâncias de gado, lavouras e ervais,

chegando a envolver cerca de 150 mil índios e a 457 jesuítas.⁷

Equívoco supor que, apesar das condições adversas impostas por uma relação desigual desmedida (dominadores e dominados), os saberes do povo guarani tenham sido apenas destruídos. Antes, parece mais plausível, seus conhecimentos prévios do território foram amplamente utilizados e hoje ainda permanecem.

O processo de fundação das missões jesuíticas guarani na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai

Entre o século XVII e XVIII foram fundadas cerca de trinta missões jesuíticas guaranis (ou reduções) no território denominado como mesopotâmia junto a terras banhadas por rios que integram a Bacia do Prata (com destaque para o Rio Uruguai na divisa atual do Brasil com a Argentina, e do Rio Paraná, na divisa da Argentina com o Paraguai).

Das referências apresentadas, e em seu conjunto, depreende-se que o território ocupado pelo avanço dos empreendimentos da Companhia de Jesus na América Latina produzirá, no contexto da Bacia do Prata, dezenas de missões jesuíticas (ou reduções) em território de ocupação pretérita dos indígenas guaranis, marcado por conflitos e interesses diversos. Encontramos as configurações de uma região marcada pela presença indígena e de disputas territoriais passadas e que, de modo geral, segue com

⁷ FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus Pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires, (Imprenta Balmes), 1969. p.315.

tensionamento ainda hoje (conflitos entre grandes propriedades do agronegócio e as terras indígenas demarcadas, entre outros). De acordo com Ramos (2006, p. 2),

Há que se explicar, porém, a formação da atual região por uma construção histórica que deve ser analisada desde a ocupação das etnias Guarani, Kaingang e Charrua nesse território, as posteriores experiências reducionistas aplicadas pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus e as inúmeras divergências entre portugueses e espanhóis que, através de tratados e conflitos promoveram, durante anos, a mobilidade dessas fronteiras. Este fator é importante na medida em que implicou na formação espacial dessa região. Não se pode esquecer também o período posterior ao fim das reduções, quando aconteceu o processo colonizador do território em questão, fator que, aliado aos anteriores, definirá as características étnico-culturais da população assim como as conhecemos hoje.

Encontramos em Meliá (1990, p. 11-13) uma obra de grande contribuição. A seguir está uma apresentação geral e detalhada do que foi o processo de conformação do território das missões jesuíticas guaranis, que se entendeu por um século e meio. A longa citação merece ser feita e suas informações consideradas integralmente:

Quando os missionários espanhóis entraram, pelo ano de 1626, no atual Rio Grande do Sul, os Guaraní não eram menos de 100.000 pessoas, conforme documentos da época. Quase toda essa população (...) se juntou em 15 povoados que chamavam de Reduções. (...) De fato, aí começou a se desenvolver uma economia de abundância e uma vida cultural e religiosa notáveis. Chegaram, porém, os bandeirantes paulistas e, entre 1635 e 1640, devastaram aqueles povoados, mataram aos que resistiam e ainda levaram mais de 30.000 índios cativos para serem vendidos como escravos. Os que restaram passaram para

o outro lado do rio Uruguai, atual Argentina. Depois, índios e missionários reagiram e derrotaram as novas bandeiras em várias batalhas. Os índios puderam voltar para as suas antigas e queridas terras. Ressurgiram assim os famosos Sete Povos: São Nicolau, São Miguel, São Borja, São Luís, São Lourenço, São João e Santo Ângelo. Nestes sete povoados, em 1732, se contavam novamente em número de 32.867, possuindo templos admiráveis, ricas plantações de erva mate, estâncias com incontáveis cabeças de gado e uma produção agrícola mais que suficiente. Mas aquela paz e tranquilidade ia ser outra vez abalada. O tratado de Madrid, assinado pelos governos de Espanha e Portugal, determina que os Guaraní deveriam deixar os Sete Povos e abandonar as suas terras. Os índios se revoltaram e se opuseram aos exércitos de espanhóis e portugueses. (...) os índios foram vencidos, massacrados e dispersos. Um novo golpe aconteceu quando, em 1768, os missionários jesuítas, que tinham trabalhado com os índios por mais de 150 anos, foram expulsos. Nesse ano os índios eram ainda 22.349. (...) a população guaraní tinha caído, em 1801, para 14.010 indivíduos. Em 1827, nos Sete Povos eram só 1.874. Em 200 anos de 'civilização' (de 1626 a 1827) o povo guarani foi objeto de um verdadeiro genocídio, que só se compara com o holocausto dos judeus no regime nazista.

Os denominados trinta povos existiram nas terras dos atuais territórios do Paraguai, Argentina e Brasil. Em território do Paraguai atual existiram Santo Inácio-Guaçu, Cosme e Damião, Trindade, Jesus, Santa Rosa, Encarnação; São Tiago Apóstolo; Nossa Senhora da Fé. Na Argentina Santo Inácio-mini, Sant'Ana, Loreto, Candelária, Corpus Christi, Conceição; São Carlos, São José, Apóstolos, Santa Maria Maior; São Xavier, Mártires; São Tomé; Santa Cruz e Japeju. No Brasil (Rio Grande do Sul) foram fundadas as missões de São Francisco de Borja, São Nicolau Bispo, São Luiz Gonzaga, São Lourenço Mártir, São Miguel Arcanjo, São João Batista e Santo Angelo Custódio (Sete Povos das Missões) (Figura 03).

(...) Tendo vigorado por mais de um século e meio, desde a fundação da primeira redução, em 1610, mediante concessão da coroa espanhola à Companhia de Jesus para empreendimento de conquista espiritual dos indígenas, até o ano de 1768, quando os jesuítas acabaram expulsos da América, a experiência histórica das missões gerou traços marcantes e controversos junto aos grupos familiares e coletividades Guarani. Representante do avanço mercantilista, inserida no empreendimento colonial, a empreitada levada a cabo pela Companhia de Jesus esteve alicerçada tanto na esfera espiritual como material. Esferas de natureza prático-simbólica relacionadas, pois a conquista pela fé, representada pelo aumento dos aldeamentos e o incremento da catequização indígena durante os séculos XVII e XVIII, e a multiplicação dos títulos de *mita* e *encomienda*, caminharam lado a lado na estabilização da presença ocidental entre os Guarani no Cone Sul da América.

Bruxel (1987) igualmente discorre detalhadamente sobre este período de apenas 25 anos nos quais foram criadas as mais de 30 reduções. Vejamos:

(...) Na região do Guáira (bacia dos rios Paranapanema e Paraná até a foz do Iguaçu) surgiram: Loreto (1610), Santo Inácio Mini (1610), São Xavier (1622), São José (1625), Encarnação (1625), São Paulo (1626), São Miguel (1626), São Pedro (1627), Sete Arcanjos (1628), São Tomé (1628) e Jesus Maria (1628). Ante a devastação dos bandeirantes, os índios fugiram para o sul (1631). Assim, nomes de várias Reduções do Guáira reaparecem na região do Paraná. Nesse mesmo ano de 1631 iniciaram as fundações na região do Itatim (a 500km ao norte de Assunção): Anjos (1631), São José (1631), São José (1631), São Benito (1632), Natividade (1632), Santos Apóstolos Pedro e Paulo (1633) e Encarnação (1633). Na região do Paraná-Uruguai (bacias dos rios Paraná e Uruguai) foram fundadas, à margem direita do rio Uruguai: Santo Inácio Guaçu (1610), Itapua (1615), Conceição (1619), Japeju (1627), e São Xavier (1627); e ainda, à margem esquerda do mesmo rio, nas bacias dos rios Ijuí,

Ibicuí e Jacuí e no planalto central do atual Rio Grande do Sul: São Nicolau (1626), Candelária (1627), Caaró (1628), Pirapó (1628) (Nota do autor: Caaró e Pirapó foram arrasadas pelos índios, alguns dias após sua fundação. No ano seguinte, Caaró ressurgia das cinzas e do sangue dos Mártires; mas Pirapó estava definitivamente extinta. Os fundadores destas duas Reduções são os Beatos Mártires: P. Roque Gonzalez de Santa Cruz e P. Afonso Rodríguez (...) e João del Castilho), São Carlos (1631), Apóstolos (1631), São Miguel (1632), Santa Teresa (1632), São José (1633), Jesus Maria (1633), Natividade (1633), São Joaquim (1633), Sant' Ana (1633) e São Cristóvão (1634). (BRUXEL, 1987, p. 14-15)

Em linhas gerais, todo o processo transcorreu em duas fases, ou períodos. Ramos (2006:9) sintetiza de forma clara estes dois momentos. O autor explica que a primeira fase,

ficou marcada pelo confronto entre os missionários e bandeirantes. Mesmo antes da fundação de reduções nesse território, esse confronto já acontecia nas regiões de Guairá e Itatim, na margem esquerda do rio Paraná. A fundação de reduções na região do Tape foram estabelecidas tanto como forma de proteger as fronteiras da América Espanhola como para fugir a esses freqüentes ataques de bandeirantes paulistas em busca de mão-de-obra indígena, o que efetivamente não deixou de acontecer. A região dos rios Paraná e Uruguai apresentavam as características necessárias para o desenvolvimento das reduções, com grandes campos, florestas e terras férteis. Porém, não conseguiram impedir os ataques dos bandeirantes paulistas. Inúmeras reduções foram fundadas, mas não conseguiram manter-se devido às cruéis intervenções dos escravizadores de indígenas.

Em decorrência das adversidades enfrentadas pelo empreendimento dos jesuítas da Companhia de Jesus, teve início uma nova estratégia de formação e perpetuação das missões que

deu origem ao segundo período. A respeito, Ramos (2016, p. 9-10) expõe que,

Os ataques dos bandeirantes paulistas às reduções localizadas no atual Rio Grande do Sul, acontecidos principalmente entre 1627 e 1630 fizeram com que os padres, acompanhados dos indígenas, transmigrassem para o lado ocidental do Rio Uruguai, para o atual território da Argentina. Os padres só conseguiram lograr sucesso após o enfrentamento com os bandeirantes, destacando-se neste processo a Batalha de Mbororé, quando os Guarani, autorizados a utilizar armas de fogo, após intensas tratativas realizadas pelo padre Antonio Ruiz de Montoya na Espanha, sob comando jesuítico, derrotaram a bandeira comandada por Jerônimo Pedroso de Barros. A partir desse instante é que os jesuítas encontraram trégua para reestruturar seus projetos reducionistas. Começa nesse momento o segundo ciclo missionário com a fundação dos trinta povos nos atuais territórios da Argentina, Paraguai e Brasil. A primeira redução a ser fundada, nesta segunda fase, no atual território riograndense, foi a de São Francisco de Borja, em 1682.

Mais detalhadamente sobre o início do segundo período, que dá origem à formação dos Sete Povos das Missões,

A fundação da colônia do Santíssimo Sacramento no rio da Prata, em 1680, e as descidas constantes dos portugueses para o sul, em busca do gado e de comunicação com o seu entreposto comercial meridional, fez com que a política espanhola impelisse os jesuítas e catecúmenos guaranis a cruzarem novamente o rio Uruguai, fundando a redução de São Francisco de Borja, em 1682, iniciando outra fase missionária, que durou até 1768, sob a orientação da Companhia de Jesus. (FLORES, 1983, p. 22 apud Ramos, 2006, p. 11).

O processo como um todo se caracterizou como perverso em relação à concepção indígena acerca deste território que

originalmente não conhecia fronteiras que o fragmentasse. Tal situação não recai somente sobre os guaranis reduzidos nos séculos XVII e XVIII, mas também para aqueles que a partir da destruição sumária das missões ficaram à deriva entre terras da coroa portuguesa e espanhola, o que na atualidade segue valendo no contexto dos países fronteiriços onde se concentram os povos de língua guarani, com destaque para Paraguai, Brasil e Argentina, e parte da Bolívia.

Considerações Finais

Um recuo no tempo histórico de longa duração situou a gênese da formação territorial de cada país para além do período colonial (na sua pré-história ou no período pré-colonial) considerando as formas de uso e apropriação do espaço dos povos indígenas. Encontrou-se neste procedimento os sítios arqueológicos que abrigam as ruínas das antigas missões, incorporando aspectos da cosmologia guarani na formação territorial, hegemonicamente concebido segundo a racionalidade eurocêntrica. Tal aproximação demonstrou o quão distante estamos de alcançar um entendimento sobre a América Latina. Insuficiente é substituir pensadores e teóricos do velho mundo por referenciais de pensadores latino-americanos; este é um passo importante, porém é preciso admitir que existe um verdadeiro abismo entre nossa intencionalidade em escrever uma Geografia autóctone latino-americana e os conhecimentos e visões de mundo dos povos originários desse continente.

Por fim, cabe ressaltar que as missões consolidavam um sistema articulado de produção e troca de produtos, sendo o excedendo exportado para a Europa através da Bacia do Rio da Prata, junto ao Porto de Buenos Aires. A respeito, o tema ganha outras proporções de análise quando consideradas as transações de contrabando, as quais atingem as motivações pela posse da Colônia do Sacramento por espanhóis e portugueses. Se no Brasil a Lei de Terras, de 1850, demarca o estatuto jurídico da propriedade privada da terra, antes, contudo, já estava posto um conflito pelo direito à terra que perdura até os dias atuais.

Referências

BRUXEL, Araldo. *Os trinta povos Guaranis*. 2ª. ed. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1987.

CUSTÓDIO, L.A.B. Missões jesuíticas. Arquitetura e Urbanismo. Memorial do RS. Cadernos de História, v. 21, 2012.

FURLONG, G. *Misiones y sus Pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires, Imprenta Balmes, 1969, p.25.

MELIÁ, B. O guarani reduzido In (org.). *Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982. Pp. 228-241

MELIÁ, S.J.B. O índio no Rio Grande do Sul. Quem foi. Quem é. O que espera. RS: Pastoral Indígena Interdiocesano Norte, 1984.

MELIÁ, S.J.B. *Y la utopía tuvo lugar...* In. *Un camino hacia la arcadia*. AECl, Madrid, 1995.

PEREIRA, W. *Patrimônio Cultural e Memória Social das Missões Jesuíticas Guaraní – Ruínas de São Miguel: Ação Patrimonial e*

Identidade Ameríndia na Região Platina da América do Sul. SURES - Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA, 2013.

RAMOS, A. D. *A formação histórica dos municípios da região das missões do Brasil.* Santo Ângelo: IPHAN/URI, 2006.

SOUZA, J. O. C. Os Mbyá-Guarani: impasses das políticas indigenistas no sul do Brasil in *Missões: reflexões e questionamentos.* Julio Ricardo Quevedo dos Santos (org.). Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016.

Documentos citados

Burgos; R. *Espaços públicos em centros históricos da América Latina: gênese, transformação e utopia.* Relatório de Pesquisa. Pós-Doutorado realizado sob supervisão de Amália Inés Geraiges Lemos. PROLAM/USP, 2017-2018. 140p.

A REGIÃO COMO LENTE PARA ANALISAR, PENSAR E TRANSFORMAR O ESPAÇO

Camilo Darsie¹
Afonso Cima²
Bruno Cristiano dos Santos³

Introdução

Existem diferentes formas de olhar para o espaço, de viver o espaço, de entender o espaço, de modificar o espaço, enfim, de pensar e dizer “espaço”. Por exemplo: pessoas se inserem em determinados espaços e são excluídas de outros; Calculam-se espaços, remodelam-se espaços, decoram-se espaços e projetam-se espaços; Abrem-se e fecham-se espaços; criam-se espaços mentais, espaços de ideias, espaços de reflexão e de divergência; Lutas são travadas por espaços, abre-se mão de espaços; Compram-se, vendem-se e alugam-se espaços; Existem os espaços vazios, os espaços cheios, os espaços iluminados, os espaços

¹ Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Licenciado em Geografia, Mestre e Doutor em Educação. Pós-doutorado em Saúde Coletiva. E-mail: camilodarsie@unisc.br

² Bacharel em Relações Internacionais e Mestrando em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Especialista em Negócios Digitais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: afonsocima94@gmail.com

³ Arquiteto, Urbanista e Mestrando em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul Especialista em Design Thinking e Inovação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brunocristiano93@gmail.com

escuros, os espaços precários, entre muitos outros. De acordo com o dicionário, espaço é:

Extensão indefinida que contém e envolve todos os objetos: o espaço é imaginado com três dimensões. / Extensão limitada, intervalo de um ponto a outro: grande, pequeno espaço. / A imensidade, a extensão dos ares: os corpos celestes rolam no espaço. / Intervalo de tempo: no espaço de um ano. / Distância percorrida por um ponto em movimento: quando um corpo cai livremente, os espaços que ele percorre são proporcionais aos quadrados dos tempos empregados para percorrê-los. / Pequena peça de metal, mais baixa que as letras, para separar as palavras. / Espaço vital, território que uma nação julga necessário adquirir / Vagar, demora, delonga / trajetória descrita por um ponto em movimento / Meio, âmbito que lembra o espaço material / Tempo em emissora de rádio e televisão [...] (FERREIRA, 2004, p. 803).

Torna-se possível argumentar, diante de tamanha variedade de modos de utilização e de significados, que pensar e dizer espaço exige um posicionamento, ou seja, o locutor/escritor/pensador/pesquisador necessita assumir uma perspectiva que guie e refine suas ideias. Assim, é importante destacar que a perspectiva adotada neste texto é a geográfica e isso faz com que "espaço" deixe de ser uma palavra que é usada em diversas ocasiões, com sentidos diferentes, para ser tomado enquanto fenômeno que constitui o objeto de estudos do campo da Geografia.

Deste modo, o espaço é entendido como um conceito que está inserido em uma determinada área científica, sendo balizado pelos discursos que lhe produzem enquanto um instrumento teórico

e acadêmico. Porém, mesmo no âmbito da Geografia, existem descontinuidades relacionadas aos significados e potencialidades do conceito, pois conforme apontado por Saquet e Silva (2008), buscar uma definição para "espaço" sempre foi uma meta difícil de ser alcançada, visto que a categoria possui diversas acepções que dependem de diferentes elementos e perspectivas. Seguindo os autores, ao falar sobre o espaço e, principalmente, ao tentar definir o seu significado, é fundamental que se escape das alternativas fixas e imutáveis.

Partindo disto, o espaço – geográfico – é entendido como conceito que indica os modos de organização promovidos pelos meios e maneiras de produção, considerando-se a centralidade do trabalho e do capital. Assim, ele é descrito como processo social que envolve conjuntos de ações e de objetos em contextos capitalistas, cruelmente desiguais (BERNARDES, 2020. SANTOS, 2008). O espaço, ainda, por meio de suas formas físicas e mentais, pode ser tido como o fenômeno que produz os entendimentos, as crenças e os valores que envolvem o mundo, as atitudes coletivas e individuais, as formas de viver a globalização, as maneiras de falar a respeito da urbanização, dos deslocamentos humanos, das transformações culturais, entre outros temas. Nessa direção, o espaço é visto como uma dimensão multifacetada que se encontra em constante transformação e ressignificação, pois ele é a esfera do social que relativiza o tempo e reconfigura as formas naturais e sociais (MASSEY, 2009). Ainda, em sentido oposto, o espaço pode ser descrito, apenas, como um recorte natural que perde para o território sua importância analítica, pois ocorreriam para além dele –

ou elas seriam o seu fim – as relações de poder que envolvem a vida (RAFFESTIN, 1993).

Contudo, aqui, o espaço é pensado como um fenômeno que molda as compreensões acerca da vida ao mesmo tempo em que é moldado por elas. Além disso, entende-se que ele pode ser observado e tensionado por meio de categorias operacionais – região, território, ambiente, lugar, paisagem – conforme proposto por Suertegaray (2001). Nessa direção, destaca-se que o manejo de tal concepção de espaço tem oportunizado importantes discussões que envolvem escalas, temas e lentes analíticas diversas. É a dinamicidade do conceito, em um mundo marcado por intensos deslocamentos e encontros, que permite articular os conhecimentos do campo da Geografia a diferentes discussões que, por vezes, são produzidas – ou aprisionadas – em outras áreas do conhecimento (SOUZA, 2014).

Diante desta situação, é possível dizer que as categorias operacionais geográficas também acompanham as maneiras pelas quais o espaço é entendido e descrito, pois elas existem, justamente, em articulação a ele. Assim, os conceitos que se entrelaçam ao espaço também produzem ou originam-se a partir de tensões que marcaram/marcam – desde a emergência da Geografia enquanto Ciência até as discussões de nosso tempo – o campo dos estudos geográficos.

Partindo disto, nas próximas linhas é apresentado um levantamento teórico acerca das transformações relativas ao conceito de região, enquanto uma categoria analítica ou, conforme sugere o título, como uma lente por meio da qual o espaço pode ser

analisado, pensado e transformado levando-se em conta recortes espaciais determinados por quem os observa e os problematiza. A maneira como o espaço foi descrito até aqui serviu, fundamentalmente, para destacar que em momento algum considera-se uma divisão radical entre as noções de espaço e região. Entende-se, na direção oposta, que os conceitos são complementares, especialmente por se assumir que o espaço se caracteriza como o objeto dos estudos geográficos e a região enquanto uma das possíveis lentes analíticas que podem ser direcionadas a ele. Assim, nas seções seguintes, são apresentados aspectos históricos e algumas das formas de entendimento acerca do conceito de região.

A região diante da centralidade da natureza

Diferentes disputas teóricas marcaram o campo da Geografia desde antes de sua consolidação enquanto Ciência. As primeiras tensões que envolveram o conceito de região emergiram no século XIX, a partir da necessidade de afirmação da Geografia enquanto campo de produção de conhecimentos. Buscava-se o estabelecimento de um conjunto de práticas de descrição e análise espacial – método – que inserisse o campo de estudos no jogo dos poderes científicos da época. Neste contexto, Alemanha e França, por meio de seus geógrafos, travaram algumas “batalhas” intelectuais que refletiram as disputas territoriais e políticas protagonizadas pelas duas nações.

A Alemanha mirava suas ações e estudos na delimitação territorial enquanto forma de proteger e unificar o país, já que precisava consolidar suas políticas de Estado, ainda pouco estruturadas. Assim, as riquezas e condicionantes naturais, pertencentes ao espaço, guiaram as investidas dos estudiosos germânicos por meio da ideia de determinismo geográfico. De acordo com grande parte dos cientistas alemães, portanto, a natureza condicionava os comportamentos humanos e, conseqüentemente, das populações e oportunizava modos de vida mais ou menos eficazes em relação à extração e produção de recursos e à sobrevivência e desenvolvimento das sociedades.

[...] na construção do pensamento determinista ambiental, as condições naturais, particularmente climáticas, chegam a influenciar no comportamento humano, considerando poder aumentar ou diminuir o ensejo para progredir no trabalho, valorizando então a percepção de que em estados com climas mais frios, melhores seriam as condições de desenvolvimento (SANTOS; GONÇALVES, 2014, p. 21).

Friedrich Ratzel – geógrafo alemão – se destacou neste contexto, especialmente ao fazer uso do conceito de “espaço vital” para discutir as interfaces entre a formação histórica e a apropriação e utilização de recursos naturais no âmbito dos territórios nacionais. Neste sentido, Ratzel privilegiou a relação entre diferentes povos e os diferentes ambientes naturais que lhes envolviam, sobretudo, os modos como a natureza determinava as práticas, a organização e os valores sociais. Segundo sua concepção, era por meio de seus territórios, a partir dos recursos disponíveis neles, que as nações se

tornavam fortes e coesas. Diante disto, o geógrafo pode ser considerado o fundador da Geografia Política – ou Geopolítica, conforme passou a ser chamada mais tarde –, pois suas investidas deterministas sobre o território estabeleceram um novo campo de estudos relacionado às fronteiras territoriais e às necessidades de defesa e de acúmulo de recursos em nível Estatal.

[...] é possível percebermos a intencionalidade de expansão pelo domínio territorial do Estado-nação, e salientamos que o interessante era justamente nesta perspectiva da conquista de novos territórios estando envolvidas as riquezas naturais que a localidade pudesse produzir. Não obstante, observamos ainda que os Estados europeus com intenções imperialistas, em tela, Alemanha, França e Inglaterra estavam interessados em naturalizar suas questões político-econômicas servindo a Geografia e o discurso geográfico a este propósito (SANTOS; GONÇALVES, 2004, p. 23)

Neste contexto, a ideia de região assumida por Ratzel considerava grandes domínios naturais, especialmente climáticos, que poderiam restringir as ações humanas. Para ele, as regiões e os limites naturais balizavam as possibilidades de grupos humanos considerados menos desenvolvidos aproveitarem os recursos naturais disponíveis nos seus territórios. Diante disso, o alemão deu pouca importância ao conceito de região, mencionando-o apenas enquanto uma espécie de modulador natural associado ao território (MERCIER, 2011).

Por outro lado, o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache se contrapunha à corrente geográfica alemã, especialmente por negar a determinação da natureza sobre as populações. La Blache

defendia a noção de que o homem pode exercer um papel ativo junto à natureza, transformando-a e sendo transformado por ela. Por meio de sua teoria, criticava a perspectiva de Ratzel, especialmente ao questionar os interesses políticos ligados ao método do alemão. Como principal desdobramento das propostas de La Blache emergiu a Geografia Regional, por meio da qual geógrafos descreviam e representavam conjuntos naturais formadores do espaço (MORAES, 2005). Estabelecer diferenças entre regiões e delimitá-las a partir de critérios específicos, partindo de elementos naturais, conforme argumentava o francês, fortaleceria a Geografia enquanto ciência, já que acreditava que assim integravam-se fatores físicos e humanos nos estudos espaciais.

Conforme indicam Santos e Gonçalves (2011), para se conceituar regiões, pela perspectiva francesa, devem ser consideradas não apenas paisagens, relevos, vegetação, hidrografias, climas, mas, também, as sociedades que lhes transformam, já que nesta perspectiva se acredita que a inter-relação homem-ambiente dá forma às dimensões e dinâmicas regionais.

A grande questão que aproxima, portanto, os caminhos dos geógrafos mencionados – especialmente nas páginas dos textos que discutem as transformações do pensamento geográfico – é a competição entre verdades científicas em um contexto de tensões territoriais e diplomáticas que privilegiavam a natureza, pois, mesmo que em alguns momentos as sociedades tenham sido associadas às suas discussões, a importância do homem frente aos elementos naturais ainda era descrita como sutil.

A região natural era entendida como a área da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza, formando assim uma específica paisagem natural. Nesta acepção, as regiões existem como unidades morfológicas e fisicamente pré-constituídas, tanto que seu conceito foi adotado por geógrafos físicos e por aqueles que adotaram o determinismo ambiental para compreender as relações homem e natureza (TALASKA, 2011, p. 205).

Conforme destaca Haesbaert (2019, p. 118), mesmo La Blache “enquanto autor clássico que defendeu distintas concepções de região” vinculava, necessariamente, o natural ao cultural. A consolidação dos métodos e modos de compreensão acerca do espaço, à época, operava quase que diretamente nas práticas de poder e nas decisões nacionais, direcionando diversas investidas estratégicas que viriam a marcar a história do mundo. Assim, a noção de regiões naturais foi um dos principais eixos dos trabalhos de geógrafos que buscavam explicações e construía argumentos ligados a aspectos sociais para influenciarem decisões Estatais.

Diante disso, ressalta-se que por meio de disputas epistemológicas e políticas, o conceito de região emergiu como uma categoria relevante, mesmo que ainda fortemente associada – e delimitada – aos aspectos naturais. As transformações posteriores, associadas aos entendimentos acerca da região, assim como as que ocorreram em relação ao conceito de espaço, foram criando novas possibilidades de análises e discussões.

A Região, os números e a economia

A partir da segunda metade do século XX, os interesses da área da Geografia se direcionaram mais detidamente aos aspectos sociais, até então fracamente considerados nos estudos regionais. Tal movimento ocorreu em função do fortalecimento dos processos de urbanização e de industrialização, vivenciados em diferentes lugares do mundo, que demandaram informações novas e relevantes para o exercício do planejamento estratégico. Anteriormente, as preocupações relacionadas ao espaço e às regiões se direcionavam à organização e ao fortalecimento de nações e sociedades, contudo, com as transformações econômicas subsequentes, as investidas analíticas e operacionais passaram a ter viés econômico. “Estes estudos, de certa forma contribuíram para novos instrumentos de análise regional, elencando as características econômicas por meio dos conceitos “fixos e fluxos” de pessoas, mercadorias e capital” (CARMO; BRÚSSOLO, 2017 p. 113).

Nessa nova perspectiva são avaliadas as regiões, cujos parâmetros avaliativos encontram-se descritos através das análises estatísticas de modo invariável, apresentando características homogêneas. Por sua vez, o processo de circulação entre os elementos inseridos no território e suas respectivas interações, de modo a possibilitar maior fluidez na circulação, estando a serviço do Capital, considera essa abordagem como funcional (CARMO; BRÚSSOLO, 2017, p. 113).

Essa maneira de pensar possíveis regiões se encontrava vinculada aos estudos da Geografia Quantitativa, cujas estratégias

eram pautadas em cálculos matemáticos. Tal situação ocorria, justamente, para que os princípios tradicionais da Geografia fossem deixados de lado e, com eles, as incertezas científicas que assombravam a área. Portanto, desde a segunda metade do século XX, a quantificação do espaço emergiu como um novo método, considerado mais “certo”, pois era estabelecido e validado por meio de cálculos e tabelas estatísticas. Também chamada de Geografia Pragmática, Geografia Teorética ou Nova Geografia, essa corrente se baseava no “neopositivismo lógico”, ou seja, em um modo de pensar Ciência por meio do qual a definição e organização de dados considerados exatos é fundamental.

Muito prestigiada nos Estados Unidos e na Inglaterra, entre as décadas de 1960 e 1970, a concepção de região delineada neste contexto estabelece que por meio da quantificação e delimitação de dados específicos, em determinadas áreas do espaço, sejam traçadas metas e ações de transformação regional. No Brasil, tal entendimento pode ser representado pelas ações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois o órgão estatal é responsável pela produção, organização e disponibilização de diferentes informações quantitativas que servem de base para muitas ações públicas. Neste contexto, “a região é um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização. A região é ao mesmo tempo o campo empírico de observação e o campo da verificação das relações gerais” (GOMES, 2009, p. 52).

O espaço, por meio das regiões que podem ser destacadas quantitativamente é descrito e pensado com o intuito de se garantir

melhores fluxos de deslocamento de capital, de produtos, de pessoas, entre outros elementos. Conforme Talaska (2011), o que melhor diferencia esta ideia numérica das concepções tradicionais que envolvem o conceito de região é o entendimento de que ela não é uma materialidade natural que precisa ser descrita, mas, para além disso, um produto mental que evidencia diferenças e/ou desigualdades espaciais.

Assim, emerge um dos principais pontos de crítica em relação a este modo de entender o conceito, pois os estudos balizados pelo viés matemático, conforme proposto no contexto de sua emergência, dificilmente consideram aspectos anteriores a eles e/ou propõem transformações sociais que sejam mais significativas que as econômicas. Isso significa dizer que a noção de região e, conseqüentemente de espaço, por meio dos movimentos estatísticos, quando desvinculada de outras preocupações, se torna refém do capital.

Tal situação se torna mais preocupante em territórios que enfrentam desigualdades marcantes, pois a partir de uma incansável busca pelas verdades racionais e mensuráveis, aspectos humanos relevantes, por vezes, são deixados de lado, fazendo com que movimentos críticos e/ou reflexivos, concernentes à Geografia, deixem de ser valorizados. É interessante destacar que o *ethos* neoliberal, que guia a maioria das sociedades contemporâneas, tem operado no sentido de fortalecer – ou refortalecer – a valorização da economia a partir do descaso acerca de quem não alcança ou corrobora com os princípios que balizam seus discursos.

Essa realidade precisa ser atentada e problematizada por todos aqueles que se lançam em discussões geográficas, pois configura um dos principais enfrentamentos das Ciências Sociais e Humanas nos dias de hoje. No contexto dos estudos regionais e espaciais é fulcral, portanto, que os modos de recorte e de análise espacial sejam escolhidos com cuidado, pois quando pensados limitada ou equivocadamente, podem reforçar situações de desigualdade.

A região e a cultura

Para Carmo e Brússolo (2017), diferentes autores divergem, ainda hoje, em relação ao uso do conceito de região, visto que alguns privilegiam elementos naturais enquanto outros destacam suas potencialidades sociais, políticas e econômicas. Em certa medida, na direção do argumento apresentado na introdução deste manuscrito, as diferentes perspectivas relacionadas ao espaço fortalecem a emergência de modos de entendimento acerca daquilo que se compreende por regiões.

Conforme as acepções e maneiras de operacionalização do conceito de espaço foram mudando, as investidas relacionadas à região, enquanto lente analítica, foram se expandindo. Seguindo uma lógica que entende que, na contemporaneidade, o espaço é marcado enquanto dimensão de deslocamentos, encontros e produção de sujeitos (SOUZA, 2014), o conceito de região promove a possibilidade de caracterizar, fragmentar e analisar um fenômeno – o espaço – contínuo a partir de aspectos, também, culturais.

De acordo com Haesbaert (2019), confluente ao que foi apontado na seção anterior, as maneiras contemporâneas de pensar o conceito de região dificilmente ignoram aspectos econômicos, porém seus usos ocorrem por meio de diferentes dinâmicas. Como exemplos podem ser citadas as narrativas leigas (tendo em vista os interesses das mais diversas pessoas), os argumentos acadêmicos (enquanto uma categoria analítica) e as políticas públicas (como dimensão normativa).

Assim como em muitas outras discussões geográficas, as diversas intenções e utilizações do conceito se articulam e se transformam, ora aproximando as dinâmicas que envolvem as vidas de sujeitos comuns ora destacando acontecimentos globais que *a priori* parecem fazer parte de outras instâncias de manejo e impacto.

Para muitos, trata-se ainda hoje de uma das questões geográficas fundamentais: ao lado de outras ligadas à extensão/escala e à localização/situação de um fenômeno, em que medida e com base em que critérios o espaço geográfico pode ser diferenciado? Desse modo, a regionalização como método intelectual para analisar o espaço e nele encontrar partes, “recortes” (ou, como preferimos, hoje, “articulações”) regionais, pode utilizar distintos caminhos, dependendo dos critérios, do local e da extensão ou escala do espaço geográfico pertinentes ao pesquisador (HAESBAERT, 2019, p. 118).

O conceito de região, portanto, passou a ter novas implicações, incluindo desde aquelas associadas às intencionalidades locais até as referentes às dinâmicas globais. Considerando-se as transformações ocasionadas pelo processo de globalização e os processos de organização e reorganização

territoriais, operar com o conceito de região permite que se pense acerca de “inferências no campo político e o papel exercido pelo Estado no desenvolvimento econômico e social de uma determinada região, e, no direcionamento de políticas públicas para os distintos grupos de seguimentos sociais” (CARMO; BRÚSSOLO, 2017, p. 113-114).

Deste modo, a partir de jogos de escalas e de intenções diversas, é possível operar com os aspectos culturais enquanto protagonistas na definição de diferentes regiões. Valores culturais relevantes emergem como marcadores de diferenciação entre grupos e parcelas espaciais. São os desdobramentos das relações entre sujeitos com afinidades culturais e suas áreas de ocupação, por meio de vínculos entre pessoas e entre lugares, que desenham os contornos das possíveis regiões emergentes, de acordo com os interesses de quem as descreve e as problematiza. A cultura se destaca como mediadora das relações sociedade-natureza conferindo heterogeneidade ao espaço por meio de sistemas simbólicos que são materializados na paisagem. Tais sistemas modificam-se de acordo com as percepções e interesses dos grupos que os criam e que se criam em torno deles (BRUM NETO; BEZZI, 2008).

Nessa direção, os jogos de poder que envolvem as relações humanas também agem como relevantes norteadores nas discussões que envolvem distintas regiões. Não seriam apenas os poderes relacionados ao capital, conforme preconizado nas discussões críticas da Geografia mas, também, aqueles poderes emergentes de disputas culturais. Economia e cultura se articulam

no sentido de darem significado a novas formas de caracterização e unidade regional. As regiões passam a ser mais fortemente entendidas como acontecimentos históricos, políticos, estratégicos, militares, diplomáticos, entre outros, pois são compreendidas enquanto produtos de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas, em diferentes níveis de existência. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

Conforme aponta Haesbaert (2010a), é importante que se conceba os processos ligados ao conceito de região para além de recortes empíricos reducionistas – que representariam “categorias do real” – e de ferramentas interpretativas e metodológicas – como mera “categoria de análise”. É preciso considerar que todo o método, enquanto meio para uma ação, torna-se uma forma tanto de interpretação quanto de criação daquilo sobre o qual fala. Uma análise regional consistente deve, assim, levar em conta diversos processos regionais observáveis – desde a produção material até as representações e símbolos. Tanto a funcionalidade (político-econômica, “natural”) quanto a vivência (simbólico-cultural, subjetiva) são operadoras de coesão lógica e simbólica, em toda a sua variedade e diversidade de construção e desarticulação. (HAESBAERT, 2010a, 2010b).

Neste contexto, é oportuno destacar que a definição do próprio conceito de região também é um jogo de poder, pois ao serem definidos os critérios de diferenciação entre as parcelas espaciais, conhecimentos e intenções distintas se sobrepõem uns aos outros.

Haveria, portanto, pelo menos uma região (e, conseqüentemente, também, uma regionalização) feita pelos e/ou para “os de cima” e uma região/ regionalização feita pelos e/ou para os “de baixo”. Por isso regionalizar, seja como processo concreto de construção de regiões (pela divisão do trabalho, pelo regionalismo e/ou pelas identidades regionais), seja como recorte analítico variável segundo os critérios propostos pelo pesquisador, é sempre uma forma, mais explícita ou mais sutil, de exercício do poder. Nesse exercício político é fundamental que se reconheçam as partes, divisões, sem, contudo, menosprezar os processos conjuntos de des-articulação (HAESBAERT, 2019, p. 120).

O borramento das fronteiras que delimitam os conceitos de região, de lugar, de ambiente, de território, entre outros se torna mais intenso, pois os jogos de poder – econômico, cultural, natural, acadêmico – e de apropriação afetiva em relação às diversas parcelas que podem ser imaginadas na direção de fragmentar o espaço também fundem os modos de vida contemporâneos. Talvez sejam as incertezas e especificidades que guiam as vidas dos sujeitos e das sociedades que modificam as demandas analíticas e as delimitações espaciais tão caras ao contexto da Geografia. Assim, a Região como lente para analisar, pensar e transformar o espaço reconfigura-se e atualiza-se com o tempo, da mesma forma que as outras categorias analíticas que são fundamentais aos estudiosos do espaço.

Considerações Finais

De acordo com as definições mais comuns, uma região pode ser descrita como uma área ou extensão espacial destacada a partir

de um critério específico de avaliação. Constitui-se, portanto, a partir de intenções humanas que demandam delimitação e caracterização espacial, tendo em vista temas diversos.

Assim, diferentes regiões podem ser criadas partindo-se de aspectos gerais ou específicos do espaço, de acordo com as intenções de quem as analisa e as delimita. Regiões operam como fragmentos espaciais caracterizados, por exemplo, por práticas culturais, aspectos relacionados à paisagem e à natureza, modos de produção, questões econômicas, entre outros critérios.

Contudo, para que tal concepção possa ser pensada nos dias de hoje, foram necessárias várias disputas científicas. O texto apresentado intentou, diante disto, demonstrar, mesmo que brevemente, algumas das manobras e das transformações que envolveram o conceito, tendo em vista sua importância enquanto lente analítica que auxilia o entendimento a respeito de questões espaciais, especialmente relevante para o campo da Geografia.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, jan./jun. 2008, p. 58-59.

FERREIRA, A. B. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Positivo, 2004.

BERNARDES, A. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. *Revista Formação* (online), v. 27, n. 50, jan./abr., 2020, p.275-299. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6564/56>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRÚSSOLO, R. G.; CARMO, J. G. do. A evolução do pensamento geográfico e o conceito de região como categoria de análise. *Colloquium Humanarum*, v. 14, n. 2, p. 107–116, 2017. Disponível em: <http://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1780>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L.. Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. *Sociedade e Natureza* (online), Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 135-155, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198245132008000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132008000200009>.

GOMES, Paulo César da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 40-76.

HAESBAERT, Rogerio. *Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010^a.

HAESBAERT, Rogerio. Região, Regionalização e Regionalidade: questões contemporâneas. *Antares – Letras e Humanidades*, Caxias do Sul, nº3, 2-24 jan/jun, 2010b. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4553781/mod_resource/content/1/3.haesbaert.pdf. Acesso em 10 de Abr. 2021.

HAESBAERT, Rogerio. Região. *GEOgraphia*, v. 21, n. 45, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/28995>> Acesso em 5 Abr. 2021.

MERCIER, G. A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache. *GEOgraphia*, v. 11, n. 22, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13580>> Acesso em 5 Abr. 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Geografia: Pequena História Crítica*. São Paulo: Annablume, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993

SANTOS, C. A. dos S.; GONÇALVES, M. de A. Conceito de Região. *Revista Semina, Passo Fundo*, v.13, n.1, 2014. p. 15-31

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: EdUSP, 2008.

SAQUET, Marcos Antonio; SILVA, S. S. da. Milton Santos: concepções de Geografia, espaço e território. *Geo UERJ*, [S.l.], v. 2, n. 18, p. 24 a 42, abr. 2011. ISSN 1981-9021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SOUZA, C. D. *Educação, geografia e saúde: geobiopolíticas nos discursos da Organização Mundial da Saúde e a produção da mundialidade pelo controle e prevenção de doenças*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TALASKA, A. Região e Regionalização: Revisão conceitual e análise do processo de reconfiguração fundiária e de alteração do uso da terra na Região do COREDE Norte/RS. *Caminhos de Geografia (UFU)*, v. 12, p. 201-215, 2011. Disponível em <<file:///Users/Camilo/Downloads/16437-Texto%20do%20artigo-61450-1-10-20110327.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

O GÊNERO E AS SEXUALIDADES COMO “AFLUENTES” DE UM RIO CHAMADO GEOGRAFIA

Carlos André Gayer Moreira¹

Da nascente à jusante da Geografia

Se fosse possível tratarmos a Geografia como um rio que deságua no complexo oceano do conhecimento humano, ao olharmos seu percurso histórico, enquanto campo do saber, certamente ele nos apresentaria um caminho longilíneo, por vezes sinuoso, contendo braços com algumas intermitências, e com diversos afluentes ao longo de sua fluidez.

Ao conhecermos as curvas deste rio, percebemos que ele buscou (e busca) contornar ou desgastar barreiras e obstáculos em seu trajeto. Estes meandros trilhados são na verdade marcos epistemológicos, aonde foram e são geradas viradas na leitura de mundo, possibilitando outras maneiras de investigar a fixação, a dominação, a apropriação e migração de diferentes grupos humanos nos diversos espaços geográficos.

Por muito tempo, no decorrer desta história, é sabido já que os estudos em Geografia ressaltavam os aspectos mais físicos dos ambientes, para explicar a presença (e permanência) dos grupos humanos em determinados locais e por algumas de suas dinâmicas nos diferentes espaços ocupados. E isso se dava, em parte, pela dificuldade humana em “dominar” a natureza.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com experiência na área de Ensino em Geografia. Atua atualmente como servidor público municipal e professor substituto no Instituto Federal Farroupilha / IFFAR – São Vicente do Sul. E-mail:

Contudo, na medida em que os grupos humanos desenvolvem tecnologias para resolverem alguns entraves, impostos pelo meio físico, até então tidos como insolúveis para a sociedade, fatores socioculturais vão sendo (cada vez mais) “complexificados” e enaltecidos nos estudos geográficos, junto de novas perspectivas de pesquisa (CLAVAL, 2011).

Neste sentido, pode-se dizer que não somente através dos avanços em tecnologia é que os grupos humanos reformulam sua forma de relação com o espaço em que vivem, mas, obviamente, também por meio das mudanças que ocorrem dentro do âmbito das relações humanas. Pois, se é por intermédio de novas relações que os grupos estabelecem com o ambiente que se torna possível o rearranjar espacialmente, é também na relação que eles estabelecem com seus pares, em sociedade, que eles transformam seus *ethos*, seu *modus* de vida ao passar do tempo.

Por conseguinte, existe atualmente uma miríade de possibilidades de pesquisas geográficas e de formas de pensar sobre o espaço. E são também diversificados, e provavelmente cada vez mais complexos, os aspectos sociais que se pode investigar a partir de perspectivas espaciais que permitam uma analítica em linhas de fronteiras. É a partir destas inúmeras possibilidades nos estudos geográficos que este texto situa suas reflexões, focando em categorias constituintes das identidades humanas, como Gênero e Sexualidade. Sobre isto Nascimento Silva e Silva (2014) comentam:

Os traços característicos da ciência moderna, como a objetividade, a racionalidade e a distância do pesquisador do objeto de estudo, permanecem como componentes

habituais na geografia brasileira hegemônica. Com frequência, seja em textos de pesquisadores principiantes ou experientes, esses traços são expressivos na forma como o espaço é representado na produção geográfica brasileira. Em geral, há consenso de que o espaço é uma instância da sociedade. Entretanto, os sujeitos sociais capazes de produzir o espaço geográfico são agentes econômicos, institucionais, movimentos sociais que produzem uma análise espacial a partir de estruturas que diluem as diferenças dos sujeitos e sua realidade cotidiana. A expansão da Geografia Cultural no Brasil nas últimas duas décadas, notadamente aquela que considera os diferentes significados produzidos pelos sujeitos sociais, suas tensões e as relações de poder, trouxe a identidade como um importante foco de debate contemporâneo (p. 17).

As identidades dos sujeitos são, então, uma importante dimensão a ser incorporada mais fortemente pelos estudos geográficos, por trazerem ao debate questões até então não costumeiramente analisadas a partir destas categorias. Onde as mais diversas posições de uma identidade do sujeito podem ser investigadas separadamente ou em conjunto.

É verdade que utilizamos categorias de Gênero, como homem e mulher, ou ainda de diferentes orientações sexuais, em estudos populacionais, no entanto, de uma maneira descritiva, superficial, como mera reprodução de palavras em uma ordem classificatória sexista e não problematizada. Deste modo, deixamos de observar que Gênero e Sexualidade, assim como Etnia e Nacionalidade, são posições importantíssimas de serem estudadas para a compreensão das diversas desigualdades e espacialidades.

Isto significa que apesar da possibilidade analítica de suas performances singulares, não se deve pensar essas categorias como algo fragmentado ou meramente classificatório, ao contrário,

os recortes devem ser sempre propositais e provisórios, mas estes podem servir tanto para contextualizar um determinado estudo, em seu sentido mais amplo, quanto para investigar e denunciar quando algumas intersecções, reiterações, sobreposições ou silenciamentos em relação a outras categorias (como classe social, cor ou religião) servem para favorecer determinados grupos diante das relações de poder. Nascimento Silva e Silva (2014) corroboram isso ao afirmarem que:

É preciso superar o essencialismo das identidades e criar uma análise política de suas articulações e negociações. É nesta perspectiva que a ideia de interseccionalidade pode ser articulada à imaginação geográfica. Se a experiência das pessoas é concreta, ela é também espacial. Uma pessoa vivencia de forma simultânea várias facetas identitárias, como gênero, raça, sexualidade, classe, nacionalidade, religião, deficiência funcional etc., mediadas pelo espaço e pelo tempo, que são fundamentais na consideração do movimento destas intersecções (p. 18).

Assim, tomar o gênero e a sexualidade como categorias não apenas úteis e sim como imprescindíveis para entender a construção das diferentes identidades dos grupos humanos, é de extrema importância para uma melhor compreensão também dos processos de formação e transformação do espaço (enquanto território, lugar, paisagem etc.), possibilitando, cada vez mais, então, que outras facetas da realidade possam ser exploradas e clarificadas em sua dimensão espacial.

A reflexão sobre como as relações entre Geografia, Gênero e Sexualidades são constitutivas das populações, e estruturantes dos diferentes espaços geográficos, permite acrescentar no campo da

Geografia, então, outras possibilidades de compreensões e de investigação. Algo que neste texto, como resultado da pesquisa teórica mobilizada em minha Tese Doutoral, enquanto autor, eu me proponho a destacar.

O Gênero, a Sexualidade, e sua afluência com o grande rio da Geografia

Em primeiro lugar, antes mesmo de pensarmos sobre a “afluência” destas categorias na Geografia, é preciso ressaltar que, neste texto, ao utilizar os termos Gênero e Sexualidade, estou me valendo de vertentes a partir dos Estudos Culturais, Estudos Feministas e Teoria *Queer*. Em segundo lugar, é preciso apontar também o vínculo destes estudos com os movimentos feministas e homossexuais que eclodiram após as décadas de 1960 e 1970.

Este é o caso dos Estudos Culturais, que irão também problematizar, entre outras coisas, questões de identidades e de construção dos sujeitos e das diferenças, a partir do viés cultural, conforme Costa, Silveira e Sommer (2003) colocam:

Os Estudos Culturais (EC) vão surgir em meio às movimentações de certos grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentais, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de suas leituras do mundo, repudiando aqueles que se interpõem, ao longo dos séculos, aos anseios por uma cultura pautada por oportunidades democráticas, assentada na educação de livre acesso. Uma educação em que as pessoas comuns, o povo, pudessem ter seus saberes valorizados e seus interesses contemplados (p. 37).

Assim, a partir dos Estudos Culturais, para se falar sobre discursos e práticas discriminatórias, bem como suas vinculações com a Cultura, se fez necessário, então, a compreensão de categorias próprias para isso. E para se refletir sobre questões que envolvem Gênero e Sexualidade, é preciso ter em mente que estas palavras remetem a conceitos carregados de significados políticos e culturais, que vêm sendo cada vez mais estudados, justamente por existir um sistema complexo de opressão e desigualdades.

Hoje em dia, mesmo com todo o avanço epistemológico no campo da Biologia e suas revisões/atualizações, um discurso conservador ainda perdura e muitas vezes ainda tenta tratar o Gênero e o sexo biológico como sinônimos, também utilizado (equivocadamente) para praticar atos de LGBTfobia², restrição de direitos, ou até mesmo justificar a mutilação de pessoas intersexuais recém nascidas, para obedecer à ordem sexista e heteronormativa (norma heterossexual) ainda vigente na sociedade, de uma maneira que se pretende compulsória.

Esse discurso se firma no pretexto de que a desigualdade existe em função de diferenças biológicas, e na prática relegou a figura da mulher, durante a história do mundo ocidental, e ainda a relega a um papel subalterno, pecaminoso, exótico e/ou secundário.

Toda esta carga de imbricações socioculturais calcadas no patriarcado resultou, e infelizmente ainda resulta, em violências, injustiças, discriminações e desigualdades observadas cotidianamente. Estes resultados podem ser resumidos em palavras

² Termo utilizado para se referir à discriminação direcionada a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, intersexuais, e demais pessoas com gêneros ou sexualidades dissidentes do padrão cis heteronormativo.

como machismo, misoginia e sexismo, que hoje estão na “ordem do dia”, e colidem com algumas aspirações surgidas após a Idade Moderna, em teoria, de um mundo mais igualitário, livre, fraterno, plural e democrático.

Desta forma, percebendo a importância política e cultural de tais questões, afastando-se um pouco de um viés biológico, perspectivas sobre Gênero enquanto uma construção social não são algo novo, e começam a ser trazidas para discussões já há algum tempo, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Como exemplo, se pode citar estudos como de Rosaldo e Lamphere³, que em 1974, têm o seguinte entendimento:

As atividades e os sentimentos humanos não são diretamente organizados pela biologia, mas sim, pela interação das tendências biológicas com as várias expectativas culturais específicas, esquemas e símbolos que coordenam nossas ações, permitindo assim nossa sobrevivência. A implicação de tal argumento, para a compreensão dos papéis sexuais humanos, é que diferenças biológicas entre os sexos necessariamente podem não ter implicações sociais e comportamentais. O que é ser homem ou o que é ser mulher dependerá das interpretações biológicas associadas a cada modo cultural de vida (p. 22).

Esta outra compreensão sobre Gênero evidencia o alargamento para além da biologia, inserindo os modos de vida como também determinantes para o posicionamento de ser homem ou ser mulher. Tal fato, ao realçar o caráter sociocultural, já mostra mudanças epistemológicas que vão incidir diretamente em todas as dimensões das relações nas sociedades

³ Tradução de Cila Ankier e Rachel Gorenstein (1979).

Na década de 1980 o termo gênero toma maior impulso nos debates acadêmicos e são fomentadas outras referências, como aquelas pautadas nos pensamentos expostos por Joan Scott. E em 1995, com a publicação do seu artigo *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*⁴, a autora torna-se basilar para novos estudos sobre gênero, onde anuncia:

(...) o termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. Ainda que os/as pesquisadores/as reconheçam a conexão entre o sexo e aquilo que os/as sociólogos/as da família chamaram de “papéis sexuais”, esses/as pesquisadores/as não postulam um vínculo simples ou direto entre os dois. O uso de “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995. p. 75).

A partir desta problematização sobre expectativas e normas sociais, bem como das contribuições reflexivas como a de Scott, Judith Butler mais tarde também colabora ainda mais ao entendimento de Gênero, para além das definições de “homem ou mulher”.

⁴ Versão francesa (1988) traduzida por Guacira Lopes Louro em 1990, e revisada por Silva em 1999.

A autora lembra que: “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (2003. p. 49). Tal fato é interessante contribuição para pensar o Gênero na ciência geográfica, pois comumente ele é visto como sinônimo de sexo biológico e usado de modo descritivo, quantitativo, superficial ou meramente ilustrativo em estudos populacionais.

É preciso reforçar aqui que não há um Gênero (masculino, feminino, ...) em essência ou dado no nascimento, pois o Gênero é produzido e reiterado ao longo dos tempos. No entanto, essa performatividade não deve ser confundida com simples “performance” individual do sujeito, mas deve ser compreendida como uma construção social, culturalmente enraizada, que produz os sujeitos, variando histórica e geograficamente.

Podemos encontrar apoio a esse pensamento também em Foucault, que mesmo não tendo feito referência exclusiva ao gênero e à sexualidade, explanou sobre a importância das reflexões das lutas travadas a partir destas temáticas, justamente reivindicando um olhar para muito além do âmbito individualista das identidades.

São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, que fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo.

Estas lutas não são exatamente nem a favor nem contra o “indivíduo”; mais que isto, são batalhas contra o “governo da individualização” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

E, da mesma forma como está sendo explanado aqui o entendimento de Gênero, a Sexualidade, em *lato sensu*, especificamente neste texto, diz respeito ao conjunto amplo de expressões, vinculações, performances e práticas afetivas e sexuais (reprodutivas ou não) estabelecidas pelas pessoas em suas vidas.

Mas não apenas isso, este texto também busca propor a compreensão da Sexualidade como uma categoria analítica, que além de constituir as identidades individuais dos sujeitos, serve como um fator estruturante e regulador das sociedades e suas diferenciações, também espaciais, ao longo do tempo.

Friso isto, porque apesar de atualmente entendimentos sobre o Gênero, enquanto construção social, estarem se disseminando bastante academicamente, assim como a Sexualidade, ainda são muito dimensionados em relação à escala do indivíduo. Ou seja, vistos em relação à identidade particular dos sujeitos. Onde até nas próprias falas de professores e pesquisadores percebe-se, às vezes, uma confusão da ideia de Gênero (categoria) com a ideia de ‘identidade de Gênero’.

Esse limite em relação à compreensão mais complexa e ampla de Gênero enquanto uma categoria que estrutura as bases das relações sociais das sociedades e seus espaços geográficos é algo que se relaciona com o fato de que a maioria dos docentes atuantes nas redes de ensino não se dedicou ao estudo da temática, e onde,

no caso da Geografia brasileira, ainda existem barreiras a serem superadas na inclusão destes estudos.

É por isso que insisto aqui na abordagem de outras perspectivas até então não tão costumeiras aos estudos pertencentes à ciência geográfica, para refletir sobre as espacialidades de Gênero e Sexualidades inscritos no corpo. Algo que Linda Nicholson contribui quando coloca que:

(...) a população humana difere, dentro de si mesma, não só em termos das expectativas sociais sobre como pensamos, sentimos e agimos; há também diferenças nos modos como entendemos o corpo. Conseqüentemente, precisamos entender as variações sociais na distinção masculino/feminino como relacionadas a diferenças que vão 'até o fundo' – aquelas diferenças ligadas não só a fenômenos limitados que muitas associamos ao 'gênero' (isto é, a estereótipos culturais de personalidade e comportamento), mas também a formas culturalmente variadas de se entender o corpo (2000. p. 14).

Este é um caminho que tem avançado e confluído para o leito do conhecimento geográfico, mas que não ocorreu de maneira fácil ou tranquila. Com a intenção de chamar a atenção para estas temáticas até então silenciadas dentro da ciência, em especial a geográfica, e, assim, possibilitar revisões e reflexões sobre como a epistemologia se movimenta, o trajeto percorrido, principalmente pelas mulheres, ao longo da história ilustra tal fato.

Tal caminho foi árduo e vagaroso, pois a valorização dos papéis masculinos heterossexuais na sociedade ainda é prestigiada de forma desigual. Margareth Mead, já em 1971, alertava que mesmo em outras sociedades, pode-se dizer que a produção de conhecimento, as atividades produtivas, o espaço dentro da política,

sempre privilegiaram ou satisfizeram e serviram de alguma maneira ao gênero masculino em detrimento do feminino:

Em cada sociedade humana pode-se reconhecer a necessidade de realização do homem. Os homens podem cozinhar, tecer ou vestir bonecas ou caçar beija-flores. Se tais atividades são apropriadas a eles, a sociedade como um todo e ambos os sexos considerá-las-ão importantes. Quando as mesmas ocupações são desempenhadas pelas mulheres, elas são tidas como menos importantes. Num grande número de sociedades humanas, a certeza do homem sobre seu papel sexual é conseguida através do direito ou habilidade de praticar alguma atividade não permitida às mulheres. Sua masculinidade deve ser reafirmada de fato pela proibição às mulheres de penetrar em alguma área ou de realizar algum feito. (p. 131)

Assim sendo, diante dessa necessidade de luta, já no âmbito dos direitos civis, mais especificamente no caso da história da sociedade ocidental (moderna), pode-se dizer que as primeiras contestações “mais relevantes” relativas à questão de gênero se deram, principalmente, a partir de movimentos de mulheres. E estas mesmas foram, pouco a pouco, reivindicando seus espaços também dentro da ciência, como um todo, através de seus escritos, bem como, dentro da política, com o despertar de um novo olhar da sociedade como um todo, conforme Franchetto nos coloca:

Assim, desde a campanha pelo voto feminino (quando as sufragistas habilmente argumentavam apoiadas no texto da Declaração dos Direitos do Homem) até as lutas atuais (salários iguais, acesso das mulheres a cargos de decisão), o movimento reivindica um entendimento da cidadania feminina igual à masculina: é a famosa luta pelos direitos iguais. A luta política das mulheres enquanto sexo elege o indicador ‘direitos’ como aquele através do qual se pode mensurar a igualdade entre os sexos (1981. p. 40).

Na busca de pensar então uma nova forma de produção do conhecimento, o feminismo trouxe importantes contribuições para as ciências, valendo-se de colaborações do marxismo, no que se referem à formação do patriarcado e às injustiças sociais, mas também propondo a crítica a estas, não se esgotando nos aspectos econômicos e de classe social. Além disso, a literatura científica feminista traz ainda críticas quanto ao modo exacerbadamente positivista de se produzir o conhecimento, à pretensa neutralidade científica dos pesquisadores e a falta de atenção, já mencionada, para com os grupos considerados marginalizados.

Estes movimentos serviram e vem servindo para despertar outros olhares e vislumbrar horizontes que anteriormente sequer eram parcialmente atendidos em investigações. Michael Angrosino nos aponta sobre isto ao dizer que:

Esta abordagem do conhecimento ganhou proeminência nas últimas décadas em todas as ciências sociais (e ciências humanas de um modo geral). Embora ligado ao movimento sociopolítico pelos direitos das mulheres, o feminismo acadêmico não diz respeito apenas às mulheres pesquisadoras; ele representa uma abordagem geral para estudo da condição social humana. (2009, p. 21-22).

Tudo isso deve servir como um sinal para pensarmos também como a Geografia vem assimilando tais movimentos. E, se o estudo sobre Gênero “fluiu” dentro da ciência, mesmo com dificuldades, e gradativamente esta temática vem sendo reconhecida e explorada dentro das áreas do conhecimento, a partir das lutas das mulheres e principalmente com a eclosão dos movimentos sociais das décadas

de 1960 e 70, no que diz respeito à cronologia, à trajetória e à aceitação, a “confluência” das temáticas de Gênero e Sexualidades dentro da geografia também possui algumas características próprias. Enfrentou, e ainda enfrenta, determinada dificuldade para ser reconhecida e consolidada.

Foi somente a partir de um “pensar / imaginar” o espaço de forma mais “relacional”, como um produto e simultaneamente um processo dinâmico, multifacetado/múltiplo e contínuo de inter-relações (MASSEY, 2012), é que os estudos sobre as interações “humanoespaciais”, principalmente após a década de 1950, começaram a ganhar um novo fôlego para estas relações serem renovadamente pesquisadas.

Paul Claval também nos atentava quanto a isso, quando falava sobre as grandes reformulações epistemológicas, as quais a disciplina de Geografia foi passando ao longo do século XX, principalmente após a maior reaproximação para com a “experiência humana”, trazida à tona pela Geografia Cultural:

(...) o geógrafo deve ter em conta as atitudes, as preferências e as normas daqueles que habitam os espaços que estuda, porque desempenham e desempenham um papel essencial na moldagem das paisagens, e a organização em regiões, tanto na maneira de fazê-las como dizê-las. As transformações estão em curso. É demasiado cedo ainda para medir todos os aspectos, mas já se sente tudo o que elas trazem à compreensão de um mundo em que os conflitos não nascem mais tanto de escassez dos recursos quanto dos sentimentos de identidade, das imagens do outro e dos sentimentos de frustração que os acompanham (CLAVAL, 2011. p. 252).

Esta maior abertura para se trabalhar questões de identidade nos estudos geográficos, possibilitou que fossem sendo incorporadas novas formas de perceber e interagir com o espaço. Com este sendo vivido e percebido de forma também subjetivada e contextual, mais e mais temáticas se tornam elegíveis de serem problematizadas, diante de novos questionamentos sobre a complexidade da sociedade que integra o mundo contemporâneo.

Isto tudo contribuiu para que as mulheres, principalmente, pudessem insistir na comunicação das ausências e importância de suas vozes e saberes, especificamente dentro desta ciência (geográfica), até então predominantemente “masculina”, como nos indicam algumas ideias de Claval:

Entre as críticas dirigidas à disciplina como até então tinha sido concebida, a ausência das mulheres (mas também das crianças ou velhos) ocupava um lugar essencial. Existe, em todas as sociedades, uma divisão das tarefas entre os dois sexos. Por que submetê-la ao silêncio e recusar-se a falar do trabalho das esposas e das mães? Um novo interesse pelo ‘gênero’ (a construção social dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres) desenvolve-se (2011. p. 290).

Contudo, não bastava perceber a ausência e o papel das mulheres na ciência geográfica, era preciso averiguar o processo que gerou estas ausências e propor uma Geografia que não apenas constatasse problemas sociais, mas que fosse além da denúncia das injustiças, que servisse de instrumento para a transformação da sociedade, fazendo-se necessária, portanto, a consolidação de novas (sub) áreas do conhecimento geográfico.

Assim, toda aquela efervescência dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, como os movimentos feministas e movimentos LGBTs, os focos de trabalho, envolvendo as temáticas de Gênero e Sexualidade, tiveram chance de dar corpo, então, a novas subáreas da Geografia, como é o caso da chamada Geografia Feminista e a Geografia das Sexualidades.

A corrente feminista, a priori, explorou a abordagem geográfica que centralizava as mulheres, focando basicamente a diferença corporal. Logo adiante, a noção do gênero enquanto socialmente construído associado à ideia de patriarcado, ganhou hegemonia e aliou-se com a geografia crítica (marxista), trazendo debates relacionados ao trabalho e propriedade. Assim, a noção de desconstrução do gênero se desenvolveu de forma associada à Nova Geografia Cultural, na qual instituía a não linearidade entre sexo, gênero e desejo (CESAR; PINTO, 2015. p. 122).

A partir de então, a fim de dar conta das diversas faces que a realidade pode assumir diante das mais diversas investigações, também em sua dimensão socioespacial, novos horizontes de pesquisa e questionamentos puderam ser, e já estão sendo, propostos pela e para a própria Geografia, enquanto ciência e disciplina.

Um interessante exemplo é a imbricação da sexualidade com as esferas da produção e do consumo de mercadorias no campo da geografia econômica. Outro interessante campo é o estudo da sexualidade no desenvolvimento das redes virtuais e na composição dos imaginários sociais dos espaços. Enfim, o esforço desconstrucionista das verdades fixas e preestabelecidas possibilita construir uma geografia composta de interdependências e pluralidades das negociações entre os seres humanos e o espaço (SILVA, 2009. p. 4).

Então, assim como os movimentos de mulheres, os movimentos LGBTs também percorrem um longo caminho de luta por direitos e busca de inserção de suas temáticas junto à comunidade acadêmica e científica, em escala mundial no ocidente, demandando também, portanto, esforços geográficos de estudo.

Tanto para grupos de gays como de lésbicas, várias pautas de discussão têm sido admitidas, como as relações entre economia política do espaço e política da sexualidade, culturas sexualizadas de consumo e produção de espaços, o trabalho informal e institucional, e a gestão de múltiplas identidades na vida diária (ORNAT, 2008. p. 319).

Aliado a isso, entre as chamadas Geografias Crítica e Cultural, reforçou-se um movimento de contestação epistemológica e renovação de sua própria forma de produção do conhecimento, até então concebida, muitas vezes, como uma construção de conhecimento majoritariamente (para não dizer completamente) 'masculina, branca, e heterossexual', assim:

A perspectiva crítica presente no movimento de transformação da geografia nos anos 90 despertou a necessidade de atitudes reflexivas em relação ao modo de produzir a ciência e subverter o poder instituído que naturaliza as injustiças cotidianas provocadas pela ordem compulsória da sociedade heteronormativa. (SILVA, 2009. p. 6)

Já no que diz respeito ao contexto brasileiro, as questões mais relativas propriamente às Sexualidades começaram a ser problematizadas no campo geográfico somente no ano de 1995, como bem lembra Silva (2015):

Em 1995, ocorreu a publicação do primeiro artigo na área das sexualidades, de autoria de Rogério Botelho de Matos e Miguel Ângelo Ribeiro na Revista Boletim Goiano de Geografia. Posteriormente, em 1998, o geógrafo Miguel Ângelo Ribeiro continuou a publicar sobre o tema na Revista GeoUerj5, tornando-se o geógrafo pioneiro nos estudos das sexualidades no Brasil (p. 233).

Joseli Maria Silva ainda referencia que, no período de abertura do Brasil para a redemocratização, Miguel Ângelo Ribeiro foi inovador com a área da Geografia das Sexualidades, ao relacionar o trabalho sexual com a apropriação do espaço na cidade, algo inédito até então na Geografia brasileira.

(...) foi durante os anos de 1990 que ocorreu a consolidação do processo de redemocratização na sociedade brasileira, possibilitando maior expressão de movimentos populares, inclusive da Comunidade LGBT, facilitando assim a disseminação dos debates em torno das sexualidades.

A produção geográfica deste período está fortemente marcada pela hegemonia de referenciais teóricos nacionais, de bases marxistas, como Milton Santos (1992) e Roberto Lobato Corrêa (1989). As referências não nacionais foram apresentadas nas publicações dos anos de 1990 em versões já traduzidas para o português, como é o caso dos livros de autoria de Claude Raffestin (1993) e Edward Soja (1993). Apenas a obra de Robert Sack (1986), *Human territoriality*, é referenciada na língua original, o inglês. Os textos pioneiros escritos por Miguel Ângelo Ribeiro exploram a prostituição no Rio de Janeiro, dando ênfase às relações comerciais geradas pela atividade sexual. Os grupos que exercem a atividade (mulheres, homens e travestis) se apropriam de determinadas áreas da cidade e estabelecem entre si segmentações provocadas por disputas espaciais e relações de poder (SILVA, 2015, p. 234).

Já com o passar do tempo, outros pesquisadores também interessados nas temáticas envolvendo Gênero e Sexualidades foram propondo novas investigações e outras referências foram sendo adicionadas ao arcabouço destas áreas de pesquisa.

No final da primeira década dos anos 2000, as conexões e o acesso ao mundo acadêmico internacional foi facilitada, se comparada com os anos anteriores. A geógrafa brasileira Joseli Maria Silva, vinculada a outros dois geógrafos Almir Nabozny e Marcio Jose Ornat, ambos seus orientandos de pós-graduação, introduziram na geografia brasileira das sexualidades, em 2008, um referencial teórico anglo-saxão, como Judith Butler, Gillian Rose, Gill Valentine e Jon Binnie.

(...) No ano de 2010, as redes de produção científica da geografia das sexualidades foi ampliada e complexificada, mesclando referências tanto nacionais como internacionais. Entretanto, pode-se afirmar que as ideias de Judith Butler (2003), Michel Foucault (1984a, 1984b, 1985, 1988) e Stuart Hall (1992) foram as mais influentes no campo científico sobre sexualidades no Brasil (SILVA, 2015, p. 236-237).

Assim, a invisibilidade de determinados segmentos da sociedade que clamavam por seu espaço (em diversos aspectos) e por direitos civis, foi se tornando cada vez mais evidente e deflagrando a necessidade de investigação sobre as relações de poder que estariam então imbricadas na produção do saber científico até o momento.

Isto é algo que a geógrafa brasileira Susana Veleda da Silva (2000), pesquisadora interessante em tais temáticas, também sinaliza no final dos anos 1990, início da primeira década de 2000, mais especificamente no que se refere aos estudos de Gênero na Geografia no Brasil:

Os movimentos sociais abrangem, hoje, realidades diversas. Consideramos que os movimentos de mulheres ou feministas (que não são necessariamente compostos apenas por mulheres) tornam-se movimentos sociais atuantes quando identificam formas de opressão que extrapolam as relações de produção e abrangem questões mais amplas como meio ambiente, qualidade de vida, cultura patriarcal, desigualdades de gênero e outras que questionam os paradigmas sociais vigentes (p. 9).

A partir da confluência destas temáticas, como afluentes no “grande rio da Geografia”, construímos condições de operacionalizá-las e, por exemplo, entender melhor as dinâmicas populacionais, sociais e suas representações (gráficas, cartográficas, estatísticas), explicar conflitos e interdições espaciais, refúgio e tráfico de pessoas, migrações que são “generificadas” ou acontecem por Sexualidade, enfim, os mais diversos fenômenos.

Mas não só isso, por meio dessa confluência e dessa revisão epistemológica, acadêmica, curricular, nós também criamos condições para muito mais. Criamos condições para compreender o Gênero e as Sexualidades como categorias fundantes, fatores estruturantes e regulatórias dos espaços e das sociedades, onde o conhecimento sobre estas estruturações e regulações se torna instrumento de luta social no combate às mais diversas opressões.

A vitalidade do campo das sexualidades na Geografia brasileira também pode ser apontada pela aliança estabelecida entre pesquisadores das sexualidades e de gênero. No Brasil, ambas as abordagens, feministas e sexualidades, têm sido desenvolvidas de forma concomitante e colaborativa. As redes estabelecidas fortaleceram a posição dos pesquisadores em suas instituições locais e possibilitou a criação de cursos e

disciplinas específicas sobre as geografias das sexualidades. A primeira disciplina regularmente oferecida em um curso de pós-graduação em Geografia no Brasil foi lançada em 2013 no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O desenvolvimento de ações de ensino tem despertado questionamentos que alimentam a abertura de novos caminhos de pesquisa e o envolvimento de um maior número de pesquisadores (SILVA, 2015, p. 236).

Se foi a partir da dita eclosão dos movimentos sociais, como o movimento feminista, o movimento negro e o LGBTQIA+, que estes entendimentos que evidenciamos aqui têm encontrado então mais amparo, essas condições têm se mostrado possíveis e agora diferentes pesquisas têm sido admitidas, e cada vez mais proveitosas dentro da Geografia, e necessárias o são, pois, como Doreen Massey nos lembra:

[...] los espacios y los lugares, así como el sentido que tenemos de ellos —junto com otros factores asociados, como nuestros grados de movilidad — se estructuran recurrentemente sobre la base del género. Más aún, se estructuran sobre la base del género em miles de maneras diferentes, que varían de cultura a cultura y a lo largo del tiempo. Y esta estructuración genérica de espacio y lugar simultáneamente refleja las maneras como el género se construye y entiende em nuestras sociedades, y tiene efectos sobre ellas (1998, p. 40).

Estas temáticas, para a Geografia, têm se mostrado como oportunidade de fazê-la ampliar seus próprios horizontes e já apresenta importantes contribuições teórico-metodológicas, complementares e, ao mesmo tempo, fundamentais para o entendimento complexo da formação de territórios, lugares e dinâmica sociais em seus respectivos espaços de atuação.

Sendo temáticas consideradas transversais, que perpassam diversas áreas do conhecimento, o gênero e a sexualidade são tópicos que dão à Geografia possibilidade de reafirmação da interdisciplinaridade, podendo reunir saberes de diferentes campos (como por exemplo: Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Direito, Filosofia etc.), em uma visão ainda mais holística para a construção de um trabalho e resolução de problemas reais.

Ainda assim, mesmo com toda esta possibilidade de contribuições diversas, justamente por se tratar de temáticas ainda relativamente incipientes dentro do campo geográfico, existe, de fato, muito pouca literatura, especialmente no Brasil, no que se refere às reflexões propostas pela Geografia das Sexualidades, como afirma Ornat (2008).

As discussões geográficas envolvendo a relação entre as temáticas gênero, espacialidade e sexualidade colocam-se no Brasil num conjunto de esparsos trabalhos. Tais discussões não têm ganho voz, tanto no formato de publicação em periódicos, como relacionado aos trabalhos orientados nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil (p.312).

Ou seja, apesar de toda a abertura epistemológica da Geografia em relação a estas novas temáticas na atualidade, o processo de incorporação e legitimação destes temas dentro do pensamento geográfico, como já mencionado, é algo que encontrou e ainda encontra grandes desafios e resistências, especialmente no meio acadêmico e científico brasileiro.

Devido à estruturação da ciência geográfica e seu contexto histórico espacial, a geografia brasileira mantém

as suas publicações omitindo algumas importantes discussões do pensamento geográfico, entre elas as geografias feministas e *queer*. Essa invisibilidade das discussões dos 'novos' temas no campo científico geográfico brasileiro, gera uma certa ignorância e desprezo de alguns pesquisadores tradicionais em relação a novas possibilidades de discussões. A construção de uma Geografia conservadora e tradicional reflete fortemente nas produções intelectuais dos pesquisadores, mantendo, assim, a tradicionalidade nas discussões dos temas geográficos, legitimando o que deve ou não ser discutido e posto como Geografia (CESAR; PINTO, 2015. p. 121).

Sendo constatado isto, é inegável que se tem como repercussão resultante a implicação em uma maior dificuldade para qualquer pesquisa nacional interessada nesta temática, no que toca às revisões bibliográficas e discussões pautadas no aspecto mais teórico de construção de tais investigações, como bem coloca Joseli Maria Silva:

[...] o estudo de grupos sociais invisibilizados é bastante árduo, na medida em que eles não possuem, em geral, registros documentais facilmente detectáveis, acessíveis e intercambiáveis. Os acervos e arquivos não registram e resguardam as histórias de vida dessas pessoas e nem mesmo os bancos de dados estatísticos estão organizados de forma a facilitar a realização de investigações que intencionam produzir suas expressões (2009. p. 7 e 8).

Desta forma, é evidentemente importante que a Geografia explore estes novos horizontes, aprofundando a investigação sobre as relações que os diferentes grupos sociais estabelecem com os ambientes, pois: “Tanto em relação ao gênero, a performatividade e a linearidade de sexo, gênero e desejo, o espaço é um elemento

primordial enquanto reflexo, meio e condição das normas culturais de gênero e sexualidade” (ORNAT, 2008. p.311).

Abordar questões envolvendo temas como Gênero e Sexualidade, que vêm sendo problematizadas no mundo atual, como possibilidades dentro de uma pesquisa qualitativa, como já mencionado, se mostra claramente necessário e uma oportunidade ímpar de construção de uma maior complexidade da ciência geográfica. Ornat (2008) comenta ainda:

Estas perspectivas ampliam a possibilidade de compreensão da ação humana sobre/atraves da superfície da Terra. Ampliam as possibilidades de saímos de nossos pequenos mundos, estruturados a partir das nossas normas ocidentais de gênero e sexualidade, para um mundo repleto de diversidade e complexidade. Ampliam as possibilidades de percebermos que a própria diversidade se encontra ao lado (ORNAT, 2008, p. 320).

Através destas “expedições” ao “novo” para revisitar diversos espaços e fenômenos com “outros olhares”, é que se torna possível entender outras formas de encarar a realidade, propiciadas pelo avanço da ciência geográfica. Sobretudo, é a partir de tais problematizações e diálogos como estes incentivados aqui que a Geografia enquanto ciência e enquanto disciplina escolar pode investigar e explicar assuntos sobre diferentes populações e comunidades com uma maior propriedade.

Isto deflagra, por fim, o quanto é salutar a (re) construção do conhecimento, quando estes olhares mais apurados são legitimados pelas ciências e se consolidam, de fato, como possibilidades de pesquisa, instigadoras de um novo “saber e fazer” científico, onde a

análise temática destes tópicos pode se realizar tanto em singularidade de uma subárea quanto de forma complementar a outros campos geográficos, como nos estudos sobre os espaços agrários e urbanos, sobre cartografia, Geografia Cultural, ou mesmo o ensino em Geografia, e etc.

Chegado o momento do deságue

Como se buscou refletir neste texto, ainda que brevemente, se tivermos o Gênero e a Sexualidade como “afluentes” a desaguarem no rio da Geografia, poderemos observar melhor os fenômenos sociais, políticos, econômicos etc., em sua integralidade. Olharemos novamente para as dinâmicas demográficas, para as pirâmides etárias, para as migrações, para as atividades econômicas, para o uso dos espaços, públicos e privados, e poderemos perceber nuances que talvez, até então, não haviam sido contempladas.

É evidente, aqui, a defesa da ideia de que não se pode esperar que a Geografia enquanto ciência, que por excelência estuda e explica diferentes relações que as sociedades estabelecem com os lugares em que vivem, delegue apenas a outras áreas do conhecimento as análises feitas sobre o gênero e a sexualidade em suas dimensões socioespaciais.

Se por muito tempo estas questões foram negligenciadas, silenciadas ou invisibilizadas na produção do conhecimento (e da própria Geografia) deve-se muito ao contexto temporal, mas este é um momento oportuno, mesmo tardio (até mesmo pelas demandas sociais), de uma compreensão que comporte visões mais amplas e

mais complexas de vida, de sociedade e de ciência (geográfica), mais condizentes com o que entendemos como contemporaneidade.

Isto não significa, de forma alguma, abandonar os antigos objetos científicos, ou desvalorizar fenômenos de estudo já consagrados na ciência geográfica, nem mesmo supor “inventar a roda”, mas, sim, lançar mão de novas perspectivas até então não tão exploradas, ou ao menos não vistas sob a mesma ótica, para analisar os fenômenos e demandas que a vida contemporânea nos exige.

Se a Geografia se entende como uma disciplina escolar e ciência (efetivamente) “emancipatória” e pretende colaborar para a construção de uma cidadania humanizada, não é possível ignorar aspectos historicamente negligenciados. Isto, não somente, obscureceria ainda mais as “verdades não contadas” ao longo do tempo, como também a tornaria, em parte, “cúmplice” de injustiças sociais, quando se silencia, diante das evidentes lutas por uma maior igualdade de direitos e a justiça socioespacial.

É necessário então que esta “se comova com estas dores” sem abandonar o rigor necessário de uma investigação, e que se mova e ouça todos os sujeitos que constroem espacialidades em tempos distintos. Uma Geografia que ouça as histórias dos sujeitos, não apenas para constatar e registrar fatos e fenômenos, mas para os mostrar como participantes da construção de espacialidades, a fim de efetivar melhor qualidade de vida da população.

Estudos geográficos devem fazer sentido para a vida das pessoas e não devem temer ao lançar-se em novas aventuras

teórico-metodológicas. Obviamente respeitando pressupostos científicos e filosóficos de sua própria construção, prezando pela credibilidade e confiabilidade, mas jamais sem questionamento e hipercrítica de sua produção de saber, pois isso também faz parte da própria práxis científica.

Esta revisão necessária da práxis, por vezes pode ser incômoda e parecer querer “balançar estruturas” repentinamente, mas, nem sempre é assim. Em boa parte dos casos ela acontece gradativamente, após longos períodos de reflexões que gradualmente reverberam na produção de um saber científico, no intuito de acompanhar as mudanças que o próprio mundo apresenta com o passar do tempo, e é por meio dela que diversas áreas de conhecimento se mantêm em constante (re) construção.

Para que se possa dizer que a ciência geográfica está de fato para o benefício da vida e do mundo, defendendo a ideia de uma vida de cidadania plena, é somente atendendo às preocupações, medos, demandas e desejos dos distintos grupos humanos que a produção de seu conhecimento estará realmente pautada em princípios de solidariedade, tolerância e justiça social.

É, enfim, apenas admitindo e repensando esta dificuldade da Geografia em incorporar estas referidas temáticas em seus estudos e percebendo o quão ricas podem ser as contribuições advindas destas, que podemos refletir também por que é tão difícil que toda esta produção de conhecimento acerca de gênero e sexualidade seja também discutida no espaço escolar e dentro do “saber popular”. A mudança começa quando nos propomos a mobilizar

aquilo que está sedimentado, para desmoronar pensamentos perpetuados. Então, que comecemos agora.

Referências

ANGROSINO, M.; FLICK, U. (Coord.). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009. 130 p.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner Andre Moraes. A Produção Intelectual da Geografia Brasileira, entorno das Temáticas de Gênero e Sexualidades: uma visão a partir dos periódicos online. *Revista Latinoamericana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 119-132, ago. 2015.

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: UFSC, 2011.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 23, p. 36-61, maio/ago. 2003.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfuz e Paul Rabinow. *MICHEL FOUCAULT. Uma Trajetória Filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTE, Maria Laura V. C.; HEILLBORN, Maria Luiza. *Antropologia e Feminismo*. Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, n. 1, p. 11-47, 1981.

MASSEY, Doreen. *Espacio, lugar y género*. Debate feminista. Traducción: Gloria Elena Bernal. Cambridge: Polity Press, 1998.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 314 p.

MEAD, Margareth. *Macho e fêmea*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1971. (Segunda Parte: Os caminhos do corpo. p. 57-131). Disponível em <<http://sdrv.ms/1hsUVGn>>. Acesso em: 27 out. 2016.

GAYER MOREIRA, Carlos André. *GEOGRAFIAS QUEER & CURRÍCULO: Por Uma Educação Geográfica Fora do Armário!* 209f. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2021.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva e SILVA, Joseli Maria (Orgs.). *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Revista Estudos Feministas 8(2), 2000, p. 9-42. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>>. Acesso em: 27 out 2016.

ORNAT, Marcio Jose. *Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista*. Terr@Plural, Ponta Grossa, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/1182>>. Acesso em: 27 out. 2016.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Tradução de Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. 254 p.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Joseli Maria. Geografia, gênero e sexualidades: desafiando as práticas investigativas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. *Anais...* 2009. Disponível em: <[http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografi asocioeconomica/Geografiacultural/83.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografi%20asocioeconomica/Geografiacultural/83.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. Uma Análise Da Expansão Da Produção Científica Da Geografia Das Sexualidades No Brasil. *Neer - as representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em geografia / Romancini, Sonia Regina ; Rossetto, Onélia Carmem ; Nora, Giseli Dalla (Organizadoras). – Documento Eletrônico. -- Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015. p. 231-254.*

VELEDA DA SILVA, S. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. In: *Biblos 3W: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Ano 5, 2000.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Ane Carine Meurer

<https://orcid.org/0000-0001-7377-1963>

Possui Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco (1987), Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1997) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2003). Atualmente é professora da Universidade Federal de Santa Maria, atuando como Diretora do Centro de Educação da UFSM. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Movimentos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Educação do Campo, Projeto Político-Pedagógico, e Formação de Professores.

Angelita Zimmermann

<https://orcid.org/0000-0003-3327-8917>

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/RS (2019). Realizou Doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES), Coimbra, Portugal (outubro de 2018 a abril de 2019 - Bolsista CAPES). Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2014). Possui Especialização em Desenvolvimento Regional e Integração Econômica no Mercosul - UNIJUÍ (2001) e em Educação Matemática - UFSM (2010). Possui Licenciatura em Ciências - Habilitação Matemática - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio

Grande Do Sul - UNIJUÍ (1995). É Técnica em Assuntos Educacionais e, atualmente, está em atividade na Comissão de Avaliação Institucional - CAICE, no Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria. Atua na área de Educação, com ênfase em Educação do Campo, principalmente nos seguintes temas: Pedagogia da Alternância, Casa Familiar Rural e Juventude do Campo.

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

<https://orcid.org/0000-0003-4238-0139>

Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2009), Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2016). Atualmente é professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e realiza estágio de pós-doutoramento em Geografia pela Universidade de São Paulo, além de ser docente e orientador do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP).

Ivanio Folmer

<https://orcid.org/0000-0002-7433-6434>

Graduado pela Universidade Federal de Santa Maria no curso de geografia Licenciatura no ano de 2014. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM no ano de 2018. Doutorando em Geografia-PPGGEO/UFSM com previsão de término em 2022. Participante de diversos projetos de pesquisa e extensão, com as temáticas de Educação no campo; Educação

Ambiental; Gênero e sexualidade; Mortalidade Infantil; Catadores e Memória e Patrimônio Cultural. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia.

Júlio César Suzuki

<https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

Graduado em Geografia (UFMT), em Letras (UFPR) e em Química (IFSP), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP) e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Professor Associado junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM/USP) da Universidade de São Paulo (USP).

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

<https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração (Centro Universitário SENAC SP), com mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e professora de graduação (Programa PART) na FEA-USP. Pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos lotados na FEA-USP; no Grupo de Pesquisa Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina (Instituto de Psicologia-USP) e do Centro Latinoamericano de Estudios en

Epistemología Pedagógica (CESPE), onde atua como Presidente adjunta para o Brasil e como Chefe de Relações Internacionais.

SOBRE OS AUTORES

Adilson Tadeu Basquerote

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2020), com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (2015). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (2017) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2004). Atualmente é professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica.

Afonso Cima

Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Santa Cruz do Sul(2016).

Agripino Souza Coelho Neto

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (1991), Bacharel em Economia pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (1999), Especialista em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2001), Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2004) e Doutor em Geografia na Universidade Federal Fluminense. Professor dos cursos de

Urbanismo e Geografia da Universidade do Estado da Bahia. Professor do Mestrado Acadêmico em Estudos Territoriais (UNEB). Professor do Mestrado Profissional em Planejamento Territorial (UEFS). Coordenador do Grupo de Pesquisa Território, Rede e Ação Política (TERRITÓRIOS/DCET/UNEB/CAMPUS I) e pesquisador do Grupo de Pesquisa GEOMOV (DCHF/UEFS). Membro del Centro de Estudios y de Gestión en Redes Académicas (CEGRA) da Universidad Nacional de Río Cuarto (Córdoba-Argentina). Especialista nas áreas de Geografia Política, Geografia Regional e Geografia Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: Política e Gestão Territorial, Irrigação Pública, Ação coletiva e territorialidades, cidades pequenas e ruralidades. Com estudos sobre os recortes regionais do Vale do São Francisco e Território do Sisal.

Amalia Ines Geraiges de Lemos

Possui graduação em Geografia - Universidad de Cuyo Mendoza (1963), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1972) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1980). Atualmente é professora convidada da Universidade de Barcelona, coordenadora de projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, coordenadora do convênio de Cartografia Histórica (Universidade de Lyon - França), professora titular da Universidade de São Paulo e professora convidada da Universidade Complutense de Madrid. Reconhecida como fundadora do Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL) e

do Programa de Pós-Graduação em América Latina (PROLAM/USP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, geografia urbana, modernidade, metrópoles, comércio e consumo, espaço e globalização.

Ane Carine Meurer

Possui Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco (1987), Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1997) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2003). Atualmente é professor da Universidade Federal de Santa Maria, atuando como Diretora do Centro de Educação da UFSM. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Movimentos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Educação do Campo, Projeto Político-Pedagógico, e Formação de Professores.

Angelita Zimmermann

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/RS (2019). Realizou Doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES), Coimbra, Portugal (outubro de 2018 a abril de 2019 - Bolsista CAPES). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2014). Possui Especialização em Desenvolvimento Regional e Integração Econômica no Mercosul - UNIJUÍ (2001) e em Educação Matemática - UFSM (2010). Possui Licenciatura em Ciências - Habilitação

Matemática - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande Do Sul - UNIJUÍ (1995). É Técnica em Assuntos Educacionais e, atualmente, está em atividade na Comissão de Avaliação Institucional - CAICE, no Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria. Atua na área de Educação, com ênfase em Educação do Campo, principalmente nos seguintes temas: Pedagogia da Alternância, Casa Familiar Rural e Juventude do Campo.

Bruno Cristiano dos Santos

Cursando Pós-graduação em Desenvolvimento de Aplicações Web pela Pontifícia Católica de Minas Gerais (PUC). Graduado em Sistemas de Informação pela Universidade Federal de Viçosa (2014). É consultor técnico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Camilo Darsie

Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Coordenador do Internato de Saúde Coletiva e Professor no curso de Medicina. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos e Editor-gerente da Revista Reflexão e Ação, na mesma instituição. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com Doutorado Sanduíche na Universidade de Minnesota (EUA), concluiu Pós-doutorado em Saúde Coletiva na Universidade Federal do Rio

Grande do Sul. Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação, Saúde e Geografia.

Carlos André Gayer Moreira

Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas, possui experiência na área de Ensino em Geografia, tendo atuado como servidor público municipal e professor substituto no Instituto Federal Sul-Rio Grandense / IFSul - Pelotas, ministrante das disciplinas de Geografia (nível médio) e Biogeografia (nível superior). Atualmente é concluinte do curso de Doutorado em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA/UFRGS), se dedicando a estudos voltados para as linhas de Geografia Humana, Estudos Culturais e Ensino em Geografia.

Dione Dutra Lihtnov

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (2018). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (2014). Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (2012). Pesquisador nas linhas de Ensino de Geografia (com ênfase para Livros Escolares produzidos no Rio Grande do Sul) e Geografia Urbana (com ênfase para estudos em Urbanismo Comercial e Geografia Histórica Urbana).

Eduardo Pimentel Menezes

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Bacharel em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Especialista em Planejamento e Técnicas de Ensino pela UNIGRANRIO, Mestre em Educação pela Universidade Salgado de Oliveira, Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Pós doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal Fluminense, Consultor Institucional do MEC, Consultor ad hoc da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep), Parecerista da Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância (RBAAD), Integrante do Conselho Editorial Permanente e do Conselho Científico Permanente da Editora CRV, Professor Adjunto da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e Professor Adjunto do curso de Geografia da PUC-RJ.

Eduardo Schiavone Cardoso

Possui graduação em Geografia - Bacharelado pela Universidade de São Paulo (1989), graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade de São Paulo (1991), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria.

Fábio César Alves da Cunha

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, UEL (1990), mestrado em Geografia/ Planejamento Ambiental (1997), doutorado em Geografia/ desenvolvimento regional e metropolização pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP(2005), e Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2014). Atualmente é professor Associado do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Trabalha com geografia urbana e regional em temas como o planejamento urbano e ambiental, abordagem socioambiental, desenvolvimento regional e metropolização.

Helena Brum Neto

Possui graduação em Geografia - Licenciatura, pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2005) e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2007). É doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Presidente Prudente) em 2012. Tem experiência na área de Geografia e Educação, atuando com os seguintes temas: formação inicial e continuada, programas educacionais, TICs e autoria de instrumentos didáticos interdisciplinares digitais. Atualmente é Coordenadora dos Programas Educacionais do Instituto Federal Farroupilha (Pibid, Life, Residência Pedagógica e PET) e Coordenadora Institucional do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE/CAPES), e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid/CAPES).

Júlio César Suzuki

Graduado em Geografia (UFMT, 1992) e em Letras (UFPR, 2004), com mestrado (USP, 1997) e doutorado (USP, 2002) em Geografia Humana e estágio pós-doutoral na Université Panthéon-Sorbonne (2007-2008), Université Rennes 2 (2014-2015) e Université de Pau et des Pays de l'Adour (2014-2015). Atualmente, é professor do Departamento de Geografia/FFLCH/USP e orientador junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP).

Lânderson Antória Barros

É gaúcho, de Pelotas, Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (2011), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2014), já atuou como professor temporário na rede municipal de Pelotas, como professor substituto na Universidade Federal de Pelotas e como professor substituto no Instituto Federal Sul-rio-grandense. Atualmente é Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Marcos Aurelio Saquet

Possui graduação em Geografia pela UNIJUÍ, RS (1990), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Fez doutorado sanduíche na Università Ca Foscari de Veneza e Pós-Doutorado no Politecnico e Università de Turim- Itália. Foi professor visitante no Politécnico e Università di

Torino (2006), na Universidad Nacional de Colómbia (Sede Bogotá, em 2016), na Universidad Distrital Jose Francisco de Caldas (Bogotá, em 2017), na Universidad de La Salle (Bogotá, em 2018), na Universidad de Caldas (Manizales, em 2019), bem como no El Colegio de Tlaxcala (2015) e na Universidad Autónoma Chapingo - Texcoco (2015 e 2019) e Chiapas (2019), ambas do México. Outrossim ministrou aulas remotas/virtuais na Universidad del Tolima e na Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colómbia (2020), na Universidad Nacional de Plata (2021), na Universidad Autónoma de Chapingo (2021) e na Universidad de Costa Rica (2021). Atualmente é professor Associado C da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde ensina nos cursos de graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (Mestrado e Doutorado) e Sociedade, Cultura e Fronteiras (Mestrado e Doutorado). Também é professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICENTRO (Doutorado). É parecerista de diferentes periódicos nacionais e internacionais ranqueados pela Capes e de distintos PIBICs, além de ser membro do Comitê de Ciências Humanas da Fundação Araucária (2012-2020), avaliador do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/SETI/PR), da FAPESP, CNPq, CAPES, do CONSEJO NACIONAL DE CIENCIA Y TECNOLOGIA DE MÉXICO (CONACYT), do CONSIGLO NAZIONALE DE RICERCA (CNR - Itália) e do Programa SCIELO (Scientific Electronic Library Online). É coordenador dos intercâmbios científicos entre a UNIOESTE, El Colegio de Tlaxcala e Universidad Autónoma de Chapingo (México),

Università Ca Foscari di Venezia e Università Degli Studi di Torino (Itália), bem como com a Universidad Nacional de La Plata (Argentina) e Universidad Nacional de Colómbia (Sede Bogotá). Deste modo, também é: i) Membro da Rede Internacional de Inteligência Territorial (INTI), da Red Territorio, Actores y Gobernanza América Latina (TAG) e da International Research Network (IRN), coordenadas pelos profs. Jean-Jacques Girardot e Horacio Bozzano; b) Pesquisador internacional da Red en Gestión Territorial para el Desarrollo Rural Sustentable (Red GTD - México) e do Programa de Investigación Latinoamericano en Gestión para la Soberanía Alimentaria (PILAGTSOA), financiados pelo CONACYT - México e coordenados pelo prof. César Ádrian Ramírez Miranda; c) Membro do International Network - Cultural Changes Laboratory, Inequalities and Sustainable Development (CCISUD); d) Membro do Progetto di Cooperazione Internazionale: Territori, Sostenibilità e Università (Geographical Salad), Università di Bologna, UNIOESTE, UFPE e Università di Torino, coordenado pela profa. Dra. Elisa Magnani; e) Membro da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE); f) Coordenador Editorial da "COLEÇÃO TERRITÓRIO E PRÁXIS POPULAR" - Editora Consequência, Rio de Janeiro.

Rogério Rego Miranda

Professor Adjunto I no curso de licenciatura e bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) - Campus de Marabá. Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2006) e Mestrado em

Organização e Gestão do território pela Universidade Federal do Pará (2009). Doutorado em Geografia Humana pela USP. Tem experiência na área de Geografia Agrária e Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional; políticas públicas de desenvolvimento rural; agricultura camponesa; relação urbano e rural e movimentos socioterritoriais.

Rosalina Burgos

Possui graduação pela Universidade de São Paulo (Bacharelado e Licenciatura), Mestre e Doutora em Geografia Humana pela mesma Universidade. Docente do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades (DGTH) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGeo, do CCHB/UFSCar. Realizou Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) sob supervisão da Profa. Dra. Amália Inés Geraiges Lemos, com pesquisa supervisionada no Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona, no Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires e no Departamento de Geografia da Universidade da República do Uruguai. Dedicase aos estudos urbanos, com ênfase ao tema dos espaços públicos e formação territorial brasileira, bem como à temática das periferias urbanas e o urbano periférico. Integra os Grupos de Pesquisa "Interpretações Geográficas: as complexidades da natureza e as realizações da sociedade" (UFSCar) e "Geografia Urbana: a vida cotidiana e o urbano" (USP).